PORTARIA Nº 6.569, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Pregoeira e Comissão de Apoio à Licitação para execução de Pregão nas modalidades Presencial e Eletrônico.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **ROSÉLIA KRUGER BECKER PAGANI** para exercer a função de **PREGOEIRA** do Município de Capanema, a fim de contratar bens e/ou serviços nas modalidades Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 2º Nomear **Roseli Strozak Marcon, Gilson Amauri Huber e Maicon Douglas de Castro Coito,** para exercer a função de **Apoio à Licitação** do Município de Capanema, a fim de auxiliar nas Licitações para contratar bens ou serviços na modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na da data de sua publicação, ficando revogada a Portarias 6.311/2016 e 6.418/2016.

Gabinete da Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

Américo Belle
Prefeito Municipal

DIOGMS
NO DIA 03/01/2017 Fls. 20

Protocolo Número: 58 Capanema - PR, 16 de maio de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Valdeci Alves dos Santos
PARA: Americo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

A presente Licitação se faz imprescindível devido à necessidade de integração de estagiários no Município de Capanema – PR, atendendo a Lei Federal **nº 11.788/08.**

A quantidade de estagiários foi baseada na quantia contratada nos anos de 2015 e 2016.

O valor das bolsas dos estagiários foi baseado no salário mínimo federal vigente, ou seja, R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

O percentual máximo de Taxa Administrativa a ser proposta pelo Agente Integrador, foi baseado através do menor percentual obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Projeto Básico.

O custo total máximo estimado para esta aquisição é de R$ 2.462.436,00(Dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais) .

Respeitosamente,

Valdeci Alves dos Santos
Secretário Municipal de Administração

PROJETO BÁSICO

1. ORGÃOS INTERESSADOS

1.1. Secretaria Municipal de Administração.

2. OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

3. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

3.1. Valdeci Alves dos Santos

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A presente Licitação se faz imprescindível devido à necessidade de integração de estagiários no Município de Capanema – PR, atendendo a Lei Federal **n° 11.788/08.**

4.2. A quantidade de estagiários foi baseada na quantia contratada nos anos de 2015 e 2016.

4.3.O valor das bolsas dos estagiários foi baseado no salário mínimo federal vigente, ou seja, R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

4.4. O percentual máximo de Taxa Administrativa a ser proposta pelo Agente Integrador, foi baseado através do menor percentual obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Projeto Básico.

5. DEFINIÇÃO DO OBJETO/QUANTIDADE

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade prevista de estagiários	Quantidade	Unidade	Percentual máximo
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	100	24	MÊS	9,50

Valor Total Estimado: R$ 2.462.436,00(Dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais) .

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviços 2 (dois)dias úteis após a solicitação forma da Secretaria Municipal de Administração.

6.2. A empresa vencedora deverá fazer o reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais até 02 (dois) salários mínimos, desde que as mesmas sejam devidamente comprovadas e as notas/recibos originais apresentados em, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.3. Para cada estagiário contratado, a proponente vencedora deverá fazer seguro de vida por invalidez e acidentes pessoais, com indenização.

6.4. Os estagiários terão direito de recesso remunerado (férias).

6.5. Caberá ao agente integrador o repasse do valor da bolsa ao estagiário, até 02 (dois) úteis a contar do depósito em conta efetuado pela Contratante.

6.6. A bolsa auxílio deverá ser paga ao agente de integração, através depósito bancário, para posteriormente este efetuar o pagamento aos estagiários, por meio de depósito bancário.

6.7. A folha de pagamento dos estagiários deverá ser fornecida pelo Agente Integrador e disponibilizada via on-line.

6.8. A licitante deverá dispor de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento, contendo os itens a baixo qualificados:

f) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;

g) Relatórios de estágio para impressão;

h) Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;

i) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;

j) Divisão, por Secretaria, dos estagiários.

6.9. A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

6.10. Os estagiários serão lotados nas Secretarias Municipais de Administração, Viação, Obras e Serviços Urbanos; Educação, Cultura e Esportes, Saúde, Família e Desenvolvimento Social, Indústria, Comércio e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente e Planejamento.

7. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.3. A do Contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado, gerenciado e avaliado pela Sra. Roseli Deola.

Capanema, 17 de maio de 2017

Valdeci Alves dos Santos
Secretário Municipal de Administração

ORÇAMENTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.

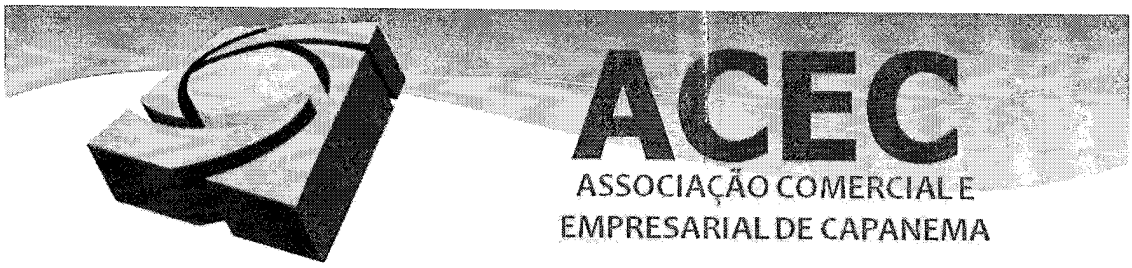
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 5 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN.	QTDE.	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.	TOTAL
1.	48896- CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	MÊS	24	9,5%	9,5%
TOTAL					**9,5%**

OBS: A LICITANTE DEVERÁ DISPOR DE SISTEMA ON-LINE DE FOLHA DE PAGAMENTO, CONTENDO OS ITENS ABAIXO QUALIFICADOS:
- Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
- Relatórios de estágio para impressão;
- Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;
- Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;

DATA
03/05/2017

Luiz Alberto Letti
Dec. 6.256/2017
Municipal de Finanças



ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL:_ACEC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

CNPJ:_77.830.370/0001-80_ E-MAIL:_pacapanema@acecempresarial.com.br_

ENDEREÇO:_AV ESPIRITO SANTO, 1053___

COMPLEMENTO:_TERREO__ BAIRRO:___CENTRO__

TELEFONE:__46 3552 2595___ CONTATO:__46 99906 7222___

CIDADE:__CAPANEMA_ UF:_PR_

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 5 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.	PERCENTUAL TOTAL
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	UN	1	9,5%	9,5%
TOTAL			**9,5%**	

DATA 03 / 05 / 2017

OBS: A LICITANTE DEVERÁ DISPOR DE SISTEMA ON-LINE DE FOLHA DE PAGAMENTO, CONTENDO OS ITENS ABAIXO QUALIFICADOS:

- Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
- Relatórios de estágio para impressão;
- Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;
- Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;
- Divisão, por Secretaria, dos estagiários.
- A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

Luiz Vicente Hartmann
Presidente da ACEC

ACEC - ASSOCIAÇÃO COMERCIALE EMPRESARIAL DE CAPANEMA
AV ESPIRITO SANTO 1053 CENTRO
85760-000 CAPANEMA PR

CEINEE
Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: **CEINEE – Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes**

CNPJ: 07.136.551/0001-26 E-MAIL: licitacao@ceinee.org.br

ENDEREÇO: Rua Araribóia,. 255

COMPLEMENTO: 3° andar BAIRRO: 255

TELEFONE: (46)3225-0511 CONTATO: (46)99916-5908

CIDADE: Pato Branco UF: PR

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 5 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	UN	1	10%

07.136.551/0001-26
CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES
RUA ARARIGBÓIA, 255
CEP 85501-260
PATO BRANCO - PR

Pato Branco, 03 de Maio de 2017.

CEINEE
Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes
Matheus Gilberto Ghizzi

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

PARA: **Prefeitura Municipal de Capanema – Pr**
a/c. Setor de Compras

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL:__LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA – ME_____
CNPJ:_12.622.708/0001-63_ E-MAIL:_coordenacao@anie.com.br__
ENDEREÇO:_RUA PARANÁ 2865__
COMPLEMENTO:_SALA 01 - TERREO____ BAIRRO:__CENTRO_____
TELEFONE:_45 3039-3491_____ CONTATO:__ALEX ROSSI_____
CIDADE:_CASCAVEL _____ UF:_PR____

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 5 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.	PERCENTUAL TOTAL
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	UN	1	**10%**	**10%**
TOTAL			**10%**	

Cascavel 28/04/2017

Dispomos de:
- SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
- Relatórios de estágio para impressão;
- Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;
- Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;
- Divisão, por Secretaria, dos estagiários.
- A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

Alex Rossi
Sócio - Proprietário

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Fundado em 30/05/1999 – Registro 2272/1999
Livro 1 do 1º Ofício Reg. De Títulos E Documentos de Guarapuava
Rua Azevedo Portugal, 1369 - Centro
CEP 85010-200
Fone / Fax: (42) 3622-6799
E-mail: Guarapuava@estagioscin.org.br
Guarapuava – PR

COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN
ENDEREÇO: RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369 – CENTRO – CEP: 85010-200
CNPJ: 03.233.240/0001-24 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA
RESPONSAVEL: PAULO COVALSKI FONE/FAX: (42) 3622-6799
EMAIL: guarapuava@estagioscin.org.br

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

DESCRIÇÃO: COTAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 5 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.	PERCENTUAL TOTAL
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	UN	1	10%	10%
TOTAL			10%	

Conforme quadro acima, fica ofertada taxa de administração em **10%** (dez por centro) sobre o valor de cada bolsa auxílio.
Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Guarapuava, 25 de abril de 2017.

Paulo Vinicius Covalski
Estágios CIN
RG 10.764.527-7
CPF 063.966.329-00

PAULO COVALSKI
ESTÁGIOS CIN

03 233 240/0001-24
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN
RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369
CENTRO
CEP 85010-200 GUARAPUAVA - PR

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

De: PAULO COVALSKI <paulo@ecin.org.br>
Enviado em: sexta-feira, 28 de abril de 2017 16:10
Para: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Re: ORÇAMENTO DE AGENTE DE ESTÁGIOS
Anexos: COTACAO 1022017.pdf

SEGUE EM ANEXO CONFORME SOLICITADO!

GRANDE ABRAÇO!

Em 2017-04-28 14:51, apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br escreveu:

> BOA TARDE!
>
> SEGUE EM ANEXO ORÇAMENTO DE AGENTE DE ESTÁGIOS PARA COTAÇÃO!
>
> PEÇO QUE NOS DEVOLVA O MESMO O MAIS BREVE POSSÍVEL CARIMBADO E ASSINADO!
>
> POR GENTILEZA CONFIRME O RECEBIMENTO!
>
> ***MAICON***
>
> ***SETOR DE LICITAÇÕES*** - (***46***) ***3552-1321***
>
> ***MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR***

--
PAULO COVALSKI
(42) 3622-6799

Estágios CIN
centro de integração de estudantes

CEBRADE
CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: CEBRADE - Central Brasileira de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 10.347.576/0001-83 **E- MAIL:** rhtecnica2012@hotmail.com
ENDEREÇO: Rua Saldanha Marinho, 1465
COMPLEMENTO: Sala 02 **BAIRRO:** Centro
TELEFONE: (42)3622-4425 **CONTATO:** Nelson da Silva Virmond
CIDADE: Guarapuava **UF:** PR

Orçamento contratação de Agente de Integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/ profissionalizante em ensino médio no município de Capanema – PR.

Modalidade: Pregão Presencial.
Prazo de inicio dos serviços: 5 dias após a solicitação da secretaria responsável.
Prazo de pagamento: 30 dias após a emissão da nota fiscal.
Validade: 24 meses.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM	PERCENTUAL TOTAL
Contratação de Agente de Integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ ou técnico/ profissionalizante em ensino médio no município de Capanema-PR, com taxa administrativa para aproximadamente 80 estagiários, sendo que a bolsa estágio será baseada no salário mínimo nacional e em uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.	**UN**	**1**	**10%**	**10%**
TOTAL			R$	

Guarapuava, 05 de Maio de 2017.

Naiara C. Lima

CEBRADE – Central Brasileira de Estágio Ltda –ME
CNPJ: 10.347.576/0001-83

CEBRADE - CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO LTDA - ME
CNPJ: 10.347.576/0001-83

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017
PROCESSO Nº 16/2017

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando **contratação de empresa, com a finalidade de concessão de oportunidades de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino médio e técnicos no Município de Campo Bonito – Pr, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da contratante.**

- **Data de Abertura: 30/01/2017**
- **Horário: 09h00min**
- **Local: Departamento de Licitações – Paço Municipal.**

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto a Divisão de compras desta Prefeitura na Rua Prefeito Darcisio Roberto Grassi nº 252, no horário das 9:00 às 16:00 h, do dia 18/01/2017 a 29/01/2017 de segunda a sexta-feira, ou solicitada via e-mail: campobonitolicitacao@yahoo.com.br, informações pelo telefone (45) 3233-1282.

P U B L I Q U E - S E

Campo Bonito, 17 de Janeiro de 2017.

José da Cunha
Pregoeiro

Antonio Carlos Dominiak
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB Nº 09/2017

TIPO: MENOR PREÇO – GLOBAL (MEDIANTE MENOR PERCENTUAL DA TAXA ADMINISTRATIVA).

1 – PREÂMBULO

- A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 80.869.621/0001-45, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL (MEDIANTE MENOR PERCENTUAL DA TAXA ADMINISTRATIVA),** regido pela Lei nº 10.520/2002 subsidiariamente, a Lei Complementar 123/2006; a Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, visando à **contratação de empresa, com a finalidade de concessão de oportunidades de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino médio e técnicos no Município de Campo Bonito – Pr, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da contratante.**

1.1 – A PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO poderá ser feita **até às 09:00 horas do dia 30/01/2017,** no Protocolo da Prefeitura do Município de Campo Bonito, Estado do Paraná.

1.2 - A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO dar-se-á em sessão pública, a ser realizada **no dia 30/01/2017, às 09:00 horas, no endereço mencionado no subitem 1.1,** de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.3 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando a **contratação de empresa, com a finalidade de concessão de oportunidades de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino médio e técnicos no Município de Campo Bonito – Pr, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da contratante.**

2.1.1 - Compõem esta Convocação Geral, além das condições específicas, constantes no corpo do Edital, os seguintes documentos:

2.1.1.1 - Anexo I - Modelo de Proposta e Descrição dos materiais/serviços a serem adquiridos/executados;

2.1.1.2 - Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento *(apresentar fora dos envelopes, na abertura da sessão ou dentro do envelope da proposta)*;

2.1.1.3 - Anexo III - Modelo de Declaração de Responsabilidade e de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
2.1.1.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Menores Empregados, Inexistência de fatos impeditivos e Idoneidade;
2.1.1.5 - Anexo V - Modelo de Declaração contendo informações para assinatura de contrato;
2.1.1.6 - Anexo VI - Modelo de Minuta de Contrato *(este anexo é para simples conhecimento, não sendo necessário seu preenchimento)*;
2.1.1.7 - Anexo VII -Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (a não apresentação da documentação mencionada no item 6.3, implicará na perda do tratamento diferenciado previsto na Lei nº 123/2006);
2.1.1.8 - Anexo VIII - Modelo de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto semelhante ou superior ao licitado ***(este anexo não poderá ser emitido e assinado pela proponente participante no processo).***

Os anexos relacionados acima deverão ser inseridos nos envelopes da seguinte forma:
Anexo II e VII - apresentar fora dos envelopes, na abertura da sessão;
Anexos I e III – Envelope nº 01 – Pré Habilitação e Proposta de Preços; e
Anexo IV, V e VIII– Envelope nº 02 – Habilitação.

3 - RETIRADA DO EDITAL

3.1 - O presente edital e demais informações encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados junto à Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Campo Bonito, na Rua Prefeito Darcisio Roberto Grassi, 252, CEP 85.450-000, nesta cidade de Campo Bonito/PR, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h30 horas, ou pelo Fone/Fax: 45-3233-1282 ou pelo e-mail: campobonitolicitacao@yahoo.com.br

4 - REPRESENTAÇÃO LEGAL DA EMPRESA

4.1 - Só poderá deliberar em nome do licitante, formulando ofertas de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física ou jurídica, habilitada por meio de Procuração, ou Carta de Credenciamento conforme modelo do **ANEXO II**, ou documento equivalente, outorgando poderes necessários à formulação de propostas e à prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Caso seja sócio ou titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. O documento de representação deverá ser apresentado no início da sessão ou dentro do envelope de proposta.

4.2 - Cada proponente terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar um único licitante.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital.
5.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.1.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
5.1.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2 - Os interessados, até o dia, hora e local fixados no subitem 1.2, deverão entregar a proposta comercial e os seus documentos de qualificação/habilitação, em envelopes distintos e devidamente fechados, com as seguintes identificações na parte externa:

5.3 – Após o credenciamento, os credenciados deverão apresentar **SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento** contendo os itens a baixo qualificados:

a) Possuir SITE que disponibilize a Diretoria de Recursos Humanos, acompanhar on-line os seguintes serviços:
a.1) Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
a.2) Relatórios de estágio para impressão;
a.3) Sistema de cálculo e Informações sobre recesso remunerado;
a.4) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão entre outros;
a.5) A empresa vencedora deverá fazer a demonstração no momento do certame, para certificar que possui todos os itens solicitados;
a.6) Divisão dos alunos na folha de pagamento on-line por secretária.
a.7) Disponibilizar no sistema para o setor de RH, a visualização e impressão do comprovante do depósito na conta do estagiário;

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇO
EDITAL Nº 09/2017– PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017
REALIZAÇÃO: Dia 30/01/2017
PROPONENTE:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:
CGC/CNPJ:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 09/2017 – PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017
REALIZAÇÃO: Dia 03/02/2015 as 14h10min
PROPONENTE:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal Santa Tereza do Oeste
AV. PARANÁ, 61 - FONE/FAX: (45) 3231-1122 - CEP 85825-000 - SANTA TEREZA DO OESTE-PARANÁ
E-mail: statereza@mlvirtual.com.br

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2016 – PROCESSO Nº. 089/2016.

1 - PREÂMBULO

O ***MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE***, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 80.882.095/0001-53, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL (MEDIANTE MENOR PERCENTUAL DA TAXA ADMINISTRATIVA),** regido pela Lei nº 10.520/2002 subsidiariamente, a Lei Complementar 123/2006; a Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, visando à **contratação de empresa, com a finalidade de concessão de oportunidades de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino médio e técnicos no Município de Santa Tereza do Oeste – Pr, por um período de 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da contratante.**

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Dia: 19/05/2016

HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 13:45 horas (horário de Brasília).

HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:00 horas (horário de Brasília).

LOCAL: Sala de Reuniões – Paço Municipal.

1.1 - Este Edital será fornecido pelo Município de Santa Tereza do Oeste, à qualquer interessado, no Setor de Licitações, situados no Paço Municipal, junto à Avenida Paraná, nº. 61, Centro na Cidade de Santa Tereza do Oeste – Paraná em até 24 horas antes da abertura do processo, mediante pagamento através de DAM no valor a ser calculado no momento da retirada do edital. Após o encerramento do prazo para a protocolização da proposta de preços e da habilitação, não será aceita solicitação de expedição ou entrega de documentos para substituição.

1.2 - **A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO** dar-se-á em sessão pública, a ser realizada **no dia 19/05/2016, às 14:00** horas, **no endereço mencionado no subitem 1.1,** de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.3 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando a **contratação de empresa, com a finalidade de concessão de oportunidades de estágios supervisionados a estudantes da educação superior, do ensino médio, da educação profissional de ensino**

médio e técnicos no Município de Santa Tereza do Oeste – Pr, por um período de 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da contratante.

2.1.1 – Integram o presente edital, além das condições específicas, constantes no corpo do Edital, os seguintes documentos:
2.1.1.1 - Anexo I - Modelo de Proposta e Descrição dos materiais/serviços a serem adquiridos/executados;
2.1.1.2 - Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento *(apresentar fora dos envelopes, na abertura da sessão ou dentro do envelope da proposta)*;
2.1.1.3 - Anexo III - Modelo de Declaração de Responsabilidade e de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
2.1.1.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Menores Empregados, Inexistência de fatos impeditivos e Idoneidade;
2.1.1.5 - Anexo V - Modelo de Declaração contendo informações para assinatura de contrato;
2.1.1.6 - Anexo VI - Modelo de Minuta de Contrato *(este anexo é para simples conhecimento, não sendo necessário seu preenchimento)*;
2.1.1.7 - Anexo VII -Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (a não apresentação da documentação mencionada no item 6.3, implicará na perda do tratamento diferenciado previsto na Lei nº 123/2006);
2.1.1.8 - Anexo VIII - Modelo de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto semelhante ou superior ao licitado ***(este anexo não poderá ser emitido e assinado pela proponente participante no processo).***

Os anexos relacionados acima deverão ser inseridos nos envelopes da seguinte forma:
Anexo II e VII - apresentar fora dos envelopes, na abertura da sessão;
Anexos I e III – Envelope nº 01 – Pré Habilitação e Proposta de Preços; e
Anexo IV, V e VIII– Envelope nº 02 – Habilitação.

3 - RETIRADA DO EDITAL
3.1 - O presente edital e demais informações encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Tereza do Oeste, na Av. Paraná, 61, CEP 85.85-000, nesta cidade de Santa Tereza do Oeste /PR, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h30 horas, ou pelo Fone/Fax: 45-3231 1122 ou pelo e-mail: licitacaomas@santatereza.pr.gov.br

4 - REPRESENTAÇÃO LEGAL DA EMPRESA
4.1 - Só poderá deliberar em nome do licitante, formulando ofertas de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física ou jurídica, habilitada por meio de Procuração, ou Carta de Credenciamento conforme modelo do **ANEXO II**, ou documento equivalente, outorgando poderes necessários à formulação de propostas e à prática de todos os demais

atos inerentes ao certame. Caso seja sócio ou titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. O documento de representação deverá ser apresentado no início da sessão ou dentro do envelope de proposta.

4.2 - Cada proponente terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar um único licitante.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital.

5.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.1.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2 - Os interessados, até o dia, hora e local fixados no subitem 1.2, deverão entregar a proposta comercial e os seus documentos de qualificação/habilitação, em envelopes distintos e devidamente fechados, com as seguintes identificações na parte externa:

5.3 – Após o Credenciamento deverão apresentar **SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento** contendo os itens a baixo qualificados:

a) Possuir SITE que disponibilize a Diretoria de Recursos Humanos, acompanhar on-line os seguintes serviços:
a.1) Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
a.2) Relatórios de estágio para impressão;
a.3) Sistema de cálculo e Informações sobre recesso remunerado;
a.4) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão entre outros;
a.5) A empresa vencedora deverá fazer a demonstração no momento do certame, para certificar que possui todos os itens solicitados;
a.6) Divisão dos alunos na folha de pagamento on-line por secretária;
a.7) Impressão dos comprovantes de transferência na conta de cada estagiário;

Protocolo Número: 58 Capanema - PR, 16 de maio de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Prefeito Municipal

PARA:
- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação.

Preliminarmente à autorização solicitada mediante Protocolo nº 58 o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1 - À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;

2 - À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;

3 - À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;

4 - Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Protocolo Número: 58

Capanema - PR, 16 de maio de 2017

Assunto: Pregão Presencial

DE: Departamento de Contabilidade
PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

Em atenção ao protocolo 58 encaminhado por Vossa Excelência em 16/05/2017 informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, para aquisição constantes no protocolo número supra, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária;

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2017	330	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	960	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	970	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Respeitosamente,

Cleomar Walter
Téc. Cont. CRC: PR-046483/O-2
CPF: 723.903.959-53

MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARANÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

1. PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante o Pregoeiro e comissão de apoio, designados pela Portaria nº 6569, de 02 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, para prestação de serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, do objeto descrito no item 2 deste edital e projeto básico. O Procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Municipal nº. 4.118/07, do Decreto Federal nº. 7.892/13, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93.

1.2. A licitação terá apenas um item, conforme tabela constante no Projeto Básico.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

1.4.1. O pregão será realizado dia 13/06/2017 , com início às 14horas00 min, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1.080, centro, na cidade de Capanema - PR, CEP: 85.760-000.

1.5. Integram o presente EDITAL, independentemente de transcrição:

- Projeto Básico;
- Anexo I – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo II – Modelo de procuração para credenciamento;
- Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar ou contratar com a administração;
- Anexo IV – Modelo de declaração de regularidade com o Ministério do Trabalho;
- Anexo V – Modelo de declaração de micro empresa e empresa de pequeno porte;
- Anexo VI – Modelo de indicação do responsável pelo contrato;
- Anexo VII – Minuta do Contrato;
- Anexo VIII– Proposta de preços;
- Anexo IX – Protocolo de retirada do edital.
- Anexo X- Modelo de Atestado de Visita

1.6. Muito embora os documentos estejam agrupados em ANEXOS separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do PREGÃO e a formalização CONTRATUAL, que poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos que se

dispõe o art. 62, da Lei Federal 8666/93, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

1.7. Para maior transparência nos atos administrativos, a Sessão Pública poderá ser gravada pela Administração Municipal, através de equipamento áudio visual próprio.

2. OBJETO:

2.1. O objeto deste Pregão é a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, conforme especificações constantes no Projeto Básico.

2.2. Considera-se um mês de prestação de serviço como unidade para o presente certame.

3. DA DESPESA

3.1. A despesa com a contratação do objeto é estimada em R$ 2.462.436,00(Dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais) , , conforme o orçamento estimativo disposto no Projeto Básico.

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2017	330	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	960	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	970	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação todos os interessados, do ramo pertinente ao objeto, que manifestarem interesse em participar do certame até 24Horas antes da data marcada para a entrega da proposta.

4.2. A proponente deverá possuir escritório com endereço fixo num raio de até 150km na região do município licitante, com instalações e representante técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

4.2.1. Caso haja interesse de participação nesta licitação, a licitante deverá realizar ou atualizar o cadastro de fornecedores junto ao Setor de Licitações do Município de Capanema – PR, respeitando o prazo estipulado no item 4.1 acima, apresentando os seguintes documentos:

a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou; inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus

administradores, ou; a ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

b. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

c. Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários – (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social);

d. Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular;

e. Pen-Drive para repasse dos anexos e arquivos digitais (proposta eletrônica) obrigatórios referentes a esta licitação.

4.2.2. Quando o cadastro de fornecedor for realizado ou atualizado, e os arquivos digitais repassados, o representante da licitante obrigatoriamente deverá assinar um Protocolo de Retirada do Edital, que será anexado ao Processo Licitatório, o qual poderá ser encaminhado por e-mail.

4.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá entregar, na data da sessão pública do certame, uma declaração de que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no item 15 deste edital.

4.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4. Não poderão participar deste Pregão:

4.4.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4.4.2. Excepciona-se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

4.5. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

4.5.1. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

4.6. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

4.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7° da Lei n° 10.520/02 e art. 28 do Decreto n° 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei n° 8.666/93);

4.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8°, V da Lei n° 9.605/98;

4.9. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

4.10. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

4.11. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);

4.12. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

4.13. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

4.14. O licitante deverá apresentar o preço unitário dos produtos devendo estar incluso todas as despesas com pessoal, encargos fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços.

4.15. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

5. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, conforme item 5.5 deste edital.

5.1.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

5.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.5. Qualquer impugnação ao presente edital deverá ser protocolizada junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar os itens 5.1 deste edital.

6. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

6.1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

6.1.1. A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/ receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

6.1.2. A pessoa física ou o empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3° da Lei Complementar n° 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar n° 123/06, às ME/EPP.

6.2. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar n° 123/2006 independe da habilitação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

6.3. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3° da Lei Complementar n° 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4° do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar

6.4. A declaração acima exigida deverá ser entregue juntamente com a documentação de habilitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.

7.1.1. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

7.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

7.3. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

7.4. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar expressamente os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a licitações, nos moldes do anexo II, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

7.5. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7.6. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

a. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

b. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

a.1. A declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), deverá estar acompanhada da Certidão simplificada de registro do comercio - Junta Comercial – do Estado sede da licitante, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.2. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

8.3. Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE PROPOSTA (envelope n°. 01) PREGÃO Nº. 53/2017 DATA DE ABERTURA: 13/06/2017 as 14 horas00min NOME DO PROPONENTE:..... CNPJ: ..... ENDEREÇO: ..... FONE/FAX: .....

ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n° 02) PREGÃO Nº.53/2017 DATA DE ABERTURA: 13/06/2017 as 14 horas00min NOME DO PROPONENTE:..... CNPJ: ..... ENDEREÇO: ..... FONE/FAX: .....

8.4. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

8.4.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR PREGÃO SRP Nº 53/2017 SESSÃO EM - 13/06/2017-as 14horas00min

8.5. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (junto ao Departamento de Tributação no Paço Municipal) até a hora marcada no Preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública, quando não encaminhados via correio.

8.5.1. A sessão pública não será iniciada enquanto houver empresas na fila do protocolo dos envelopes.

8.5.2. Após o início da sessão, não poderão participar certame as empresas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o item 8.5.

8.5.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do Pregoeiro, declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.

8.6.Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

8.7.A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1. A proposta de preços, emitida por computador, somente conforme modelo padrão do sistema (Anexo VIII), redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

9.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, descrevendo o serviço ofertado, indicando o nome da empresa prestadora, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.

9.1.2. Preço unitário e total, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Projeto Básico.

9.1.3. O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Projeto Básico, sob pena de desclassificação de sua proposta.

9.2. Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, mão de obra, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

9.2.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá considerar as parcelas relativas à mão-de-obra, serviços, equipamentos e serviços;

9.3. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data de data da licitação

9.4. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

9.5. Ao assinar a Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas.

9.6. A proposta de preços padrão do sistema, depois de preenchida, também deverá ser salva em Pen-Drive ou CD-ROM e entregue ao Pregoeiro no momento do Credenciamento ou dentro do Envelope n° 01 (PROPOSTA DE PREÇOS), para fins de lançamento no Sistema de julgamento.

9.7. A licitante que não atender ao item 9.6, será desclassificada.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

10.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

10.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DAS REGRAS DE DESEMPATE

11.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

11.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do item.

11.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

11.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

11.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente à penalidade de multa de 2% sobre o valor máximo do objeto previsto no termo de referência.

11.5. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n° 11.488/2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n° 123/2006, regulamentada pelo Decreto n° 8.538/2015.

11.6. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

11.7. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor

classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

11.8. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

11.9. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

11.10. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

11.11. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

11.12. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, ou entre lances e lances o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, §2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a. Produzidos no País;

b. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.13. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

11.14. Durante a sessão pública é permitido a um licitante fazer lance igual ao de um concorrente com intuito de empatar o certame, porém somente será possível o lance nestes termos caso um lance menor seja considerado inexequível.

11.14.1. Não serão permitidos lances idênticos nos casos não previstos no subitem anterior.

11.14.2. O desempate nos casos previstos no subitem 11.14 se dará nos termos do item 11 deste edital.

11.14.3. Caso haja empate nos termos do item 11.14 entre empresas enquadradas como ME/EPP e não enquadradas, o desempate será por meio de sorteio.

11.15. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

11.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O critério de julgamento será o de menor preço por item.

12.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

12.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do serviço ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação.

12.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a sua continuidade.

12.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.7. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

12.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx);

b) CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);

c) SICAF;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

e. No caso de cooperativa:

e.1. A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

e.2. O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e.3. O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia que os aprovou;

e.4. Os editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e.5. A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

g. Para qualquer tipo de empresa: Certidão simplificada de registro do comercio - Junta Comercial, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes, salvo o previsto na alínea "c" deste subitem;

13.4.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

b) Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários – (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social);

c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular, expedido pela Caixa Econômica Federal;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

d.1) A aceitação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União está condicionada à verificação da correspondente autenticidade nos seguintes endereços eletrônicos: www.receita.fazenda.gov.bre www.pgfn.fazenda.gov.br.

e) Prova de regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, (Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela prefeitura da sede do licitante);

13.4.3. RELATIVA À REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

13.4.4. RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei 12.440/11(validade 180 dias contados da data de sua emissão).

13.4.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Demonstração, no momento do certame, de que a licitante dispõe de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento, contendo os itens a baixo qualificados:

a1.) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line os seguintes serviços:

- Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;
- Relatórios de estágio para impressão;
- Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;
- Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;
- Divisão, por Secretaria, dos estagiários.

b) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha prestado ou presta serviços idênticos ao do objeto desta licitação, comprovando a boa qualidade na execução.

c) Prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante.

c1). O funcionário acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

a) Da Visita Técnica

d1). Deverá ser realizada, pelas empresas interessadas em participar da presente licitação, uma Visita Técnica para conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, visita esta, que dará subsídios ao levantamento quantitativo de serviço e da mão-de-obra necessários a formalização da proposta e para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às especificidades dos serviços a serem executados e do grau de dificuldade existente, além das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não cabendo a licitante, portanto, alegação posterior de desconhecimento, sob qualquer hipótese.

d2). A visita técnica ocorrerá apenas no dia 09/06/2017 às 14h00min., sendo que os representantes das proponentes deverão se dirigir no horário marcado à Prefeitura Municipal, Departamento de Recursos Humanos.

d3). A contratante fornecerá o Atestado de Visita, com a devida identificação e qualificação do Responsável da empresa, contendo o carimbo e assinatura do fiscal do contrato, o qual certificará que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do inciso III, Art. 30 da Lei Federal n° 8.666/93.

13.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (DECLARAÇÕES):

a) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratar com a Administração, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

b) Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. (conforme modelo no Anexo IV deste Edital – Regularidade com o Ministério do Trabalho).

13.6. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou cópia simples que poderá ser autenticada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação ou Funcionário do Setor de Licitações, no decorrer da sessão desde que o original esteja na posse do representante credenciado, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

13.7. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.

13.8. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC n° 123/06).

13.9. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC n° 123/06 e n° 147/14).

13.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1°, da LC n° 123/06 e n° 147/14);

13.11. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4°, § 2°, do Decreto 6.204/07);

13.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n° 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.13. O proponente que não cumprir com o disposto no item 15 e seus subitens será desclassificado.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da eventual solicitação do Pregoeiro.

14.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n° 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

15.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

15.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

17.1. A contratação será formalizada por meio de contrato.

17.2. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

17.4. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.5. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura deste.

19. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviços 2 (dois)dias úteis após a solicitação forma da Secretaria Municipal de Administração.

19.2. A empresa vencedora deverá fazer o reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais até 02 (dois) salários mínimos, desde que as mesmas sejam devidamente comprovadas e as notas/recibos originais apresentados em, no máximo, 30 (trinta) dias.

19.3. Para cada estagiário contratado, a proponente vencedora deverá fazer seguro de vida por invalidez e acidentes pessoais, com indenização.

19.4. Os estagiários terão direito de recesso remunerado (férias).

19.5. Caberá ao agente integrador o repasse do valor da bolsa ao estagiário, até 02 (dois) úteis a contar do depósito em conta efetuado pela Contratante.

19.6. A bolsa auxílio deverá ser paga ao agente de integração, através depósito bancário, para posteriormente este efetuar o pagamento aos estagiários, por meio de depósito bancário.

19.7. A folha de pagamento dos estagiários deverá ser fornecida pelo Agente Integrador e disponibilizada via on-line.

19.8. A licitante deverá dispor de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento, contendo os itens a baixo qualificados:

a) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;

b) Relatórios de estágio para impressão;

c) Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;

d) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;

e) Divisão, por Secretaria, dos estagiários.

19.9. A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

19.10. Os estagiários serão lotados nas Secretarias Municipais de Administração, Viação, Obras e Serviços Urbanos; Educação, Cultura e Esportes, Saúde, Família e Desenvolvimento Social, Indústria, Comércio e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente e Planejamento.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.3. A CONTRATADA obriga-se a:

20.1.1. Executar os serviços em perfeitas condições, na forma, no prazo e no local discriminado no ProjetoBásico;

20.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

20.1.3. Este dever implica na obrigação da CONTRATADA de, a critério da Administração, substituir os equipamentos que não estejam atendendo as expectativas da municipalidade;

20.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

20.1.5. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

20.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços;

20.1.9. Cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória.

20.1.10. A CONTRATADA é obrigada a substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração.

20.1.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os profissionais, diesel, veículos, além de realizar a manutenção destes para a boa execução do objeto, sendo obrigada a substituí-lo caso estejam em condições precárias que põem em risco a segurança de todas as pessoas envolvidas com a execução dos serviços;

20.1.11.1. Caso haja necessidade, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1. ACONTRATANTE obriga-se a:

21.1.2. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;

21.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

21.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

21.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

24. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

24.1. A contratada é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

24.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

25. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E/OU DEFINITIVO

25.1. Mensalmente, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento.

25.2. O recebimento também ficará sujeito à apresentação da nota fiscal correspondente e de relatório, devidamente assinado pelos profissionais envolvidos, constando a quantidade de serviços realizados, o local da prestação dos serviços e serviços fornecidos pelo Município utilizados na prestação dos serviços.

25.3. Após a inspeção no Município se os serviços estão sendo prestados adequadamente e a entrega do relatório mencionado acima, no prazo de 10 dias, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.

25.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou serviços empregados, cabendo à fiscalização não atestar a prestação de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento.

25.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 25.3 não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 05 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo.

25.6. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

25.7. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR de forma parcelada e mensal, conforme execução dos serviços, em que a respectiva liquidação se dará somente após o recebimento definitivo dos serviços, nos termos do item 25 deste edital.

26.2. O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias, subsequentes ao recebimento definitivo dos serviços prestados.

26.3. Ao ser emitida a Nota Fiscal, deverá ser imediatamente enviada por e-mail, nos endereços eletrônicos: empenho@capanema.pr.gov.br e/ou compras@capanema.pr.gov.br, ou entregue em mãos dos Servidores designados para o pagamento, para fins de liquidação de empenho.

26.4. O pagamento será efetuado por meio da Tesouraria do Município.

26.5. Além dos procedimentos obrigatórios dispostos juntos ao Edital, as notas fiscais deverão obrigatoriamente ser emitidas em nome do Município de Capanema, CNPJ 75.972.760/0001-60, Endereço: Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Centro. Município: Capanema – PR, CEP: 85760 000.

26.6. A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento.

26.7. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

26.8. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's.

26.9. A CONTRATADA se obriga a revalidar todas as suas certidões e documentos vencidos, que tenham sido apresentados na ocasião da habilitação ou junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Capanema. Os pagamentos somente serão efetivados caso a CONTRATADA apresente situação regular.

26.10. Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade do fornecedor não gerará para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.

26.11. Na ocasião do pagamento a Contratada deverá apresentar na tesouraria da Contratante, além dos documentos exigidos nos subitens anteriores:

a) Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento.

b) Termo de recebimento definitivo do objeto.

26.12. Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

26.13. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

26.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras.

26.14.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

26.15. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses, sendo facultada a adoção de apenas uma delas:

26.15.1. Mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes à aquisição ou prestação de serviço contratado; ou

26.15.2. Mediante retenção diretamente sobre o valor devido ao contratado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), caso o referido tributo incida na

contratação, bem como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/03, e na Lei Municipal 950/03.

26.16. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26.17. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

26.18. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

26.19. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

27. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1.

omete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Fizer declaração falsa;

h) Ensejar o retardamento da execução do certame.

27.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;

27.3.

m caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

a) Advertência por escrito;

b) Multas:

b.1. Multa de 0,5 % por dia de falta ou recusa na prestação dos serviços, calculada sobre o valor unitário do item vencido pela licitante, limitada ao percentual máximo de 10% do valor unitário do item, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;

b.2. Multa de 5% sobre o valor do item no caso de inexecução parcial do contrato;

b.3. Multa de 0,2 % sobre o valor total do item, por infração a qualquer cláusula ou condição da ata ou do edital não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;

b.4. Multa de 5% sobre o valor total do item, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;

b.5. Multa de 20% sobre o valor total dos itens vencidos pela licitante, quando configurada a inexecução total do contrato.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

27.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

27.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

27.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.

27.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.

27.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.

27.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

27.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

28. DA RESCISÃO DO CONTRATO

28.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início e na conclusão do serviço;

e) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

g) A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.

h) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

i) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1° do art. 67 da Lei n° 8.666/93;

j) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

k) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

l) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/93;

o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao

contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

28.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

29. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

29.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

29.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

30. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

30.1. A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

30.2. A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

30.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

30.4. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.

30.5. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

30.6. A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

30.7. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

30.8. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

31. DA FISCALIZAÇÃO

31.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação de serviços e da alocação dos recursos

necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

31.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle dos serviços, veículos e do Contrato.

31.3. A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços através de um representante da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

31.4. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no Contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com os serviços em questão e seus complementos.

31.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de serviço inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

31.6. Compete especificamente à Fiscalização:

31.6.1. Indicar à Contratada todos os elementos indispensáveis a prestação dos serviços;

31.6.2. Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido nas Obrigações da Contratada constantes do Edital e seus anexos;

31.6.3. Exigir o cumprimento integral das especificações previstas em Edital.

31.6.4. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;

31.6.5. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;

31.6.6. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

31.6.7. Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos veículos que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e da programação dos serviços;

31.6.8. Relatar oportunamente à Contratante, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades na prestação dos serviços em relação a terceiros;

31.6.9. Dar à Contratante imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão do Contrato.

31.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

a) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

b) A qualidade e quantidade dos recursos serviços utilizados;

c) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

d) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

e) A satisfação do público usuário.

31.8. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1° do artigo 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

31.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1° e 2° do artigo 67 da Lei n° 8.666, de 1993.

31.10. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n° 8.666, de 1993.

31.11. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica ou veículo proposto pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério da Contratante, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

31.12. Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a Fiscalização, dispondo esta, de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Edital.

31.13. Reserva-se à Contratante o direito de intervir na entrega quando ficar comprovada a incapacidade técnica da Contratada ou deficiência dos veículos, sem que desse ato resulte o seu direito de pleitear indenização, seja a que título for.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

32.2. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de oficio ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.

32.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e em atendimento ao disposto no §1° do artigo 32 da Lei 8.666/93.

32.4. Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e representantes credenciados presentes.

32.5. A licitação não implica da obrigatoriedade de compra por parte da Prefeitura do Município de Capanema. Até a entrega do empenho, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

32.6. Qualquer impugnação, recurso, ou troca de documentos relacionados a este Edital deverão ser protocolizados junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se a data de recebimento da correspondência para verificação da tempestividade dos atos, respeitando-se os prazos previstos neste edital.

32.7. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados junto a Prefeitura do Município de Capanema, Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro – CEP 85.760.000 – Capanema, Estado do Paraná, no horário das 8h00min.às 11h30min.e das 13h30min.às 17h30min.

33. DO FORO

33.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Capanema-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capanema-PR, 24/05/2017

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(*)

(papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax)

Local e data
Ao Município de Capanema - PR
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro
85.760-000 – Capanema – PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2017

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017 , cujo objeto é a _____, conforme descrição constante no Projeto Básico.

....., ... de ..... de ____.

_____(Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA)_____

Nome
RG/CPF
Cargo

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES, NO INÍCIO DA SESSÃO.

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º .....e Inscrição Estadual sob n.º ....., representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 53/2017 com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (N° 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia .....

(Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA)

Nome

***Recomendação:** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.*

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES, NO INÍCIO DA SESSÃO – ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

(Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração. A Declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal).

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Referência:

Ao
Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 53/2017

_____ , inscrita no CNPJ/MF nº_____ , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____ , portador(a) do documento de identidade RG nº _____ , emitido pela SSP/__ , e do CPF nº_____ , DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, __ de _____ de 2017.

_____(Assinatura do representante legal_____
Nome
RG/CPF
Cargo

NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 2 - HABILIATAÇÃO.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO ***EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL***

Referência:
Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 53/2017

_____ , inscrita no CNPJ/MF nº_____ , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____ , portador(a) do documento de identidade RG nº _____ , emitido pela SSP/__ , e do CPF nº_____ , DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
_____, __ de _____ de 2017.

_____(Assinatura do representante legal_____
Nome
RG/CPF
Cargo

NOTA(*): DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 2 – HABILIATAÇÃO.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

(CASO O LICITANTE ESTEJA ENQUADRADO NOS TERMOS DA LC Nº 123, E OPTE POR EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, DEVERÁ APRESENTAR ESTA DECLARAÇÃO ACOMPANHADA DA "CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ATUALIZADA, EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE).

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 53/2017, realizado pelo Município de Capanema – PR.

Local e data _____

_____(Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA)_____
Nome
RG/CPF
Cargo

(*) NOTA: DOCUMENTO OPCIONAL - APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES, NO INÍCIO DA SESSÃO ACOMPANHADO PELA CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL.

ANEXO VI

TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL

(para controle e gerenciamento do Contrato*)*

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
Pregão Presencial nº	53/2017

2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ATA DO CONTRATO

Por este instrumento, a empresa _____ , inscrita no CNPJ/MF nº_____, com sede à _____, representada neste ato por seu _____ (identificar qualificação), o(a) Sr(a)_____, portador(a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/__, e do CPF nº_____, nomeia e constitui a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como responsável(is) para acompanhar a execução do Contrato, assim como proceder às ações necessárias ao seu cumprimento, tais como: a) receber e assinar em nome da empresa ordens de serviços emitidas pelo Município de Capanema; b) acompanhar a execução dos serviços solicitados; c) receber e assinar em nome da empresa o Atestado de Recebimento e Aprovação; d) receber e assinar em nome da empresa notificações da Contratante solicitando o refazimento dos serviços recusados ou a complementação nas quantidades solicitadas nas ordens de serviços; e) receber reclamações de serviços prestados inadequadamente e providenciar o seu refazimento; f) entregar em nome da empresa os atestados de recebimento e aprovação e as notas fiscais decorrentes dos serviços prestados; g) receber e assinar em nome da empresa notificações de qualquer natureza recebidas da Contratante e relacionadas à execução dos serviços constantes no Contrato; e h) proceder a todos os demais atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no Edital de Pregão acima identificado e em seus Anexos e no Contrato:

_____

Nome(s) do(s) Responsável(is)

Documento de Identidade

CPF

_____

Nome do Representante Legal

Qualificação

3. ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR

1) Este Termo de Indicação de Responsável deve ser assinado pelo Representante Legal da empresa, o mesmo que for indicado para assinatura do Contrato.

2) Pode ser indicado mais de um responsável.

3) Em caso de substituição de um ou mais responsáveis, novo Termo de Indicação de Responsável deve ser entregue à Administração Municipal.

NOTA(*): Documento não desclassificatório. Deverá ser apresentado dentro do envelope 2 ou após o certame.

ANEXO X – MODELO DE ATESTADO DE VISITA

Referente: Edital de Pregão Presencial n° 53/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

Declaramos que o Responsável da empresa _____, Sr.(a) _____, visitou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação em epígrafe.

(Local e Data)

(Nome, RG/CPF e assinatura do responsável pelo Licitador)

ANEXO VIII
(MINUTA DO CONTRATO)

MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR
CONTRATO Nº.....
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

Aos ..... dias do mês de ..... de....., o Município de Capanema, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - centro, doravante denominado CONTRATANTE, representada pela seu Prefeito Municipal, Sr. ....., nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 4118/2007, em face da classificação das propostas apresentada no Pregão Presencial nº 53/2017 , por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema em....., resolve contratar a empresa classificada em primeiro lugar, abaixo qualificada, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na ....., nº....., na cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu ..... Sr. ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº .....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. objeto, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do PREGÃOPRESENCIAL Nº 53/2017 , com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviços 2 (dois)dias úteis após a solicitação forma da Secretaria Municipal de Administração.

2.2. A empresa vencedora deverá fazer o reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais até 02 (dois) salários mínimos, desde que as mesmas sejam

devidamente comprovadas e as notas/recibos originais apresentados em, no máximo, 30 (trinta) dias.

2.3. Para cada estagiário contratado, a proponente vencedora deverá fazer seguro de vida por invalidez e acidentes pessoais, com indenização.

2.4. Os estagiários terão direito de recesso remunerado (férias).

2.5. Caberá ao agente integrador o repasse do valor da bolsa ao estagiário, até 02 (dois) úteis a contar do depósito em conta efetuado pela Contratante.

2.6. A bolsa auxílio deverá ser paga ao agente de integração, através depósito bancário, para posteriormente este efetuar o pagamento aos estagiários, por meio de depósito bancário.

2.7. A folha de pagamento dos estagiários deverá ser fornecida pelo Agente Integrador e disponibilizada via on-line.

2.8. A licitante deverá dispor de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento, contendo os itens a baixo qualificados:

k) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;

l) Relatórios de estágio para impressão;

m)Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;

n) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;

o) Divisão, por Secretaria, dos estagiários.

2.9. A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

2.10. Os estagiários serão lotados nas Secretarias Municipais de Administração, Viação, Obras e Serviços Urbanos; Educação, Cultura e Esportes, Saúde, Família e Desenvolvimento Social, Indústria, Comércio e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente e Planejamento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA DESCRIÇÃO DO ITEM

Item nº	Descrição do Item	Unid	Quant	MARCA	Valor Unitário R$

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.3. A CONTRATADA obriga-se a:

4.3.1. Executar os serviços em perfeitas condições, na forma, no prazo e no

local discriminado no Projeto Básico, bem como com a emissão dos documentos necessários, nos termos do edital e deste contrato;

4.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3.3. Este dever implica na obrigação da CONTRATADA de, a critério da Administração, substituir os profissionais e equipamentos que não estejam atendendo as expectativas da municipalidade;

4.3.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

4.3.5. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

4.3.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços;

4.3.9. Cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória.

4.3.10. A CONTRATADA é obrigada a substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração.

4.3.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os profissionais, diesel, veículos, além de realizar a manutenção destes para a boa execução do objeto, sendo obrigada a substituí-lo caso estejam em condições precárias que põem em risco a segurança de todas as pessoas envolvidas com a execução dos serviços;

4.3.11.1. Caso haja necessidade, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.3. ACONTRATANTE obriga-se a:

5.3.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;

5.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

5.3.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

5.3.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

6.3. O valor do contrato é de R$ XXXX(XXXX).

6.3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, serviços de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.3. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. O prazo de vigência previsto no item acima terá início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.3. O prazo e a forma do pagamento estão previstos no item 26 do edital.

8.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

8.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.6. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos *sites* oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.7. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.7.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.9. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.3. Mensalmente, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento.

9.4. O recebimento também ficará sujeito à apresentação da nota fiscal correspondente e de relatório, devidamente assinado pelos profissionais envolvidos, constando a quantidade de serviços realizados, o local da prestação dos serviços e serviços fornecidos pelo Município utilizados na prestação dos serviços.

9.5. Após a inspeção no Município se os serviços estão sendo prestados adequadamente e a entrega do relatório mencionado acima, no prazo de 10 dias, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.

9.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou serviços empregados, cabendo à fiscalização não atestar a prestação de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento.

9.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 25.3 não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 05 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo.

9.8. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.9. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.3. As despesas com os serviços prestados serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2017	330	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	960	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	970	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

10.4. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

11.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

11.2. Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, da Lei 8.666/93, o reajuste será convencionado pelas partes no respectivo aditamento, respeitando-se o índice INPC/IBGE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades cabíveis estão pormenorizadas no item 27 e seus subitens do edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei n° 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Os motivos para a rescisão do presente Contrato estão pormenorizados no item 28 do edital.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "m" a "q" do item 28.1, do edital, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.4.1. Devolução da garantia;

14.4.2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) "Prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir serviçomente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir serviçomente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.1.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
15.1.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.
Município de Capanema-PR, XX de XXXX de 2017.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

Representante Legal
CONTRATADA

PARECER JURÍDICO N° 149/2017

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações
ASSUNTO: Análise prévia do Pregão Presencial n° 53/2017.

EMENTA: ANÁLISE PRÉVIA DA LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO NUMERADO COM DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. OBJETOS E JUSTIFICATIVAS SUFICIENTES. POSSIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria n°. 6.569/2017, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, minuta de edital de pregão presencial, tipo menor preço, por item, visando contratação de pessoa jurídica especializada como agente de integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no Município de Capanema/Pr, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

I) Portaria n° 6.569/2017 – fl. 01;

II) Solicitação da contratação – fl. 02;

III) Projeto Básico – fls. 03/05;

IV) Orçamento e pesquisa de preços – fls. 06/20;

V) Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal – fl. 21;

VI) Parecer do Departamento de Contabilidade – fl. 22;

VII) Minuta do edital – fls. 23/48; e,

VIII) Anexo 01 – fl. 49; Anexo 02 – fl. 50; Anexo 03 – fl. 51; Anexo 04 – fl. 52; Anexo 05 – fl. 53; Anexo 06 – fls. 54/55; Anexo 10 – fl. 56; e, Anexo 07 (minuta do contrato) – fls. 57/64.

É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o

prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei n° 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos serviços da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Da licitação: do cabimento da modalidade Pregão Presencial

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem/serviço comum, nos termos da lei 10.520/2002; e (2) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo serviço/bem, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Nesse rumo, o Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei Federal n°. 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns, com disciplina e procedimentos próprios visando a acelerar o processo de escolha de futuros contratados da Administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei 8.666/93. A própria lei acima mencionada, em seu art. 1°, Parágrafo Único, esclarece o que se deve entender por "bens e serviços comuns":

> *"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".*

A doutrina tem muito estudado a abrangência da expressão "bens e serviços comuns", citem-se as considerações do insigne Professor José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra "Manual de Direito Administrativo" (25ª Ed., Editora Atlas, p. 304), para quem a amplitude do termo "bens e serviços comuns" permite a adoção do pregão para praticamente todos os bens e serviços:

> *"Para especificar quais os bens e serviços comuns, e diante da previsão legal de ato regulamentar, foi expedido o Decreto n° 3.555, de 8.8.2000 (publ. Em 9.8.2000). No anexo, onde há a enumeração, pode constatar-se que praticamente todos os bens e serviços foram considerados comuns; poucos, na verdade, estarão fora da relação, o que significa que o pregão será adotado em grande escala".*

Também o Tribunal de Contas da União, em análise quanto à abrangência do significado de bens e serviços comuns, já se manifestou diversas vezes, tais como nos acórdãos 313/2004, 2.471/2008, ambos do Plenário:

> *"11. O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais de mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.*
> *12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos também podem ser enquadrados como comuns (...)".*
> **(Acórdão n° 313/2004 – Plenário)**

> *"19. O entendimento de bem comum, de acordo com diversos autores, nada tem a ver com a complexidade do bem adquirido e sim com produtos que sejam comumente encontrados no mercado, sem a necessidade de alterações específicas para o fornecimento em questão".*
> **(Acórdão n° 2.471/2008 - Plenário)**

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração (Projeto Básico), bem como da verificação de existência de um mercado vasto, diversificado e capaz de identificar amplamente as especificações usuais deste objeto, infere-se que este pode ser considerado como serviços comuns.

2.2. Do Projeto Básico

Em licitações realizadas na modalidade pregão, é obrigatória a elaboração de termo de referência ou Projeto Básico, que deve dispor sobre as condições gerais de execução do contrato.

Destarte, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o projeto básico atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que os licitantes elaborem as suas propostas.

Ademais, oportuno registrar a necessidade da administração se atentar para o disposto no item 28 e 29, especificamente no que tange às condições de recebimento do objeto e a necessidade do respectivo termo de recebimento definitivo para possibilitar o pagamento.

Outrossim, atendidas as ponderações acima, como a presente licitação adota o Sistema de Registro de Preços, se faz necessário que a Secretaria interessada em contratar se atente ao item 24 do Edital de Licitação, realize o requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, anexando-o a Presente Licitação.

Ainda nesta toada, seguindo a análise da documentação apresentada, tendo em vista que a aquisição do objeto deste certame será de forma parcelada, conforme as necessidades da municipalidade, acertadamente fora previsto que o fornecimento será precedido pela elaboração de um requerimento pela Secretaria interessada, constando informações necessárias que a municipalidade deverá fornecer à Contratada, como, por exemplo, a identificação dos materiais e a justificativa para a quantidade a ser adquirida, documento este que é condição *sine*

qua non para autorizar e obrigar a licitante vencedora a fornecer os bens licitados, os quais deverão ser anexados ao processo licitatório.

Quanto ao recebimento dos objetos, calha observar que a ausência de confecção do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

2.3. Da minuta do edital e do contrato

A análise da minuta de edital e do contrato foi conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, qual seja, a Lei 10.520/2002 e a Lei 'Complementar Federal n° 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como, de forma subsidiária, a Lei 8.666/93.

Nesse mesmo rumo, verifica-se que a minuta contratual contém as cláusulas obrigatórias que o caso requer, especialmente o que dispõe o art. 55, da Lei 8.666/93.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta favoravelmente à publicação da minuta de edital em apreço, bem como de seus anexos, ora rubricados com o intuito de identificar a documentação examinada.

Ademais, importante salientar a necessidade de publicação deste edital no portal eletrônico do Município de Capanema, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011.

Capanema, 26 de maio de 2017.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone:46-3552-1321 - ramal 202 - Fax:46-3552-1122
Procuradoria.romanti@capanema.pr.gov.br
CAPANEMA - PR

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Protocolo Número: 53

Assunto: Pregão Presencial

Capanema - PR, 26 de maio de 2017

DE: Prefeito Municipal

PARA: Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade PREGÃO, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR., nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão de Licitação é aquela nomeada pela Portaria N° 6569 de 02 de Janeiro de 2017.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências necessárias.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº53/2017

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

Valor total estimado: R$ 2.462.436,00(Dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 13/06/2017.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR, 26 de maio de 2017

Américo Bellé- Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PORTARIA Nº 6.753 DE 25 DE MAIO DE 2017.
Termo de Homologação do Pregão Presencial 48/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43; - RESOLVE:
Art. 1º homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão nº 48/2017, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço por item;

VENCEDORES

Fornecedor	Lote	Item	Serviço	Marca	Quantidade	Preço
M. BIGATON & CIA LTDA–ME	1	1	HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO MÍNIMO DE 20 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 155HP, EQUIPADA COM ROMPEDOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1800 KG DE IMPACTO, COM OPERADOR.	M. BIGATON & CIA LTDA–ME	200,00	382,90
M. BIGATON & CIA LTDA–ME	1	2	HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO MÍNIMO DE 20 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 155HP, COM OPERADOR.	M. BIGATON & CIA LTDA–ME	500,00	170,00
'GATON & CIA ME	1	3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO TRUCK BASCULANTE COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: TRAÇÃO 6x4, CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 12 m³, POTÊNCIA MÍNIMA DE 273HP, COM OPERADOR	M. BIGATON & CIA LTDA–ME	500,00	108,00
IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	1	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO MÍNIMO DE 17.000KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 113HP, COM OPERADOR	IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	300,00	150,00
IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	1	5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO MÍNIMO DE 14.500KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 95HP, COM OPERADOR	IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	200,00	149,00
RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA–ME	1	6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM MINICARREGADEIRA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 47 hp E PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.581 kg, COM OPERADOR	RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA–ME	200,00	103,00
RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA–ME	1	7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM MINIESCAVADEIRA COM AS SEGUINTES CARATERÍSTICAS: POTÊNCIA MÍNIMA DE 27 hp E PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.570 kg, COM OPERADOR	RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA–ME	200,00	92,00
JACKSON DA ROSA–EPP	1	9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM PÁ CARREGADEIRA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO MÍNIMO DE 9.800 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150HP, COM OPERADOR	JACKSON DA ROSA–EPP	300,00	168,00
A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	1	10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM RETROESCAVADEIRA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.130KG, POTÊNCIA MÍNIMA 75HP, COM OPERADOR.	A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	500,00	128,00
A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	1	11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM ROLO COMPACTADOR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO DE COMPACTAÇÃO DE MÍNIMO DE 25 TONELADAS, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 11.500KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 130HP, COM OPERADOR.	A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	200,00	255,00
A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	1	12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM TRATOR DE ESTEIRAS COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 15 TONELADAS, DEVE POSSUIR ESCARIFICADOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 155 hp, COM OPERADOR	A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME	300,00	164,00
IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	1	13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS COM TRATOR DE ESTEIRAS COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 19 TONELADAS, DEVE POSSUIR ESCARIFICADOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 hp, COM OPERADOR	IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME	500,00	170,00

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº 48/2017, é de R$ 80,00 (Seiscentos e Vinte e Oito Mil, Novecentos e Oitenta Reais).
Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná vinte e cinco dias de maio de 2017
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236131

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº184/2017
Pregão Presencial Nº 048/2017

Data da Assinatura: 25/05/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: A.A. COLUSSI & CIA LTDA–ME
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
Valor total: R$ 164.200,00 (Cento e Sessenta e Quatro Mil e Duzentos Reais)
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236132

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº185/2017
Pregão Presencial Nº 048/2017

Data da Assinatura: 25/05/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: IVAR–TERRAPLANAGEM LTDA–ME
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
Valor total: R$ 159.800,00 (Cento e Cinqüenta e Nove Mil e Oitocentos Reais)
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236133

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº186/2017
Pregão Presencial Nº 048/2017

Data da Assinatura: 25/05/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: JACKSON DA ROSA–EPP
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
Valor total: R$ 50.400,00 (Cinqüenta Mil e Quatrocentos Reais)
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236134

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº187/2017
Pregão Presencial Nº 048/2017

Data da Assinatura: 25/05/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: M. BIGATON & CIA LTDA–ME
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
Valor total: R$ 215.580,00 (Duzentos e Quinze Mil, Quinhentos e Oitenta Reais)
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236135

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº188/2017
Pregão Presencial Nº 048/2017

Data da Assinatura: 25/05/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA–ME
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
Valor total: R$ 39.000,00 (Trinta e Nove Mil Reais)
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod236136

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº53/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.
Valor total estimado: R$ 2.462.436,00(Dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)
Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 13/06/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema-PR, 26 de maio de 2017
Américo Bellé- Prefeito Municipal

Cod236176

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Voltar

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Ano*	2017
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	53
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	53

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	

Descrição Resumida do Objeto*	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
Forma de Avalição	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	05001041220102202303303390 36
Preço máximo/Referência de preço - R$*	2.462.436,00
Data de Lançamento do Edital	29/05/2017
Data da Abertura das Propostas	13/06/2017
Data Registro	29/05/2017
NOVA Data da Abertura das Propostas	
Data Registro	
Data Cancelamento	

Editar Excluir

F: 63225824968,0 (Logout)

Município de Capanema - PR

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE DESPESAS

PROTOCOLO DE ENTREGA

Data da Emissão: 29/05/2017 **Edital nº: 053** **Tipo Pregão**

FORNECEDOR :

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
12.622.708/0001-63
R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Cascavel/PR

Declaro que recebi o Edital de Licitação referente a (Pregão Nº **053**), devidamente preenchida e de acordo com a Lei **8.666/93,** alterada pela Lei **8.883/94, e concordo com as condições do Edital.**

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Assinatura do fornecedor

Obs.: Devolver à PREFEITURA, devidamente assinado, no ato do recebimento do Edital de licitação.

Município de Capanema – PR

Setor de Licitações

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE DESPESAS

PROTOCOLO DE ENTREGA

Data da Emissão: 09/06/2017 **Edital nº: 053** **Tipo Pregão**

FORNECEDOR :

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
76.610.591/0001-80
RUA IVO LEAO, 42 CASA - CEP: 80030180 - BAIRRO: ALTO DA GLÓRIA
CIDADE/UF: Curitiba/PR

Declaro que recebi o Edital de Licitação referente a (Pregão Nº 053), devidamente preenchida e de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e concordo com as condições do Edital.

Assinatura do fornecedor

Obs.: Devolver à PREFEITURA, devidamente assinado, no ato do recebimento do Edital de licitação.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ

Curitiba, 09 de junho de 2017.

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

76.610.591/0001-80
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
RUA IVO LEÃO, N.º 42
ALTO DA GLÓRIA - CEP 80030-180
CURITIBA - PR

À
Comissão de Licitações
Prefeitura Municipal de Capanema
Av. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza 1080
Estado do Paraná

Ref.: Pregão Presencial n.º 53/2017

Objeto: "a contratação de Agente de Integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em curso de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em Ensino Médio no município de Capanema, conforme especificações constantes no projeto básico. "

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, pessoa jurídica de direito privado, Entidade Beneficente de Assistência Social, sem intuito lucrativo, isento de inscrição estadual, de Utilidade Pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede à Rua Ivo Leão, nº 42, bairro Alto da Glória, em Curitiba-PR, na qualidade de proponente do processo licitatório em epígrafe, **declara** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão conforme descrição constante no Projeto Básico em epígrafe e para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

ARWED BALDUR KIRCHGASSNER
Diretor-Presidente
CPF: 010.261.869-00
RG: 196.225-6 SSP/PR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

6.499.970-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/06/1992

ELIANE SZCZEPKOWSKI

FILIAÇÃO

CLAUDINO OSVALDO SZCZEPKOWSKI
OLINDA SZCZEPKOWSKI

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOIS VIZINHOS/PR 25/04/1977

COMARCA=DOIS VIZINHOS/PR,DA [illegible]
[illegible]388,LIVRO=2A,FOLHA=297V
[illegible]69.079-53

Bel. Douglas Haquim
ASSINATURA DO DIRETOR

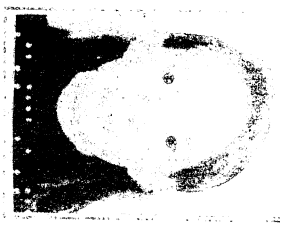
LEI Nº7.116 DE 29/08/83

TO VACINADO BRASIL LIVRE DA POLIO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ





Eliane Szczepkowski

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que o presente documento é cópia fiel do original.
Capanema, 23 / 06 / 2017

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ

Curitiba, 09 de junho de 2017.

CARTA DE CREDENCIAMENTO – PROCURAÇÃO

76.610.591/0001-80
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
RUA IVO LEÃO, N.º 42
ALTO DA GLÓRIA - CEP 80030-180
CURITIBA - PR

À
Comissão de Licitações
Prefeitura Municipal de Capanema
Av. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza 1080
Estado do Paraná

Ref.: Pregão Presencial n.º 53/2017

Objeto: "a contratação de Agente de Integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em curso de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em Ensino Médio no município de Capanema, conforme especificações constantes no projeto básico. "

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, pessoa jurídica de direito privado, Entidade Beneficente de Assistência Social, sem intuito lucrativo, isento de inscrição estadual, de Utilidade Pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede à Rua Ivo Leão, nº 42, bairro Alto da Glória, em Curitiba-PR, pela presente credencia a Sra. **ELIANE SZCZEPKOWSKI,** portadora da CI/RG nº 6.499.970-2 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 913.909.079-53, a participar do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Capanema.

Na qualidade de representante legal da empresa, outorgo ao acima credenciado, poderes tomar qualquer decisão durante todas as fases do pregão, inclusive apresentar declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, os envelopes proposta de preços (n° 01) e documentos de habilitação (n° 02) em nome da outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Atenciosamente,

ARWED BALDUR KIRCHGASSNER
Diretor-Presidente
CPF: 010.261.869-00
RG: 196.225-6 SSP/PR

1º TABELIONATO CURITIBA - PR

1o TABELIONATO GIOVANNETTI
Rua Paula Gomes, 110 Curitiba
Tel.:(41)3014-2727 - Fax:(41)3014-2720
Reconheço a(s) firma(s) de:
[illegible] ARWED BALDUR KIRCHGASSNER...
Por SEMELHANÇA.
Em testemunho da verdade.
Curitiba, [illegible] de junho de 2017
129 JANAINA ZANATTA
ESCREVENTE AUTORIZADA
SELO DIGITAL:z90vA . ekH02 . eYQ4A - [illegible] . fr9f2
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
Desde 1967

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1°. O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, abreviadamente CIEE/PR, pessoa jurídica de direito privado, fundado em 14 de agosto de 1967, com foro e sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Ivo Leão n° 42, Alto da Glória, é uma associação de âmbito estadual, de fins não econômicos e não lucrativos, beneficente de assistência social e de utilidade pública, regida pela legislação pertinente e por este Estatuto.

§1°. A constituição do CIEE/PR deu-se por Assembleia Geral e encontra-se registrada, desde 22 de setembro de 1967, sob n° 1.005 no livro A-1 do Registro de Pessoa Jurídicas do 2° Ofício de Registro de Títulos e documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

§2°. O CIEE/PR adotará os princípios da Governança Corporativa visando a qualidade de gestão e a ética no trabalho.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS

Art. 2°. O CIEE/PR tem por objetivo a promoção da integração ao mercado de trabalho, seja do estudante, do aprendiz ou da comunidade em geral e em especial do adolescente carente (art. 203, inciso III, da Constituição Federal).

§1°. Como entidade de assistência social, o CIEE/PR atuará de forma gratuita, continuada, permanente e planejada voltada para a consecução dos seus objetivos estatutários, prioritariamente para a defesa e garantia de direitos socioassistenciais, promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais, desenvolvendo atividades culturais, educacionais,

2° R T D - CURITIBA/PR
2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR 1017623
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 MICROFILME
Fone: (41) 3225-3606 - Curitiba - PR

1° TABELIONATO DE NOTAS
Curitiba PR
29 MAIO 2017
Certifico que a presente cópia fotográfica é reprodução desta face do documento apresentado. Autorizada a sua entrega.
Celia Regina Bolzani - Escrevente
Rua Paula Gomes, 103 - Centro
Tel (41) 3014-2727 - Fax 3014-2728

VIII - Apresentar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por Auditor Independente legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná;

IX - Conservar em boa ordem, pelo prazo previsto na legislação específica, contado a partir do primeiro dia do ano do calendário subsequente ao de sua emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que impliquem em modificação da situação patrimonial.

CAPITULO III
DO QUADRO ASSOCIATIVO

SEÇÃO I
DOS ASSOCIADOS

Art. 4º. O Quadro Associativo da entidade é constituído pelas seguintes categorias de Membros:

I - Membros Titulares;

II – Membros Beneméritos ou Honorários;

III – Membros Cooperadores.

§1°. Membros Titulares são as pessoas físicas que integram o quadro social efetivo na forma deste Estatuto;

§2°. Membros Beneméritos ou Honorários serão aqueles que prestarem ou proporcionarem valiosa contribuição ao CIEE/PR, quer por meio de relevantes serviços, quer por meio de cooperação científica, técnica, informativa, cultural e social, e que, por deliberação da Assembleia Geral, forem agraciados com este Título;

§3°. Também serão incluídos na categoria de Membros Beneméritos ou Honorários:

a) Os Membros Fundadores que manterão este título em caráter pessoal;

b) Os ex-Presidentes que, também, receberão o título de Presidente Emérito, em caráter pessoal;

TABELIONATO GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR
29 MAIO 2017
Cartório Registro Civil
A presente cópia fotostática é reprodução fiel da face do documento apresentado. DOU FÉ
Emp. Autorizada
Rua Cel. Dulcídio, 800 - Centro
Tel.: (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2727

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 / Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR
2º R T D - CURITIBA
Nº 1017623
MICROFILME

SEÇÃO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. Todos os associados têm iguais direitos e deveres e podem participar das atividades da instituição.

§1°. São direitos dos associados:

a) Participar das Assembleias Gerais, tomar parte nos debates, votar e ser votado para cargos eletivos, salvo disposições estatutárias;

b) Sugerir à Diretoria ou ao Conselho Deliberativo, estudo de temas e abordagens de interesse do CIEE/PR;

c) Receber informações a respeito das atividades desenvolvidas pela Entidade;

d) Recorrer ao Conselho Deliberativo quando entender violados seus direitos.

§2°. Constituem deveres dos associados:

a) Comprometer-se com os princípios éticos do CIEE/PR;

b) Comparecer às Assembleias e reuniões para as quais for convocado;

c) Desempenhar, de acordo com as normas legais e regulamentares, o cargo que lhe for conferido;

d) Manter atitude e conduta compatíveis com o meio social e com os princípios do CIEE/PR;

e) Acatar as disposições do presente Estatuto, zelando pelo seu fiel cumprimento;

f) Manter atualizados os seus dados cadastrais.

CAPÍTULO IV

DOS PODERES SOCIAIS E ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS

Art. 7º. Constituem Poderes Sociais e são Órgãos Institucionais de Deliberação, de Fiscalização e de Execução Administrativa do CIEE/PR:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho Fiscal;

IV – Diretoria.

1º TABELIONATO GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Celia Regina Bolzani - Emp. Autorizada
Rua Dr. Pedro Ivo, 110 - Centro
Tel/Fax: (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2720

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR RTD - CURITIBA
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 / Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR
1017623
MICROFILME

II- Sendo Extraordinária, pela maioria simples dos associados que a ela estiverem presentes.

§1°. A cada componente da Assembleia Geral corresponde um voto;

§2°. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral o voto de desempate.

SUBSEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 10. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á:

I - Anualmente, no mês de março, para analisar o Relatório, o Balanço e as demais contas do exercício findo, acompanhados de Parecer da Auditoria Externa independente e do Conselho Fiscal, e deliberará sobre a destinação de eventual superávit apurado no exercício anterior;

II - Bienalmente, no último dia útil do mês de março, para eleger e dar posse aos Membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria, para mandato de dois anos.

§1°. Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, a Diretoria encaminhará ao Quadro Associativo, com antecedência mínima de cinco dias, os documentos constantes do Inciso I deste Artigo;

§2°. As eleições para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria obedecerão ao previsto no Capítulo VIII deste Estatuto e o Regulamento do Processo Eleitoral;

SUBSEÇÃO II
DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 11. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á para:

I – Aprovar a reforma do Estatuto;

II - Destituir, a qualquer tempo, Conselheiros e Membros da Diretoria;

III - Aprovar a aquisição, oneração, alienação de bens imóveis, após análise e decisão do Conselho Deliberativo;

IV - Aprovar a extinção do CIEE/PR;

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 Sala 604
Fone: (41) 3225-3907 Curitiba - PR

2° R T D - CURITIBA/PR
Nº 1017623
MICROFILME

1° TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Curitiba/PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ
Celia Regina Bolzani - Escr. Autorizada
Rua Paula Gomes, 110 - Centro
Tel (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2727

Art. 14. O mandato do Conselho Deliberativo será de dois anos e coincide com o da Diretoria eleita.

Parágrafo Único: Em caso de vacância de cargos do próprio Conselho, do Conselho Fiscal, ou da Diretoria, o Conselho Deliberativo, por indicação da Diretoria ou de pelo menos 20 associados com direito a voto, elegerá novo Membro para preencher o cargo, o qual cumprirá o restante do mandato.

Art. 15. O Conselho Deliberativo decidirá por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade nas decisões em que ocorrer empate.

Art. 16. Compete ao Conselho Deliberativo:

I – Aprovar a Previsão Orçamentária anual, o Plano de Ação e o Planejamento Estratégico;

II - Aprovar a movimentação e as formas de aplicação dos fundos e valores do CIEE/PR;

III - Aprovar o Regimento Interno do CIEE/PR revisto na forma prevista no item II do Art. 22, acompanhar a sua observância e o desenvolvimento das atividades previstas, bem como aprovar o plano de cargos e salários;

IV - Aprovar a contratação ou substituição de auditoria externa;

V - Analisar e decidir sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis, propostos pela Diretoria;

VI - Deliberar sobre atos praticados *ad referendum* pela Diretoria;

VII - Criar Comissões Técnicas com o objetivo específico de analisar e emitir parecer sobre matérias de interesse da Entidade;

VIII – Aprovar o Código de Ética e suas possíveis modificações;

IX – Designar a Comissão Eleitoral;

X - Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do seu Presidente, pelo menos quatro vezes ao ano, ou, extraordinariamente, em caso de necessidade, podendo ser convocado por pelo menos três de seus Membros ou por solicitação da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

TABELIONATO GIOVANNETTO
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução desta face do documento apresentado. DOU FÉ
Celia Regina Belzuni - Emp. Autorizados
Rua Dr. Faria Gomes, 110 - Centro
Tel. (41) 3014-2727 - Fax. 3014-2727

2º R T D - CURITIBA/PR
Nº 1 0 1 7 6 2 3
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 306
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

2º R T D - CURITIBA/PR
Nº 1 0 1 7 6 2 3
MICROFILME

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA

Art. 20. A Diretoria é órgão colegiado, administrativo, de execução e implementação de atos e ações necessárias, adequadas e eficazes à consecução dos objetivos do CIEE/PR, agindo, sobretudo, na orientação e controle das atividades da Gestão Executiva.

Art. 21. A Diretoria, eleita para mandato de dois anos, será constituída de sete Membros: Diretor Presidente, dois Diretores Vice-Presidentes e quatro Diretores cujas atribuições serão aquelas definidas no Regimento Interno.

§1°. Poderá haver eleição e recondução consecutiva, para os mesmos cargos da Diretoria, apenas uma vez, desde que respeitados os princípios e critérios definidos neste Estatuto;

§2°. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, mediante convocação do Presidente ou de acordo com planejamento previamente aprovado no início de cada gestão e, extraordinariamente, quando necessário e convocado por três de seus membros.

Art. 22. Compete à Diretoria, além das suas atribuições específicas:

I – Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Deliberativo:

a) a Previsão Orçamentária anual, bem como informar, trimestralmente, sobre a sua execução e as despesas não previstas na Proposta Orçamentária;
b) o Plano de Ação Anual;
c) o Planejamento Estratégico, definindo metas e objetivos;
d) o Código de Ética;
e) a revisão do Regimento Interno que deverá conter, obrigatoriamente, Organograma, Delegação de Poderes e Alçadas;
f) o Plano de Cargos e Salários;

II - Autorizar o Diretor Presidente a constituir Procuradores, devendo os respectivos poderes serem específicos e definidos caso a caso;

III - Autorizar a contratação do pessoal necessário ao preenchimento dos cargos previstos na estrutura organizacional;

IV - Propor homenagens e títulos honoríficos, com respectivos atributos, a pessoas físicas ou jurídicas;

V – Propor ao Conselho Deliberativo, a aquisição, oneração, alienação e constituição de bens imóveis;

TABELIONATO GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
29 MAIO 2017
Curitiba / PR
A presente cópia fotográfica é reprodução fiel da face do documento apresentado. DOU FÉ.
Celia Regina Bolzani - Emp. Autorizada
Rua Paula Gomes, 110 - Centro
Tel. (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2727

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 | Curitiba - PR

2° R.T.D. - CURITIBA
Nº 1017623

Art. 25. Na ausência ou impedimento de um Diretor, as suas responsabilidades serão atribuídas pela Diretoria a outro Diretor que responderá interina e cumulativamente pelo cargo.

CAPÍTULO V
DA GESTÃO EXECUTIVA

Art. 26. O CIEE/PR contará com uma gestão executiva responsável pela execução das atividades de caráter administrativo, operacional, financeiro, dentre outras, a qual disporá de organização composta de pessoal com vínculo empregatício.

§1°. A gestão executiva obedecerá ao Regimento Interno, previsto na alínea "a", Inciso I, do Artigo 22;

§2°. A gestão executiva é, por natureza, distinta dos órgãos institucionais previstos no Artigo 7° e suas funções não se confundem com as funções estatutárias daqueles órgãos;

§3°. A gestão executiva será conduzida por um Superintendente Executivo, subordinado ao Diretor Presidente, investido das funções especificadas no Regimento Interno, contratado ou designado conforme estabelecido no Inciso III do Artigo 22 deste Estatuto;

§4°. É vedada a contratação de Membro ativo do Quadro Associativo do CIEE/PR indicado nos incisos I e II do art. 4°, ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3° grau, como colaborador, para compor a Gestão Executiva.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS RECURSOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 27. O exercício social do CIEE/PR coincidirá com o ano civil.

Art. 28. Os recursos do CIEE/PR consistirão, dentre outros, de:

I - Contribuições Institucionais destinadas à manutenção das atividades e aos programas da entidade;

1° TABELIONATO DE NOTAS GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução desta face do documento apresentado
Celia Regina Bolzani Emol. Autorizada
Rua Paula Gomes, 110 - Centro
(41) 3014-2727 - Fax: 3014-2727

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3995 - Curitiba - PR
2° R T D - CURITIBA / PR
Nº 1017623
MICROFILME

a) Fazer cumprir o Regulamento do Processo Eleitoral, anexo a este Estatuto;

b) Analisar as chapas inscritas sob os aspectos de idoneidade e condutas pessoal, profissional ou empresarial, dos candidatos a cargos eletivos, na forma do art. 34.

Art. 34. As chapas completas deverão ser inscritas, em local a ser definido no Edital, na forma dos §1° e §2° do art. 8°, até vinte dias antes do pleito com a indicação dos nomes dos candidatos ao Conselho Deliberativo, Fiscal e à Diretoria.

§1°. O pedido de inscrição da chapa deverá ser protocolado na Secretaria do CIEE/PR, no horário de expediente indicado em Edital, subscrito por, no mínimo, vinte Membros associados há, no mínimo, um ano.

§2°. Para ser integrante da chapa, o interessado deverá compor o Quadro Associativo há, no mínimo, um ano e ter ilibada e comprovada reputação;

§3°. Fotocópia do(s) pedido(s) de inscrição da(s) chapa(s) ficará(ão) à disposição de todos os associados junto à Secretaria do CIEE/PR;

§4°. O pedido de impugnação da(s) chapa(s) poderá ser feito por vinte associados, no gozo de seus direitos sociais, em até cinco dias após o prazo definido no *caput*.

Art. 35. Caso haja impugnação da inscrição de chapa(s), em até dois dias após o término do prazo do artigo anterior, e antes de analisar seu mérito, a Comissão Eleitoral dará conhecimento à pessoa do candidato a Diretor Presidente, que terá o prazo de três dias para apresentar defesa e/ou manifestação regularizando eventuais pendências.

Art. 36. A Comissão Eleitoral deverá decidir fundamentadamente, após a análise de eventuais impugnações e/ou manifestações/defesas, a respeito do deferimento ou não do pedido de inscrição de chapa, tendo para tanto o prazo de dois dias;

Art. 37. No caso de impugnação de todas as chapas apresentadas e esgotada a possibilidade de recurso, os mandatos do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria do CIEE/PR serão prorrogados, em caráter de excepcionalidade, até sessenta dias para que se proceda à nova convocação nos termos dos §1° e §2° do art. 8° do Estatuto.

Art. 38. Aprovadas pela Comissão Eleitoral, as chapas serão registradas e afixadas em edital na sede do CIEE/PR e seus titulares terão o prazo remanescente até o dia da eleição para promover suas campanhas eleitorais.

Art. 39. As chapas distinguir-se-ão, uma das outras, pelo nome que lhe for atribuído no ato do registro.

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 32 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2° R.T.D. - CURITIBA/PR
Nº 1017623
MICROFILME

Curitiba/PR 29 MAI 2017
Cella Regina Bonatti - Esp. Autorizada
presente cópia reprodução fiel desta face do documento apresentado
DOU FF
Rua Paula Gomes, 110 - Tel. (41) 3014-2727 - Fax (41) 3014-2727

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
Desde 1957

2º R T D - CURITIBA/PR
Nº 1017623
MICROFILME

Art. 46. O CIEE/PR integra, como Membro Fundador, o CIEE Nacional, sendo parte integrante e ativa do Sistema Nacional CIEE.

§1º. Fica autorizada a contribuição ao CIEE/Nacional na forma e valores acordados;

§2º. O CIEE/PR arcará com as despesas de deslocamento e hospedagem dos seus representantes nas reuniões e eventos relativos aos objetivos da Entidade e do CIEE/Nacional;

§3º. Solicitações de contribuições extras ao Sistema Nacional ou a um dos componentes do CIEE/Nacional deverão ser analisadas pelo Conselho Deliberativo;

§4º. Mediante instrumento específico, o CIEE/PR poderá cooperar com a execução local de programas e parcerias de outros integrantes do CIEE Nacional, bem como poderá autorizar que outro integrante do CIEE Nacional coopere com a execução local de seus programas e parcerias.

Art. 47. Na hipótese dos prazos definidos neste Estatuto vencer em final de semana ou feriado, ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 48. As alterações previstas nos Artigos 18 e 21 deste Estatuto entrarão em vigor a partir da eleição de 2012 e as demais, imediatamente, após a sua aprovação.

Art. 49. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, cabendo recursos dos membros do Quadro Associativo à Assembleia Geral.

Assembleia Geral Extraordinária, em 15/09/2011.

Francisco Fernando Fontana
Presidente do Conselho Deliberativo

Arwed Baldur Kirchgassner
Diretor Vice-Presidente

Romano Oresten
Secretário *ad hoc*

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Celia Regina Bolzani - Emp. Autorizada
Rua Paula Gomes, 110 - Centro
Tel: (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2720

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLL63435

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F.: 3224-2444
Apresentado hoje, 20 SET. 2011 para registro.
APONTADO-MICROFILMADO sob nº 1017623
PROTOCOLO A Registrado sob nº 1055
no livro "A" nº do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Curitiba,

Aramis Salata
Juramentado
CPF 307.179.659-53

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3606 - Curitiba - PR

MARLUS EDUARDO VARIA LOSSO
Advogado – OAB/PR 38.508

17

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
Desde 1967

2º RTD / RCPJ CURITIBA - PR

2. DA VOTAÇÃO

2.1. A seção eleitoral será instalada em local e horário a ser previamente designado pela Comissão Eleitoral.

2.2. Poderão votar e serem votados os associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos, desde que admitidos no quadro social há mais de um ano.

2.3. A mesa eleitoral verificará a identidade dos votantes e receberá suas assinaturas em livro próprio ou em folhas especiais, rubricadas pelos componentes da mesa

2.4. As empresas associadas exercerão o direito de voto por intermédio de seu respectivo representante legal.

2.4.1. Considera-se equiparado ao representante legal o procurador investido de poder específico, cujo instrumento deverá ser exibido no ato.

2.5. Não é permitido o voto por procuração, exceto na condição prevista no item 2.4.

2.6. A eleição se processará pelo sistema de voto secreto e, para isso, cada associado ao se apresentar para votar, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente da mesa eleitoral.

2.7. Ao se esgotar o período destinado à votação, o Presidente da mesa declarará encerrado os trabalhos.

3. DA APURAÇÃO DOS VOTOS

3.1. A apuração dos votos será feita pela própria mesa eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito.

3.2. Para os trabalhos de apuração, que serão públicos, a mesa eleitoral poderá convidar associados para servirem de escrutinadores.

3.3. Encerrados os trabalhos, o Presidente da mesa eleitoral determinará lavratura de ata sucinta, em que fique consignado o resultado da apuração.

3.4. Terminada a apuração geral pela forma estabelecida no artigo anterior, o Presidente da mesa fará a leitura dos resultados constantes da ata e proclamará eleito o mais votado.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Fica a Comissão Eleitoral autorizada a adotar procedimentos complementares que se fizerem necessários, não previstos neste Regulamento, para melhor conduzir o Processo Eleitoral, cientificando o Conselho Deliberativo.

Curitiba, 15 de setembro de 2011.

CARTÓRIO DE NOTAS AUTENTICADO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia reprográfica é reprodução desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Cella Regina Bolzani - Firma Autorizada
Rua Paula Gomes, 110 - Curitiba
Tel. (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2727

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1017640

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501 - Curitiba - PR
Fone: (41) 3225-3600

CERTIDÃO

BREVE RELATÓRIO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que foi efetuado, em data de **22 de setembro de 1.967**, e sob o número **1.005**, do livro **"A-1"**, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório, o registro dos Estatutos da **"CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR"**, e posteriores averbações sendo a primeira datada de 20/11/1969; a segunda datada de 02/04/1970; a terceira datada de 04/05/1987; a quarta datada de 15/04/1991; a quinta datada de 17/08/1992, a sexta datada de 10/10/1994; a sétima datada de 07/01/2003; a oitava datada de 10/12/2003; a nona datada de 20/09/2011; a décima datada de 10/04/2012; a décima primeira datada de 20/09/2011; décima segunda datada de 17/04/2014; décima terceira datada de 13/06/2014; décima quarta datada de 06/08/2014; décima quinta e décima sexta datadas de 15/07/2015; décima sétima datada de 20/01/2016; décima oitava datada de 08/04/201; décima nona datada de 13/07/2016; vigésima e vigésima primeira datada de 10/11/2016 e a vigésima segunda e última datada de 02/03/2017 – Das Averbações: Da 1ª á 8ª e a 11ª averbações: são alterações estatutárias, a 9ª, 10ª, 12ª, 13ª e 18ª averbações: são atas de eleições e as 14ª á 17ª, 19ª á 22ª averbações: são atas de criação de filiais, ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Certifico mais que foi registrada a margem do referido registro em data de **08 de Abril de 2016**, sob microfilme nº **1079408** a Ata da Assembléia Geral Ordinária do **"CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR"**, datada de 31/03/2016, para entre outros assuntos tratar da eleição e posse da diretoria eleita para o mandado de 01/04/2016 a 31/03/2018, ficando assim constituída: *Diretor Presidente* – ARWED BALDUR KIRCHGÄSSNER; *Vice Presidentes* – DOMINGOS TARCO MURTA RAMALHO e ANTONIO BARBOSA LEMES JUNIOR; *Diretores* – ANTONINHO CARON, IVO KLUG, JOSÉ EDUARDO MORAES SARMENTO e LILIAN DEISY MERLIN CAMARGO FRANZONI. Certifico mais e finalmente que nada mais foi registrado a margem do referido registro.

VALOR DESTE ATO :- 40VRC:R$ 7,28+Buscas:R$2,18+Funrejus:R$1,95+Funarpen:R$1,10+ISS:R$0,29 = R$12,80

"O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ"

Curitiba-PR, 18 de maio de 2017.

Regina Celia Ferreira Ferracini
Escrevente
CPF: 674.193.139-20

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
WLMUS.Z23QC.CD4On
Controle:
KCkkV.QUZQ6
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

1° TABELIONATO GIOVANNETTI AUTENTICAÇÃO
Rua Barão do Serro Azul, 384 - Fax (41) 3014-2720
Curitiba / PR 06 JUN. 2017
FLL69524
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Osiane de Cassia Azevedo - Escrevente Autorizada

1° TABELIONATO GIOVANNETTI AUTENTICAÇÃO
Rua Barão do Serro Azul, 384 - Fax (41) 3014-2720
Curitiba / PR 06 JUN. 2017
FLL64461
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Osiane de Cassia Azevedo - Escrevente Autorizada

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – 31/03/2016

Atendendo a convocação do Edital publicado no jornal Gazeta do Povo de 4 de março de 2016, também previamente enviado por correspondência aos Membros Titulares e Beneméritos, realizou-se no dia 31 (trinta e um) de março de 2016, às 10h00m, em primeira convocação, no auditório do CIEE/PR, situado na Rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, em Curitiba-PR, a **Assembleia Geral Ordinária**, com a presença de 29 (vinte e nove) Membros Titulares e Beneméritos (de acordo com Lista de Presença, fls. 29-v e 30 do livro próprio), conforme segue.

Registradas as justificativas de ausência dos seguintes Conselheiros: Romano Oresten, Armindo Vilson Angerer e Estefano Ulandowski.

No horário marcado, ou seja, às 10h00m, o Sr. Francisco Fernando Fontana, Presidente do Conselho Deliberativo e desta Assembléia, declarou-a aberta, em primeira convocação, e convidou, como secretário *ad hoc*, o Coordenador da Assessoria Jurídica, Marlus Eduardo Faria Losso.

Em sequência, o secretário *ah hoc*, procedeu a leitura do Edital de Convocação, nos seguintes termos: "*O Diretor Presidente do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, de acordo com o Artigo 8º, Parágrafos 1º, 2º e 3º, e Artigo 10, incisos I e II do Estatuto, convoca os Senhores Membros Titulares e Beneméritos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 2016 na sede do CIEE/PR, à Rua Ivo Leão, 42, em Curitiba-PR, às 10h em primeira convocação ou às 10h30min em segunda convocação, com qualquer número de presentes e término para as 12h com a seguinte ordem do dia:1 Analisar o Relatório, o Balanço e demais contas do exercício de 2015, acompanhados dos Pareceres da Auditoria Externa Independente e do Conselho Fiscal; 2 Deliberar sobre a destinação de eventual superávit apurado no exercício de 2015; 3 Eleição e posse dos Membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, para o biênio 2016/2018, atendida a forma e condições previstas no Capitulo VIII do Estatuto. Curitiba, 4 de março de 2016. Arwed Baldur Kirchgässner, Diretor-Presidente*".

Passou-se, então, à deliberação em relação aos itens "1" e "2" da pauta, que tratam do Relatório, Balanço e demais contas do exercício de 2015, acompanhados dos Pareceres da Auditoria Externa Independente e do Conselho Fiscal, bem como da destinação de eventual superávit apurado no mesmo exercício.

Inicialmente o Sr. Arwed Kirchgässner fez a apresentação do Relatório da Diretoria relativo ao exercício de 2015, oportunidade em que relatou os resultados Programa de Estágio, Programa Aprendiz e Programa de Capacitação e Cidadania.

Em continuidade, o Sr. Leonel Vergílio de Melo Noga, Contador, fez detalhada apresentação do Relatório e do Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2015, esclarecendo as dúvidas dos Conselheiros presentes, sendo sucedido pela leitura do Parecer da Auditoria Externa Independente realizada pela Sr. Irineu Homan, representando a Consult – Auditores Independentes, nos seguintes termos: "*Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Diretoria do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR Curitiba/PR. Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Integração*

MICROFILME nº 107408

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR Registro de Títulos e Documentos Registro Civil de Pessoas Jurídicas Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

1º TABELIONATO CIOVARNETTI AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.
Camila da Silva Cardoso - Escrevente Autorizada

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ

O CIEE/PR é uma Entidade Beneficente de Assistência Social e de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, mantida por contribuições dos membros cooperadores.
Reconhecido pelo "CASEM/Associação Comercial do Paraná" como socialmente responsável.
Reconhecido pela "Fundação ABRINQ" como Entidade Amiga da Criança.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
Desde 1967

Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração do superavit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião - Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). Curitiba, 22 de março de 2016. Jacó Moacir Schreiner Maran Contador CRC/PR Nº 017.214/O-8. Ana Paula de Moraes Contadora CRC/PR Nº 050.999/O-6. CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES CRC/PR Nº 002.906/O-5".

Ato contínuo, o Conselheiro Nivaldo Bolonhez, membro do Conselho Fiscal, apresentou o relatório do Conselho Fiscal, elaborado e aprovado com base no Relatório da Auditoria, nos seguintes termos: *"Parecer do Conselho Fiscal do CIEE/PR. Os membros do Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR, no desempenho das atribuições estatutárias previstas no Art. 19 do Estatuto da Instituição, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, constituídas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (Superávit) do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Social Líquido e o Relatório (Parecer) da Consult – Auditores Independentes, e recomendam: Que a Assembleia Geral, em sessão Ordinária,*

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 107408#
MICROFILME

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Cur - PR

TABELIONATO DE NOTAS ANNEL
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia, reprodução fiel desta face do documento apresentado, DOU FÉ.
Camila da Silva Cardoso - Escrevente Autorizada
Rua Barão do Serro Azul, 384
Tel. (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2720

convocada para esta finalidade, aprove, sem restrições: 1 As contas apresentadas pela Diretoria do CIEE/PR, referente ao exercício de 2015; 2 Que o Superávit do Exercício no valor de R$ 8.055.184,04 (oito milhões, cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e quatro centavos), e o saldo da conta de Superávit acumulado, decorrente da Realização da Avaliação Patrimonial (Depreciação), no valor de R$ 59.267,64 (cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) sejam incorporados ao Patrimônio Social da Entidade. Curitiba, 18 de março de 2016. Armindo Vilson Angerer, Nivaldo Bolonhez, Eugenio Libreloto Stefanelo e Wilson Portes".

Aberta a palavra, foram esclarecidas algumas dúvidas dos conselheiros presentes. Após, colocou-se em discussão o Parecer do Conselho Fiscal, sendo deliberado a sua aprovação, sem ressalvas, pela Assembléia Geral Ordinária.

Considerando que os dois pontos iniciais da pauta foram superados, passou-se ao item relativo à eleição e posse dos Membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, para o biênio 2016/2018. A seguir, o Conselheiro Luiz Nicolau Mäder Sunyé fez a leitura do Parecer da Comissão Eleitoral, nos seguintes termos: *"Parecer Da Comissão Eleitoral. Os abaixo assinados, integrantes da Comissão Eleitoral designada pela RESOLUÇÃO/CD Nº 01- 2014/2016, aprovam como única concorrente ao pleito do próximo dia 31, a Chapa "CIEE/PR 50 ANOS". Tal aprovação, tem como fundamento a informação prestada pela Diretoria, no sentido de que todos os integrantes são associados do CIEE/PR há mais de um ano e da inexistência de impugnação. Nos termos do Art. 41 do Estatuto Social, a Chapa "CIEE/PR 50 ANOS" deverá ser eleita por aclamação na Assembleia Geral Ordinária do dia 31 de março do corrente ano, conforme edital de convocação. Curitiba, 18 de março de 2016. Alcino Miguel de Amorim, Edson José Ramon, James Rui Palazzo, Luiz Nicolau Mäder Sunyé, Odone Fortes Martins e Sinval Zaidan Lobato Machado".*

Diante do exposto, foi declarada eleita, por aclamação, e empossada para o mandado de 01/04/2016 a 31/03/2018 a chapa "CIEE/PR 50 ANOS", composta dos seguintes Conselheiros que passam a ocupar os novos cargos: ▪ **Diretor Presidente:** Arwed Baldur Kirchgässner (CI/RG nº 196.225-6 e CPF/MF nº 010.261.869-00); ▪ **Diretores Vice-Presidentes:** Domingos Tarço Murta Ramalho (CI/RG nº 678.516 e CPF/MF nº 005.916.379-87) e Antônio Barbosa Lemes Júnior (CI/RG nº 682.483-8 e CPF/MF nº 094.617.609-49); ▪ **Diretores:** Antoninho Caron, Ivo Klug, José Eduardo Moraes Sarmento e Lilian Deisy Merlin Camargo Franzoni. ▪ **Conselho Deliberativo:** Membros Natos (Ex-Presidentes: José Ribamar Brasil dos Reis, Luiz Nicolau Mäder Sunyé, Francisco Fernando Fontana, Alcino Miguel de Amorim, Ocyron Cunha, Sinval Zaidan Lobato Machado, Werner Egon Schrappe e Ítalo Fernando Trombini) e Membros Eleitos: Arnaldo Luiz Miró Rebello, Estefano Ulandowski, Eugenio Libreloto Stefanelo, Gabriel Veiga Ribeiro, Guido Albano Guérios, Odebal Bond Carneiro e Vicente Pacheco. ▪ Conselho Fiscal: Armindo Vilson Angerer, Juarez Miguel Rossetim, Nivaldo Bolonhez, Sila Mary Rodrigues Ferreira e Wilson Portes.

Após, o Sr. Arwed Kirchgässner agradeceu aos Diretores, Conselheiros e colaboradores da entidade pelo trabalho realizado.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2º RTD - CURITIBA/PR
Nº 1076408#
MICROFILME

1º TABELIONATO GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba / PR 29 MAIO 2017
Camila da Silv[illegible]ardoso - Escrevente Autorizada
Rua Barão do Serro Azul, 384
Tel. (41) 3014-2727 - Fax: 3014-2720

Apresentada cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ

O CIEE/PR é uma Entidade Beneficente de Assistência Social e de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, mantida por contribuições dos membros cooperadores.
Reconhecido pelo "CASEM/Associação Comercial do Paraná" como socialmente responsável.
Reconhecido pela "Fundação ABRINQ" como Entidade Amiga da Criança.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
Desde 1967

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembléia Geral Ordinária às 11h00min, e eu, Marlus Eduardo Faria Losso, Coordenador da Assessoria Jurídica do CIEE/PR, lavrei a presente que assino juntamente com os Srs. Francisco Fernando Fontana e Arwed Baldur Kirchgässner.

Curitiba, 31 de março de 2016.

Francisco Fernando Fontana
Presidente do Conselho Deliberativo

Arwed Baldur Kirchgässner
Diretor Presidente

Marlus Eduardo Faria Losso
Coordenador da Assessoria Jurídica

----------[ESTA ATA CONTÉM QUATRO PÁGINAS] ----------

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3005 - Curitiba - PR

2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº 83-11970 AO 2ºOFÍCIO

Selo Digital: bDOT4 . ZGwdO . 3W0jn - iJTTD . hDM9
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

CUSTAS
Lei Estadual nº11960/97,Tabela XVI-Distrib Itç I,II,IV e nota 2:
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,182

[ ]DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R$14,00
[ ]AVERBAÇÃO (26 VRCs) R$ 5,20
[ ]SELO R$ 2,20

Curitiba,04/04/2016

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TIT. E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO
PESSOAS JURÍDICAS
Francisco César Cecílio
TITULAR DESIGNADO
Aramis Salata
Daniella Tavian Gonçalez Antunes
Regina Célia Ferreira Ferracini
JURAMENTADOS

2º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Mons. Celso, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº XcnfD.odzIb.VhWgt-HtWmw.sIZS
Consulte esse selo em htpp://funarpen.com.br
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.079.403
REGISTRADO Nº 1.005
Curitiba-PR, 08 de abril de 2016.

☐ Francisco César Cecílio - Oficial Designado
☐ Aramis Salata / Daniella Tavian Gonçalez Antunes
☐ Regina Célia Ferreira Ferracini - Juramentados
Registro: R$19,20 (108,98VRC), Funrejus: R$7,35, Selo: R$1,10, Microfilme: R$0,64, ISS: R$0,64

1º TABELIONATO GIOVANNETTI
AUTENTICAÇÃO
Curitiba/PR 29 MAIO 2017
A presente cópia fotostática é reprodução fiel desta face do documento apresentado. DOU FÉ
Carmila da Silva Barbosa - Escrevente Autorizada
Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FLL63447
Selo 40 Selo Extra 384
Rua Mal. Deodoro, 320 - Fone: 3014-2727 - Fax: 3014-2720

Município de Capanema – PR

Setor de Licitações

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DE DESPESAS

PROTOCOLO DE ENTREGA

Data da Emissão: 09/06/2017 **Edital n°: 053** **Tipo Pregão**

FORNECEDOR :

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
76.610.591/0001-80
RUA IVO LEAO, 42 CASA - CEP: 80030180 - BAIRRO: ALTO DA GLÓRIA
CIDADE/UF: Curitiba/PR

Declaro que recebi o Edital de Licitação referente a (Pregão **N° 053**), devidamente preenchida e de acordo com a Lei **8.666/93,** alterada pela Lei **8.883/94, e concordo com as condições do Edital.**

Assinatura do fornecedor

Obs.: Devolver à PREFEITURA, devidamente assinado, no ato do recebimento do Edital de licitação.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN
CNPJ nº 03.233.240/0001-24
Matriz: Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, CEP. 85010-200, Guarapuava - P
Posto: Cascavel – PR: Rua Rio Grande do Sul, 880 - Galeria Gralha Azul - Sala 1
CEP. 85801-010
Telefone: (45) 3035-2787 | E-mail: estagioscin@hotmail.com

ANEXO I

DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Cascavel, 13 de junho de 2017.

Ao Município de Capanema - PR
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro
85.760-000 – Capanema – PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2017

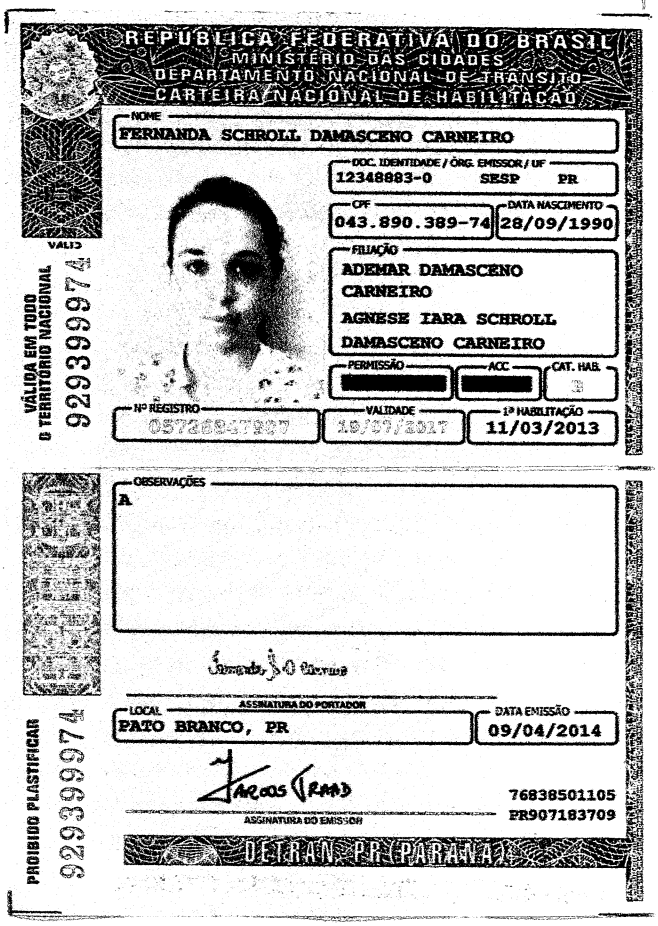
Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017**, cujo objeto é a Contratação de agente de integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no município de Capanema-PR, conforme descrição constante no Projeto Básico.

Cascavel, 13 de junho de 2017.

Nilza Glecy Guero
RG/CPF 1.073.079-1-SSP/PR / 024.729.909-01
Representante Legal

1º Tabelionato de Notas
Selo Digital Nº t5bKf.zN2vh.8dhn9, Controle: HXExJ.XX48y
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança a firma de NILZA GLECY GUERO *0053* 39949F*. Dou fé.
Cascavel-Paraná, 12 de junho de 2017 - 12:09:49h.
Em Test° da Verdade
Giovana Coradini Bueno - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FERNANDA SCHROLL DAMASCENO CARNEIRO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
12348883-0 SESP PR

CPF
043.890.389-74

DATA NASCIMENTO
28/09/1990

FILIAÇÃO
ADEMAR DAMASCENO CARNEIRO
AGNESE IARA SCHROLL DAMASCENO CARNEIRO

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05726947837

VALIDADE
10/07/2017

1ª HABILITAÇÃO
11/03/2013

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
929399974

OBSERVAÇÕES
A

LOCAL
PATO BRANCO, PR

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO
09/04/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

76838501105
PR907183709

DETRAN. PR. PARANÁ

PROIBIDO PLASTIFICAR
929399974

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/2017

EMPRESA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN
CNPJ: 03.233.240/0001-24 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA
ENDEREÇO: RUA AZEVEDO PORTUGAL 1369-CENTRO - CEP:85010-200
EMAIL: guarapuava@estagioscin.org.br FONE/FAX: (42) 3622-6799
REPRESENTANTE LEGAL: JACQUELINE DOLORES ROCHA
RG: 3.845.597-4 CPF: 566.606.189-53

ANEXO II - PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, o CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, com sede Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, CEP:85010-200, na cidade de Guarapuava. Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. 03.233.240/0001-24 e Inscrição Estadual sob n.º ISENTA, representada neste ato por sua Diretora Superintendente a Sra. Jacqueline Dolores Rocha, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 3.845.597-4 e CPF n.º 566.606.189-53, nomeia e constitui seu bastante Procurador a Sra. Fernanda Schroll Damasceno Carneiro, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 12.348.883-0 e CPF n.º 043.890.389-74, a quem confere amplos poderes para representar o CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN perante o Município de Capanema - PR, no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 53/2017 com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas nas etapas de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas nas etapas de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.
A presente Procuração é válida até o dia 14 de agosto de 2017.

Guarapuava 05 de junho de 2017.

FIRMA RECONHECIDA
1º TABELIÃO

03.233.240/0001-24
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN

Estágios CIN
CNPJ: 03.233.240/0001-24
Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente
RG nº 3.845.597-4 CPF nº 566.606.189-53

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369
CENTRO
CEP 85010-200 GUARAPUAVA - PR

Livro 230-P | TRASLADO | Protocolo 0000130 | Folhas 011/012

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Eloy Dias ESCREVENTE
1º Tabelionato de Notas Telefax: (42) 3623-5335 GUARAPUAVA - PR
1º Tabelionato de Notas Carlos A. B. Pereira Tabelião Guarapuava - PR
Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN A FAVOR DE JACQUELINE DOLORES ROCHA, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, (20/02/2015), nesta Cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, compareceu, como Outorgante:- **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **03.233.240/0001-24**, com sede na Rua Azevedo Portugal, 1.369, Centro em Guarapuava-PR, neste ato representada por sua Conselheira Presidente **ZILCLEIA SELL IKEDA**, brasileira, viúva, professora, portadora da Cédula de Identidade nº **1.237.940-4-SSP/PR**, inscrita no CPF/MF sob nº **288.207.119-15**, residente e domiciliada na Rua Padre Anchieta, 1291, Bigorrilho, Curitiba-PR; ora de passagem por esta cidade; conforme ATA de Nomeação nº 29 de 09/02/2015, registrada sob nº 0001216, protocolo nº 0105395, em 12/02/2015, no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Guarapuava- PR, arquivadas nestas notas na pasta nº 26, folhas 017, e Estatuto Social Consolidado em 09/06/2014, registrado sob nº 64255, protocolo nº 0104501, em 02/07/2014, no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Guarapuava- PR, cópias arquivadas nestas Notas na pasta nº 25, folhas 049/055; reconhecido como o próprio por mim Carlos Alberto Buch Pereira, Tabelião, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pelo Outorgante, me foi dito que nomeia e constitui sua bastante procuradora:- **JACQUELINE DOLORES ROCHA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade nº **3.845.597-4/SSP/PR**, expedida em 04/09/2008, inscrita no CPF/MF sob nº **566.606.189-53**, residente e domiciliada na Rua dos Girassóis, 12, casa, Pérola D'Oeste, Guarapuava-PR. A qual confere:- amplos e gerais poderes, sendo a procuradora **Diretora Superintendente em âmbito NACIONAL**, para o fim especial de representar o Outorgante: Assinar documentos necessários à abertura e movimentação de conta corrente bancária do outorgante junto aos Bancos em geral e Cooperativas de Créditos e em especial junto ao **Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal,** em quaisquer de suas agências, para emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; autorizar débito em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão telefônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; sustar/ contra-ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar movimentação financeira no RPG; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/ AASP; solicitar saldos/ extratos, exceto investimentos e Op. Crédito;

solicitar saldos/ extratos de investimentos; solicitar saldos/ extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico; efetuar transferência Eletrônica p/ alivio de numerário COBAN; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA; Adquirir bens móveis e acervo literário, técnico e cientifico, bem como executar obras de reformas e de conservação em bens imóveis; Adquirir e alienar bens imóveis, contrair empréstimos e financiamentos e outras obrigações onerosas; Constituir procuradores, com prazos determinados e poderes especiais necessários à gestão do ESTAGIOS CIN, na instalação de unidades operacionais em todo Território Nacional; Aprovar a admissão e a demissão de funcionários; Assinar convênios e contratos, participar de licitações publicas em qualquer âmbito, municipal, estadual ou nacional, dar lance, em fim praticar todos os demais atos de gestão necessários à consecução das finalidades e objetivos do ESTAGIOS CIN; Constituir procuradores e praticar ou indiretamente, os atos jurídicos relacionados com a vida da instituição; Praticar, todos os atos necessários na representação industrial e jurídica do ESTAGIOS CIN; Praticar, todos os atos necessários na representação junto aos órgãos públicos; **podendo substabelecer. O presente instrumento tem validade até 30/06/2017.-** Pelo Outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Dispensada a presença de testemunhas instrumentárias a este ato por vontade expressa das partes, conforme determina o Código de Normas da Douta Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Ato protocolado sob nº 0000130, em 20/02/2015. Eu, **Carlos Alberto Buch Pereira**, Tabelião, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Custas: R$64,23, (VRC 384,62). Selo Digital Nº asyNr.D17Zh.MQfEX, Controle: i55ZV.neMF. Guarapuava-PR, 20 de fevereiro de 2015. (aa.) CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN, ZILCLEIA SELL IKEDA, Representante do Outorgante. Carlos Alberto Buch Pereira, Tabelião.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, **Carlos Alberto Buch Pereira**, Tabelião, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº da Verdade

Guarapuava-PR, 20 de fevereiro de 2015

Carlos Alberto Buch Pereira
Tabelião

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
lsyNr.D1gZh.MQaEX
Controle:
i85ZV.neMF
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17153

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 MAR. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Eloy Dias - ESCREVENTE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

CNPJ: 03.233.240/0001-24

RUA AZEVEDO PORTUGAL, Nº 1369, CENTRO, CEP: 85010-200 GUARAPUAVA –PARANÁ

ATA Nº 29

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos 9 (nove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (09.02.2015), na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos: 9º, 13º, 16º, 29º, 35º e 38º de seu ESTATUTO, reuniram-se as pessoas que assinaram o livro de presença específica, atendendo sua convocação, para deliberarem a pauta da referida convocação. Presidida pela Sra. Zilcleia Sell Ikeda e secretariada pela Sra. Jacqueline Dolores Rocha foram discutidos os seguintes assuntos:

01-) Apresentada a CHAPA ÚNICA, dos candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, para o período 2015/2017. 02-) Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes, ficando assim constituído e empossado, para o período de 10/02/2015 a 30/06/2017: a-) PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Conselheiro Presidente: Sra. Zilcleia Sell Ikeda e Conselheiros Vice Presidentes: Sr. Claudio Airton Cunha Machado e a Srta. Tatiana Eiko Ikeda b-) PARA O CONSELHO FISCAL: Membros efetivos: Sra. Vanelles Kühl, Sr. Luiz Carlos Gasparello e Sr. Adil Mustapha Kassem, e como membros suplentes: Sr. Guilherme Ikeda, Sr. Paulo Vinicius Covalski e Sr. Julio de Oliveira. 03-) Empossado, o presidente do Conselho de Administração, a Sra. Zilcleia Sell Ikeda, agradeceu em nome dos eleitos os votos de confiança depositados nos membros do Conselho e indicou para a Diretoria Executiva, que foi aprovada, ficando nomeada para o período de 10/02/2015 a 30/06/2017, a Sra. JACQUELINE DOLORES ROCHA, como Diretora Superintendente. 04-) Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA, que vai assinada por mim secretária da Assembleia, pelo advogado do Estágios –CIN e pelo Presidente. Guarapuava – PR, nove de fevereiro de dois mil e quinze (09/02/2015).

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Zilcleia Sell Ikeda
Presidente

Jacqueline Dolores Rocha
Secretária da Assembleia

Advogado
OAB PR 44 I

Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FLG17155

Tabelionato de Notas
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Elias Dias - ESCREVENTE

PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GUARAPUAVA-PR
Certifico que recebi a Petição e/ou Documento.
10 FEV. 2015
Protocolado às_____hs.
_____
DISTRIBUIDOR

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

Consolidação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 09 de Junho de 2014.

DEVIDAMENTE REGISTRADO NO 1° CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TITULOS E REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE E COMARCA DE GUARAPUAVA PR, SOB N° **0064255.**

Tabelionato de Notas Telefax: (42) 3623-5335 GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E SEDE.

Artigo 1° - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, com sede, foro e domicílio na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, constituída por Assembléia de Fundação aos trinta dias de maio de um mil novecentos e noventa e nove (30.05.99), na mesma cidade de Guarapuava, é uma Associação de âmbito Nacional, de Direito Privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, com objetivos educacionais, filantrópico e de assistência social.

Artigo 2° - O ESTÁGIOS CIN tem por finalidades:

I) Apoiar o processo de formação profissional e educação continuada, mediante mecanismos de integração entre estudantes, pessoas físicas e/ou fundações e/ou associações e/ou cooperativas e/ou pessoas jurídicas de direito público e/ou de direito privado e/ou interno e/ou externo de administração direta e/ou indireta e Instituições Educacionais.

II) Incentivar o desenvolvimento sócio-educacional e sócio-econômico, mediante ações que promovam e sistematizem esforços capazes de atingir a articulação e a integração Trabalho - Educação – Comunidade em busca do desenvolvimento nacional e da cidadania.

III) Integrar o desenvolvimento, a produção de pesquisas cientifica e tecnológicas, de modo a facilitar o intercambio entre estudantes, instituições de Ensino e de Pesquisa e os campos de exercício profissional e aplicação tecnológica.

IV) Exercitar, permanentemente, o papel de Agente de Integração, com base na filosofia institucional de Educação pelo Trabalho, tendo em vista os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como elemento de ligação, de intercâmbio, de identificação e de integração operacional entre estagiários, pessoas físicas e/ou jurídicas e a Instituição de Ensino, mediante:

a) Ações que proporcionem a realização de estágio obrigatório ou não-obrigatório com fulcro na legislação vigente e alterações, normativas correlatas e interpretações doutrinárias e/ou administrativas e/ou judiciais: de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, identificando e interpretando as necessidades da Instituição de Ensino, dos currículos e dos estudantes, mediante adesão conjugada de Empresas e Órgãos Públicos ao sistema de parceria Educação Trabalho;

1° TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DO-
CUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

b) Auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, identificando oportunidades de estágio, ajustando as condições de realização do estágio, fazendo o acompanhamento administrativo, cadastrando estudante e encaminhando negociação de seguros contra acidentes pessoais;

c) Apoio e participação em programas de intercambio e de cooperação técnica, cultural e cientifica de bolsas de estudo, ou de outras modalidades.

V) Desenvolver, diretamente ou em convênio, programas de informação e de orientação profissional, voltado aos interesses dos adolescentes, jovens e adultos no processo decisório para escolha da profissão ou reorientação de carreira.

VI) Desenvolver, diretamente ou em convênio, programas de Treinamento e de Desenvolvimento de Recursos Humanos, aperfeiçoamento profissional e capacitação para o mercado de trabalho, visando toda a sociedade, prioritariamente os estudantes, professores e profissionais.

VII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, eventos sócios culturais e técnico educacionais dirigidos e ajustados às estruturas dos ensinos: de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para vida cidadã e para o trabalho.

VIII) Promover, patrocinar ou editar publicações técnicas e institucionais, diretamente ou em convênio, por qualquer meio, que visem ao desenvolvimento das finalidades e objetivos institucionais do ESTÁGIOS CIN.

IX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, consultoria e orientação técnica a Pessoas Físicas e/ou Jurídicas e Instituições de Ensino.

X) Desenvolver, diretamente ou em convênio, cursos, palestras, orientações, simpósios e estudos para capacitação profissional.

XI) Promover Franquia Social, diretamente ou em convênio, de modo a adotar um sistema de gestão com o objetivo multiplicar o conhecimento de metodologias, técnicas e experiências, cujo único resultado é o beneficio social, através de contato privado ou publico, no qual o ESTAGIO CIN cede diretos de marca associada à utilização metodológicas, sob condições de caráter técnico e ético.

XII) Promoção no atendimento ao Poder Público nas suas necessidades de pessoal, em programas, projetos, recrutamentos, concursos públicos, participando desses processos desde a sua elaboração até o seu desenvolvimento e conclusão final;

XIII) Promover, participar e/ou desenvolver projetos publicitários e de comunicação com pessoas de direito público e privado, diretamente ou mediante convênios, por qualquer meio de comunicação, publicação, divulgação pública, radiodifusão, internet e/ou televisão.

XIV) Desenvolver, diretamente ou em convênio, atividades sociais, desportivas e culturais.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

XV) Desenvolver, diretamente ou em convênio, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

XVI) Desenvolver, diretamente ou em convênio, atividades de acesso à cultura e de promoção da cidadania.

XVII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, oficinas técnicas e artísticas em artes visuais e artes de espetáculo.

XVIII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, de modo não lucrativo, modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

XIX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, estudos e pesquisas de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, a interligação, discutição, debate e analise das atividades do ESTAGIOS CIN em todo território nacional, incentivando a criação de novas entidades em locais que não contam com atendimentos do ESTAGIOS CIN.

Artigo 3° - Para a consecução de suas finalidades o ESTAGIO CIN define como seus clientes: as pessoas jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos e de direito público (1º, 2º e 3º setor), inclusos os órgãos da administração publica direta e indireta, autárquica e fundações de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização, como seus parceiros as instituições de ensino.

Parágrafo 1°. O ESTAGIO CIN define como seu público alvo, agentes de sua pratica de integração, como Instituições de Ensino e os estudantes, mantendo com todos, em caráter permanente, convivência harmoniosa e intercambio eficazes na busca e consecução constante de seus objetivos.

Parágrafo 2°. No desenvolvimento de suas atividades, o ESTAGIO CIN observara os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, gênero ou religião.

Parágrafo 3°. O ESTAGIOS CIN se dedica as suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor publico que atuam em áreas afins.

Parágrafo 4°. O ESTAGIOS CIN adotara praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação mo respectivo processo divisório.

Artigo 4º - O ESTAGIOS CIN deve constituir-se em referencial permanente de consultas e colaboração em matéria de estágio e formação de recursos humanos para Entidades de Classe, Empresas Públicas e Privadas.

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua [illegible], Floriano Peixoto, 1811 - Sls. 43

1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-5338
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira - TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira - ESCREVENTE
Edson Flav Dias - ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

CAPITULO II

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA.

Artigo 5° - O patrimônio do ESTAGIOS CIN constitui-se de:

I) Doações, heranças e legados;
II) Bens móveis e imóveis;
III) Acervo literário, técnico e cientifico.

Artigo 6° - As receitas do ESTAGIOS CIN nos termos de suas finalidades serão provenientes de:

I) Contribuições das entidades concedentes de estágio;
II) Resultados de eventos de treinamento, de desenvolvimento, de informação e de orientação técnica, bem como de outros produtos ou serviços que venham a ser oferecidos;
III)Patrocínios diversos e resultados de convênios, de acordos e de contratos celebrados, dentro das finalidades da instituição;
IV) Resultados de edições e de publicações;
V) Resultados de contratos de licitações;
VI) Alienações de bens e de seu patrimônio;
VII) Subvenções públicas e doações financeiras diversas.

Artigo 7° - As contribuições referidas no Art.6° e sua gestão serão disciplinadas pela diretoria executiva.

Artigo 8° - Em caso de dissolução da entidade e/ou de perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo patrimônio líquido e acervo patrimonial serão transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da extinta.

CAPITULO III

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 9° - O quadro social do ESTAGIOS CIN compõe-se de:

I) Membros Fundadores
II) Membros Titulares.

Artigo 10° - Membros Fundadores são pessoas físicas que participam da Assembléia de Constituição do ESTAGIOS CIN, assinando à respectiva ATA, e aqueles que manifestaram, por escrito, intenção de integrar-se nessa categoria social, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de fundação.

Parágrafo único. Se um Membro Fundador vier a ser Membro Titular prevalece sempre àquela primeira condição.

Artigo 11° - Membros Titulares são pessoas físicas que vierem a assumir cargos nos Poderes Sociais aprovados por este Estatuto

1° TRASLADO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
FRENTE E VERSO

Artigo 12° - Os membros das categorias que compõem o Quadro Social do ESTAGIOS CIN têm os seguintes direitos:

I) Peticionar ao Conselho de Administração, propondo sugestões, críticas e solicitações que julgarem de direito, obtendo o devido retorno;
II) Participar das atividades e promoções da Instituição, respeitadas as condições de cada uma.

Artigo 13° - Tem capacidade eleitoral unicamente os Membros Fundadores e Membros Titulares.

Artigo 14° - Os membros das categorias que compõem o Quadro Social do ESTAGIOS CIN têm os seguintes deveres:

I) Acatar as normas estatuárias e regimentais da Instituição e denunciar atos praticados contra as mesmas;
II) Manter conduta moral e ética à altura dos elevados princípios do ESTAGIOS CIN, interna e externamente;
III)Desincumbir-se de atribuições e missões que lhes foram confiadas, dentro de suas possibilidades, e desempenhá-las com a necessária presteza e eficácia.

Artigo 15° - Poderá ser instituída remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Artigo 16° - Não haverá distribuição, entre os sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio do ESTAGIOS CIN, auferidos mediante o exercício das atividades e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Artigo 17° - Pode perder a condição de Membro de Quadro Social, e, qualquer modalidade, e ter cessado seus direitos de prerrogativas, quem proceder de forma ofensiva aos deveres estatuídos nos incisos I, II e III do Art. 14°, Capitulo III, mediante proposta do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, garantido o direito de ampla defesa, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada expressamente para esta finalidade.

CAPITULO IV

DOS PODERES SOCIAIS

Artigo 18° - Constitui órgãos de Poder Social do ESTAGIOS CIN.

I) Assembléia Geral.

II) Conselho de Administração.

III) Conselho Fiscal.

1° Tabelionato de Notas Telefax (42) 3623-5338 GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Burko Pereira TABELIÃO
Marcia Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Filho Dias - ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento anterior a este.

1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente

Artigo 19° - A Assembléia Geral é o órgão máximo do ESTAGIOS CIN e constitui-se dos Membros Fundadores e Membros Titulares, no pleno gozo de seus direitos e prerrogativas.

Artigo 20° - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se:

a) Anualmente, em dia útil na 2ª quinzena do mês de junho, para:

I) Analisar e aprovar o Relatório Anual de Atividade e o Balanço Geral Patrimonial, sob parecer do Conselho Fiscal.

II) Analisar e deliberar sobre outros assuntos relacionados com os objetivos e fins da instituição, eventualmente propostos e incluídos na pauta pelo Conselho de Administração.

b) Extraordinariamente, a qualquer tempo para:

I) Modificar o Estatuto, por propostas do Conselho de Administração.

II) Decidir sobre alienação de bens imóveis, sob qualquer forma, mediante parecer do Conselho Fiscal.

III) Destituir Membros do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal, de acordo com o estabelecimento no Art. 15° deste Estatuto.

IV) Apreciar e decidir sobre dissolução e extinção de Instituição, bom como fixar o destino de seus bens, nos termos do Art. 8° deste Estatuto.

Artigo 21° - A Assembléia Geral é sempre convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias e máxima de 20 (vinte) dias da data prevista para sua realização, por Edital publicado uma vez em jornal de circulação local.

Parágrafo 1°. A Assembléia Geral Ordinária delibera, em primeira convocação com metade mais 01 (um) dos Membros componentes ou, em Segunda convocação, 30 (trinta) minuto após a primeira, com qualquer numero de membros componentes presentes.

Parágrafo 2°. A Assembléia Geral Extraordinária delibera nas mesmas condições previstas no parágrafo anterior, exceto quando convocada expressamente para dissolução e extinção da Instituição querendo-se, no caso, a presença de, no mínimo, com metade mais um dos Membros do Quadro Social.

Parágrafo 3°. É presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua falta ou impedimento, por um Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4°. Quando for candidato ou objeto de destituição, o Presidente do Conselho de Administração não presidirá a Assembléia que for convocada para os fins de inciso III (b) do Art. 18°, devendo ela ser presidido pelo mais antigo ex-presidente do Conselho de Administração, que também não seja candidato o objeto de destituição e, não havendo, pelo Membro Componente presente que o plenário escolher.

Artigo 22° - A Assembléia Geral, embora seja o poder soberano do ESTAGIOS CIN, não pode decidir contra expressa disposição estatutária, nem discutir e deliberar sobre matéria não constante na ordem do dia.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
FRENTE E VERSO

Artigo 23° - Na Assembléia Geral o voto é direito secreto, pessoal e intransferível, não se admitindo procurações ou designações de representante.

Parágrafo 1° - Da Assembléia deve ser lavrada Ata, em livro próprio, assinada pelos respectivos Presidentes e Secretário e pelos Membros Componentes que o desejarem.

Parágrafo 2° - Os demais membros integrantes da Assembléia Geral, incluindo-se os respectivos Presidentes e Secretário e pelos Membros Componentes que o desejarem.

CAPITULO V

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 24° - O Conselho de Administração é o órgão de Poder Social de consulta e de deliberação do ESTAGIOS CIN, competindo-lhe fixar políticas e diretrizes para atingir finalidades e objetivos da instituição.

Artigo 25° - O Conselho de Administração é composto de 3 (três) membros, devendo todos serem Pessoas Físicas, residentes e domiciliados no Estado do Paraná, integrantes de forma ativa dos segmentos Educação e/ou Trabalho.

Parágrafo 1° - São obrigatoriamente preenchidos, mediante eleição, os 03 (três) cargos do Conselho de Administração:

I) Conselheiro Presidente.

II) 1º e 2º Conselheiros Vice-Presidentes.

Parágrafo 2°. O mandato dos componentes do Conselho de Administração, como órgão colegiado, é de 03 (três) anos e deve coincidir com o do Conselho Fiscal, iniciando em 01 de junho, no ano de eleições.

Parágrafo 3°. Os cargos de Presidente e de 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração devem obrigatoriamente ser ocupados por Membros das categorias de Fundadores e/ou Titulares, integrantes há, no mínimo, de 05 (cinco) anos do Quadro Social do ESTAGIOS CIN, podendo ser reeleitos para 01 (um) mandato consecutivo, para igual cargo.

Parágrafo 4°. O Conselho de Administração, como órgão colegiado, deve reunir-se, ordinariamente, uma vez a cada trimestre, com calendário e pauta elaborados pelo Diretor Superintendente e previamente aprovado pelo Presidente e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação formal de seu Presidente, ou de maioria simples de seus membros efetivos, ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo 5°. A Convocação dos membros do Conselho de Administração, como órgão colegiado, deve acontecer com antecedência mínima de 07 (sete) dias, mediante correspondência de que consta a respectiva pauta, e suas deliberações ocorrem por voto da maioria simples dos presentes.

Parágrafo 6°. O Diretor Superintendente participa das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração.

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala

Tabelionato de Notas (42) 3623-5535 Eleição DIRETORIA PUBLICA
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é mim conferido. Dou fé
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira ESCREVENTE

Confira o selo de AUTENTICIDADE
foi afixado na última folha do documento

Artigo 26° - Constitui atribuições do Conselho de Administração, como Órgão Colegiado:

I) Definir políticas e estratégias de atuação.
II) Zelar pelo cumprimento das finalidades do ESTAGIOS CIN.
III)Aprovar o Plano Anual de Trabalho e o respectivo orçamento programa e suas alterações.
IV) Estabelecer critérios para o relacionamento do ESTAGIOS CIN com entidades classistas.
V) Aprovar propostas de Diretor Superintendente sobre a eventual realização de despesas ou investimentos que não tenham sido contempladas na previsão orçamentária, ouvido antes o Conselho Fiscal.
VI) Aprovar propostas de Diretor Superintendente para a obtenção de empréstimos e financiamentos, aquisição, venda ou oneração de bens imóveis, nos termos do presente Estatuto.
VII) Contratar, em regime de CLT ou outro regime de trabalho, com dedicação exclusiva, ou parcial, o Diretor Superintendente.
VIII) Determinar a elaboração de Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados em período inferiores a 12 (doze) meses, para fins de destinação de resultados, ou par outros fins que o interesse da instituição determinar.
IX) Aprovar relatórios e balanços do ESTAGIOS CIN.
X) Propor à Assembléia Geral, por indicação do Diretor Superintendente, revisões, ajustes no Estatuto e no Regimento Interno.
XI) Solicitar, sempre que julgar conveniente, realizações de auditorias e controles econômico-financeiro e patrimoniais, requerendo prestação de contas, analisando contratos, opinando em questões jurídicas e administrativas, ético-institucionais, técnico-conceituais, bem com sobre aspectos de filosofia institucional.
XII) Indicar a aplicação de recursos que se encontrem alocados como Reservas Financeiras e/ou vinculadas a Provisões ou Fundos com destinação especifica.
XIII) Aprovar política de recursos humanos do ESTAGIOS CIN propostas pelo Diretor Superintendente.
XIV) Apreciar e decidir sobre petições de que trata o inciso I do Art. 12°.
XV) Propor à Assembléia Geral a aplicação de penalidades prevista no Art. 15° deste Estatuto.
XVI) Deliberar sobre duvidas ou casos omissos do Estatuto e do Regimento interno.
XVII) Analisar outras questões relacionadas com a instituição, propostas pelo Presidente ou Vice-Presidente.

Artigo 27° - Constituem atribuições privativas do Presidente do Conselho de administração.

I) Representar o ESTAGIOS CIN, em juízo ou fora dele.
II) Zelar para que sejam preservadas a filosofia, a política e as diretrizes institucionais do ESTAGIOS CIN.
III)Encaminhar ao Conselho Fiscal eventual realização de despesas ou investimentos que não tenham sido contemplados na Previsão Orçamentária, configurando proposta de desembolso que, de forma imprevista venha interferir, direta ou indiretamente, a estrutura patrimonial do ESTAGIOS CIN.
IV) Presidir eventuais delegações do ESTAGIOS CIN a conferencias e congressos ou nomear seu representante-substituto

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

V) Convocar, presidir e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral.
VI) Identificar-se com as necessidades de ESTAGIOS CIN, em termos de meios, formas e recursos operacionais em conjunto com o Diretor Superintendente.
VII) Propiciar, articulações com os membros do conselho de administração condições que contribuam para a viabilização e concretização de programas, planos, projetos, atividades, serviços ou produtos, segundo objetivos, metas e resultados preconizados, para efeito do orçamento programa ou previsão orçamentária de cada exercício.
VIII) Desenvolver procedimentos de natureza Político-Estratégica junto às instituições Econômico-Empresariais, instituições cientificas, técnicas e culturais e demais componentes da Sociedade, particulares ou públicos oficiais, nos termos do presente estatuto.
IX) Constituir procuradores e praticar, direta ou indiretamente, os atos jurídicos relacionados com a vida da Instituição.
X) Praticar todos os atos necessários à representação institucional e jurídica do ESTAGIOS CIN.

Artigo 28° - Cabe ao Presidente do Conselho de Administração fixar as atribuições do 1° e 2° Vice-Presidentes abrangendo as áreas administrativas, financeiras técnicas e relações públicas.

Artigo 29° - As decisões do Conselho de Administração, como órgão de consulta e de deliberações, sob qualquer condição, são expressas sob a forma de Resolução, sem o que não terão validade.

Artigo 30° - Na ausência, impedimento, ou vacância do ocupante do cardo de Presidente, cabe aos Membros remanescentes do Conselho de Administração escolher quem deve ocupar a função, em caráter temporário ou permanente, conforme as circunstâncias.

CAPITULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31° - A mesma Assembléia Geral que eleger os Membros do Conselho de Administração elege, também, o Conselho Fiscal composto de 06 (seis) Membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes que, entre os efetivos, elegem o Presidente.

Artigo 32° - O Conselho Fiscal é o órgão de Poder Social do ESTAGIOS CIN que fiscaliza as contas, os atos de gestão, a origem e a aplicação dos recursos da Instituição.

Parágrafo único. A constituição de conselho fiscal é dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores de entidade.

Artigo 33° - É composto de 03 (três) membros efetivos, devendo todos se Pessoas Físicas, residentes e domiciliadas e no Estado do Paraná, obrigatoriamente integrantes do Quadro Social do ESTAGIOS CIN há, no mínimo 03 (três) anos, à exceção dos primeiros Conselhos Fiscais, nas categorias de Fundadores e/ou Titulares, permitidas reeleições sem restrições de tempo para igual cargo.

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.
Tabelionato de Notas (42) 3623-5300 - Cleria - GUAIRACA
AUTÊNTICA
Cópia fotográfica é identica ao original que me foi conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Bach Pereira TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira ESCREVENTE
1º OFICIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Substituto da Oficiala

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 03 (três) anos e deve coincidir com o do Conselho de Administração, iniciando em 01 de julho, no ano de eleições.

Artigo 34° - Reúne-se semestralmente, ou quando necessário convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela Assembléia Geral, competindo-lhe:

I) Dar parecer e apresentar relatório anual sobre as demonstrações Contábeis, constituídas de Balanço Patrimonial, de Demonstrações de Receitas e Despesas.
II) Examinar a escrituração, sempre que julgar conveniente, com apreciação e julgamento quanto ao mérito e legitimidade das despesas.
III)Dar parecer sobre revisões orçamentárias ocorridas durante o exercício e, opinar sempre, sobre aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis.
IV) Dar parecer sobre o Orçamento-Programa / Previsão Orçamentária anual.

Artigo 35° - O Conselho Fiscal encaminha, semestralmente, ao Conselho de Administração todos os pareceres ou relatórios elaborados no semestre, além de fornecer eventuais elementos e esclarecimentos solicitados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1°. Segundo circunstancias a natureza dos fatos ou situações, o Conselho Fiscal emite Pareceres ou Relatórios em qualquer período.

Parágrafo 2°. Cabe-lhe apreciar, analisar e aprovar desembolsos de recursos (despesas ou investimentos) propostos pelo Presidente do Conselho de Administração, desde que tais desembolsos digam respeito a atos, fatos ou situações não contemplados na Previsão Orçamentária / Orçamento Programa.

Artigo 36° - Não é condição impeditiva para integrar o Conselho Fiscal a existência de parentesco direto ou indireto com qualquer Membro do Conselho de Administração, ou com qualquer integrante da Diretoria Executiva.

CAPITULO VII

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 37° - A Diretoria Executiva é exercida pelo Diretor Superintendente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar especifica e/ou outra forma de contrato definido pelo Conselho de Administração.

Artigo 38° - São atribuições da Diretoria Executiva todos os assuntos relacionados com a gestão do ESTAGIOS CIN, respeitadas as competências próprias de seu cargo e não conflitantes, em grau decisório, com a dos demais órgãos do Poder Social da Instituição.

Artigo 39° - Constituem atribuições privativas do Diretor Superintendente:

I) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques, aceitar e emitir títulos de créditos.
II) Adquirir bens móveis e acervo literário, técnico e cientifico, bem como executar obras de reformas e de conservação em bens imóveis.
III)Adquirir e alienar bens imóveis, contrair empréstimos e financiamentos e outras obrigações onerosas, observadas as condições do inciso II do item (b) do Art. 18 e inciso VI do Art. 24°.

1º TRASLADO DE 10
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

IV) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o Plano Anual de Trabalho, bem como o respectivo Orçamento-Programa, o Relatório Anual de Atividades e a Prestação de Contas Anual.
V) Submeter ao Conselho de Administração a aprovação do Regimento Interno e de suas alterações.
VI) Constituir procuradores, com prazos determinados e poderes especiais necessários à gestão do ESTAGIOS CIN, na instalação de unidades operacionais em todo Território Nacional.
VII) Aprovar a admissão e a demissão de funcionários, bom como designá-los do exercício de funções de confiança.
VIII) Propor ao Conselho de Administração o plano de Cargos e de Salários, Estrutura Organizacional, instalação e fechamento de unidades operacionais.
IX) Assinar convênios e participar der licitações publicas em qualquer âmbito, municipal, estadual ou nacional, dar lance, em fim praticar todos os demais atos de gestão necessários à consecução das finalidades e objetivos do ESTAGIOS CIN.
X) Fixar normas e procedimentos para a boa execução das finalidades e objetivos da Instituição.
XI) Ter sob o seu controle a receita e a despesa do ESTAGIOS CIN.
XII) Ter a seu cargo todo o serviço de tesouraria, mantendo, inclusive, contabilidade financeira adequada.
XIII) Elaborar, ao final de cada exercício, proposta orçamentária para o exercício seguinte.
XIV) Apresentar, trimestralmente, balancetes e, ao final de casa exercício o Balanço Financeiro e Patrimonial, para aprovação do Conselho de Administração.
XV) Prestar apoio e subsidio as atividades necessárias ao funcionamento do Conselho de Administração de demais órgãos.
XVI) Constituir procuradores e praticar ou indiretamente, os atos jurídicos relacionados com a vida de instituição.
XVII) Praticar, todos os atos necessários para representação institucional e jurídica do ESTAGIOS CIN.

CAPITULO VIII

DAS ELEIÇOES

Artigo 40° - As eleições para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal do ESTAGIOS CIN ocorrem na Assembléia Geral da Segunda quinzena de junho, a cada 03 (três) anos.

Parágrafo 1° - As chapas concorrentes devem ser apresentadas, sob forma de legenda, contendo: denominação da Chapa; nomes, assinaturas e cargos respectivos dos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.

Parágrafo 2° - As concorrentes devem sés registradas na Secretaria do ESTAGIOS CIN, sob protocolo, com antecedência, mínima de 03 (três) dias da data marcada para as eleições, coincidente com a data de fundação.

Parágrafo 3° - O voto é um direito exclusivo dos membros componentes do ESTAGIOS CIN, Fundadores e Titulares, Pessoas Físicas, residentes e domiciliados no Estado do Parana, e

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala

Tabelionato de Notas
Guarapuava - Paraná
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Bruch Pereira
TABELIÃO
Marza Christina G. Pereira

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

deve ser pessoal e secreto, não se admitindo voto por procuração, ou outra forma de representação, nem por correspondência.

Parágrafo 4° - O voto de ser consignado para a legenda integral, não se admitindo exclusões ou substituições; excepcionalmente, quando houver chapa única, a eleição pode dar-se por aclamação.

Parágrafo 5° - O processo eleitoral é conduzido por quem presidir a respectiva Assembléia Geral, sendo o resultado promulgado de imediato.

Artigo 41° - Os Membros eleitos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são empossados na mesma Assembléia que os elegeu, exercendo seu mandato a partir de 01 de julho de do ano da eleição.

Artigo 42° - Para que a pessoa física possa participar e pleitear sua eleição em qualquer cargo, no mínimo, de maneira comprovada, deverá participar ativamente das atividades fins do ESTAGIOS CIN ao menos por 3 (três) anos consecutivos.

Artigo 43° - No caso de morte de um dos membros eleitos, dentro do prazo de 90 (noventa) dias após o falecimento, deverá ser convocada eleição para escolha de novo membro, independente do cargo ocupado.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44° - São partes integrantes do ESTAGIOS CIN Nacional, todos os Estados e territórios brasileiros e o Distrito Federal.

Artigo 45° - O ESTAGIOS CIN não se confunde com as pessoas físicas dos membros quem compõem seu Quadro Social, quer estejam, ou não, no desempenho de cargo do Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal, os quais não respondem, individual ou solidariamente, por obrigações assumidas pela Instituição.

Artigo 46° - Não são remuneradas, em hipótese alguma, as funções exercidas por qualquer dos Membros que desempenham funções nos órgãos de Poder Social do ESTAGIOS CIN, eleitos, efetivos ou suplentes, porque é expressamente vedada, sob qualquer modalidade, titulo ou justificativa, a percepção, por parte dos Membros do Poder Social do ESTAGIOS CIN, de qualquer espécie de remuneração, participação ou distribuição de benefícios pecuniários, e principalmente não gerando vínculo empregatício com os mesmos.

Parágrafo Único. Não se compreende nessa proibição, o reembolso de despesas feitas pelos Conselheiros para cumprimento de missões estatuarias.

Artigo 47° - É vedado à acumulação de cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal do ESTAGIOS CIN.

Parágrafo Único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de diretoria ou conselho do ESTAGIOS CIN, vedada à todos a percepção de remuneração ou subsidio a qualquer titulo.

1º REGISTRO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

Artigo 48° - A Diretoria Executiva deve organizar uma estrutura técnico-administrativa para operacionalizar as ações necessárias à consecução das finalidades os objetivos do ESTAGIOS CIN, sendo seus funcionários contratados sob regime da legislação vigente e/ou na forma de contrato sob tácita admissão de lealdade funcional para com os princípios e finalidades da Instituição.

Artigo 49° - Os recursos do ESTAGIOS CIN só podem ser aplicados em ações desenvolvidas para a consecução de suas finalidades e objetivos e com despesas referentes ao Quadro de Pessoal.

Parágrafo 1°. As normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade seguirão rigorosamente:

a) A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
b) A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.
c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Artigo 50° - O exercício fiscal do ESTAGIOS CIN é estabelecido como sendo coincidente com o ano civil.

Artigo 51° - Este ESTATUTO CONSOLIDADO, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, em 09/06/2014, entra em vigor na mesma data para continuar a nortear o ESTÁGIOS CIN.

Artigo 52° - Em benefício do presente ESTATUTO CONSOLIDADO, o mesmo suprimi e revoga o primeiro ESTATUTO aprovado em 30.05.1999, a primeira alteração aprovada em 30.06.2005, a segunda alteração aprovada em 22.12.2007 e a terceira alteração aprovada em 22.01.2008, bem como ratifica as exclusões e inclusões aqui propostas e revoga todas as disposições em contrário, dispensando toda ou parcial apresentação do Estatuto de 30.05.1999 e suas alterações.

Jacqueline D. Rocha
RG: 8.845.597-4
CPF: 066.606.189-59
Secretário da Assembléia

Diretor Presidente
Osorio Tokiyo Ikeda
CPF: 072.463.159-34
RG: 1.036.871-5

Raje Mustapha Kassem
Advogado - OAB/PR 56.686

Contador CRC – PR
Francisco Moraes da Rocha Neto
Contador - CRC-PR 050408/O-4
CPF 613.937.979-20

1° TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitoreassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zekaluesny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Tabelionato de Notas
Fone/Fax: (42) 3623-5335
GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira
ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue à parte

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369, CENTRO CEP: 85010-200 GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 30

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

DISTRIBUIDOR.JUDIC.GPVA.18-Abr-2016-15:07-000707-75

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis (06/04/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10), reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de JOINVILLE/SC. CNPJ 03.233.240/0002-05, da Rua Alameda Bruestlein, 91 – Centro CEP: 89.201-040 Joinville-SC, **para seu novo endereço**, na **RUA Blumenau, nº 1739, SALA 108, bairro América- CEP: 89.204-328 - JOINVILLE/SC.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

Paulo Vinicius Covalski
ESTÁGIOS CIN
RG 10.184.372-7

Paulo Covalski

Secretário

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Jacqueline Dolores R...
ESTÁGIOS CIN
RG 3.845.587-4

Jacqueline Dolores Rocha

Diretora Superintendente

OAB-PR 44[illegible]

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17172

1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-1310
GUARAPUAVA

CÓPIA
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.

12 JUN. 2017

Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Menza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Flov Dias - ESCREVENTE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369, CENTRO CEP: 85010-200

GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 31

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (03/08/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10), reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de LONDRINA/PR. CNPJ 03.233.240/0005-58, da Rua Quintino Bocaiuva, nº 812, SL 214, Centro CEP: 86020-150 LONDRINA/PR, **para seu novo endereço, na Rua Mato Grosso, nº 927, Edifício Centro Profissional, Térreo, Centro, CEP: 86010-180 - LONDRINA/PR.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

1º TABELIONATO DE NOTAS AUTENTICAÇÃO = FRENTE E VERSO =

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 86.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Paulo Vinicius Covalski
Estagiários CIN
CPF: 063.966.329-00
GR: 10.164.372-7

Paulo Covalski
Secretário

Darcy Sell Junior
OAB/PR 44.138

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente

1º TABELIONATO DE NOTAS AUTENTICAÇÃO = FRENTE E VERSO =

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente
CPF: 566.606.189-53
GR: 3.845.587-4

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369, CENTRO CEP: 85010-200

GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 32

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (03/08/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10), reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de TOLEDO/PR. CNPJ 03.233.240/0011-04, da Rua Luiz Segundo Rossoni, nº 689, Centro CEP: 85901-170 TOLEDO/PR, **para seu novo endereço, na Rua Crissiumal, nº 2529, La Salle, CEP: 85903-290 - TOLEDO/PR.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

1º Tabelionato de Notas (42) 3623-1338 GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Manza Cristina C. Pereira ESCREVENTE
Edson Eloy Dias - ESCREVENTE

Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FLG17162

1º TABELIONATO DE NOTAS AUTENTICAÇÃO = FRENTE E VERSO =

Paulo Vinicius Covalski
Estagiários CIN
CPF: 063.966.329-00
GR: 10.164.372-7

Paulo Covalski
Secretário

Darcy Seli Junior
OAB/PR 44 138

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente

Jacqueline Dolores
Diretora Superintendente
CPF: 566.606.189-53
GR: 3.845.587-4

1º Tabelionato de Notas — Carlos A. B. Pereira — Tabelião — Guarapuava - PR

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN A FAVOR DE NILZA GLECY GUERO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, (18/02/2015), nesta Cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, compareceu, como Outorgante:- **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **03.233.240/0001-24**, com sede na Rua Azevedo Portugal, 1.369, Centro em Guarapuava-PR; neste ato representado nos termos, por sua Diretora Superintendente no Estado do Paraná **JACQUELINE DOLORES ROCHA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade nº **3.845.597-4/SSP/PR**, expedida em 04/09/2008, inscrita no CPF/MF sob nº **566.606.189-53**, residente e domiciliada na Rua dos Girassóis, 12, casa, Pérola D'Oeste, Guarapuava-PR; conforme cópia da ATA de Nomeação nº 29, de 09/02/2015, registrada sob nº 1216, protocolo nº 0105395, em 12/02/2015, no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Guarapuava- PR, arquivadas nestas notas na pasta nº 26, folhas 17, reconhecido como o próprio por mim Carlos Alberto Buch Pereira, Tabelião, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pelo Outorgante, me foi dito que nomeia e constitui sua bastante procuradora:- **NILZA GLECY GUERO**, brasileira, casada, do comércio, portadora da Cédula de Identidade nº **1.073.079-1-SSP-PR**, inscrita no CPF/MF sob nº **024.729.909-01**, residente e domiciliada em Cascavel-PR; à qual confere: Amplos e gerais poderes para o fim de:- **a)**- assinar documentos necessários à abertura e movimentação de conta corrente bancária simples, sem limites de crédito, em nome do Centro de Integração de Estudantes - Estágios Cin, junto aos Bancos em Geral e Cooperativas de Créditos e em especial ao **Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal**, em qualquer de suas agências, podendo emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar saques - conta corrente, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/AASP, solicitar saldos/extratos, exceto investimentos e Op. Credito, emitir comprovantes, efetuar transferência p/ mesma titularidade - meio eletrônico, encerrar contas de depósito; **b)**- fazer transferências interbancárias em conta corrente do Centro de Integração de Estudantes - Estágios Cin; **c)**- receber quantias referente a recebimento de Bolsa Auxílio devido ao Centro de Integração de Estudantes - Estágios Cin, pelas unidades concedentes, emitindo recibos e dando quitação; **d)**- endossar, descontar e depositar cheques para efeito exclusivo dos pagamentos de bolsa auxílio à estagiários; **e)**- assinar convênios com instituições de ensino, com empresas ou órgãos públicos e privados, relacionados ao sistema de estágios de estudantes, participar de licitações, dar lanço, bem como representar o Centro de Integração de Estudantes - Estágios Cin, no que couber junto aos

Confere com o Original — Mariza Sirlei Gonçalves — Agente Delegado

Continua na Página 2

Livro 229-P | TRASLADO | Protocolo 0000117 | Folhas 188/189

convenentes e instituições em geral; **f)**- participar de licitações, assinando contratos de qualquer natureza, dar lances, fazer propostas; enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente instrumento. **A presente procuração terá validade até dia 30 de junho de 2017, não podendo substabelecer**. Pelo Outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Dispensada a presença de testemunhas instrumentárias a este ato por vontade expressa das partes, conforme determina o Código de Normas da Douta Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Ato protocolado sob nº 0000117, em 18/02/2015. Eu, **Carlos Alberto Buch Pereira**, Tabelião, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Custas: R$64,23, (VRC 384,62). Selo Digital Nº VsyNr.Dvkvh.11aEX, Controle: ieMZV.nesF. Guarapuava-PR, 18 de fevereiro de 2015. (aa.) CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS - CIN, JACQUELINE DOLORES ROCHA, Representante do Outorgante. Carlos Alberto Buch Pereira, Tabelião.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, **Carlos Alberto Buch Pereira**, Tabelião, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Test° _____ da Verdade

Guarapuava-PR, 18 de fevereiro de 2015

Carlos Alberto Buch Pereira
Tabelião

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
VsyNr.Dvkvh.11aEX
Controle:
ieMZV.nesF
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

Maria Sirlei Dangui
Agente Delegada

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia confere com o original apresentada em cartório e dou fé.
Marmeleiro: 13 JUN. 2017
Em Test° da verdade
MARIA SIRLEI DANGUI - Agente Delegada
Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos
CNPJ: 27.397.507/0001-97
Av. Macali, 517, Centro - 85615-000 - Marmeleiro/PR

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FL015136

1º Tabelionato de Notas
Carlos A. B. Pereira
Tabelião
Guarapuava - PR

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

ANEXO I
DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Município de Capanema - PR
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro
85.760-000 – Capanema – PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.° 53/2017

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4°, VII, da Lei n.° 10.520/2002, a empresa **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME** cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL N°. 53/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, conforme descrição constante no Projeto Básico.

Cascavel 07/06/2017

FIRM. RECONHECIDA
2° TABELIONATO

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
RG: 5.846.070-2
SÓCIO – PROPRIETÁRIO

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME**, CNPJ n.° **12.622.708/0001-63,** é microempresa, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial n° 53/2017, realizado pelo Município de Capanema – PR.

Cascavel 07/06/2017

FIRM. RECONHECIDA
2° TABELIONATO

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
RG: 5.846.070-2
SÓCIO – PROPRIETÁRIO

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO
DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA - ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0688553-2	12.622.708/0001-63	01/10/2010	04/10/2010

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA PARANA, 2865-TPERRO SALA 01, CENTRO, CASCAVEL, PR, 85.810-010

Objeto Social
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS (EMPRESA-ESCOLA) ATRAVES DE CADASTRO, SELEÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIARIOS PARA O MERCADO DE TRABALHO.

Capital	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) Capital Integralizado: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)	Microempresa	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL 474.353.720-72	12.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI 027.484.009-09	8.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 01/11/2013 Número: 20136311296
Ato: ALTERAÇÃO
Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
RE-RATIFICACAO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXXXXXXX

CASCAVEL - PR, 20 de abril de 2017

17/304135-3

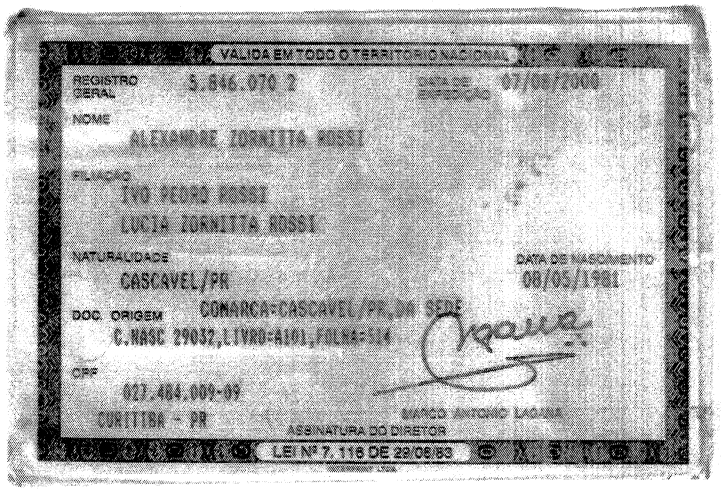
LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

Deborah Dall'Asta Kriger
Relatora
Matr.: 18402-9

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ





Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

Procuração Bastante que: LP Serviços de Integração de Estágiarios Ltda Me outorga a Alexandre Zornitta Rossi, na forma abaixo.

Saibam quantos este instrumento público virem que, aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze (28/01/2011), nesta cidade e comarca, neste notariado, perante mim, Paulo Roberto Mion, tabelião, compareceu como outorgante, **LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.622.708/0001-63, com sede à rua Paraná, nº 3.035, Loja 01, Térreo, Centro, nesta cidade de Cascavel, Estado do Paraná, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 41206885532, emitido em 01/10/2010, ultima alteração contratual devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20109808681, em data de 26/10/2010, e, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comerical do Estado do Paraná, as quais ficam arquivadas nestas notas, às folhas 034 à 050, do livro 119 (arquivo de contrato social), neste ato representado por seu socio administrador JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1033510189 SSP-RS, inscrito no CPF nº 474.353.720-72, residente e domiciliado nesta cidade de Cascavel-PR, à rua Souza Naves, nº 4389, aptº 02; o presente reconhecido como o próprio por mim, tabelião, pelos documentos apresentados, do que dou fé. E aí, pelo outorgante, na forma representada, me foi dito que, por este mandato e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 5.846.070-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 027.484.009-09, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Pedro Ivo, nº 2512; ao qual confere poderes para: **a)** com o fito específico de representá-lo junto a Delegacia da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em cascavel com poderes para requerer, solicitar, e retirar: pesquisas sobre situação fiscal e cadastral, solicitar emissão de DARF, retirar certidão negativa de débitos, sendo negativa ou positiva ou ainda positiva com efeitos de negativa, retirar relatório de restrição, verificar pendências, tirar extratos, solicitar cópias de documentos, efetuar cadastramento ou cancelamento de senha eletrônica, efetuar parcelamento de débitos e tributos federais e contribuições previdênciarias e ainda assinar documentos como Formulários de Solicitação de Retificação de Darf - REDARF, pedidos de ajuste de guia-GPS, solicitação de senha eletrônica,. pesquisas de situação fiscal e cadastral, solicitação de cópia de documentos, pedidos CND e formulários para parcelamentos de débitos; e, **b)** para representar e participar de Licitações, bem como assinar quaisquer documentos relativos a participação, públicas ou não, em qualquer parte do território nacional, envolvendo como solicitantes a União, Estados, Municípios, Estatais, empresas privadas, multinacionais, instituições, pessoas físicas ou quaisquer outros. Podendo para tanto, o nomeado procurador: juntar,

Continua na Página 2

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/02/17

apresentar e desentranhar documentos; dar lance, prestar declarações e esclarecimentos; promover provas e justificações; participar de reuniões, assembléias e demais eventos inerentes aos poderes ora conferidos; apresentar propostas e orçamentos, verbais ou escritos; transigir ou desistir; firmar os competentes instrumentos de homologação da contratação dos serviços prestados pela mandante; pactuar preços, prazos, juros, multas, modo, local de pagamento e demais condições, mesmo penais; requerer, alegar, promover e assinar o que preciso for; praticar enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao mais amplo, cabal e fiel desempenho do presente mandato, podendo substabelecer. O outorgante, na forma representado, declara que conferiu e que se responsabiliza pela veracidade dos dados fornecidos do procurador e do objeto utilizados para a lavratura do presente instrumento. E, assim, conforme disse e me pediu, lavrei o presente instrumento que, lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença de testemunhas pelo que lhe faculta a Norma 18, da Seção 2, do Capítulo 11, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. Protocolo de Distribuição nº 0000519/2011, de 28 de janeiro de 2011. Eu, Cleonice de Brito Barbosa, que a digitei. Eu, Paulo Roberto Mion, Tabelião, que conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos : R$58,85 (VRC 384,62), Selo: R$0,50.. (aa.) JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL.. Paulo Roberto Mion, Tabelião.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Paulo Roberto Mion, Tabelião, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Test° _____ da Verdade

Paulo Roberto Mion
Tabelião

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

Alteração Contratual de Sociedade Limitada

LP.– Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME 5ª

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

Os signatários deste instrumento:

1. **João Batista Rodrigues Leal**, brasileiro, natural de Santa Maria – Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02/08/1965, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrita no CPF/MF sob nº 474.353.720-72, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 1033510189/Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania – Instituto de Identificação do Estado do Rio Grande do Sul, expedida em 15/09/1994, residente e domiciliado na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

2. Maria Izabel Pagnoncelli Leal, brasileira, natural de Pato Branco – Estado do Paraná, nascida em 03/08/1977, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 019.517.759-29, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.013.318-0/Secretaria de Estado de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 12/12/2001, residente e domiciliada na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

3. **Alexandre Zornitta Rossi**, brasileiro, natural de Cascavel – Estado do Paraná, nascido em 08/05/1981, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 027.484.009-09, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.846.070-2/Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 07/08/2000, residente e domiciliado na rua Pedro Ivo nº 2.512, bairro Country, Cep. 85.813-230, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, com sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.2.0688553-2 em 01/10/2010 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.622.708/0001-63;

Resolvem, assim, alterar os seus atos constitutivos mediante as cláusulas e condições a seguir:

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

5ª

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ – CASCAVEL - PR

Cláusula Primeira – Retira-se da sociedade, no presente ato, a sócia **Maria Izabel Pagnoncelli Leal**, vendendo e transferindo as 8.000 (oito mil) quotas de capital social que possui, com o valor nominal de R$ 8.000,00 (oito mil reais) da seguinte forma e proporção:

I. R$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em 2.000 (duas mil) quotas de capital social, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ao sócio remanescente **João Batista Rodrigues Leal**, dando-lhe plena quitação das quotas vendidas.
II. R$ 6.000,00 (seis mil reais), divididos em 6.000 (seis mil) quotas de capital social, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ao sócio remanescente **Alexandre Zornitta Rossi**.

Cláusula Segunda – A sócia cedente Maria Izabel Pagnoncelli Leal dá aos sócios remanescentes **João Batista Rodrigues Leal** e **Alexandre Zornitta Rossi** plena, geral, e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas, declarando estes conhecerem a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, assumindo o ativo e o passivo da sucedida.

Cláusula Terceira – Em virtude das modificações ora ajustadas, o capital social da sociedade no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim dividido e distribuído entre os sócios quotistas:

Sócios	(%)	Quotas	Valores em R$
João Batista Rodrigues Leal	60,00	12.000	12.000,00
Alexandre Zornittta Rossi	40,00	8.000	8.000,00
Total do Capital Social	**100,00**	**20.000**	**20.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

Cláusula Quarta – Fica re-ratificada a 16ª Cláusula do Contrato Social Consolidado da 4ª Alteração contratual, passando a ser lida da seguinte maneira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "*pro-labore*".

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Quinta – À vista das modificações ora ajustadas e em consonância o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios resolvem, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim, sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63
NIRE nº 41.2.0688553-2

1. **João Batista Rodrigues Leal**, brasileiro, natural de Santa Maria – Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02/08/1965, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrita no CPF/MF sob nº 474.353.720-72, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 1033510189/Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania – Instituto de Identificação do Estado do Rio Grande do Sul, expedida em 15/09/1994, residente e domiciliado na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 06 / 17

2. **Alexandre Zornitta Rossi**, brasileiro, natural de Cascavel – Estado do Paraná, nascido em 08/05/1981, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 027.484.009-09, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.846.070-2/Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 07/08/2000, residente e domiciliado na rua Pedro Ivo nº 2.512, bairro Country, Cep. 85.813-230, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, com sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.2.0688553-2 em 01/10/2010 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.622.708/0001-63;

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto Social

Cláusula Primeira – A sociedade gira sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, e será regida por este contrato social e pela Lei nº 10.406/2002 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula Segunda – A sociedade tem a sua sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios através de maioria dos votos.

Parágrafo Único – Fica eleito o foro da comarca de Cascavel – Estado do Paraná, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

Cláusula Terceira – A sociedade iniciou suas atividades em 04/10/2010 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta – A sociedade tem como objeto social o ramo de atividade a seguir: Prestação de Serviços de integração de estágios (empresa-escola) através de cadastro, seleção e encaminhamento de estagiários para o mercado de trabalho, em todo o território nacional.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula Quinta – O capital social da sociedade é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000,00 (vinte mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e já integralizadas pelos sócios, divididas e distribuídas da seguinte forma e proporção:

Sócios	(%)	Quotas	Valores em R$
João Batista Rodrigues Leal	60,00	12.000	12.000,00
Alexandre Zornittta Rossi	40,00	8.000	8.000,00
Total do Capital Social	**100,00**	**20.000**	**20.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CAPÍTULO III

Cessão de Quotas e do Direito de Preferência

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único – O sócio que pretende ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/09/17

dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CAPÍTULO IV
Administração

Cláusula Sétima – A administração da sociedade permanecerá a cargo do sócio **João Batista Rodrigues Leal**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social como fiança, aval, endosso, alienação de bens imóveis da sociedade, aceite e de todo e qualquer título de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – O uso da denominação social é privativo do administrador, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato ou determinações da Lei.

Cláusula Oitava – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/09/17

Cláusula Nona – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima – Designação de administradores não sócios:

I. Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

II. A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Deliberações Sociais e Reunião de Quotistas

Cláusula Décima Primeira – Dependem de deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

a. aprovação das contas da administração;
b. cisão, incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação;
c. nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
d. pedido de concordata;
e. transformação da sociedade; e
f. exclusão de sócio por justa causa.

Parágrafo Primeiro – As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social representa um voto, obedecido o disposto no artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002, serão tomadas em reunião de sócios, convocadas pelo administrador nos casos acima previstos, dispensando-se a realização da mesma quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo Segundo – É dispensada qualquer formalidade de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem dia.

Parágrafo Terceiro – O quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quorum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto no caso de alienação do

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 06 / 17

estabelecimento, cisão, fusão ou transformação, quando o quorum deliberativo será de dois terços dos votos dos quotistas.

Parágrafo Quarto – As reuniões serão presididas por sócio escolhido no momento de seu início e caberá ao presidente a escolha do secretário.

Parágrafo Quinto – Dos trabalhos e deliberações tomadas será lavrada ata que será assinada por todos os sócios presentes.

Parágrafo Sexto – Para produzir seus efeitos legais, cópia da ata descrita pelo secretário será apresentada para arquivamento e averbação na Junta Comercial do Estado de sua jurisdição.

Parágrafo Sétimo – O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo seus haveres apurados e pagos mediante balanço levantado especificamente para esse fim.

CAPÍTULO VI

Retirada, exclusão de sócio e resolução das quotas de um sócio em relação à sociedade

Cláusula Décima Segunda – A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

Cláusula Décima Terceira – Na hipótese da cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes deverão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos artigos 1.027, 1.028 e 1.032, da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 09 / 17

Cláusula Décima Quarta – Será excluída da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do artigo 1.030 da Lei nº 10.406 de 2002.

Cláusula Décima Quinta – Ressalvado o disposto no artigo 1.030 da lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Primeiro – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocados para esse fim, conforme disposto na 11ª Cláusula deste contrato. O acusado deverá estar ciente em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo – Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado em balanço levantado especialmente para este fim.

CAPÍTULO VII

Demonstrações Financeiras, Contábeis e Sociais

Cláusula Décima Sexta – O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "*pro-labore*".

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/05/17

CAPÍTULO VIII

Desimpedimento

Cláusula Décima Sétima – Os sócios declaram para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei e da cláusula oitava deste contrato, de exercerem a atividade que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Cláusula Décima Oitava – Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (Lei nº 6.404/76), conforme faculta o parágrafo único do artigo 1.053 da lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Nona – Fica eleito o foro da comarca de Cascavel – Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

Lavrado em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, lido, compreendido, elaborado de conformidade com a intenção dos sócios ora presentes e que os supostos assinem na presença de duas testemunhas e rubriquem todas as suas vias, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel – Paraná, 17 de outubro 2013

x _____ x _____

João Batista Rodrigues Leal **Alexandre Zornitta Rossi**

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
Selo Nº MgDr6.gKaY6.Ma3xT, Controle: MG16E.AYgF Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por *VERDADEIRO*, as assinaturas de JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL e ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI. Cascavel-PR, 28 de outubro de 2013.
Em Testº da Verdade
Marcelo de Moura Mion - Escrevente Notarial

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/09/17

Alteração Contratual de Sociedade Limitada

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

5ª

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
REGIONAL DE CASCAVEL - PR

Maria Izabel Pagnoncelli Leal

Testemunhas:

Assinatura: _____

Michel Vitor Alves Lopes
CRC/PR nº 49.579/O-9

Assinatura: _____

Nelson Vieira Lopes Júnior
CRC/PR nº 18.898/O-5

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 2115 - CEP 85801-470 - FONE/FAX (45) 2101-7865
PAULO ROBERTO MION - TABELIÃO

Selo Nº ggDr6.gK1Y6.YvGzT, Consulte: M5g6E.AYgF Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por *VERDADEIRO*, a assinatura de MARIA IZABEL PAGNONCELLI LEAL. Cascavel-PR, 28 de outubro de 2013.
Em Test° da Verdade
Marcelo de Moura Mion - Escrevente Notarial

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/11/2013
SOB NÚMERO: 20136311296
Protocolo: 13/631129-6, DE 01/11/2013
Empresa:41 2 0688553 2
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

Município de Capanema

Pregão Presencial 53/2017

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 03.233.240/0001-24 **Fornecedor :** CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN **E-mail:** guarapuava@estagioscin.org.br

Endereço : RUA AZEVEDO PORTUGAL 1369 - CENTRO - Guarapuava/PR - CEP 85010-200 **Telefone:** 42)3622 6799 **Fax:** **Celular:**

Inscrição Estadual: **Contador:** **Telefone contador:**

Representante: Nilza Clecy Guero **CPF:** 024.729.909-01 **RG:** 1073079-1

Endereço representante: Rua Rio Grande do Sul 880 Galeria Gralha Azul - Sala 11 - - Cascavel/PR - CEP 85801-010 **Telefone representante:**

E-mail representante:

Banco: **Agência:** - - - / **Conta:** - **Data de abertura:**

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	24,00	MÊS	9,50	Estágios CIN		5,90	141,60

PREÇO TOTAL DO LOTE : **141,60**

TOTAL DA PROPOSTA : **141,60**

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: 2 dias

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN
CNPJ: 03.233.240/0001-24

03.233.240/0001-24
CIN - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES

Município de Capanema

Pregão Presencial 53/2017

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 12.622.708/0001-63 **Fornecedor :** LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME **E-mail:** administrativo@anie.com.br;

Endereço : R PARANÁ 2865 TERREO SALA 01 - CENTRO - Cascavel/PR - CEP 85810-010 **Telefone:** (45) 3039 - **Fax:** 45) 32252112 **Celular:**

Inscrição Estadual: **Contador:** ocvel contabilidade **Telefone contador:** 4532252112

Representante: ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI **CPF:** 027.484.009-09 **RG:** 5846070-2

Endereço representante: RUA PRESTES MAIA 188 CASA - SAO CRISTOVAO - Cascavel/PR - CEP 85816-120 **Telefone representante:** 45999747794

E-mail representante: coordenacao@anie.com.br

Banco: 748 - BANSICREDI **Agência:** 710- - - Cascavel/PR **Conta:** 53333-2 **Data de abertura:** 01/12/2012

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	24,00	MÊS	9,50	anie		9,50	228,00

PREÇO TOTAL DO LOTE : 228,00

TOTAL DA PROPOSTA : 228,00

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: 2 dias

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO
DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

Consolidação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 09 de Junho de 2014.

DEVIDAMENTE REGISTRADO NO 1° CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TITULOS E REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE E COMARCA DE GUARAPUAVA, PR, SOB N° **0064255.**

1.º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-5335
GUARAPUAVA - PR
AUTENTICADO
Cópia idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Maria Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Eloy Dias - ESCREVENTE
Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E SEDE.

Artigo 1° - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, com sede, foro e domicílio na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, constituída por Assembléia de Fundação aos trinta dias de maio de um mil novecentos e noventa e nove (30.05.99), na mesma cidade de Guarapuava, é uma Associação de âmbito Nacional, de Direito Privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, com objetivos educacionais, filantrópico e de assistência social.

Artigo 2° - O ESTÁGIOS CIN tem por finalidades:

I) Apoiar o processo de formação profissional e educação continuada, mediante mecanismos de integração entre estudantes, pessoas físicas e/ou fundações e/ou associações e/ou cooperativas e/ou pessoas jurídicas de direito público e/ou de direito privado e/ou interno e/ou externo de administração direta e/ou indireta e Instituições Educacionais.

II) Incentivar o desenvolvimento sócio-educacional e sócio-econômico, mediante ações que promovam e sistematizem esforços capazes de atingir a articulação e a integração Trabalho - Educação – Comunidade em busca do desenvolvimento nacional e da cidadania.

III) Integrar o desenvolvimento, a produção de pesquisas cientifica e tecnológicas, de modo a facilitar o intercambio entre estudantes, instituições de Ensino e de Pesquisa e os campos de exercício profissional e aplicação tecnológica.

IV) Exercitar, permanentemente, o papel de Agente de Integração, com base na filosofia institucional de Educação pelo Trabalho, tendo em vista os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como elemento de ligação, de intercâmbio, de identificação e de integração operacional entre estagiários, pessoas físicas e/ou jurídicas e a Instituição de Ensino, mediante:

a) Ações que proporcionem a realização de estágio obrigatório ou não-obrigatório com fulcro na legislação vigente e alterações, normativas correlatas e interpretações doutrinárias e/ou administrativas e/ou judiciais: de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, identificando e interpretando as necessidades da Instituição de Ensino, dos currículos e dos estudantes, mediante adesão conjugada de Empresas e Órgãos Públicos ao sistema de parceria Educação Trabalho;

1° TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DO-
CUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

b) Auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, identificando oportunidades de estágio, ajustando as condições de realização do estágio, fazendo o acompanhamento administrativo, cadastrando estudante e encaminhando negociação de seguros contra acidentes pessoais;

c) Apoio e participação em programas de intercambio e de cooperação técnica, cultural e cientifica de bolsas de estudo, ou de outras modalidades.

V) Desenvolver, diretamente ou em convênio, programas de informação e de orientação profissional, voltado aos interesses dos adolescentes, jovens e adultos no processo decisório para escolha da profissão ou reorientação de carreira.

VI) Desenvolver, diretamente ou em convênio, programas de Treinamento e de Desenvolvimento de Recursos Humanos, aperfeiçoamento profissional e capacitação para o mercado de trabalho, visando toda a sociedade, prioritariamente os estudantes, professores e profissionais.

VII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, eventos sócios culturais e técnico educacionais dirigidos e ajustados às estruturas dos ensinos: de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para vida cidadã e para o trabalho.

VIII) Promover, patrocinar ou editar publicações técnicas e institucionais, diretamente ou em convênio, por qualquer meio, que visem ao desenvolvimento das finalidades e objetivos institucionais do ESTÁGIOS CIN.

IX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, consultoria e orientação técnica a Pessoas Físicas e/ou Jurídicas e Instituições de Ensino.

X) Desenvolver, diretamente ou em convênio, cursos, palestras, orientações, simpósios e estudos para capacitação profissional.

XI) Promover Franquia Social, diretamente ou em convênio, de modo a adotar um sistema de gestão com o objetivo multiplicar o conhecimento de metodologias, técnicas e experiências, cujo único resultado é o beneficio social, através de contato privado ou publico, no qual o ESTAGIO CIN cede diretos de marca associada à utilização metodológicas, sob condições de caráter técnico e ético.

XII) Promoção no atendimento ao Poder Público nas suas necessidades de pessoal, em programas, projetos, recrutamentos, concursos públicos, participando desses processos desde a sua elaboração até o seu desenvolvimento e conclusão final;

XIII) Promover, participar e/ou desenvolver projetos publicitários e de comunicação com pessoas de direito público e privado, diretamente ou mediante convênios, por qualquer meio de comunicação, publicação, divulgação pública, radiodifusão, internet e/ou televisão.

XIV) Desenvolver, diretamente ou em convênio, atividades sociais, desportivas e culturais.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

XV) Desenvolver, diretamente ou em convênio, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

XVI) Desenvolver, diretamente ou em convênio, atividades de acesso à cultura e de promoção da cidadania.

XVII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, oficinas técnicas e artísticas em artes visuais e artes de espetáculo.

XVIII) Desenvolver, diretamente ou em convênio, de modo não lucrativo, modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

XIX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, estudos e pesquisas de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XX) Desenvolver, diretamente ou em convênio, a interligação, discutição, debate e analise das atividades do ESTAGIOS CIN em todo território nacional, incentivando a criação de novas entidades em locais que não contam com atendimentos do ESTAGIOS CIN.

Artigo 3° - Para a consecução de suas finalidades o ESTAGIO CIN define como seus clientes: as pessoas jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos e de direito público (1º, 2º e 3º setor), inclusos os órgãos da administração publica direta e indireta, autárquica e fundações de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização, como seus parceiros as instituições de ensino.

Parágrafo 1°. O ESTAGIO CIN define como seu público alvo, agentes de sua pratica de integração, como Instituições de Ensino e os estudantes, mantendo com todos, em caráter permanente, convivência harmoniosa e intercambio eficazes na busca e consecução constante de seus objetivos.

Parágrafo 2°. No desenvolvimento de suas atividades, o ESTAGIO CIN observara os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, gênero ou religião.

Parágrafo 3°. O ESTAGIOS CIN se dedica as suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor publico que atuam em áreas afins.

Parágrafo 4°. O ESTAGIOS CIN adotara praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação mo respectivo processo divisório.

Artigo 4º - O ESTAGIOS CIN deve constituir-se em referencial permanente de consultas e colaboração em matéria de estágio e formação de recursos humanos para Entidades de Classe, Empresas Públicas e Privadas.

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Substituto da Oficiala
João Luiz Zakaluzny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43

1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-5335
GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Flov Dias ESCREVENTE
Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

CAPITULO II

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA.

Artigo 5° - O patrimônio do ESTAGIOS CIN constitui-se de:

I) Doações, heranças e legados;
II) Bens móveis e imóveis;
III) Acervo literário, técnico e cientifico.

Artigo 6° - As receitas do ESTAGIOS CIN nos termos de suas finalidades serão provenientes de:

I) Contribuições das entidades concedentes de estágio;
II) Resultados de eventos de treinamento, de desenvolvimento, de informação e de orientação técnica, bem como de outros produtos ou serviços que venham a ser oferecidos;
III)Patrocínios diversos e resultados de convênios, de acordos e de contratos celebrados, dentro das finalidades da instituição;
IV) Resultados de edições e de publicações;
V) Resultados de contratos de licitações;
VI) Alienações de bens e de seu patrimônio;
VII) Subvenções públicas e doações financeiras diversas.

Artigo 7° - As contribuições referidas no Art.6° e sua gestão serão disciplinadas pela diretoria executiva.

Artigo 8° - Em caso de dissolução da entidade e/ou de perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo patrimônio líquido e acervo patrimonial serão transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da extinta.

CAPITULO III

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 9° - O quadro social do ESTAGIOS CIN compõe-se de:

I) Membros Fundadores
II) Membros Titulares.

Artigo 10° - Membros Fundadores são pessoas físicas que participam da Assembléia de Constituição do ESTAGIOS CIN, assinando à respectiva ATA, e aqueles que manifestaram, por escrito, intenção de integrar-se nessa categoria social, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de fundação.

Parágrafo único. Se um Membro Fundador vier a ser Membro Titular prevalece sempre àquela primeira condição.

Artigo 11° - Membros Titulares são pessoas físicas que vierem a assumir cargos nos Poderes Sociais aprovados por este Estatuto

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
FRENTE E VERSO

Artigo 12° - Os membros das categorias que compõem o Quadro Social do ESTAGIOS CIN têm os seguintes direitos:

I) Peticionar ao Conselho de Administração, propondo sugestões, críticas e solicitações que julgarem de direito, obtendo o devido retorno,
II) Participar das atividades e promoções da Instituição, respeitadas as condições de cada uma.

Artigo 13° - Tem capacidade eleitoral unicamente os Membros Fundadores e Membros Titulares.

Artigo 14° - Os membros das categorias que compõem o Quadro Social do ESTAGIOS CIN têm os seguintes deveres:

I) Acatar as normas estatuárias e regimentais da Instituição e denunciar atos praticados contra as mesmas;
II) Manter conduta moral e ética à altura dos elevados princípios do ESTAGIOS CIN, interna e externamente;
III)Desincumbir-se de atribuições e missões que lhes foram confiadas, dentro de suas possibilidades, e desempenhá-las com a necessária presteza e eficácia.

Artigo 15° - Poderá ser instituída remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Artigo 16° - Não haverá distribuição, entre os sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio do ESTAGIOS CIN, auferidos mediante o exercício das atividades e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Artigo 17° - Pode perder a condição de Membro de Quadro Social, e, qualquer modalidade, e ter cessado seus direitos de prerrogativas, quem proceder de forma ofensiva aos deveres estatuídos nos incisos I, II e III do Art. 14°, Capitulo III, mediante proposta do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, garantido o direito de ampla defesa, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada expressamente para esta finalidade.

CAPITULO IV

DOS PODERES SOCIAIS

Artigo 18° - Constitui órgãos de Poder Social do ESTAGIOS CIN.

I) Assembléia Geral.

II) Conselho de Administração.

III) Conselho Fiscal.

1° Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-5335
CRUZ MACHADO - PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Marza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Fábio Flor Dias ESCREVENTE
Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi aplicado na última folha do documento entregue a parte.

1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakaluzny - Escrevente

Artigo 19° - A Assembléia Geral é o órgão máximo do ESTAGIOS CIN e constitui-se dos Membros Fundadores e Membros Titulares, no pleno gozo de seus direitos e prerrogativas.

Artigo 20° - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se:

a) Anualmente, em dia útil na 2ª quinzena do mês de junho, para:

I) Analisar e aprovar o Relatório Anual de Atividade e o Balanço Geral Patrimonial, sob parecer do Conselho Fiscal.

II) Analisar e deliberar sobre outros assuntos relacionados com os objetivos e fins da instituição, eventualmente propostos e incluídos na pauta pelo Conselho de Administração.

b) Extraordinariamente, a qualquer tempo para:

I) Modificar o Estatuto, por propostas do Conselho de Administração.

II) Decidir sobre alienação de bens imóveis, sob qualquer forma, mediante parecer do Conselho Fiscal.

III) Destituir Membros do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal, de acordo corn o estabelecimento no Art. 15° deste Estatuto.

IV) Apreciar e decidir sobre dissolução e extinção de Instituição, bom como fixar o destino de seus bens, nos termos do Art. 8° deste Estatuto.

Artigo 21° - A Assembléia Geral é sempre convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias e máxima de 20 (vinte) dias da data prevista para sua realização, por Edital publicado uma vez em jornal de circulação local.

Parágrafo 1°. A Assembléia Geral Ordinária delibera, em primeira convocação com metade mais 01 (um) dos Membros componentes ou, em Segunda convocação, 30 (trinta) minuto após a primeira, com qualquer numero de membros componentes presentes.

Parágrafo 2°. A Assembléia Geral Extraordinária delibera nas mesmas condições previstas parágrafo anterior, exceto quando convocada expressamente para dissolução e extinção ... Instituição querendo-se, no caso, a presença de, no mínimo, com metade mais um dos Membros do Quadro Social.

Parágrafo 3°. É presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua falta ou impedimento, por um Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4°. Quando for candidato ou objeto de destituição, o Presidente do Conselho de Administração não presidirá a Assembléia que for convocada para os fins de inciso III (b) do Art. 18°, devendo ela ser presidido pelo mais antigo ex-presidente do Conselho de Administração, que também não seja candidato o objeto de destituição e, não havendo, pelo Membro Componente presente que o plenário escolher.

Artigo 22° - A Assembléia Geral, embora seja o poder soberano do ESTAGIOS CIN, não pode decidir contra expressa disposição estatutária, nem discutir e deliberar sobre matéria não constante na ordem do dia.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

Artigo 23° - Na Assembléia Geral o voto é direito secreto, pessoal e intransferível, não se admitindo procurações ou designações de representante.

Parágrafo 1° - Da Assembléia deve ser lavrada Ata, em livro próprio, assinada pelos respectivos Presidentes e Secretário e pelos Membros Componentes que o desejarem.

Parágrafo 2° - Os demais membros integrantes da Assembléia Geral, incluindo-se os respectivos Presidentes e Secretário e pelos Membros Componentes que o desejarem.

CAPITULO V

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 24° - O Conselho de Administração é o órgão de Poder Social de consulta e de deliberação do ESTAGIOS CIN, competindo-lhe fixar políticas e diretrizes para atingir finalidades e objetivos da instituição.

Artigo 25° - O Conselho de Administração é composto de 3 (três) membros, devendo todos serem Pessoas Físicas, residentes e domiciliados no Estado do Paraná, integrantes de forma ativa dos segmentos Educação e/ou Trabalho.

Parágrafo 1° - São obrigatoriamente preenchidos, mediante eleição, os 03 (três) cargos do Conselho de Administração:

I) Conselheiro Presidente.

II) 1º e 2º Conselheiros Vice-Presidentes.

Parágrafo 2°. O mandato dos componentes do Conselho de Administração, como órgão colegiado, é de 03 (três) anos e deve coincidir com o do Conselho Fiscal, iniciando em 01 de junho, no ano de eleições.

Parágrafo 3°. Os cargos de Presidente e de 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração devem obrigatoriamente ser ocupados por Membros das categorias de Fundadores e/ou Titulares, integrantes há, no mínimo, de 05 (cinco) anos do Quadro Social do ESTAGIOS CIN, podendo ser reeleitos para 01 (um) mandato consecutivo, para igual cargo.

Parágrafo 4°. O Conselho de Administração, como órgão colegiado, deve reunir-se, ordinariamente, uma vez a cada trimestre, com calendário e pauta elaborados pelo Diretor Superintendente e previamente aprovado pelo Presidente e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação formal de seu Presidente, ou de maioria simples de seus membros efetivos, ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo 5°. A Convocação dos membros do Conselho de Administração, como órgão colegiado, deve acontecer com antecedência mínima de 07 (sete) dias, mediante correspondência de que consta a respectiva pauta, e suas deliberações ocorrem por voto da maioria simples dos presentes.

Parágrafo 6°. O Diretor Superintendente participa das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração.

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado e por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-2[illegible]
PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Marcia Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Elov Dias ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento

Artigo 26° - Constitui atribuições do Conselho de Administração, como Órgão Colegiado:

I) Definir políticas e estratégias de atuação
II) Zelar pelo cumprimento das finalidades do ESTAGIOS CIN.
III)Aprovar o Plano Anual de Trabalho e o respectivo orçamento programa e suas alterações.
IV) Estabelecer critérios para o relacionamento do ESTAGIOS CIN com entidades classistas.
V) Aprovar propostas de Diretor Superintendente sobre a eventual realização de despesas ou investimentos que não tenham sido contempladas na previsão orçamentária, ouvido antes o Conselho Fiscal.
VI) Aprovar propostas de Diretor Superintendente para a obtenção de empréstimos e financiamentos, aquisição, venda ou oneração de bens imóveis, nos termos do presente Estatuto.
VII) Contratar, em regime de CLT ou outro regime de trabalho, com dedicação exclusiva, ou parcial, o Diretor Superintendente.
VIII) Determinar a elaboração de Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados em período inferiores a 12 (doze) meses, para fins de destinação de resultados, ou par outros fins que o interesse da instituição determinar.
IX) Aprovar relatórios e balanços do ESTAGIOS CIN.
X) Propor à Assembléia Geral, por indicação do Diretor Superintendente, revisões, ajustes no Estatuto e no Regimento Interno.
XI) Solicitar, sempre que julgar conveniente, realizações de auditorias e controles econômico-financeiro e patrimoniais, requerendo prestação de contas, analisando contratos, opinando em questões jurídicas e administrativas, ético-institucionais, técnico-conceituais, bem com sobre aspectos de filosofia institucional.
XII) Indicar a aplicação de recursos que se encontrem alocados como Reservas Financeiras e/ou vinculadas a Provisões ou Fundos com destinação especifica.
XIII) Aprovar política de recursos humanos do ESTAGIOS CIN propostas pelo Diretor Superintendente.
XIV) Apreciar e decidir sobre petições de que trata o inciso I do Art. 12°.
XV) Propor à Assembléia Geral a aplicação de penalidades prevista no Art. 15° de Estatuto.
XVI) Deliberar sobre duvidas ou casos omissos do Estatuto e do Regimento interno.
XVII) Analisar outras questões relacionadas com a instituição, propostas pelo Presidente ou Vice-Presidente.

Artigo 27° - Constituem atribuições privativas do Presidente do Conselho de administração.

I) Representar o ESTAGIOS CIN, em juízo ou fora dele.
II) Zelar para que sejam preservadas a filosofia, a política e as diretrizes institucionais do ESTAGIOS CIN.
III)Encaminhar ao Conselho Fiscal eventual realização de despesas ou investimentos que não tenham sido contemplados na Previsão Orçamentária, configurando proposta de desembolso que, de forma imprevista venha interferir, direta ou indiretamente, a estrutura patrimonial do ESTAGIOS CIN.
IV) Presidir eventuais delegações do ESTAGIOS CIN a conferencias e congressos ou nomear seu representante-substituto

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

V) Convocar, presidir e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral.
VI) Identificar-se com as necessidades de ESTAGIOS CIN, em termos de meios, formas e recursos operacionais em conjunto com o Diretor Superintendente.
VII) Propiciar, articulações com os membros do conselho de administração condições que contribuam para a viabilização e concretização de programas, planos, projetos, atividades, serviços ou produtos, segundo objetivos, metas e resultados preconizados, para efeito do orçamento programa ou previsão orçamentária de cada exercício.
VIII) Desenvolver procedimentos de natureza Político-Estratégica junto às instituições Econômico-Empresariais, instituições científicas, técnicas e culturais e demais componentes da Sociedade, particulares ou públicos oficiais, nos termos do presente estatuto.
IX) Constituir procuradores e praticar, direta ou indiretamente, os atos jurídicos relacionados com a vida da Instituição.
X) Praticar todos os atos necessários à representação institucional e jurídica do ESTAGIOS CIN.

Artigo 28° - Cabe ao Presidente do Conselho de Administração fixar as atribuições do 1º e 2º Vice-Presidentes abrangendo as áreas administrativas, financeiras técnicas e relações públicas.

Artigo 29° - As decisões do Conselho de Administração, como órgão de consulta e de deliberações, sob qualquer condição, são expressas sob a forma de Resolução, sem o que não terão validade.

Artigo 30° - Na ausência, impedimento, ou vacância do ocupante do cardo de Presidente, cabe aos Membros remanescentes do Conselho de Administração escolher quem deve ocupar a função, em caráter temporário ou permanente, conforme as circunstâncias.

CAPITULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31° - A mesma Assembléia Geral que eleger os Membros do Conselho de Administração elege, também, o Conselho Fiscal composto de 06 (seis) Membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes que, entre os efetivos, elegem o Presidente.

Artigo 32° - O Conselho Fiscal é o órgão de Poder Social do ESTAGIOS CIN que fiscaliza as contas, os atos de gestão, a origem e a aplicação dos recursos da Instituição.

Parágrafo único. A constituição de conselho fiscal é dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores de entidade.

Artigo 33° - É composto de 03 (três) membros efetivos, devendo todos se Pessoas Físicas residentes e domiciliadas e no Estado do Paraná, obrigatoriamente integrantes do Quadro Social do ESTAGIOS CIN há, no mínimo 03 (três) anos, à exceção dos primeiros Conselhos Fiscais, nas categorias de Fundadores e/ou Titulares, permitidas reeleições sem restrições de tempo para igual cargo.

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Viterossi - Substituto da Oficiala

1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-5339
GUARAPUAVA - PR
AUTENTICADO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Marize Christine G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Flávio Dias
ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 03 (três) anos e deve coincidir com o do Conselho de Administração, iniciando em 01 de julho, no ano de eleições.

Artigo 34° - Reúne-se semestralmente, ou quando necessário convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela Assembléia Geral, competindo-lhe:

I) Dar parecer e apresentar relatório anual sobre as demonstrações Contábeis, constituídas de Balanço Patrimonial, de Demonstrações de Receitas e Despesas.
II) Examinar a escrituração, sempre que julgar conveniente, com apreciação e julgamento quanto ao mérito e legitimidade das despesas.
III)Dar parecer sobre revisões orçamentárias ocorridas durante o exercício e, opinar sempre, sobre aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis.
IV) Dar parecer sobre o Orçamento-Programa / Previsão Orçamentária anual.

Artigo 35° - O Conselho Fiscal encaminha, semestralmente, ao Conselho de Administração todos os pareceres ou relatórios elaborados no semestre, além de fornecer eventuais elementos e esclarecimentos solicitados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1°. Segundo circunstancias a natureza dos fatos ou situações, o Conselho Fiscal emite Pareceres ou Relatórios em qualquer período.

Parágrafo 2°. Cabe-lhe apreciar, analisar e aprovar desembolsos de recursos (despesas ou investimentos) propostos pelo Presidente do Conselho de Administração, desde que tais desembolsos digam respeito a atos, fatos ou situações não contemplados na Previsão Orçamentária / Orçamento Programa.

Artigo 36° - Não é condição impeditiva para integrar o Conselho Fiscal a existência de parentesco direto ou indireto com qualquer Membro do Conselho de Administração, ou com qualquer integrante da Diretoria Executiva.

CAPITULO VII

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 37° - A Diretoria Executiva é exercida pelo Diretor Superintendente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar especifica e/ou outra forma de contrato definido pelo Conselho de Administração.

Artigo 38° - São atribuições da Diretoria Executiva todos os assuntos relacionados com a gestão do ESTAGIOS CIN, respeitadas as competências próprias de seu cargo e não conflitantes, em grau decisório, com a dos demais órgãos do Poder Social da Instituição.

Artigo 39° - Constituem atribuições privativas do Diretor Superintendente:

I) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques, aceitar e emitir títulos de créditos.
II) Adquirir bens móveis e acervo literário, técnico e cientifico, bem como executar obras de reformas e de conservação em bens imóveis.
III)Adquirir e alienar bens imóveis, contrair empréstimos e financiamentos e outras obrigações onerosas, observadas as condições do inciso II do item (01) do Art. 18° e inciso VI do Art. 24°.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
FRENTE E VERSO

IV) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o Plano Anual de Trabalho, bem como o respectivo Orçamento-Programa, o Relatório Anual de Atividades e a Prestação de Contas Anual.
V) Submeter ao Conselho de Administração a aprovação do Regimento Interno e de suas alterações.
VI) Constituir procuradores, com prazos determinados e poderes especiais necessários à gestão do ESTAGIOS CIN, na instalação de unidades operacionais em todo Território Nacional.
VII) Aprovar a admissão e a demissão de funcionários, bom como designá-los do exercício de funções de confiança.
VIII) Propor ao Conselho de Administração o plano de Cargos e de Salários, Estrutura Organizacional, instalação e fechamento de unidades operacionais.
IX) Assinar convênios e participar der licitações publicas em qualquer âmbito, municipal, estadual ou nacional, dar lance, em fim praticar todos os demais atos de gestão necessários à consecução das finalidades e objetivos do ESTAGIOS CIN.
X) Fixar normas e procedimentos para a boa execução das finalidades e objetivos da Instituição.
XI) Ter sob o seu controle a receita e a despesa do ESTAGIOS CIN.
XII) Ter a seu cargo todo o serviço de tesouraria, mantendo, inclusive, contabilidade financeira adequada.
XIII) Elaborar, ao final de cada exercício, proposta orçamentária para o exercício seguinte.
XIV) Apresentar, trimestralmente, balancetes e, ao final de casa exercício o Balanço Financeiro e Patrimonial, para aprovação do Conselho de Administração.
XV) Prestar apoio e subsidio as atividades necessárias ao funcionamento do Conselho de Administração de demais órgãos.
XVI) Constituir procuradores e praticar ou indiretamente, os atos jurídicos relacionados com a vida de instituição.
XVII) Praticar, todos os atos necessários para representação institucional e jurídica do ESTAGIOS CIN.

Tabelionato de Notas Telefax: (42) 3623-3335 PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira SUBSTITUTA
Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi aplicado na última folha do documento entregue a parte.

CAPITULO VIII

DAS ELEIÇOES

Artigo 40° - As eleições para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal do ESTAGIOS CIN ocorrem na Assembléia Geral da Segunda quinzena de junho, a cada 03 (três) anos.

Parágrafo 1° - As chapas concorrentes devem ser apresentadas, sob forma de legenda, contendo: denominação da Chapa; nomes, assinaturas e cargos respectivos dos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.

Parágrafo 2° - As concorrentes devem sés registradas na Secretaria do ESTAGIOS CIN, sob protocolo, com antecedência, mínima de 03 (três) dias da data marcada para as eleições, coincidente com a data de fundação.

Parágrafo 3° - O voto é um direito exclusivo dos membros componentes do ESTAGIOS CIN, Fundadores e Titulares, Pessoas Físicas, residentes e domiciliados no Estado do Paraná, e

1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala

deve ser pessoal e secreto, não se admitindo voto por procuração, ou outra forma de representação, nem por correspondência.

Parágrafo 4° - O voto de ser consignado para a legenda integral, não se admitindo exclusões ou substituições; excepcionalmente, quando houver chapa única, a eleição pode dar-se por aclamação.

Parágrafo 5° - O processo eleitoral é conduzido por quem presidir a respectiva Assembléia Geral, sendo o resultado promulgado de imediato.

Artigo 41° - Os Membros eleitos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são empossados na mesma Assembléia que os elegeu, exercendo seu mandato a partir de 01 de julho de do ano da eleição.

Artigo 42° - Para que a pessoa física possa participar e pleitear sua eleição em qualquer cargo, no mínimo, de maneira comprovada, deverá participar ativamente das atividades fins do ESTAGIOS CIN ao menos por 3 (três) anos consecutivos.

Artigo 43° - No caso de morte de um dos membros eleitos, dentro do prazo de 90 (noventa, dias após o falecimento, deverá ser convocada eleição para escolha de novo membro, independente do cargo ocupado.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 44° - São partes integrantes do ESTAGIOS CIN Nacional, todos os Estados e territórios brasileiros e o Distrito Federal.

Artigo 45° - O ESTAGIOS CIN não se confunde com as pessoas físicas dos membros quem compõem seu Quadro Social, quer estejam, ou não, no desempenho de cargo do Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal, os quais não respondem, individual solidariamente, por obrigações assumidas pela Instituição.

Artigo 46° - Não são remuneradas, em hipótese alguma, as funções exercidas por qualquer dos Membros que desempenham funções nos órgãos de Poder Social do ESTAGIOS CIN, eleitos, efetivos ou suplentes, porque é expressamente vedada, sob qualquer modalidade, titulo ou justificativa, a percepção, por parte dos Membros do Poder Social do ESTAGIOS CIN, de qualquer espécie de remuneração, participação ou distribuição de benefícios pecuniários, e principalmente não gerando vínculo empregatício com os mesmos.

Parágrafo Único. Não se compreende nessa proibição, o reembolso de despesas feitas pelos Conselheiros para cumprimento de missões estatuarias.

Artigo 47° - É vedado à acumulação de cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal do ESTAGIOS CIN.

Parágrafo Único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de diretoria ou conselho do ESTAGIOS CIN, vedada à todos a percepção de remuneração ou subsidio a qualquer titulo.

1º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
= FRENTE E VERSO =

Artigo 48° - A Diretoria Executiva deve organizar uma estrutura técnico-administrativa para operacionalizar as ações necessárias à consecução das finalidades os objetivos do ESTAGIOS CIN, sendo seus funcionários contratados sob regime da legislação vigente e/ou na forma de contrato sob tácita admissão de lealdade funcional para com os princípios e finalidades da Instituição.

Artigo 49° - Os recursos do ESTAGIOS CIN só podem ser aplicados em ações desenvolvidas para a consecução de suas finalidades e objetivos e com despesas referentes ao Quadro de Pessoal.

Parágrafo 1°. As normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade seguirão rigorosamente:

a) A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
b) A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.
c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Artigo 50° - O exercício fiscal do ESTAGIOS CIN é estabelecido como sendo coincidente com o ano civil.

Artigo 51° - Este ESTATUTO CONSOLIDADO, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, em 09/06/2014, entra em vigor na mesma data para continuar a nortear o ESTÁGIOS CIN.

Artigo 52° - Em benefício do presente ESTATUTO CONSOLIDADO, o mesmo suprimi e revoga o primeiro ESTATUTO aprovado em 30.05.1999, a primeira alteração aprovada em 30.06.2005, a segunda alteração aprovada em 22.12.2007 e a terceira alteração aprovada em 22.01.2008, bem como ratifica as exclusões e inclusões aqui propostas e revoga todas as disposições em contrário, dispensando toda ou parcial apresentação do Estatuto de 30.05.1999 e suas alterações.

Jacqueline D. Rocha
RG: 8.845.597-4
CPF: 066.606.189-59
Secretário da Assembléia

Diretor Presidente
Osorio Tokiyo Ikeda
CPF: 072.463.159-34
RG: 1.036.871-5

Contador CRC – PR

Raje Mustapha Kassem
Advogado - OAB/PR 56.686

Francisco Moraes da Rocha Neto
Contador - CRC-PR 050408/O-4
CPF 013.937.979-20

1° TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO

1° TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1° SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DO-
CUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vannessi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA - PR

1° Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-5335
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Bucli Pereira
TABELIÃO
Maiza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Eloy Dias ESCREVENTE

Certifico que o selo de AUTENTICIDADE foi afixado na última folha do documento entregue a parte.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369, CENTRO CEP: 85010-200 GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 30

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

DISTRIBUIDOR.JUDIC.GVA.18-Abr-2016-15:07-008707-3/5

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis (06/04/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10), reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de JOINVILLE/SC. CNPJ 03.233.240/0002-05, da Rua Alameda Bruestlein, 91 – Centro CEP: 89.201-040 Joinville-SC, **para seu novo endereço**, na **RUA Blumenau, nº 1739, SALA 108, bairro América- CEP: 89.204-328 - JOINVILLE/SC.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

Paulo Vinicius Covalski
ESTÁGIOS CIN
RG 10.164.871-7

Paulo Covalski

Secretário

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Jacqueline Dolores R...
ESTÁGIOS CIN
RG 3.845.587-4

Jacqueline Dolores Rocha

Diretora Superintendente

OAB-PR 44

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17158

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 ABR 2017
Carlos Alberto Bacha Pereira
TABELIÃO
Menza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Elev Dias - ESCREVENTE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL. 1369, CENTRO CEP: 85010-200

GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 31

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (03/08/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10), reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de LONDRINA/PR. CNPJ 03.233.240/0005-58, da Rua Quintino Bocaiuva, nº 812, SL 214, Centro CEP: 86020-150 LONDRINA/PR, **para seu novo endereço, na Rua Mato Grosso, nº 927, Edifício Centro Profissional, Térreo, Centro, CEP: 86010-180 - LONDRINA/PR.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Fley Dias - ESCREVENTE
Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FLG17159

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1211 - Sla 43
CEP 86.010-250 - GUARAPUAVA - PR

Paulo Vinicius Covalski
Estagiários CIN
CPF: 063.966.329-00
GR: 10.164.372-7

Paulo Covalski
Secretário

Darcy Sell Junior
OAB/PR 44.138

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente
CPF: 566.606.189-53
GR: 3.845.587-4

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369, CENTRO CEP: 85010-200

GUARAPUAVA/PR

CNPJ: 03.233.240/0001-24

ATA Nº. 32

REUNIAO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (03/08/2016) na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos 18º, 19º e 25º de seu ESTATUTO (Registro nº. 0064255, Livro A-24, Averbação nº. 10). reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença específica, juntamente com a Diretoria Executiva, para deliberarem a pauta referida convocação. Presidida pela atual Diretora Superintendente, Sra. Jacqueline Dolores Rocha e secretariado pelo servidor Paulo Covalski, foram discutidos os seguintes assuntos:

1) Autorizada à mudança de endereço do Centro de Integração de Estudantes – ESTAGIOS CIN, filial na cidade de TOLEDO/PR. CNPJ 03.233.240/0011-04, da Rua Luiz Segundo Rossoni, nº 689, Centro CEP: 85901-170 TOLEDO/PR, **para seu novo endereço, na Rua Crissiumal, nº 2529, La Salie, CEP: 85903-290 - TOLEDO/PR.**

Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, secretário da reunião e pela Diretora Superintendente.

Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia FLG17160

Paulo Vinicius Covalski
Estagiários CIN
CPF: 063.966.329-00
GR: 10.164.372-7

Paulo Covalski
Secretário

Darcy Sell Junior
OAB/PR 44 138

Jacqueline Dolores Rocha
Diretora Superintendente

Jacqueline Dolores
Diretora Superintendente
CPF: 566.606.189-53
GR: 3.845.587-4

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

CNPJ: 03.233.240/0001-24

RUA AZEVEDO PORTUGAL, Nº 1369, CENTRO, CEP. 85010-200 GUARAPUAVA –PARANÁ

ATA Nº 29

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN

Aos 9 (nove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (09.02.2015), na sede do ESTÁGIOS CIN, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de acordo com os Artigos: 9º, 13º, 16º, 29º, 35º e 38º de seu ESTATUTO, reuniram-se as pessoas que assinaram o livro de presença específica, atendendo sua convocação, para deliberarem a pauta da referida convocação. Presidida pela Sra. Zilcleia Sell Ikeda e secretariada pela Sra. Jacqueline Dolores Rocha foram discutidos os seguintes assuntos:

01-) Apresentada a CHAPA ÚNICA, dos candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, para o período 2015/2017. 02-) Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes, ficando assim constituído e empossado, para o período de 10/02/2015 a 30/06/2017: a-) PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Conselheiro Presidente: Sra. Zilcleia Sell Ikeda e Conselheiros Vice Presidentes: Sr. Claudio Airton Cunha Machado e a Srta. Tatiana Eiko Ikeda. b-) PARA O CONSELHO FISCAL: Membros efetivos: Sra. Vanelles Kühl, Sr. Luiz Carlos Gasparello e Sr. Adil Mustapha Kassem, e como membros suplentes: Sr. Guilherme Ikeda, Sr. Paulo Vinicius Covalski e Sr. Julio de Oliveira. 03-) Empossado, o presidente do Conselho de Administração, a Sra. Zilcleia Sell Ikeda, agradeceu em nome dos eleitos os votos de confiança depositados nos membros do Conselho e indicou para a Diretoria Executiva, que foi aprovada, ficando nomeada para o período de 10/02/2015 a 30/06/2017, a Sra. JACQUELINE DOLORES ROCHA, como Diretora Superintendente. 04-) Nada mais havendo para ser discutido, lavrei a presente ATA, que vai assinada por mim secretária da Assembleia, pelo advogado do Estágios –CIN e pelo Presidente. Guarapuava – PR, nove de fevereiro de dois mil e quinze (09/02/2015).

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficiala
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. da Oficiala
João Luiz Zakalusny - Escrevente
(42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 - Sla. 43
CEP 85.010-250 - GUARAPUAVA-PR

Zilcleia Sell Ikeda

Presidente

Jacqueline Dolores Rocha

1ª Assembleia

Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia FLG17154

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Marza Christina G. Pereira ESCREVENTE
Edson Alex Dias - ESCREVENTE
1º Tabelionato de Notas (42) 3623-5229 GUARAPUAVA - PR

Advogado
OAB PR 44138

PODER JUDICIARIO
COMARCA DE GUARAPUAVA-PR
Certifico que recebi a Petição e/ou Documento.
10 FEV. 2015
Protocolado às_____hs.
_____
DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Rua Capitão Rocha, nº 1331 - Centro - CEP: 85010-270 - Fone: (42) 623-1074
Município e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná
Maria do Rocio Ribeiro Burko
Oficial

Certidão

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo nesta Serventia, os Livros de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deles encontrei registrado em Microfilme sob nº 64.255, em 23.06.1999 e última Alteração Averbada sob nº 64255-013, em data de 16.08.2016, o Estatuto do **Centro de Integração de Estudantes - Estágios Cin**, CNPJ nº 03.233.240/0001-24, com sede e foro na Cidade de Guarapuava – Pr.; sem fins lucrativos, de utilidade pública, com objetivos educacionais, filantrópicos e de Assistência Social; o Conselho de Administração é o órgão de Poder Social de consulta e de deliberação do Estágios Cin, competindo-lhe fixar políticas e diretrizes para a finalidade e o bjetivos da Instituição; o Conselho de Administração é composto de três membros, devendo todos ser Pessoas Físicas, residentes e domiciliados no Estado do Paraná, integrantes de forma ativa dos segmentos Educação e/ou Trabalho; constituem atribuições privativas do Presidente do Conselho de administração, representar o Estágios Cin, em Juízo ou fora dele.- E por me haver sido pedido fiz extrair a presente certidão em breve relato, a qual confere com o original.- Eu João Luiz Zakalusny – Escrevente, que fiz digitar, conferi dato e assino.-

O referido é verdade e dou fé.
Guarapuava, 25 de Maio de 2017.

Tabelionato de Notas (42) 3623-5333 PR Guarapuava
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 MAI 2017
Pereira

O referido é verdade e dou fé.
Guarapuava-PR, 25 de maio de 2017.

João Luiz Zakalusny
Escrevente

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17156

2NE59 0 GPACV 19
valide em www.ocartorio.net

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
pVPwc.vLNxj.u7jjx
Controle:
jjnjx.EYk8K
Consulte esse selo em
http://funarpen.com.br

1º Ofício de Protesto de Títulos e
1º Serviço de Registro de Título e
Documento e Civil de Pessoas Jurídicas
Maria do Rocio Ribeiro Burko - Oficial
Ademir Ribeiro Vitorassi - Subst. Oficial
João Luiz Zakalusny - Escrevente
Luciano Licoviski - Escr. Juramentado
Tel.: (42) 3623-1074
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1811 Sl 43
CEP: 85.010-250 Guarapuava - PR

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
03.233.240/0001-24 MATRIZ		23/06/1999

NOME EMPRESARIAL
CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
82.99-7-07 - Salas de acesso à internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R AZEVEDO PORTUGAL	1369	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.010-200	CENTRO	GUARAPUAVA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(42) 3622-6799

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/06/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **12/06/2017** às **11:06:56** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social | Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN
CNPJ: 03.233.240/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:16:16 do dia 01/06/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/11/2017.
Código de controle da certidão: **0EAF.D7B4.A7F4.DDDD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03233240/0001-24
Razão Social: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES ESTAGIOS CIN
Nome Fantasia: ESTAGIOS CIN
Endereço: R AZEVEDO PORTUGAL 1369 / CENTRO / GUARAPUAVA / PR / 85010-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2017 a 30/06/2017

Certificação Número: 2017060104252022830195

Informação obtida em 12/06/2017, às 11:12:26.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 016439637-02

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.233.240/0001-24**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 10/10/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (12/06/2017 11:16:00)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Secretaria Municipal de Finanças

Rua Brigadeiro Rocha, 2777 - Centro

CERTIDÃO NEGATIVA 16554 /2017

CONTRIBUINTE:CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES-CIN

CPF/CNPJ:03.233.240/0001-24

ENDEREÇO:R. AZEVEDO PORTUGAL N°: 1369 CENTRO

FINALIDADE:Inexistência de Débitos

Certificamos para os devidos fins, atendendo solicitação, que o contribuinte acima identificado não possui débitos tributários pendentes junto a fazenda pública do Município de Guarapuava até a presente data.
Com a localização acima descrita, fica ressalvado o direito da fazenda Pública Municipal de cobrar débitos posteriormente constativos, mesmo referente ao período nesta certidão compreendido.

A presente certidão é válida por 90(Noventa) dias, a contar da data de emissão da mesma.

Guarapuava,12/06/2017

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE 86388801086388

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA

OFICIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES ESTAGIOS CIN

CNPJ 03.233.240/0001-24, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.

GUARAPUAVA/PR, 23 de Maio de 2017

RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

PODER JUDICIÁRIO
Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário Público e Avaliador Judicial
CNPJ: 77.781.276/0001-89
(42) 3622-2294
GUARAPUAVA - PARANÁ

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17164

1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-6338
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Elov Dias - ESCREVENTE

Custas = R$ 31,42

Página 0001/0001

Quaiquer rasura ou entrelinha, tornará nula esta certidão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.233.240/0001-24
Certidão nº: 130573456/2017
Expedição: 12/06/2017, às 11:21:05
Validade: 08/12/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES -ESTAGIOS CIN (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.233.240/0001-24, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN
CNPJ nº 03.233.240/0001-24
Matriz: Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, CEP. 85010-200, Guarapuava - P
Posto: Cascavel – PR: Rua Rio Grande do Sul, 880 - Galeria Gralha Azul - Sala 1
CEP. 85801-010
Telefone: (45) 3035-2787 | E-mail: estagioscin@hotmail.com

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Referência:

Ao
Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 53/2017

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN, inscrita no CNPJ/MF nº 03.233.240/0001-24, por intermédio, Representante legal Nilza Glecy Guero,RG nº 1073079-1, CPF nº 024.729.909-01 DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cascavel, 13 de junho de 2017.

Nilza Glecy Guero
RG nº 1073079-1
CPF nº 024.729.909-01

03.233.240/0001-24
CIN - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES

Representante legal Nilza Glecy Guero,RG nº 1073079-1, CPF nº 024.729.909-01

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN
CNPJ nº 03.233.240/0001-24
Matriz: Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, CEP. 85010-200, Guarapuava - P
Posto: Cascavel – PR: Rua Rio Grande do Sul, 880 - Galeria Gralha Azul - Sala 1
CEP. 85801-010
Telefone: (45) 3035-2787 | E-mail: estagioscin@hotmail.com

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Referência:

Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 53/2017

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN, inscrita no CNPJ/MF nº 03.233.240/0001-24, por intermédio de sua Representante legal Nilza Glecy Guero,RG nº 1073079-1, CPF nº 024.729.909-01 DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Cascavel, 13 de junho de 2017.

03.233.240/0001-24
CIN - CENTRO DE
INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES

Nilza Glecy Guero
RG nº 1073079-1
CPF nº 024.729.909-01
Representante Legal

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE RCA Nº 092/2017

Certificamos, para todos os fins de direito, que o Atestado de Capacidade Técnica anexo, datado de **27 de abril de 2015**, devidamente registrado pelo CRA-PR em **18 de junho de 2015**, emitido em 01 (uma) folha, refere-se ao **Registro de Comprovação de Aptidão (RCA)** nº **103/2015**. No presente Atestado figura, como emitente, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA** e, como prestadora do serviço, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN**, registrada sob o **CRA-PR** nº **2.053**, a qual possui, atualmente, como responsável técnica a **Adm. Jacqueline Dolores Rocha, CRA-PR nº 17.725**.

A presente Certidão terá validade por 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição.

Curitiba, 08 de junho de 2017.

Adm. Lilian da Mata Medeiros
Supervisora de Fiscalização
CRA-PR nº 17.000

SISTEMA CFA/CRAs
CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO
PR 006266

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira TABELIÃO
Manza Christina G Pereira ESCREVENTE
Edson Eloy Dias ESCREVENTE

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17165

1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3
GUARAPUAVA

RFCJ

Município de Astorga

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que o CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, inscrito no CNPJ 03.233.240/0001-24, sediado á Rua Azevedo Portugal, 1.369 – Centro CEP 85.010.200 Guarapuava – Pr. Registrado no CRA – PR sob n° 2053 tendo como responsável técnico a Sra. Jacqueline Dolores Rocha, registrada no CRA – PR sob n° 17725. Por meio da sua unidade de atendimento situada na Rua Quintino Bocaiúva, 812 – Centro CEP 86.020-150 Londrina – PR, presta serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio remunerado, representando formalmente esta que escreve, junto a Instituições de Ensino, realizando procedimentos subsidiários de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo, por meio do contrato n° 137/2011 com vigência de 01/12/2011 ate 31/12/2012 prorrogado com o 1° termo aditivo de 28/11/2012 até 31/01/2014 prorrogado com o 3º termo aditivo de 31/01/2014 até 28/02/2015 e atualmente prorrogado com o 4º termo aditivo de 06/02/2015 até 28/02/2016.

Atestamos ainda que a média mensal de estágios contratados pelo referido agente de integração é de 100 (Cem) aproximadamente.

Por fim atestamos que até á presente data a contratada vem cumprindo com as obrigações assumidas, não havendo em nossos registros aplicações de penalidades ou ocorrências que desabonem sua conduta.

Astorga, 27 de Abril de 2015.

SELO 9hB16.sAoUa.rHLxY-ZnÑbV.xN9S
Consulte em www.funarpen.com.br
TABELIONATO OLIVEIRA - Astorga-PR-(44)3
Reconhecido a(s) firma(s) por SEMELHANÇA
002450 ARQUIMEDES ZIPELDO.....
Astorga, 07 de maio de 2015
Em testemunho da Verdade
Elizabete Parente Alencar Hochleitner Et

FIRMA RECONHECIDA

Prefeito Municipal

FIRMA RECONHECIDA – 1º TABELIÃO

Jacqueline D. Roc
RG 3 [illegible]
CPF 066.606.189-56

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17166

Tabelionato de Notas
Fone/Fax (42) 3623-5336
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Marza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Hov Dias ESCREVENTE

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CERTIDÃO Nº 100/2017

Certificamos a quem interessar possa que a empresa **CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES - CIN,** CNPJ nº **03.233.240/0001-24,** com sede na RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369 – CENTRO – GUARAPUAVA - PR, encontra-se registrada neste CRA-PR, sob nº **2.053,** tendo como Responsável Técnico a Adm. **JACQUELINE DOLORES ROCHA,** registrada neste CRA-PR, sob o nº **17.725,** estando **ambos** em dia para com suas obrigações perante o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ, podendo, portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/65, alterada pela Lei nº 8.873/94 regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere.

Certidão válida até 31/03/2018.

Curitiba, 30 de março de 2017.

Adm. **Solange Lisboa Miranda**
Supervisora Geral
CRA-PR nº 21.300

SISTEMA CFA/CRAs
CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO
PR 006028

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17171

1º Tabelionato de Notas
Telefax (42) 3623-5255
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Eloy Dias
ESCREVENTE

/asds

A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho



Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17167
1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-1455
GUARAPUAVA - PR
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é
idêntica ao original por
mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Mariza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Eloy Dias - ESCREVENTE

6 **QUALIFICAÇÃO CIVIL**

Nome Jacqueline Flores Rocha

Loc. Nasc. Guarapuava

Est. Pr Data 14 / 12 / 1965

Filiação Jaco Rocha e Matilde Dell Rocha

Est. Civil solteira Doc. Nº 6 anos

Fls. 32 Liv. 44 Reg. Civil Guarapuava

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº Órgão Est.

Naturalizado Dec. Nº Em / /

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº Exp. em / /

Estado

Obs.

Guarapuava

Data Emissão 27 / 12 / 1983 DRT Pr

Assinatura do Funcionário

7 **ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE**
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome Yaqueline Dalares Rocha Machado, Cx.

Doc. cert. ces nº 1916 fls. 95, liv. nro B-09, cartório Alfenheito Agner em Gpba-Pr.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17168

1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-5333
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 DEZ 2017

Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Elvy Dias - ESCREVENTE

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 04452870/0001-52

Ikeda Consultoria e Asses-

Rua soria Empresarial Ltda Nº .....

Município Rua Mal. Floriano Peixoto 2294 - Centro Est.

Esp. do estabelecimento 85017-240 Guarapuava - Pr

Cargo .....

Aux. Administrativa C.B.O. nº .....

Data admissão 01 de Agosto de 1902

Registro nº ..... Fls/Ficha 02

Remuneração especificada R$600,00 = = =

(Seiscentos Reais) por mes.

.....

.....

.....

Ikeda Consultoria e Asses-
soria Empresarial Ltda
OSORIO TORIYO IKEDA
CPF

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º *O Registro correto é o da pg. 15.

2º Esta, deve ser desconsiderada.

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 03233240/0001-24

Centro de Integração de
Estudantes - CIE N E

Rua ..... Nº .....

Município Rua Azevedo Portugal, 268 - Centro

Esp. do estabelecimento 85010-200 Guarapuava - Pr

Cargo Aux Administrativa

..... C.B.O. nº .....

Data admissão 01 de agosto de 1902

Registro nº ..... Fls/Ficha 02

Remuneração especificada R$600,00 (Seiscentos

reais) p/ mes.

.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

Centro de Integração de
Estudantes - CIE N E

1º .....

2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17169

1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-8585
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é
idêntica ao original por
mim conferido. Dou fé.

12 JUN 2017

Carlos Alberto Buch Pereira
TABELIÃO
Manza Christina G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Flav Dias ESCREVENTE

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

.....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19 .....

Registro nº ..... Fls/Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Empregador .....

.....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19 .....

Registro nº ..... Fls/Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º .....

2º .....

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FLG17170

1º Tabelionato de Notas
Telefax: (42) 3623-6339
GUARAPUAVA - PR

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é idêntica ao original por mim conferido. Dou fé.
12 JUN. 2017
Carlos Alberto Such Pereira
TABELIÃO
Manza Christma G. Pereira
ESCREVENTE
Edson Eloy Dias - ESCREVENTE

ATESTADO DE VISITA

Referente: Edital de Pregão Presencial n° 53/2017

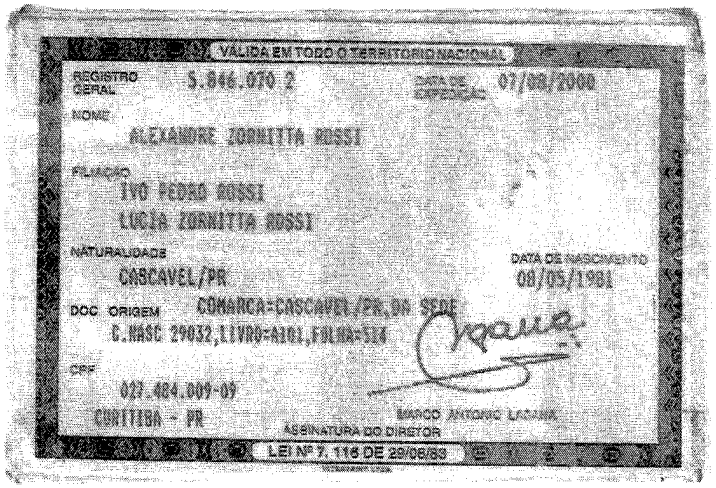
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

Declaramos que o Responsável da empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES-ESTAGIOS-CIN, Sra. NILZA GLECY GUERO, visitou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação em epígrafe.

Capanema, 09 de junho de 2017

Valdeci Alves dos Santos
Secretário Municipal de Administração





Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17
ROSSI

Alteração Contratual de Sociedade Limitada 5ª

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

Os signatários deste instrumento:

1. **João Batista Rodrigues Leal**, brasileiro, natural de Santa Maria – Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02/08/1965, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrita no CPF/MF sob nº 474.353.720-72, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 1033510189/Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania – Instituto de Identificação do Estado do Rio Grande do Sul, expedida em 15/09/1994, residente e domiciliado na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

2. Maria Izabel Pagnoncelli Leal, brasileira, natural de Pato Branco – Estado do Paraná, nascida em 03/08/1977, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 019.517.759-29, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.013.318-0/Secretaria de Estado de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 12/12/2001, residente e domiciliada na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

3. **Alexandre Zornitta Rossi**, brasileiro, natural de Cascavel – Estado do Paraná, nascido em 08/05/1981, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 027.484.009-09, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.846.070-2/Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 07/08/2000, residente e domiciliado na rua Pedro Ivo nº 2.512, bairro Country, Cep. 85.813-230, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, com sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.2.0688553-2 em 01/10/2010 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.622.708/0001-63;

Resolvem, assim, alterar os seus atos constitutivos mediante as cláusulas e condições a seguir:

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Alteração Contratual de Sociedade Limitada

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME 5ª

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

Cláusula Primeira – Retira-se da sociedade, no presente ato, a sócia **Maria Izabel Pagnoncelli Leal**, vendendo e transferindo as 8.000 (oito mil) quotas de capital social que possui, com o valor nominal de R$ 8.000,00 (oito mil reais) da seguinte forma e proporção:

I. R$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em 2.000 (duas mil) quotas de capital social, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ao sócio remanescente **João Batista Rodrigues Leal**, dando-lhe plena quitação das quotas vendidas.
II. R$ 6.000,00 (seis mil reais), divididos em 6.000 (seis mil) quotas de capital social, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, ao sócio remanescente **Alexandre Zornitta Rossi**.

Cláusula Segunda – A sócia cedente Maria Izabel Pagnoncelli Leal dá aos sócios remanescentes **João Batista Rodrigues Leal** e **Alexandre Zornitta Rossi** plena, geral, e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas, declarando estes conhecerem a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, assumindo o ativo e o passivo da sucedida.

Cláusula Terceira – Em virtude das modificações ora ajustadas, o capital social da sociedade no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim dividido e distribuído entre os sócios quotistas:

Sócios	(%)	Quotas	Valores em R$
João Batista Rodrigues Leal	60,00	12.000	12.000,00
Alexandre Zornittta Rossi	40,00	8.000	8.000,00
Total do Capital Social	**100,00**	**20.000**	**20.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

Cláusula Quarta – Fica re-ratificada a 16ª Cláusula do Contrato Social Consolidado da 4ª Alteração contratual, passando a ser lida da seguinte maneira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 04 / 17

contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "*pro-labore*".

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Quinta – À vista das modificações ora ajustadas e em consonância o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios resolvem, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim, sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

NIRE nº 41.2.0688553-2

1. **João Batista Rodrigues Leal**, brasileiro, natural de Santa Maria – Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02/08/1965, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrita no CPF/MF sob nº 474.353.720-72, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 1033510189/Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania – Instituto de Identificação do Estado do Rio Grande do Sul, expedida em 15/09/1994, residente e domiciliado na rua Souza Naves nº 4.389 – ap. 02, Centro, Cep. 85.810-070, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná; e

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

2. **Alexandre Zornitta Rossi**, brasileiro, natural de Cascavel – Estado do Paraná, nascido em 08/05/1981, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 027.484.009-09, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.846.070-2/Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná, expedida em 07/08/2000, residente e domiciliado na rua Pedro Ivo nº 2.512, bairro Country, Cep. 85.813-230, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, com sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.2.0688553-2 em 01/10/2010 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.622.708/0001-63;

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto Social

Cláusula Primeira – A sociedade gira sob o nome empresarial de **LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME**, e será regida por este contrato social e pela Lei nº 10.406/2002 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula Segunda – A sociedade tem a sua sede e foro na rua Paraná nº 2.865 – Térreo, Sala 01, Centro, Cep. 85.810-010, nesta cidade de Cascavel – Estado do Paraná, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios através de maioria dos votos.

Parágrafo Único – Fica eleito o foro da comarca de Cascavel – Estado do Paraná, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

Cláusula Terceira – A sociedade iniciou suas atividades em 04/10/2010 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta – A sociedade tem como objeto social o ramo de atividade a seguir: Prestação de Serviços de integração de estágios (empresa-escola) através de cadastro, seleção e encaminhamento de estagiários para o mercado de trabalho, em todo o território nacional.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 06 / 17

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ CASCAVEL - PR

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula Quinta – O capital social da sociedade é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000,00 (vinte mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e já integralizadas pelos sócios, divididas e distribuídas da seguinte forma e proporção:

Sócios	(%)	Quotas	Valores em R$
João Batista Rodrigues Leal	60,00	12.000	12.000,00
Alexandre Zornittta Rossi	40,00	8.000	8.000,00
Total do Capital Social	**100,00**	**20.000**	**20.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CAPÍTULO III

Cessão de Quotas e do Direito de Preferência

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único – O sócio que pretende ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CAPÍTULO IV

Administração

Cláusula Sétima – A administração da sociedade permanecerá a cargo do sócio **João Batista Rodrigues Leal**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social como fiança, aval, endosso, alienação de bens imóveis da sociedade, aceite e de todo e qualquer título de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – O uso da denominação social é privativo do administrador, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato ou determinações da Lei.

Cláusula Oitava – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

Cláusula Nona – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima – Designação de administradores não sócios:

I. Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

II. A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Deliberações Sociais e Reunião de Quotistas

Cláusula Décima Primeira – Dependem de deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente contrato:

a. aprovação das contas da administração;
b. cisão, incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação;
c. nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento das suas contas;
d. pedido de concordata;
e. transformação da sociedade; e
f. exclusão de sócio por justa causa.

Parágrafo Primeiro – As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social representa um voto, obedecido o disposto no artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002, serão tomadas em reunião de sócios, convocadas pelo administrador nos casos acima previstos, dispensando-se a realização da mesma quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo Segundo – É dispensada qualquer formalidade de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem dia.

Parágrafo Terceiro – O quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quorum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto no caso de alienação do

Prefeitura Municipal de Capanem
Certifico que este documento é cópia fi
do original.
Capanema, 13/04/17
Rose

estabelecimento, cisão, fusão ou transformação, quando o quorum deliberativo será de dois terços dos votos dos quotistas.

Parágrafo Quarto – As reuniões serão presididas por sócio escolhido no momento de seu início e caberá ao presidente a escolha do secretário.

Parágrafo Quinto – Dos trabalhos e deliberações tomadas será lavrada ata que será assinada por todos os sócios presentes.

Parágrafo Sexto – Para produzir seus efeitos legais, cópia da ata descrita pelo secretário será apresentada para arquivamento e averbação na Junta Comercial do Estado de sua jurisdição.

Parágrafo Sétimo – O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo seus haveres apurados e pagos mediante balanço levantado especificamente para esse fim.

CAPÍTULO VI

Retirada, exclusão de sócio e resolução das quotas de um sócio em relação à sociedade

Cláusula Décima Segunda – A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

Cláusula Décima Terceira – Na hipótese da cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes deverão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos artigos 1.027, 1.028 e 1.032, da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/09/17
Rosi

Cláusula Décima Quarta – Será excluída da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do artigo 1.030 da Lei nº 10.406 de 2002.

Cláusula Décima Quinta – Ressalvado o disposto no artigo 1.030 da lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Primeiro – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocados para esse fim, conforme disposto na 11ª Cláusula deste contrato. O acusado deverá estar ciente em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo – Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado em balanço levantado especialmente para este fim.

CAPÍTULO VII

Demonstrações Financeiras, Contábeis e Sociais

Cláusula Décima Sexta – O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "*pro-labore*".

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CASCAVEL - PR

Alteração Contratual de Sociedade Limitada **5ª**

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

CAPÍTULO VIII

Desimpedimento

Cláusula Décima Sétima – Os sócios declaram para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei e da cláusula oitava deste contrato, de exercerem a atividade que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Cláusula Décima Oitava – Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (Lei nº 6.404/76), conforme faculta o parágrafo único do artigo 1.053 da lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Nona – Fica eleito o foro da comarca de Cascavel – Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

Lavrado em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, lido, compreendido, elaborado de conformidade com a intenção dos sócios ora presentes e que os supostos assinem na presença de duas testemunhas e rubriquem todas as suas vias, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel – Paraná, 17 de outubro 2013

x _____ x _____

João Batista Rodrigues Leal **Alexandre Zornitta Rossi**

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 1705 - 5º ANDAR - FONE/FAX (45) 3901-7868
PAULO ROGERIO MION - TABELIÃO

Selo Nº MgDr6.gKaY6.Ma3xT, Controle: MG36E.AYgF Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por *VERDADEIRO*, as assinaturas de JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL e ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI. Cascavel-PR, 28 de outubro de 2013.

Em Testº da Verdade
Marcelo de Moura Mion - Escrevente Notarial

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/04/17

Alteração Contratual de Sociedade Limitada **5ª**

LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda – ME

CNPJ/MF nº 12.622.708/0001-63

Nire nº 41.2.0688553-2

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
GERÊNCIA REGIONAL CASCAVEL - PR

Maria Izabel Pagnoncelli Leal

Testemunhas:

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Michel Vitor Alves Lopes
CRC/PR nº 49.579/O-9

Nelson Vieira Lopes Júnior
CRC/PR nº 18.898/O-5

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANA
RUA SOUZA NAVES 3[illegible] - CENTRO - CONEXAO (45) 3101-7883
PAULO HENRIQUE MION - TABELIÃO

Selo Nº ggDr6.gK1Y6.YVGXT, Consulte: MTg6E.AYgF Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por *VERDADEIRO*, a assinatura de MARIA IZABEL PAGNONCELLI LEAL. Cascavel-PR, 28 de outubro de 2013.
Em Test° da Verdade
Marcelo de Moura Mion - Escrevente Notarial

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CASCAVEL
CERTIFICO O REGISTRO EM 01/11/2013
SOB NUMERO 20136311296
Protocolo: 13/631129-6, DE 01/11/2013
Empresa: 41 2 0688553 2
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA - ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0688553-2	12.622.708/0001-63	01/10/2010	04/10/2010

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA PARANA, 2865-TPERRO SALA 01, CENTRO, CASCAVEL, PR, 85.810-010

Objeto Social
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS (EMPRESA-ESCOLA) ATRAVES DE CADASTRO, SELEÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIARIOS PARA O MERCADO DE TRABALHO.

Capital	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) Capital Integralizado: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)	Microempresa	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL 474.353.720-72	12.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI 027.484.009-09	8.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 01/11/2013 Número: 20136311296
Ato: ALTERAÇÃO
Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
RE-RATIFICACAO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXXXXXXX

CASCAVEL - PR, 20 de abril de 2017

17/304135-3

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

Deborah Dall'Asta Krüger
Relatora

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
12.622.708/0001-63 **MATRIZ**		**01/10/2010**

NOME EMPRESARIAL **LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME**
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL **85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS **Não informada**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA **206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PARANA	**2.865**	**TERREO SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.810-010	**CENTRO**	**CASCAVEL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(45) 3039-3491 / (45) 3225-2112

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**01/10/2010**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **29/05/2017** às **11:10:32** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/05/2017

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 11:19:14 do dia 29/05/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/11/2017.
Código de controle da certidão: **5D86.1538.5E8D.06D1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12622708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/05/2017 a 26/06/2017

Certificação Número: 2017052801411428401534

Informação obtida em 29/05/2017, às 11:15:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

08/175

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 016418620-95

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/10/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (07/06/2017 09:45:17)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 21930/2017

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**1773208**	
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**	
CNPJ/CPF:	**12.622.708/0001-63**	
Endereço:	**RUA PARANA - CASCAVEL, 2865**	
Complemento:	**TERREO SALA 01**	
Bairro:	**CENTRO LOTEAMENTO**	**CEP:** 85.810-010
Cidade:	**Cascavel - PR**	

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que até a presente data não existem débitos tributários

Esta certidão compreende os Tributos Municipais (Imposto sobre Serviço - ISSQN, Alvará), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos - ITBI e Contribuição de Melhorias), Taxas de Serviços e outros débitos municipais.

Com a localização acima descrita, fica ressalvado o direito da fazenda Pública Municipal de cobrar débitos posteriormente constativos, mesmo referente ao período nesta certidão compreendido.

Cascavel, 24 de abril de 2017.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-TFQGBE-230750798

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL

COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ

BEL. RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICO
AVENIDA TANCREDO NEVES, 2820 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85804-260
FONE: (45) 3326-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16

177

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Dada e passada nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 07 dia(s) do mês de junho do ano de 2017. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

Cleuza de Melo
Empregada Juramentada
Portaria nº 014/2016

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL - PR
Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
OFICIAL TITULAR
Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador, Depositário Público

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17
Rosi

0 000000 016287

NICOLE

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R$ 28,23
A presente Certidão somente terá validade com o Carimbo Oficial do Cartório Distribuidor.

305061

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 12.622.708/0001-63
Certidão nº: 124579201/2017
Expedição: 14/02/2017, às 11:06:48
Validade: 12/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.622.708/0001-63, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

São Luis de Tolosa
Rio Negro - Parana

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Com base no Art. 30 da Lei 8666 de 21/06/1993, atestamos, para os devidos fins, que a empresa **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA – ME (ANIE – Agente Nacional de Integração de Estágio)**, inscrita no **CNPJ 12.622.708/0001-63**, a qual tem o(a) Administrador **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI**, CPF 027.484.009-09, devidamente registrado(a) como responsável técnico no CRA/PR sob o número **25009/PR**, presta satisfatoriamente o serviço contratado, no que diz respeito às informações discriminadas abaixo, não havendo em nossos registros fatos que desabonem sua conduta e desempenho.

Serviço de: AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO

a) Plano de acompanhamento de estágio;
b) Processos seletivos;
c) Avaliações semestrais;
d) Capacitação técnica/comportamental dos estagiários;
e) Convênios firmados com instituições de Ensino: Públicas e Privadas, que comprovem idoneidade;
f) Seguro de vida dos estagiários por invalidez e morte com indenização no caso de sinistro no valor de R$ 10.000,00;
g) Disponibilizarão aos estagiários contratados de reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais em até 02 salários (mínimo nacional) mediante comprovação através de notas e/ou recibos originais, apresentados em no máximo 30 (trinta) dias;
h) Disponibilidade de folha de pagamento On-Line;
i) Banco de Dados para seleção de Candidatos a oportunidades de Estágio;

- Ata de Registro de Preços n.º 060, Processo n.º 57/2013, Pregão n.º 22/2013;
- Data de Inicio dos Serviços: 27/03/2013;
- Quantidade de Vagas: 284;
- Valor total do Contrato: R$ 9.542,40 (taxa de administração);
- Quantidade de Serviços prestados até o momento: 1.251.

3 – A agencia integradora realiza repasse aos estagiários do valor integral das bolsas auxilio, bem como auxilio com transporte, correspondente ao valor anual de R$ 1.637.945,00 (hum milhão seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais).

Rio Negro 27 de setembro de 2013

CRA-PR
Alexandre Zornitta Rossi
CRA – 25009/PR

Alexandre Zornitta Rossi
CRA – 25009/PR
ANIE/PR

Isabel Cristina Souza
Diretora Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Rio Negro
Paraná

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

1130

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
Rua Mouta Mafra, 1900 - Esplanada - Fone/Fax (45) 3035-2900
CASCAVEL - PARANÁ

Selo Nº PVXoS.gDuSZ.Ap3tO, Controle: GALxV.1U1S Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI. Cascavel-PR, 06 de fevereiro de 2014.
Em Testº da Verdade
Octacílio Mion Neto - Escrevente Notarial

Selo Nº PVXoS.gDuSZ.Ap3tO, Controle: GALxV.1U1S Valide em http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI. Cascavel-PR, 06 de fevereiro de 2014.
Em Testº da Verdade
Octacílio Mion Neto - Escrevente Notarial

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ
PJ
Registramos o presente atestado, com base nos documentos a nos apresentados, por meio do RCA nº. 013/2014
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ em Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Adm. ARMANDO RONNY ROMERO SCHARF
Diretor de Fiscalização
CRA-PR nº 9.588

SISTEMA CFA/CRAs
PR 003060

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE RCA Nº 002/2017

Certificamos, para todos os fins de direito, que o Atestado de Capacidade Técnica anexo, vistado pelo **Adm. Alexandre Zornitta Rossi** (Responsável Técnico) **CRA-PR** nº **25.009**, datado de **27 de setembro de 2013**, devidamente registrado pelo CRA-PR em **12 de fevereiro de 2014**, emitido em 01 (uma) folha, refere-se ao **Registro de Comprovação de Aptidão (RCA)** nº **013/2014**. No presente Atestado figura, como emitente, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO** e, como prestadora do serviço, a empresa **LP – SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIO LTDA-ME**, registrada sob o **CRA-PR** nº **2.252**.

A presente Certidão terá validade por 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição.

Curitiba, 09 de janeiro de 2017.

Adm. Lilian da Mata Medeiros
Supervisora de Fiscalização
CRA-PR nº 17.000

SISTEMA CFA/CRAs
PR 005759

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13 / 06 / 17

RECJ

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CERTIDÃO Nº 030/2017

Certificamos a quem possa interessar, que o Adm. **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI** encontra-se registrado neste CRA-PR sob o nº **25.009,** estando em dia com suas obrigações perante o Conselho Regional de Administração do Paraná, podendo portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/65, alterada pela Lei nº 8.873/94 e regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere.

Certidão válida até 31/03/2018.

Curitiba, 03 de março de 2017.

Adm. **Solange Lisboa Miranda**
Supervisora Geral
CRA-PR nº 21.300

SISTEMA CFA/CRAs
PR 005080

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 13/06/17
Rosi

/smg

Rua Cel. Dulcídio, 1565 - Água Verde - CEP 80.250-100 - Curitiba - Paraná - Fone (41) 3311-5555 / Fax: (41) 3311-5566
cra-pr@cra-pr.org.br / www.cra-pr.org.br

ATESTADO DE VISITA

Referente: Edital de Pregão Presencial n° 53/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

Declaramos que o Responsável da empresa LP- SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA-ME, Sr. ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, visitou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação em epígrafe.

Capanema, 09 de junho de 2017

Valdeci Alves dos Santos
Secretário Municipal de Administração

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Ao
Município de Capanema - PR
Pregão Presencial nº 53/2017

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF n.º **12.622.708/0001-63**, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Alexandre Zornitta Rossi**, portador(a) do documento de identidade RG n.º **5.846.070-2**, emitido pela SSP/**PR** , e do CPF n.º **027.484.009-09**, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cascavel 07/06/2017

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
RG: 5.846.070-2
SÓCIO – PROPRIETÁRIO

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Município de Capanema - PR
Pregão Presencial n° 53/2017

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF n.° **12.622.708/0001-63**, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Alexandre Zornitta Rossi**, portador(a) do documento de identidade RG n.° **5.846.070-2**, emitido pela SSP/**PR** , e do CPF n.° **027.484.009-09**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cascavel 07/06/2017

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
RG: 5.846.070-2
SÓCIO – PROPRIETÁRIO

ANEXO VI
TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO
Pregão Presencial n.° 53/2017

2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ATA DO CONTRATO
Por este instrumento, a empresa **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF n.° **12.622.708/0001-63**, com sede à **RUA PARANÁ, N.° 2865, CENTRO, CASCAVEL - PR**, representada neste ato por seu **SÓCIO - PROPRIETÁRIO**, o Sr. **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI**, portador(a) do documento de identidade RG n.° **5.846.070-2**, emitido pela SSP/**PR**, e do CPF n.° **027.484.009-09**, nomeia e constitui a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) como responsável(is) para acompanhar a execução do Contrato, assim como proceder às ações necessárias ao seu cumprimento, tais como: a) receber e assinar em nome da empresa ordens de serviços emitidas pelo Município de Capanema; b) acompanhar a execução dos serviços solicitados; c) receber e assinar em nome da empresa o Atestado de Recebimento e Aprovação; d) receber e assinar em nome da empresa notificações da Contratante solicitando o refazimento dos serviços recusados ou a complementação nas quantidades solicitadas nas ordens de serviços; e) receber reclamações de serviços prestados inadequadamente e providenciar o seu refazimento; f) entregar em nome da empresa os atestados de recebimento e aprovação e as notas fiscais decorrentes dos serviços prestados; g) receber e assinar em nome da empresa notificações de qualquer natureza recebidas da Contratante e relacionadas à execução dos serviços constantes no Contrato; e h) proceder a todos os demais atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no Edital de Pregão acima identificado e em seus Anexos e no Contrato:

Responsável técnico
E
Sócio Proprietário
Alexandre Zornitta Rossi

Cascavel 07/06/2017

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
RG: 5.846.070-2
SÓCIO – PROPRIETÁRIO

Município de Capanema - 2017

Relatorio de Lances dos Fornecedores

Pregão 53/2017

Equiplano

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGUL

Lote: 0001	Item: 0001	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A	Marca/Modelo:	Quantidade:	24,00
Fornecedor	39764	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN	ESTÁGIOS CIN		**Vencedor**
Rodada		Valor			
Lance Inicial		5,90			
1		5,90			
Fornecedor	39723	LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME	ANIE		**Declinou**
Rodada		Valor			
Lance Inicial		9,50			

GILSON AMAURI HUBER
Membro

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COTO
Membro

ROSELI STROZACK MARCOM
Membro

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
Pregoeiro

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI

INSTITUTO PROE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE
LICITAÇÃO: 053 - Pregão

Aos treze dias de junho de 2017, às quatorze horas, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, n° 1080, centro, reuniu-se o Pregoeiro com a Comissão de Apoio à Licitação, designada pela Portaria n° 6569 de 02 de janeiro de 2017, constituída pelos Srs. Roselia Kriger Becker Pagani, Pregoeira, Roseli Strozak Marcon, Membro, Maicon Douglas de Castro Coito, Membro e Gilson Amauri Huber, membro, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Pregão, veiculado através do n° 053, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, a Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas e seus representantes: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN, Representado pela Sra. Fernanda Schoroll Damasceno Carneiro, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ, , Representado pela Sra. Eliane Szczepkowski, LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, Representado pelo Sr. Alexandre Zorwitta Rossi. Abertos os trabalhos, foram credenciados os representantes CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ , INSTITUTO PROE, LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME . A empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ, foi desclassifica por apresentar a Declaração de Habilitação sem reconhecimento de Firma. Em seguida foi realizada a classificação das propostas e aberta a fase de lances verbais, conforme Relatório de lances em anexo. Foi considerada como propostas válidas e vencedores, depois de analisada as documentações (envelopes n° 02), chegando-se a seguinte:

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME						
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Percentual de desconto
1	1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE	ANIE	MÊS	24,00	9,50%

		TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.				

A empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN, foi desclassifica por não apresentar a letra c) do item 13.4.5. c) Prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante.. Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do art. 4° da Lei 10.520/2002, o prazo recursal previsto no art. 4° inciso XVIII, da mesma lei antes citada. A empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN , manifestou interesse de interpor recurso a respeito do item da desclassificação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

GILSON AMAURI HUBER
Membro
555.119.969-04

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO
Membro
078.018.429-79

ROSELI STROZACK MARCOM
Membro
779.895.549-68

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
Pregoeiro
632.258.249-68

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN
03.233.240/0001-24
RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369 - CEP: 85010200 - BAIRRO: CENTRO
CIDADE/UF: Guarapuava/PR

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
76.610.591/0001-80
RUA IVO LEAO, 42 CASA - CEP: 80030180 - BAIRRO: ALTO DA GLÓRIA
CIDADE/UF: Curitiba/PR

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
12.622.708/0001-63
R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO
CIDADE/UF: Cascavel/PR
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
027.484.009-09

ILUSTRISSIMOS SR(A). PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR

Processo: 1585/2017
Data: 19/06/2017 Hora: 01:38
Assunto:
RECURSO EM PROCESSO LICITATORI
Requerente:
CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDA

REF. ATA DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.233.240/0001-24, com sede à Rua Azevedo Portugal, nº 1.369, Guarapuava - PR, **na faculdade de PARTICIPANTE INABILITADA DO PROCESSO LICITATÓRIO**, por intermédio de seu representante, abaixo assinado, amparado no que dispõe os arts. da Lei nº 8.666/93, vem, respeitosamente, à presença de V. Sas., apresentar, 1

RECURSO ADMINISTRATIVO

ressaltando a manifestação de intenção de interpor recurso constante na ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO, ante o fato que a empresa RECORRENTE apresentou sim o documento exigido no subitem c) do item 13.4.5 do Edital, requerendo para tanto a sua admissão, apreciação e julgamento, na forma dos dispositivos legais vigentes para o fim de declarar essa como ganhadora do Certame:

DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

A presente peça recursal é perfeitamente cabível e tempestiva, visto o estabelecido na legislação vigente e conforme os termos abaixo.

DOS FATOS.

O referido Município, através de sua Comissão de Licitação, com suas atribuições e autorizações e conformidades constantes no preâmbulo do edital, tornou pública através do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017, a realização de processo licitatório na modalidade pregão tendo como objetivo do referido edital a Contratação de Empresa Especializada em Recrutamento e Seleção de Estagiários.

Ocorre que procedida a verificação da documentação dessa empresa recorrente, esta foi INABILITADA por não apresentar "*o documento como exigido no subitem c) do item 13.4.5 do edital*", conforme consta:

> " *c) Prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante.*"

Pois bem, a Certidão nº 100/2017 do Conselho Regional de Administração do Paraná, a qual foi devidamente apresentada com os documentos dessa participante, deixa claro que a Responsável Técnica e Administradora JACQUELINE DOLORES ROCHA está "*registrada neste CRA-PR, sob o nº 17.725, estando ambos em dia para com suas obrigações perante o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ, podendo portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/75, alterada pela Lei nº 8.873/94 regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere*". 2

Assim, foi apresentado na Licitação a Certidão do CRA e cópia da Carteira de Trabalho de JACQUELINE DOLORES ROCHA, comprovando sua inscrição no CRA-PR sob o nº 17.725 e seu vínculo nos termos do subitem c.1) do item 13.4.5 do edital com a empresa participante.

Assim, a comprovação do Registro feita sob o nº 17.725 no CRA-PR foi devidamente confirmada pela Certidão apresentada, como também poderia ser feita sua verificação pelo Município através do *website* www.cfa.org.br, conforme extrato em anexo, tudo de acordo com que estabelece a Lei nº 4.769/75 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

Todos os requisitos do Edital foram apresentados, constando a regularidade da Comprovação do Registro junto ao CRA conforme determinação editalícia.

Outrossim, é medida de Direito e Justiça a declaração da habilitação da empresa recorrente e declaração de GANHADORA para essa empresa. Nesse sentido, ressalta-se o principio da legalidade e probidade administrativa que são acolhidos pela Lei nº 8.666/93 em seu artigo 3º e § 1º, inciso I:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do principio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

A própria CONSTITUIÇÃO FEDERAL em seu art. 37, inciso XXI, assevera que "*ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*" 3

Da obra do eminente Jurista Paranaense Marçal Justen Filho, "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", destacamos a seguinte passagem:

> *"A administração não tem liberdade de impor exigências quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. "*

Desta feita, os documentos reiteradamente juntados nesse Recurso, comprovam que os requisitos do Edital foram apresentados, os quais comprovam que a empresa recorrente cumpria todos os requisitos editalícios.

Nesse sentido, a declaração da RECORRENTE como GANHADORA DO CERTAME pode ser promovida pelo Judiciário ou pela própria Administração, de oficio, sempre que se detectar a causa de invalidação que vicia determinado ato praticado em desconformidade com as normas e regulamentos em vigor. Assim, é a orientação das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, que afirmam:

Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.

Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalva, em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, detectada a causa de invalidação que vicia a Ata do Pregão Presencial que declarou a segunda colocada como ganhadora, em vista que a Ata foi confeccionada em desconformidade com a legislação taxativa vigente, Edital licitatório e com os princípios gerais da Administração Pública, deve o referido ato administrativo ser desconstituído, bem como ter cessado os seus efeitos.

REQUERIMENTOS FINAIS.

4

Diante do exposto requer seja considerado, por Vossas Senhorias totalmente procedente o presente recurso, afim de considerar a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÂO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, ora recorrente, **vencedora do presente certame**, tendo em vista que sua inabilitação foi praticada em desconformidade com o edital, com as normas e regulamentos vigentes.

Após realizado o julgamento do presente recurso, o que se espera que seja feito, requer a comunicação e ciência imediata da decisão, para que em tempo hábil possam ser adotadas as medidas cabíveis.

Pede deferimento.

Guarapuava p/Capanema, 16 de junho de 2017.

Nilza Glecy Guero
Procurador/Representante

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CERTIDÃO Nº 100/2017

Certificamos a quem interessar possa que a empresa **CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDANTES - CIN,** CNPJ nº **03.233.240/0001-24,** com sede na RUA AZEVEDO PORTUGAL, 1369 – CENTRO – GUARAPUAVA - PR, encontra-se registrada neste CRA-PR, sob nº **2.053,** tendo como Responsável Técnico a Adm. **JACQUELINE DOLORES ROCHA,** registrada neste CRA-PR, sob o nº **17.725,** estando **ambos** em dia para com suas obrigações perante o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ, podendo, portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/65, alterada pela Lei nº 8.873/94 regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere.

Certidão válida até 31/03/2018.

Curitiba, 30 de março de 2017.

Adm. **Solange Lisboa Miranda**
Supervisora Geral
CRA-PR nº 21.300

SISTEMA CFA/CRAs
PR 006028

/asds

CFA Conselho Federal de Administração

search

Cadastro Nacional

Tweetar
Curtir 45
G+1 9

O Cadastro Nacional é um banco de dados que contém informações básicas sobre os profissionais de Administração registrados em todo o país nos Conselhos Regionais de Administração. Com esta ferramenta, o CFA pretende servir de fonte de referência para empresas, entidades e órgãos públicos, empregados e empregadores.

Utilize o formulário abaixo para realizar pesquisa.

Nome	Número de Registro	CRA
JACQUELINE DOLORES ROCHA	19191	SC
Tipo de Registro	**Titulação**	**Formação Acadêmica**
SECUNDARIO	BACHAREL	BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
Nome	**Número de Registro**	**CRA**
JACQUELINE DOLORES ROCHA	17725	PR
Tipo de Registro	**Titulação**	**Formação Acadêmica**
PRINCIPAL	BACHAREL	BACHAREL EM ADMINISTRACAO

Clique aqui para voltar

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

Contra Razão
PREGÃO PRESENCIAL – **n.º 53/2017**

A
Comissão Permanente de Licitações
Prefeitura Municipal de Capanema - Paraná
Estado do Paraná
A/C Sra. Pregoeira – Roselia Kriger Becker Pagani

LP SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME, empresa de direito privado, com sede na Rua Paraná, 2865 - centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ, sob o n.º 12.622.708/0001-63, por seu representante legal Sr. Alexandre Zornitta Rossi, vem tempestivamente à presença de V. Sas., com fundamento na Lei 8.666 de 21/06/1993 oferecer **CONTRA RAZÃO,** supra mencionado, *Pregão Presencial para:* **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, fazendo-a nos seguintes termos:

Processo: 1592/2017
Data: 19/06/2017 Hora: 03:10
Assunto:
RECURSO EM PROCESSO LICITATORI
Requerente:
LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ES

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

A) DA TEMPESTIVIDADE

PRELIMINARMENTE, é de se assinalar que a presente CONTRA RAZÃO é tempestiva, tendo em vista que a data marcada para protocolo encera no dia 19/06/2016, como segue:

> *"Decairá do direito de interpor contra razão fora do prazo estipulado ou conforme redação do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer [...],".*

Contra Razão ao Edital n.º 53/2017

Do item: 13.4.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Sub item: c

- **C) Prova de Registro do Funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da Licitante.**

Conforme verificamos os documentos de habilitação da empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN**, verificamos a NÃO apresentação do documento exigido pelo edital.

Portanto solicitamos a desclassificação da mesma.

Uma vez que esse documento é de suma importância para o bom andamento da prestação de serviço, pois indica e apresenta quem será o responsável técnico pela execução dos serviços para a presente licitação. Comprovando assim seu registro junto ao Conselho de Administração – CRA.

Nestes Termos,
Aguardo deferimento.

Cascavel, 14 DE Junho DE 2017.

Alexandre Zornitta Rossi
Sócio – Proprietário.

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e parecer referente ao Recurso protocolado sob nº 1585/2017 e a Contra Razão protocolada sob nº 1592/2017.

Capanema, 19 de junho de 2017.

Roseli S. Marcom

Roseli Strozack Marcom
Membro da Comissão Permanente de
Abertura e julgamento de Licitações

PARECER JURÍDICO N° 178/2017

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações
ASSUNTO: Análise ao Recurso Administrativo apresentado no Pregão Presencial n° 53/2017.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. INSURGENCIA QUANTO A DESCLASSIFICAÇÃO. EMPRESA QUE SE INSURGE CONTRA O REQUISITO DE HABILITAÇÃO RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RECURSO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO ATACADA. POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria n°. 6.569/2017, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, "Recurso Administrativo", apresentado as fls. 190/193, sob o protocolo n° 1.585/2017, pela empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN, atacando a decisão da Comissão Permanente de Licitações que a julgou desclassificada no presente certame.

Em síntese, a Recorrente alegou ter sido injustamente desclassificada por não atender ao item 13.4.5., "c", do Edital de Licitação, por não apresentar *"prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante."* O Recorrente alegou também que a Certidão n° 100/2017 do CRA indiretamente comprova que a responsável técnica e administrativa Jacqueline Dolores Rocha está registrada no CRA/PR, bem como que tal comprovação poderia ser confirmada mediante consulta realizada no website www.cfa.org.br.

Por fim, a Recorrente pugnou pelo acolhimento do recurso em exame, para o fim de reformar a decisão que a desclassificou do certame licitatório. Instruiu as razões recursais com os documentos de fls. 194/195.

Entre as demais empresas proponentes, apenas a empresa LP Serviços de Integração de Estágio Ltda. – Me apresentou contrarrazões, que foram encartadas as fls. 196/197, oportunidade em que sustentou a manutenção da decisão atacada,

sob o argumento que a empresa Recorrente não apresentou o documento requerido no item 13.4.5., "c" do Edital de Licitação.

Por força do despacho de fl. 198, o PA foi encaminhado a Procuradoria para emissão de Parecer Jurídico. É o relatório.

2. PARECER:

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Importante asseverar, que todo procedimento deverá observar a legislação mencionada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos serviços ou bens entendidos como necessários.

2.1. Do Recurso Administrativo / Intempestividade:

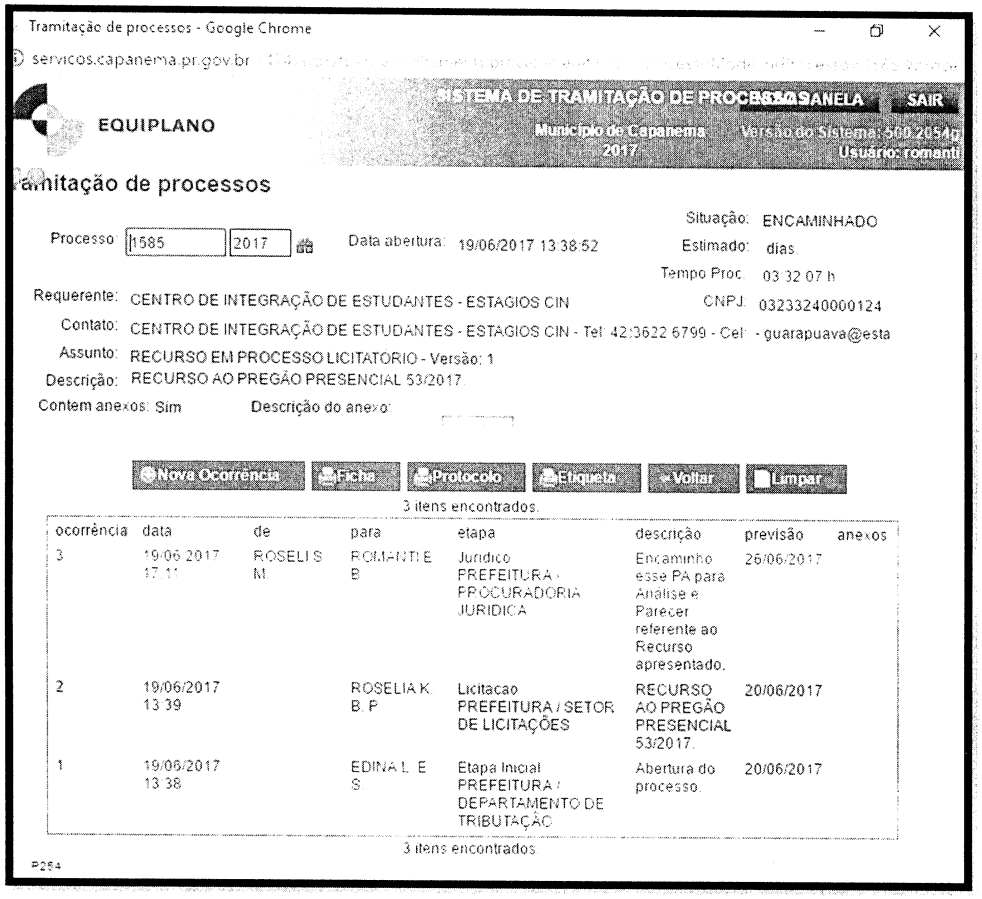
Quanto ao prazo, compulsando o PA constata-se que a Sessão Pública ocorreu no dia 13/06/2017 (terça-feira), como comprova a Ata de abertura dos envelopes de documentação e proposta e julgamento de licitação de fls. 188/189, tendo a empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN manifestado interesse recursal.

Analisando o Protocolo nº 1.585/2017, constata-se a intempestividade recursal, visto que a empresa Recorrente apresentou suas razões recursais no dia 19/06/2017 (segunda-feira), portanto, em acordo com o disposto no Art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, o prazo final de apresentação das razões recursais se esgotou no dia 16/06/2017 (sexta-feira).

Destaca-se que houve expediente normal na Prefeitura Municipal de Capanema/Pr no dia 16/06/2017 (sexta-feira).

Entretanto, analisando o Sistema de Protocolo e Tramitação de Processos, observa-se que as Razões recursais somente foram apresentadas através

do Protocolo nº 1.5855/2017, no dia 19/06/2017 (segunda-feira), às 13:38:52 horas, conforme demonstra a imagem abaixo:



Neste ponto, transcrevo as seguintes disposições, respectivamente, da Lei nº 10.520/2002 e do item 15 do Instrumento Convocatório:

> **Art. 4º** A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
> (...)
> **XVIII** – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intervenção de recorrer, **quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso,** ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (destaquei)
>
> **15. DOS RECURSOS**
> **15.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão

pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, **quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso,** ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

15.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

15.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais. (destaquei)

Portanto, a Procuradoria reputa intempestivo o recurso, razão pela qual deixa de conhece-lo e apreciá-lo.

3. CONCLUSÃO:

Ante exposto, a Procuradoria manifesta-se:

a) pelo não conhecimento do recurso administrativo, visto que fora apresentada intempestivamente, em desconformidade com o item 15.1 do Edital de Licitação; e,

b) pela intimação ao Impugnante, coligindo cópia do comprovante de intimação neste PA, dando-lhe ciência da decisão da impugnação do edital e do teor da Presente Peça Técnico Jurídica.

Capanema, 22 de junho de 2017.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

000203

DESPECHO

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR acato o Parecer Jurídico nº 178/2017. Notifique-se a empresa interessada.

Capanema, 22 de junho de 2017

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

000204

NOTIFICAÇÃO

A Empresa
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDOS- ESTAGIOS CIN

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR da resposta do recurso protocolado sob nº 1585/2017 do dia 19/06/2017, conforme parecer jurídico em anexo.

Capanema, 22 de junho de 2017

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

000205

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: quinta-feira, 22 de junho de 2017 15:02
Para: 'guarapuava@estagioscin.org.br'
Assunto: ENC: Scanner Impressora
Anexos: 001.pdf; Attachment.txt

Boa tarde

Estamos encaminhando a resposta do recurso que a empresa CENTRO DE INTREGRAÇÃO DE ESTUDOS- ESTAGIOS CIN, protocolou Junto a Prefeitura Municipal de Capanema-PR, referente ao Pregão Presencial 53/2017.

ATT.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
PREGOEIRA/ PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANETE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080 CAPANEMA – PR CEP 85760-000 FONE 46 3552 21

-----Mensagem original-----
De: impressora@capanema.pr.gov.br [mailto:impressora@capanema.pr.gov.br]
Enviada em: quinta-feira, 22 de junho de 2017 17:31
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Scanner Impressora

O Documento em Anexo

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: quinta-feira, 22 de junho de 2017 15:04
Para: 'coordenacao@anie.com.br'
Assunto: ENC: Scanner Impressora
Anexos: 001.pdf; Attachment.txt

Considere apenas o Parecer jurídico.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
PREGOEIRA/ PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANETE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080 CAPANEMA – PR CEP 85760-000 FONE 46 3552 1321

-----Mensagem original-----
De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br [mailto:roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br]
Enviada em: quinta-feira, 22 de junho de 2017 15:02
Para: 'guarapuava@estagioscin.org.br' <guarapuava@estagioscin.org.br>
Assunto: ENC: Scanner Impressora

Boa tarde

Estamos encaminhando a resposta do recurso que a empresa CENTRO DE INTREGRAÇÃO DE ESTUDOS- ESTAGIOS CIN, protocolou Junto a Prefeitura Municipal de Capanema-PR, referente ao Pregão Presencial 53/2017.

ATT.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
PREGOEIRA/ PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANETE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080 CAPANEMA – PR CEP 85760-000 FONE 46 3552 1321

-----Mensagem original-----
De: impressora@capanema.pr.gov.br [mailto:impressora@capanema.pr.gov.br]
Enviada em: quinta-feira, 22 de junho de 2017 17:31
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Scanner Impressora

O Documento em Anexo

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Capanema – Paraná
Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017
A/C. Sra Pregoeira: Roselia Kriger Becker Pagani

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

Proponente: LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME
CNPJ n.º: 12.622.708/0001-63

Apresentamos nossa proposta de preço de acordo com as instruções contidas no Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017,** para a execução dos serviços discriminados no edital de licitação e anexos, PROPONDO A TAXA ÚNICA DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS EM **8%** (OITO por cento), sobre os valores pagos aos estudantes que desenvolvem estágios não obrigatório remunerados em diversas atividades na área da Administração Pública Municipal.

Propomo-nos em prestar serviços de qualidade atendendo a toda a demanda da administração municipal e disponibilizando profissionais qualificados para a prestação dos serviços e concordando com todas as especificações contidas no edital de licitação e anexos.

Validade da Proposta: 60 dias, conforme o edital.

Forma de pagamento: conforme edital.

Cascavel 21/06/2017

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865 - CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

Alexandre Zornitta Rossi
CPF: 027.484.009-09
Sócio – Proprietário

Município de Capanema - PR

TERMO DE ADJUDICACAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

A Senhora Pregoeira do Município de Capanema - PR, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02), após exame e deliberação do processo que instrui o Pregão Presencial nº 053/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, resolve ADJUDICAR os itens licitados conforme a tabela abaixo:

VENCEDOR

Fornecedor	Item	Serviço	Marca	Quantidade	Percentual de desconto
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME	1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	ANIE	24,00	8 %

Capanema - PR, 23 de maio de 2017.

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

Município de Capanema - PR

PORTARIA Nº 6.771 DE 23 DE JUNHO DE 2017

Termo de Homologação Pregão 053/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, **Considerando** que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Edital de Licitação modalidade Pregão nº ***053/2017***, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por item;

VENCEDOR

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Percentual de desconto
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME	1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	ANIE	24,00	8,00

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº ***053/2017***, é de R$ 2.428.704,00 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quatro reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos, vinte e três dias de junho de 2017

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ILUSTRISSIMA SRA. PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR

REF. RESPOSTA AO RECURSO PROTOCOLADO SOB Nº 1.585/2017 (PARECER JURÍDICO Nº 178/2017)

ATA DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, pessoa jurídica de direito privado, **na faculdade de RECORRENTE quanto ao Pregão**, por intermédio de seu representante abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença de V. Sas., REQUER A RECONSIDERAÇÃO quanto a R. DECISÃO proferida no RECURSO PROTOCOLADO SOB Nº 1.585/2017, nos termos que seguem: 1

DAS RAZÕES RECURSAIS.

A peça recursal protocolizada sob nº 1.585/2017 é perfeitamente cabível e deve ser analisada em suas razões, de forma integral por essa municipalidade, não bastando apenas a análise da tempestividade das razões recursais.

Pois bem, a apresentação de razões recursais tem caráter de faculdade que se reconhece ao licitante, mas não um ônus processual. Assim, manifestada a intenção de recorrer e declinados na sessão os pontos de insurgência conforme ATA DO PREGÃO, sobre estes pontos deve se manifestar o Pregoeiro, dando ou negando provimento ao recurso.

Nesse tocante, veja que procedida a verificação da documentação dessa empresa recorrente no momento do ato licitatório, esta foi INABILITADA por não apresentar "*o documento como exigido no subitem c) do item 13.4.5 do edital*", conforme consta:

> " *c) Prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante.*"

A Certidão nº 100/2017 do Conselho Regional de Administração do Paraná, a qual foi devidamente apresentada com os documentos dessa participante, deixa claro que a Responsável Técnica e Administradora JACQUELINE DOLORES ROCHA está ***"registrada neste CRA-PR, sob o nº 17.725, estando ambos em dia para com suas obrigações perante o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ, podendo portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/75, alterada pela Lei nº 8.873/94 regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere".***

Seguindo as normas do Edital, foi apresentado na Licitação **a Certidão do CRA e a cópia da Carteira de Trabalho de JACQUELINE DOLORES ROCHA, tudo claramente comprovando sua inscrição no CRA-PR sob o nº 17.725 e seu vínculo nos termos do subitem c.1) do item 13.4.5 do edital com a empresa participante.**

A comprovação do Registro feita sob o nº 17.725 no CRA-PR foi devidamente confirmada pela Certidão apresentada, como também poderia ser feita sua verificação pelo Município através do *website* www.cfa.org.br, conforme extrato já anexado, seguindo o disposto na Lei nº 4.769/75 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

2

Desta feita, diante do estabelecido em Ata e tratando as razões recursais de documentos juntados na habilitação da empresa, estava claro desde a participação que todos os requisitos do Edital foram apresentados, constando a regularidade da Comprovação do Registro junto ao CRA conforme determinação editalícia.

Nesse sentido, a revisão da r. decisão dessa Comissão solicitante pode ser promovida pelo Judiciário ou pela própria Administração, de oficio, sempre que se detectar a causa de invalidação que vicia determinado ato praticado.

Pois bem, a r. decisão de que o Recurso é intempestivo não atacou as razões declinadas na Ata quanto a regularidade da empresa, e que ora, foram consignados no momento da ciência da decisão, dispensando a formalidade de razões recusais a qual só reiterou os pontos de insurgência.

Claramente a RESPOSTA quanto ao RECURSO PROTOCOLADO SOB Nº 1.585/2017 possui omissão no tocante ao manifestado na própria Ata do certame quanto a regularidade documental da empresa ganhadora, sendo que a Administração Pública em razão dos princípios administrativos, não pode deixar de se manifestar nesse tocante.

Diante do exposto requer seja acolhido a presente reconsideração para o fim de considerar por Vossas Senhorias totalmente procedente as razões recursais, afim de considerar a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÂO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, **vencedora do presente certame**, tendo em vista que sua inabilitação foi praticada em desconformidade com o edital, com as normas e regulamentos vigentes.

Pede deferimento.

Guarapuava p/Capanema, 23 de junho de 2017.

Procurador/Representante

03.233.240/0001-24
CIN - CENTRO DE
INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES

Processo: 1651/2017
Data: 23/06/2017 Hora: 04:17
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Requerente:
CENTRO DE INTEGRACAO DE ESTUDA

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017 , Contrato Administrativo nº 207/2017 objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, Encaminho esse PA para Análise da solicitação do protocolo nº 1651/2017.

Capanema, 26 de junho de 2017

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

EXTRATO DO CONTRATO N° 207/2017 - Pregão N° 053/2017

Data da Assinatura: 23/06/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: LP–SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA–ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.
Valor total: R$2.428.704,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Vinte e Oito Mil, Setecentos e Quatro Reais).
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod239220

PORTARIA N° 6.771 DE 23 DE JUNHO DE 2017
Termo de Homologação Pregão 053/2017.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Edital de Licitação modalidade Pregão nº 053/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por item;
VENCEDOR

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Percentual de desconto
LP–SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA–ME	1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	ANIE	24,00	8,00

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Nº 053/2017, é de R$ 2.428.704,00 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quatro reais).
Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos, vinte e três dias de junho de 2017
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod239221

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº63/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES PARA MANUTENÇÃO A FROTA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
Valor R$ 731.537,60 (Setecentos e Trinta e Um Mil, Quinhentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta Centavos), Abertura das propostas: 9:00 horas do dia 11/07/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. - Capanema-PR, 26 de junho de 2017
Américo Bellé- Prefeito Municipal

Cod239257

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº64/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por LOTE.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇAO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Valor R$ 1.423.893,60 (Um Milhão, Quatrocentos e Vinte e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Três Reais e Sessenta Centavos)
Abertura das propostas: 9:00 horas do dia 12/07/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. - Capanema-PR, 26 de junho de 2017
Américo Bellé- Prefeito Municipal

Cod239262

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº65/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por LOTE.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Valor R$ 4.203.991,08 (Quatro Milhões, Duzentos e Três Mil, Novecentos e Noventa e Um Reais e Oito Centavos)
Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 13/07/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. - Capanema-PR, 26 de junho de 2017
Américo Bellé- Prefeito Municipal

Cod239266

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº66/2017
Tipo de Julgamento: Menor preço por item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL JUNTAMENTE COM O CRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO M.D.S., SUAS E DO MUNICÍPIO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
R$ 18.207,85 (Dezoito Mil, Duzentos e Sete Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 14/07/2017.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. - Capanema-PR, 26 de junho de 2017
Américo Bellé- Prefeito Municipal

Cod239267

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36/2017

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Dispensa de Licitação para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E ENDOSCOPIA, LAUDADOS POR MÉDICOS NA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CAPANEMA-PR. , conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.
Art. 24. É dispensável a licitação:
IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
VALOR TOTAL: R$ 64.700,00(Sessenta e Quatro Mil e Setecentos Reais)
Capanema–PR, 23 de junho de 2017
Américo Bellé - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 218/2017 - Processo dispensa Nº 036/2017

Data da Assinatura: 23/06/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: HOSPITAL SUDOESTE LTDA–EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E ENDOSCOPIA, LAUDADOS POR MÉDICOS NA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CAPANEMA-PR.
Valor total: R$34.700,00 (Trinta e Quatro Mil e Setecentos Reais).
Américo Bellé - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 219/2017 - Processo dispensa Nº 036/2017

Data da Assinatura: 23/06/2017.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: VLADEMIR ANTONIO ZULIANI–ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E ENDOSCOPIA, LAUDADOS POR MÉDICOS NA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CAPANEMA-PR.
Valor total: R$30.000,00 (Trinta Mil Reais).
Américo Bellé - Prefeito Municipal

Cod239300

PARECER JURÍDICO N° 212/2017

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações
ASSUNTO: Análise ao Pedido de Reconsideração. Recurso Administrativo apresentado no Pregão Presencial n° 53/2017.

EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. INSURGENCIA QUANTO A DESCLASSIFICAÇÃO. EMPRESA QUE SE INSURGE CONTRA O REQUISITO DE HABILITAÇÃO RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RECURSO INTEMPESTIVO. ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRAIVO PELO DIREITO DE PETIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES RECURSAIS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO ATACADA.

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria n°. 6.569/2017, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, "Pedido de Reconsideração", apresentado as fls. 210/212, sob o protocolo n° 1.651/2017, pela empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN, atacando a decisão que julgou intempestivo o "Recurso Administrativo" anteriormente apresentado.

Em síntese, a Recorrente sustenta que a peça recursal deve ser analisada de forma integral pela Municipalidade, não sendo admitido apenas análise da tempestividade das razões recursais. Em seguida, reitera *ipis litteris* as razões recursais, pugnando pelo acolhimento do recurso em exame, para o fim de reformar a decisão que a desclassificou do certame licitatório.

Por força do despacho de fl. 213, o PA foi encaminhado a Procuradoria para emissão de Parecer Jurídico. É o relatório.

2. PARECER:

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Importante asseverar, que todo procedimento deverá observar a legislação mencionada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000
Fone:46-3552-1321 – ramal 202 – Fax:46-3552-1122
Procuradoria.romanti@capanema.pr.gov.br
CAPANEMA - PR

atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos serviços ou bens entendidos como necessários.

2.1. Do Pedido de Reconsideração / Recurso Administrativo / Intempestividade:

O Recurso Administrativo no Processo Administrativo Licitatório compatibiliza a garantia do contraditório e da ampla defesa (art. 5°, LV da CRF), com os dispositivos infraconstitucionais especializados (art.109 e 110 da Lei 8.666/1993 c/c art. 4°, XVIII da Lei 10.520/2002).

Pelas regras de interpretação do Direito Brasileiro, segundo o Princípio da Especialidade, determina-se que haverá prevalência da norma especial sobre a geral (art. 2°, § 2° da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro).

Nesse sentido, vale transcrever as disposições do art. 9° da Lei 10.520/2002, segundo o qual *"aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei n° 8.666, de 21 de julho de 1993".*

No caso em questão, revela-se que se aplica a modalidade licitatória pregão a norma especial – Lei n° 10.520/2002 – e supletivamente e naquilo que não foi incompatível a norma geral – Lei n° 8.666/1993.

A afirmação do pedido de reconsideração, que a peça recursal deve ter suas razões analisadas, de forma integral pela municipalidade, não bastando apenas a análise da tempestividade, não merece prosperar visto existirem pressupostos para apreciação dos recursos.

Nesse sentido, sirvo-me das lições do eminente administrativista Marçal Justen Filho[1]:

> Os pressupostos recursais podem ser diferenciados em subjetivos e objetivos. Os subjetivos são os atinentes à pessoa do recorrente; os objetivos referem-se aos dados do procedimento propriamente dito.
> Os pressupostos subjetivos são a legitimidade e o interesse recursal.
> Os pressupostos objetivos são a existência de um ato administrativo

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. – São Paulo. Ed. RT. Pags. 1191 e 1192.

> de cunho decisório, **a tempestividade,** a forma escrita, a fundamentação e o pedido de nova decisão. (destaquei)

Se não houvesse necessidade de se apreciar a tempestividade recursal, para qual utilidade do legislador teria consignado prazo para apresentação das razões recursais no inciso XVIII, do art. 4° da Lei 10.520/2002[2].

Ainda para comprovar a apresentação das razões recursais intempestivamente é obstáculo para sua apreciação reproduzo o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

> Administrativo. Licitação. Pregão. Recurso Administrativo. Tempestividade.
> **1.** O recurso administrativo no procedimento licitatório na modalidade 'pregão' deve ser interposto na própria sessão. O prazo de três dias é assegurado apenas para oferecimento das razões. **Dessarte, se manejado a posteriori [*sic*], ainda que dentro do prazo de contra-razões, revela-se intempestivo. Inteligência do artigo 4°, XVIII, da Lei n° 10.520/002.**
> 2. Recurso especial provido. (REsp n° 817.422/RJ, 2ª T., rel. Min. Castro Meira, jl em 28.03.2006, *DJU* de 05.04.2006) (detaquei)

Para que não reste mais qualquer dúvida, acerca da forma específica de contagem do prazo para interposição de recurso administrativo na modalidade licitatório pregão, reporto-me mais uma vez aos ensinamentos do Professor Marçal Justen Filho[3]:

> O prazo será computado segundo o art. 110 (não se aplicando o art. 109) da Lei n° 8.666, o que significa que nenhum prazo inicia nem termina seu curso em dia inútil. **Tendo em vista a redação, legislativa, é perfeitamente possível que algum dia, durante do curso do prazo, seja inútil.** Assim, por exemplo, imagine-se que o resultado seja proclamado numa quinta-feira. Interposto o recurso o prazo para instrução começará na sexta-feira, desde que se trate de dia útil. Concluir-se-á no domingo, prorrogando-se para a segunda feira, quando se encerrará no último minuto do expediente. Se o pregão for realizado numa sexta-feira, o prazo começará a correr no primeiro dia

[2] XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, **quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso,** ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (destaquei)

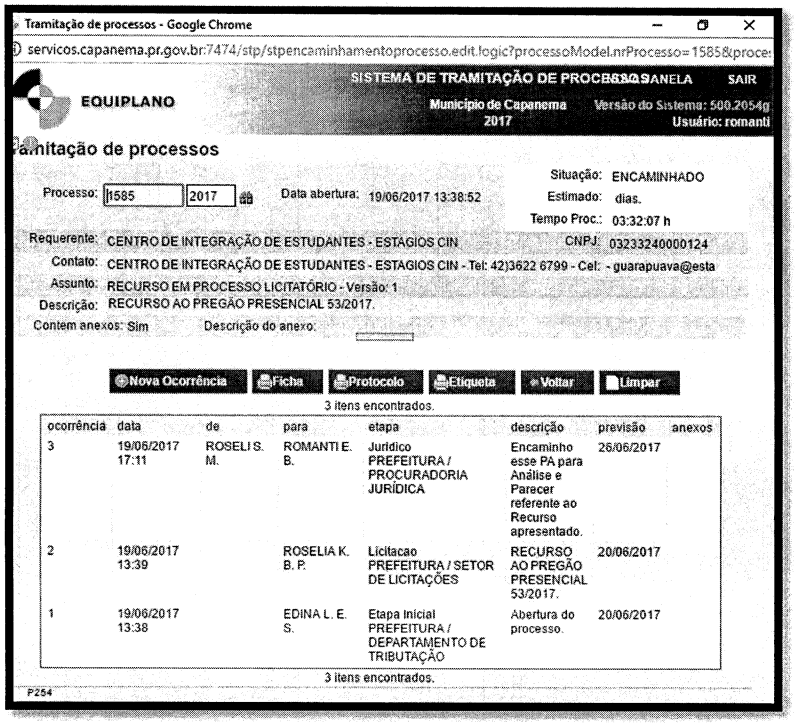
[3] JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão : (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico). 6. ed. rev. e atual. – São Paulo. Ed. Dialética. 2013. Pag. 216.

útil subsequente. Se sábado for dia não útil, o prazo se iniciará na segunda-feira e terminará na quarta-feira. (destaquei)

Reiterando as impressões impressas no Parecer Jurídico nº 178/2017 (fls. 199/202), destaco quanto ao prazo, que compulsando o PA constata-se que a Sessão Pública ocorreu no dia 13/06/2017 (terça-feira), como comprova a Ata de abertura dos envelopes de documentação e proposta e julgamento de licitação de fls. 188/189, tendo a empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN manifestado interesse recursal.

Analisando o Protocolo nº 1.585/2017, constata-se a intempestividade recursal, visto que a empresa Recorrente apresentou suas razões recursais no dia 19/06/2017 (segunda-feira), portanto, em acordo com o disposto no Art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, o prazo final de apresentação das razões recursais se esgotou no dia 16/06/2017 (sexta-feira).

Destaca-se que houve expediente normal na Prefeitura Municipal de Capanema/Pr no dia 16/06/2017 (sexta-feira). Entretanto, analisando o Sistema de Protocolo e Tramitação de Processos, observa-se que as Razões recursais somente foram apresentadas através do Protocolo nº 1.5855/2017, no dia 19/06/2017 (segunda-feira), às 13:38:52 horas, conforme demonstra a imagem abaixo:



Neste ponto, transcrevo as seguintes disposições, respectivamente, da Lei nº 10.520/2002 e do item 15 do Instrumento Convocatório:

> **Art. 4º** A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
> (...)
> **XVIII** – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intervenção de recorrer, **quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso,** ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (destaquei)
>
> **15. DOS RECURSOS**
> **15.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, **quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso,** ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
> **15.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
> **15.3.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
> **15.4.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
> **15.5.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
> **15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.** (destaquei)

Portanto, a Procuradoria reputa mais uma vez intempestivo o recurso

Entretanto, sem deixar de salientar a intempestividade recursal, mas para evitar qualquer alegação de nulidade ao presente processo licitatório, passa-se a análise das razões recursais.

2.2. Do Mérito Recursal

Recapitula-se que a empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN alega ter sido injustamente desclassificada por não atender ao item 13.4.5., "c", do Edital de Licitação, por não apresentar *"prova de Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA – do Estado sede da licitante."* O Recorrente alegou também que a Certidão nº 100/2017 do CRA indiretamente comprova que a responsável técnica e administrativa Jacqueline Dolores Rocha está registrada no CRA/PR, bem como que tal comprovação poderia ser confirmada mediante consulta realizada no website www.cfa.org.br.

Por fim, a Recorrente pugnou pelo acolhimento do recurso em exame, para o fim de reformar a decisão que a desclassificou do certame licitatório. Instruiu as razões recursais com os documentos de fls. 194/195.

Preliminarmente, é de conhecimento basilar de qualquer empresa proponente que é na Sessão Pública que os envelopes devem ser apresentados, contendo toda a comprovação de habilitação e proposta de preços.

Em suma, é dever do proponente e não da Administração produzir documentos para comprovar a habilitação no certame licitatório. Desse modo, cai por terra a alegação da empresa proponente que o registro de sua responsável técnica, Sra. Jacqueline Dolores Rocha, poderia ser acessado pela Comissão Permanente de Licitações perante o website www.cfa.org.br.

Não basta a empresa possuir, de fato, todos os requisitos para habilitação, ela deve comprovar possuí-los na Sessão Pública conforme as disposições do instrumento convocatório, sob pena de violação aos Princípios da Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Outrossim, com a incumbência da empresa proponente comprovar por si todos os requisitos de habilitação também se avalia sua organização e acuidade, diga-se de passagem características estas importantíssimas de serem avaliadas em um certame licitatório. Portanto, é providenciado um cenário isonômico as empresas proponentes, para que em igualdade de condições, possuam o mesmo tempo e recursos disponíveis para apresentarem-se aptas e galgarem a habilitação na Sessão Pública.

Mais uma vez sustenta-se que não cabe a Administração imiscuir-se na habilitação das empresas, para providenciar/complementar, no momento da Sessão Pública, documentos que a proponente deixou injustificadamente de apresentar no "envelope de documentos de habilitação".

Neste ponto, convém relembrar, conforme consta do art. 4°, incisos VII, XII e XVI da Lei n° 10.520/2002, que diferente das demais modalidades licitatórias, no Pregão, iniciada a Sessão Pública, o proponente presta simples declaração afirmando que atende todos os requisitos de habilitação, devendo somente após a fase de classificação das propostas serem, de fato, examinados os documentos do proponente. E caso, o licitante não atenda as exigências habilitatórias, o pregoeiro deve examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação.

Desse modo, o fato da empresa ter se sagrado melhor classificada na fase de lances não a imuniza de atender todos os requisitos de habilitação. Pois somente poderá se sagrar vencedora no certame licitatório, neste tipo e modalidade de licitação, se apresentar o menor preços **e** atender todos os requisitos de habilitação, caso contrário deverá ser desclassificada.

Especificamente com relação a pretensão recursal, transcrevo o item 13.4.5. do Edital de licitação:

> **11.1.1. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
>
> **a)** Demonstração, no momento do certame, de **que a licitante dispõe de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento,** contendo os itens a baixo qualificados:
>
> **a1.) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line os seguintes serviços:**
>
> • **Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;**
>
> • **Relatórios de estágio para impressão;**
>
> • **Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;**
>
> • **Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;**
>
> • **Divisão, por Secretaria, dos estagiários.**
>
> **b)** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha prestado ou presta serviços idênticos ao do objeto desta licitação, comprovando a boa qualidade na execução.

> **c)** Prova de **Registro de funcionário, da proponente, no Conselho Regional de Administração – CRA** – do Estado sede da licitante.
>
> **c1). O funcionário acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante**, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. (destaquei)

Compulsando o caderno processual, nota-se que a proponente empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN deixou de apresentar *"prova de registro de funcionário [sic] no Conselho Regional de Administração – CRA"*, limitando-se a apresentar a "Certidão de RCA Nº 092/2017" acostada a fl. 151, que comprova o registro de capacidade técnica da mencionada empresa proponente perante o competente Conselho de Classe, todavia, tal documento não é meio hábil para fazer provar do registro de funcionário perante o CRA.

Por outro lado, a empresa LP – Serviços de Integração de Estágio Ltda. – ME apresentou corretamente a "Certidão nº 30/2017 acostada a fl. 132, comprovando efetivamente o registro do funcionário Alexandre Zornitta Rossi perante o Conselho Regional de Administração.

Portanto, a Procuradoria entende acertada a decisão tomada pela Pregoeira na Sessão Pública realizada no dia 13 de junho de 2017, razão pela qual s.m.j. não mecere qualquer reparo.

3. CONCLUSÃO:

Ante exposto, a Procuradoria manifesta-se:

a) pela manutenção da decisão de intempestividade do Recurso Administrativo, visto que as razões recursais foram apresentadas fora do prazo, em desconformidade com o item 15.1 do Edital de Licitação e art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002;

b) pelo inacolhimento do mérito recursal, visto se tratar ônus exclusivo do licitante comprovar na sessão pública que preenche todos os requisitos de habilitação; e,

b) pela intimação da empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN, coligindo cópia do comprovante de intimação neste PA, dando-lhe ciência da decisão administrativa que apreciará o pedido de reconsideração e do teor da Presente Peça Técnico Jurídica.

Capanema, 04 de julho de 2017.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial 53/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. **Acolho** o Parecer Jurídico nº 212/2017, determino ao Setor de Licitações que notifique a empresa.

Capanema, 04 de julho de 2017

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Município de Capanema - PR

NOTIFICAÇÃO

A Empresa
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES-ESTÁGIOS CIN

Com relação ao Pregão Presencial 53/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, Notifico a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES-ESTÁGIOS CIN** da decisão do protocolo 1651/2017, conforme Parecer Jurídico em anexo pelo INACOLHIMENTO do mérito Recursal.

Capanema, 04 de julho de 2017

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

00226

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	terça-feira, 4 de julho de 2017 14:22
Para:	'guarapuava@estagioscin.org.br'
Assunto:	Resposta do Protocolo 1651/2017- Pregão Presencial 53/2017-Município de Capanema
Anexos:	001.pdf; Attachment.txt

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
PREGOEIRA/ PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANETE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080 CAPANEMA – PR CEP 85760-000 FONE 46 3552 1321

-----Mensagem original-----
De: impressora@capanema.pr.gov.br [mailto:impressora@capanema.pr.gov.br]
Enviada em: terça-feira, 4 de julho de 2017 16:54
Para: carla.prefeitura@capanema.pr.gov.br; roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Scanner Impressora

O Documento em Anexo

MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR
CONTRATO Nº 207/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

Aos vinte e três dias de junho de 2017, o Município de Capanema, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - centro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representada pela seu Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto Municipal nº 4118/2007, em face da classificação das propostas apresentada no **Pregão Presencial nº 53/2017** , por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema, resolve contratar a empresa classificada em primeiro lugar, abaixo qualificada, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, sediada na R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, na cidade de Cascavel/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, portador do RG nº1033510189e do CPF nº 474.353.720-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR objeto, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **PREGÃOPRESENCIAL Nº 53/2017** , com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A empresa vencedora do certame deverá prestar o serviços 2 (dois)dias úteis após a solicitação forma da Secretaria Municipal de Administração.

2.2. A empresa vencedora deverá fazer o reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais até 02 (dois) salários mínimos, desde que as mesmas sejam devidamente comprovadas e as notas/recibos originais apresentados em, no máximo, 30 (trinta) dias.

2.3. Para cada estagiário contratado, a proponente vencedora deverá fazer seguro de vida por invalidez e acidentes pessoais, com indenização.

2.4. Os estagiários terão direito de recesso remunerado (férias).

2.5. Caberá ao agente integrador o repasse do valor da bolsa ao estagiário, até 02 (dois) úteis a contar do depósito em conta efetuado pela Contratante.

2.6. A bolsa auxílio deverá ser paga ao agente de integração, através depósito bancário, para posteriormente este efetuar o pagamento aos estagiários, por meio de depósito bancário.

2.7. A folha de pagamento dos estagiários deverá ser fornecida pelo Agente Integrador e disponibilizada via on-line.

2.8. A licitante deverá dispor de SISTEMA ON-LINE DE Folha de pagamento, contendo os itens a baixo qualificados:

a) Possuir SITE que disponibilize ao Departamento de Recursos Humanos acompanhar on-line Folha de pagamento e boleto bancário para pagamento;

b) Relatórios de estágio para impressão;

c) Sistema de cálculo e informações sobre recesso remunerado;

d) Informações referentes aos estagiários, tais como: documentos pendentes, aviso de vencimento de contrato, cálculo de rescisão, entre outros;

e) Divisão, por Secretaria, dos estagiários.

2.9. A CONTRATADA deverá atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na 11.788/2008.

2.10. Os estagiários serão lotados nas **Secretarias Municipais de Administração, Viação, Obras e Serviços Urbanos; Educação, Cultura e Esportes, Saúde, Família e Desenvolvimento Social, Indústria, Comércio e Turismo, Agricultura e Meio Ambiente e Planejamento.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA DESCRIÇÃO DO ITEM

Item	Descrição do serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Percentual de desconto
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	ANIE	MÊS	24,00	8 %

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.3. A CONTRATADA obriga-se a:

4.3.1. Executar os serviços em perfeitas condições, na forma, no prazo e no local discriminado no Projeto Básico, bem como com a emissão dos documentos necessários, nos termos do edital e deste contrato;

4.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3.3. Este dever implica na obrigação da CONTRATADA de, a critério da Administração, substituir os profissionais e equipamentos que não estejam atendendo as expectativas da municipalidade;

4.3.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

4.3.5. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

4.3.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços;

4.3.9. Cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória.

4.3.10. A CONTRATADA é obrigada a substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração.

4.3.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os profissionais, diesel, veículos, além de realizar a manutenção destes para a boa execução do objeto, sendo obrigada a substituí-lo caso estejam em condições precárias que põem em risco a segurança de todas as pessoas envolvidas com a execução dos serviços;

4.3.11.1. Caso haja necessidade, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.3. ACONTRATANTE obriga-se a:

5.3.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;

5.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

5.3.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

5.3.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

6.3.1. O valor do contrato é de R$ **2.428.704,00 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quatro reais**)No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração,

serviços de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.3. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. O prazo de vigência previsto no item acima terá início na data de 28/07/2017 e encerramento em 27/07/2019.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.3. O prazo e a forma do pagamento estão previstos no item 26 do edital.

8.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

8.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.6. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos *sites* oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.7. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.7.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.9. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.3. Mensalmente, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento.

9.4. **O recebimento também ficará sujeito à apresentação da nota fiscal correspondente e de relatório, devidamente assinado pelos profissionais envolvidos, constando a quantidade de serviços realizados, o local da prestação dos serviços e serviços fornecidos pelo Município utilizados na prestação dos serviços.**

9.5. Após a inspeção no Município se os serviços estão sendo prestados adequadamente e a entrega do relatório mencionado acima, no prazo de 10 dias, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, **disponibilizando uma das vias para a empresa contratada**.

9.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou serviços empregados, cabendo à fiscalização não atestar a prestação de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento.

9.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 25.3 não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 05 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo.

9.8. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.9. **A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.**

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.3. As despesas com os serviços prestados serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte

2017	330	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	960	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2017	970	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

10.4. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

11.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

11.2. Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, da Lei 8.666/93, o reajuste será convencionado pelas partes no respectivo aditamento, respeitando-se o índice INPC/IBGE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades cabíveis estão pormenorizadas no item 27 e seus subitens do edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Os motivos para a rescisão do presente Contrato estão pormenorizados no item 28 do edital.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "m" a "q" do item 28.1, do edital, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.4.1. Devolução da garantia;

14.4.2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"Prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **"Prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **"Prática conluiada"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **"Prática coercitiva"**: causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **"Prática obstrutiva"**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir serviçomente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir serviçomente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.1.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.1.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de Capanema-PR, 23 de junho de 2017.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
CONTRATADA

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/__ : h	__/__/__ : h	__/__/__ : h

PREENCHÉR COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Prefeitura Municipal de Capanema
CNPJ: 75.972.760/0001-60
Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080
85760-000 • Capanema • Paraná

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | BRASIL / BRÉSIL

_____-___

000285

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIR.*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA – ME

CNPJ 12622708/0001-63

R PARANÁ, 2865 – TERREO SALA 01 – CENTRO

CEP:85810010 – CASCAVEL/PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Contrato 207/2017 referente ao Pregão Presencial nº 53/2017.

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Bianca Jass

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

29/06/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

CDD-CASCAVEL
29 JUN 2017

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Valério Nóra de Oliveira
Matrícula 8.568.210-1
CDD - CASCAVEL/PR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

00236

NOTIFICAÇÃO

Ao Senhor
Valdeci Alves dos Santos
Secretário Municipal de Administração

Notifico o Sr. Valdeci Alves dos Santos, Secretário Municipal de Administração do vencimento de alguns contratos no mês de **JULHO/2019** conforme relação em anexo:

Solicito que nos encaminhe com antecedência as licitações que precisam ser feitas novamente e também as solicitações de aditivo nos contratos que podem ser aditivados.

Segue abaixo a lista de Licitações que irão vencer, as demais informações como data do vencimento, nº de contrato estão na relação em anexo.

MODALIDADE Nº	OBJETO	SECRETARIA
PREGÃO PRESENCIAL 63/2018	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, COLETIVOS, DEMAIS VEÍCULOS E SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E SOLDAS LEVES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	VIAÇÃO E OBRAS
PREGÃO PRESENCIAL 78/2018	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NO PROJETO PIÁ, SENDO UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E EXTRA-ESCOLAR, ATENDENDO DIARIAMENTE EM MÉDIA 120 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 05 A 17 ANOS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.	FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL 82/2018	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DIVERSOS, PARA USO NA IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PIÁ, AS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL 49/2018	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO, CONSERTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	VIAÇÃO E OBRAS
PREGÃO PRESENCIAL 47/2019	AQUISIÇÃO DE OLEO S500, OLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM AMBOS DESTINADOS A ÚTILIZAÇÃO PELAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS	VIAÇÃO E OBRAS
PREGÃO PRESENIAL 58/2018	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL TAIS COMO: DECRETOS, PORTARIAS, LEIS, RESUMOS DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, EDITAIS,	ADM

0237

	LEILÕES, TERMOS DE INEXIGIBILIDADE E DE DISPENSA DE LICITAÇÕES, REUMO DE ATAS, ATOS, RESOLUÇÕES, REALTÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E RESUMIDO DE EXECUÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS	
INEXIGIBILIDADE 03/2019	AQUISIÇÃO DE PEÇA ORIGINAL PARA O EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR AUTOPROPULSADO MARCA BOMAG MODELO BW212 D-40- NÚMERO DE FROTA 136- PATRIMÔNIO 11.443, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR.	VIAÇÃO E OBRAS
PREGÃO PRESENCIAL 85/2018	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA PARA USO NOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	ADM
DISPENSA 20/2019	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO FORMANDO CIDADÃO DESENVOLVIDO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR .	FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL 86/2018	CONTRATAÇÃO DE RÁDIO FM, COM VEICULAÇÃO MUNICIPAL (TODA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR) PARA DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO DE INTERESSE DA COMUNIDADE, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS	ADM
PREGÃO PRESENCIAL 53/2017	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR	**ADM**
PREGÃO PRESENCIAL 84/2018	LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, BANHEIROS QUÍMICOS E TENDAS PARA USO NOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**ADM**

Lembrando que os que são Processados pelo Sistema Registro de Preços não podem ser aditivados, deverão ser feitas licitações novas.

Capanema, 05 de junho de 2019

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/ Presidente da Comissão Permanente de
Abertura e Julgamento de Licitações

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

Para:
Prefeitura Municipal de Capanema.
Para departamento de Licitações.

Comunicado

Viemos por meio deste comunicar que conforme Processo Licitatório - *Pregão Presencial n.º 53/2017* - *Contrato Administrativo n.º 207/2017* e aditivos - entre **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA** CNPJ: 75.972.760/0001-60 e **LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME** - CNPJ: 12.622.708/0001-63, que a *vigência* do mesmo vai até **27 de Julho de 2019.**

Na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - ***Das Alterações*** Diz em seu item 11.1.2: Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, da Lei 8.666/93, o reajuste será convencionado pelas partes no respectivo aditamento, respeitando-se o índice INCPS/IBGE.

Orientamos através deste Comunicado que seja feito um **TERMO ADITIVO de VIGENCIA,** prologando por igual período, este que se faz necessário uma vez que existem ***TCE - Termos de compromisso de Estágio vigentes*** *e a renovação deste contrato de prestação de serviço não estará gerando transtornos ao setor responsável "RH" e possíveis atrasos nos pagamentos dos* atuais estagiários.

Por estes motivos pedimos deferimento da solicitação acima.

Atenciosamente.

Cascavel 12/06/2019

Alex Rossi
Alexandre Zornitta Rossi
Coordenador Geral Paraná / Santa Catarina

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO
DE ESTÁGIO LTDA
RUA PARANÁ, 2865
CENTRO - CEP 85810-010
CASCAVEL - PARANÁ

0[illegible]239

licitacao@capanema.pr.gov.br

De: anie regional <administrativo@anie.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 12 de junho de 2019 16:35
Para: licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: ANIE/PR/SC - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO
Anexos: PEDIDO DE ADITIVO.pdf

Boa tarde,

Conforme havia sido conversado via telefone, segue anexo solicitação de aditivo de contrato administrativo da prefeitura com a ANIE Estágios.
Fico no aguardo de resposta.

Atenciosamente,

Samilli Cavalcante
Setor: Contratos
anie.cascavel
www.anie.com.br
administrativo@anie.com.br
Rua Paraná – n.º 2865 – centro, cep: 85.810.010
Telefone: (45) 3039-3491
Cascavel - Paraná
AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS

98

REQUERIMENTO

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL 53/2017
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

Sirvo-me do presente para requerer a prorrogação pelo prazo de 12 (doze), meses do referido Pregão Presencial

Justificativa:

A necessidade de prorrogação de vigência do prazo contratual se faz necessário uma vez que existem ***Termos de Compromisso de Estágios Vigentes*** e a renovação deste contrato não estará gerando transtornos ao setor de R.H.

A Lei 8.666/1993 em seu Art. 57 Inciso II, garante a possibilidade da eludida solicitação com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública

Nestes termos peço deferimento do presente requerimento.

Capanema, 02/07/2019

Valdeci Alves dos Santos
Secretário de Administração

Processo: 1641/2019
Data: 02/07/2019 Hora: 02:30
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Requerente:
VALDECI ALVES DOS SANTOS

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

D E S P A C H O

Com relação ao Pregão Presencial, nº 53/2017, Contrato Administrativo nº 207/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência.

Capanema, 02 de julho de 2019

Maicon Douglas de Castro Coito
Apoio a Licitação

CEBRADE
CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO

4101212

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: **CEBRADE – CENTRAL BRASILEIRA DE ESTAGIO**

CNPJ: 10.347.576/0001-83 E-MAIL: cebrade_atendimento@hotmail.com

ENDEREÇO: Rua Saldanha Marinho, n° 1465

COMPLEMENTO: Sala 02 BAIRRO: Centro

TELEFONE: (42) 3622-4425/3035-3624 CONTATO: NELSON OU ANDREIA

CIDADE: Guarapuava UF: Paraná

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 2 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.
VALIDADE: 24 MESES.

PRODUTO	UNID	QUANT	PERCENTUAL DE TAXA DE ADM.	PERCENTUAL TOTAL
48896- CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 100 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	MÊS	24	10%	R$ 239.520,00
TOTAL			***R$ 239.520,00**	

***Taxa administrativa ref. 24 meses**

Guarapuava, 01 de julho de 2019.

Andreia Soares

CEBRADE – CENTRAL BRASILEIRA DE ESTAGIO – LTDA – ME
CNPJ: 10.347.576/0001-83
ANDREIA SOARES
CPF: 008.595.909-09

CEBRADE - CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO LTDA - ME
CNPJ:10.347.576/0001-83

De: Raissa Luana <raissa.cebrade@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 1 de julho de 2019 16:56
Para: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: ORÇAMENTO AGENTE INTEGRADOR DE ESTAGIO - CEBRADE
Anexos: CCF_000470.pdf

Boa tarde,
Conforme solicitado, segue em anexo o orçamento, cujo o objeto é contratar agente integrador de estagio.

Continuo a disposição.

Por gentileza acusar o recebimento.

Att.

Raissa Soares
(42) 3622-4425 /9-8401-6422
CEBRADE-Central Brasileira de Estagio Ltda.
Guarapuava-PR
http://www.cebrade.com.br/

244

CEINEE
Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PR

ORÇAMENTO

O Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes apresenta à V. Sas. Proposta para:

ITEM	OBJETO	UNID	QTD	TAXA ADM.
01	Serviço de desenvolvimento de atividades conjuntas para operacionalização de estágios dos cursos de educação superior, ensino médio e de educação profissional de nível médio, conforme condições estabelecidas na Lei Federal Nº. 11.788.	contribuição institucional	12 meses	10%

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

No valor já está incluso o seguro aos estagiários no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por estagiário.

Desde já agradecemos, e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sem mais para o momento, apresentamos nossas saudações.

07.136.551/0001-26
CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES
RUA ARARIGBÓIA, 255
CEP 85501-260
PATO BRANCO - PR

Atenciosamente;

Pato Branco, 02 de julho de 2019.

CEINEE
CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES
MATHEUS GILBERTO GHIZZI
COORDENADOR-GERAL

Município de Capanema - PR

Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO Nº 194/2019

INTERESSADO: Setor de Licitações.

ASSUNTO: Análise ao Pedido de Aditivo de Prazo e Valor. Contrato nº 207/2017. Pregão Presencial nº 53/2017.

EMENTA: ADITIVO DE PRAZO E VALOR. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE REALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PELA EMPRESA CONTRATADA. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PRETENSÃO DE ADITIVO EM 12 MESES. SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA. DEMONSTRADA A VANTAJOSIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

O Setor de Licitações encaminha para análise dessa Procuradoria Jurídica ao presente PA, contendo o Protocolo nº 1.641/2019, acostado a fl. 240, apresentado pela Secretária Municipal de Administração, no qual manifesta interesse na prorrogação da vigência, execução e o valor do contrato nº 207/2017, mantendo a continuidade do serviço pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de vencimento.

Por força do despacho de fl. 241, o PA foi encaminhado a Procuradoria. Outrossim, às fls. 242/244, restou encartada nos autos pesquisa de preços realizada pelo Setor de Licitação. É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e

246

recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos objetos do aditivo de prazo e valor pretendido pela Administração Municipal não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição ou na justificativa.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Do Aditivo de Prazo e de Valor:

A Lei nº 8.666/1993 admite a prorrogação de contratos, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

> **Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
> (...)
> II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
> (...)
> § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (destaquei)

Analisando o Contrato Administrativo nº 207/2017, acostado as fls. 227/234, nota-se que a empresa LP – Serviços de Integração de Estágios

Ltda. - ME foi contratada através do presente certame licitatório para prestação de serviços de agente integrador de estágios a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no Município de Capanema/Pr, pelo prazo de 12 meses, tendo como preço, a taxa de administração no valor de 8% sobre o valor dos contratos de estágio.

Consoante se verifica da Cláusula Sétima do referido Contrato, prazo inicial de vigência era de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 28/07/2017. Portanto, a vigência inicial do contrato compreendia o período de 28/07/2017 a 27/07/2019.

Analisando o Protocolo nº 1.641/2019 apresentado pela Secretária Municipal de Administração, observa-se que além de se tratar de serviço de natureza continuada, há interesse na continuidade da prestação de serviços pela empresa contratada, bem como há satisfação dos usuários pelos serviços prestado.

Não obstante, a pesquisa de preços constante de fls. 242/244 demonstra vantajosidade ao Poder Público em realizar aditivo de prazo para vigência e execução.

A prorrogação do contrato administrativo nos serviços de natureza contínua encontra respaldo legal no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

A nosso ver, a dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada, e, pelo que consta do PA, não traz quaisquer outros ônus à Administração Pública, além dos originariamente previstos. Não obstante, tem-se que a prorrogação contratual decorre da contínua necessidade dos serviços, situação autorizada pelo fundamento legal supracitado.

Outrossim, convém ponderar que nos casos de prorrogação contratual, o valor inicial deve ser reajustado pelo indexador eleito no contrato, que é o INPC, conforme consta da Cláusula 11.2 do Contrato Administrativo em análise.

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos contraentes.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública,** decorrentes de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou outros tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tomar mais efetivos os princípio constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta pela **possibilidade** da celebração do termo aditivo pelo prazo de 12 (doze) meses, **desde que sejam providenciados:**

a) o encaminhamento a Procuradoria da minuta de aditivo de prazo e valor, para aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

b) seja aplicado indexador previsto na Cláusula 11.2 do Contrato Administrativo 207/2017 para reajuste do valor contratado originalmente;

c) Juntada aos autos de toda a documentação de regularidade fiscal prevista no art. 29 da Lei 8.666/93, de modo a comprovar que a contratada ainda satisfaz os requisitos de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados na sessão pública esteja espirada;

d) Juntada das declarações do art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) A publicação do extrato do termo aditivo em análise na imprensa oficial (art. 61, parágrafo único, Lei 8666), com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em razão do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos.

É o parecer.

Capanema, de 04 de julho de 2019.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

249

DESPACHO

Com relação ao Dispensa de Licitação nº 53/2017, Contrato Administrativo 207/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº 194/2019 pelo aditivo de Prazo de Vigência e Valor. Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, 05 de julho de 2019

Amérieo Bellé
Prefeito Municipal

fls: 250

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/06/2019 a 29/07/2019

Certificação Número: 2019063002361071127129

Informação obtida em 05/07/2019 11:15:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

251

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA
Nº 67998/2019

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Nome:	**1773208 - LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**	
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63	
Endereço:	RUA PARANA - CASCAVEL, 2865	
Complemento:	TERREO SALA 01	
Bairro:	CENTRO	CEP: 85.810-010
Cidade:	Cascavel	Estado: Paraná

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data EXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado, ainda não vencidos, com exigibilidade suspensa ou garantidos através de penhora.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Conforme disposto no art. 108 do Código Tributário Municipal e no art. 206 do Código Tributário Nacional, esta certidão possui os mesmos efeitos da certidão negativa. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 5 de julho de 2019.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT221202-000-UKGZWL-300024892

4110252

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - **SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA**
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:18:07 do dia 28/05/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/11/2019.
Código de controle da certidão: **78D7.B5ED.1C60.7DC8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

#009253

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 020220845-17

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/11/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (08/07/2019 14:49:13)

MAPFRE

4000254

ADITIVO Nº 002 DA APÓLICE DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO

Nº 820.0383.5000072.01

ESTIPULANTE: LP SERVICOS DE INT ESTAGIOS LT

CNPJ: 12.622.708/0001-63

Aditivo de Renovação

Declara-se, para os devidos fins e efeitos que, fica a apólice a que o presente se refere renovada pelo período a partir das 24h de **31/05/2019** até as 24h de **31/05/2020**.

Ratificam-se os demais dizeres das Condições Contratuais da apólice, a que o presente se refere, não modificados por este aditivo.

As Condições Gerais e Especiais deste seguro encontram-se disponíveis para consulta e/ou impressão no site www.mapfre.com.br.

Corretagem: **AJ FERREIRA CORRETORA DE SEGURO**.

Obs.: Este aditivo torna sem efeito, o documento nº **RENOV 38079- 2019 - GERÊNCIA DE RENOVAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO, de 27/05/2019**, enviado anteriormente.

São Paulo, 19 de junho 2019.

Sergio Luiz Chinchio Freitas
Gerente

Edison Satoru Nakahara
Gerente Executivo

MAPFRE VIDA S.A.

«Rodape»
Av. das Nações Unidas, 14.261 – 20º andar • Vila Gertrudes • São Paulo • SP • Brasil • 04794-000
SAC 24h 0800 775 4545 - SAC Deficiente Auditivo ou de Fala 24h 0800 775 5045 - Ouvidoria 0800 775 1079. Ouvidoria Deficientes Auditivos ou de Fala 0800 962 7373 - Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (exceto Feriados). A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores, para prevenir, esclarecer e solucionar conflitos não atendidos pelos canais de atendimento habituais.

MAPFRE

APÓLICE DE SEGURO

VIDA EM GRUPO TAXA MÉDIA / PROCESSO SUSEP Nº 10.005288/99-11

DADOS DO SEGURO

Grupo Ramo	Modalidade		Nº da Apólice	Nº Proposta
0993	Acidentes Pessoais		5000072	
Data Emissão	**Código da Agência**	**Nome da Agência**		
20/07/2018	0383	CASCAVEL		
Início de vigência às 24h do dia		**Fim de vigência às 24 h do dia**		
31/05/2018		31/05/2019		

DADOS DO ESTIPULANTE

Razão Social/Nome			CNPJ/CPF
LP SERVICOS DE INT ESTAGIOS LT			12.622.708/0001-63
Ramo de Atividade			
Endereço			**Número**
R PARANA			2865
Bairro	**Cidade**	**CEP**	**UF**
CENTRO	CASCAVEL	85810010	PR
E-mail			**Tel.(Com)**
			0011 00000
Adminstrador	**CPF**		

DADOS DO SUBESTIPULANTE

Subgrupo	Razão Social/Nome		CNPJ/CPF
00001	LP SERVICOS DE INT ESTAGIOS LT		12.622.708/0001-63
Ramo de Atividade			
A DEFINIR - SUBSCRIÇÃO			
Endereço			**Número**
R PARANA			2865
Bairro	**Cidade**	**CEP**	**UF**
CENTRO	CASCAVEL	85810010	PR
Adminstrador	**CPF**		**Tel.(Com)**
			(11) 0011 0000

GRUPO SEGURÁVEL

Subgrupo	Perfil do Grupo	Adesão ao Seguro	
00001	FUNCIONARIOS	COMPULSORIA	
Limite Idade inclusão vidas	**Mínima**	**Máxima**	**Transferência**
1ª Fatura	14	70	70
Demais Faturas	14	70	

APÓLICE DE SEGURO

MAPFRE VIDA EM GRUPO TAXA MÉDIA / PROCESSO SUSEP Nº 10.005288/99-11

GARANTIAS, CAPITAIS SEGURADOS E SERVIÇOS

Subgrupo	Tipo Cap. Segurado
00001	UNIFORME

DETALHAMENTO

Garantia(s)	Elegibilidade	Capital Indiv. Máx.(***)	Carência	Franquia	Taxa** ‰
INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE	TITULAR	R$ 10.000,00	NÃO HÁ	NÃO HÁ	0,0100
MORTE ACIDENTAL	TITULAR	R$ 10.000,00	NÃO HÁ	NÃO HÁ	0,0350
DESPESAS MÉDICA HOSPITALARES	TITULAR	R$ 2.000,00	NÃO HÁ	NÃO HÁ	0,0100

Serviço(s) de Assistência	Limites
Não se aplica.	

Os capitais segurados e prêmios correspondentes serão atualizados monetariamente em cada aniversário da apólice pelo IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acumulado nos 12 (doze) meses que antecedem 2 (dois) meses anteriores ao aniversário. Para os seguros de prazo inferior a 1 (um) ano não haverá atualização de valores.

TAXA MÉDIA DO SEGURO

Subgrupo	Taxa(MENSAL)	Cust. Seguro	Estipulante	Segurado	Pgto. Prêmio
00001	0,0353 ‰	NÃO CONTRIBUTÁRIO	100,00	0,00	Mensal

EXCEDENTE TÉCNICO

DADOS DE COBRANÇA POR SUB-GRUPO

Subgrupo	Forma Pagto	
00001	BOLETO	
Corte Movimentação	**Venc. demais Fatura**	**Periodicidade**
5	30	MENSAL
Prêmio Líquido (1ªFatura)	**IOF (1ªFatura)**	**Prêmio Total (1ªFatura)**
391,56	1,49	393,05
Nome do Correntista		
Cód.Banco	**Nome do Banco**	
Cód.Agência/DV	**N°Conta Corrente/DV**	

DISTRIBUIÇÃO DE COSSEGURO

MAPFRE

APÓLICE DE SEGURO

VIDA EM GRUPO TAXA MÉDIA / PROCESSO SUSEP Nº 10.005288/99-11

DADOS DO CORRETOR		
Corretor	**Cód. SUSEP**	**Distribuição**
J FERREIRA CORRETORA DE SEGURO	1020197888	100,00%
DADOS DO CO-CORRETOR		

OBSERVAÇÕES

DISPOSIÇÕES GERAIS

(*) Além da carência informada acima, será aplicado o prazo de carência de 02(dois) anos determinado pelo artigo 798 do Código Civil, em caso de suicídio. (**) As taxas contemplam com IOF de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Seguro garantido pela MAPFRE Vida S.A. CNPJ 54.484.753/0001-49. Cód. SUSEP 0566-5. As Condições Gerais do seguro poderão ser consultadas no site www.mapfre.com.br. Em caso de morte por acidente, os capitais segurados de Morte e Morte Acidental, se contratada não se acumulam. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco. Este seguro será por prazo determinado, tendo a seguradora, a faculdade de não renovar a apólice na data de vencimento, sem devolução de prêmios pagos nos termos da apólice. Este plano é estruturado no Regime Financeiro de Repartição Simples, os prêmios pagos por todos os segurados do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para pagar as indenizações decorrentes dos eventos ocorridos naquele período, portanto não existe constituição de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ou Reserva Técnica em nome de cada segurado para ser devolvida em caso de cancelamento do seguro. Alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras estabelecidas pelo Decreto-Lei Nº 6.339, de 03.01.2008. A Proposta de Contratação e o Contrato do seguro são parte integrante dessa apólice e uma via fica em poder do Estipulante. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à SUSEP poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, no seguinte link: http://susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/sistema-de-consulta-publica-de-produtos, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF. SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Telefone gratuito de atendimento ao público 0800 021 8484 de segunda a sexta-feira das 9:30h às 17h (exceto feriados). Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. Em caso de sinistro, o segurado ou o(s) beneficiário(s) deverá(ão) entrar em contato com a Central de Captação de Sinistro Vida, via 0800 709 8432. Em caso de dúvidas, entre em contato com seu corretor de seguros ou ligue: SAC - Central de Atendimento aos Clientes: 0800.11.2800, Central de Atendimento aos Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 775 5045, Ouvidoria: 0800 775 1079 / Ouvidoria para Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 962 7373. A Ouvidoria tem como objetivo atuar na defesa dos direitos dos consumidores para esclarecer, prevenir e solucionar conflitos que não foram solucionados pelos canais de atendimento habituais.

MAPFRE

APÓLICE DE SEGURO

VIDA EM GRUPO TAXA MÉDIA / PROCESSO SUSEP Nº 10.005288/99-11

SÃO PAULO, 20/07/2018

ENRIQUE DE LA TORRE VELASCO
DIRETOR

ANDRÉ RENATO VIARD FORTINO
DIRETOR

259

MINUTA
1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 194/2019, fica prorrogado o prazo de Vigência e Execução do Contrato nº 207/2017 para mais 12 (doze) meses a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 1.293.408,00 (Hum milhão, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 26 de julho de 2019

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

APROVAÇAO DE MINUTA DE ADITIVO

(X)Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

( )Não Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

4100260

BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.632.453/0001-91, neste ato por seu representante legal, ALESSANDRA BERTOL NORONHA, CPF:077.251.639-13 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão n° 1/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme contrato firmado em 15/02/2019, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão n° 1/2019, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR AULAS NAS ESPECIALIDADES DE KARATÊ, TEATRO, ARTE CIRCENSE E EDUCAÇÃO FÍSICA VOLTADA A ATIVIDADES RECREATIVAS, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TEMPO INTEGRAL TANCREDO NEVES E JANETE KATZWINKEL, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, Conforme Solicitação da empresa fica SUPRIMIDO o valor do contrato nº 45/2019, o valor da supressão conforme tabela baixo:

Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade licitada	Quantidade Suprimida	Preço unitário da Licitação	Valor após Supressão	Valor Total da Supressão
5	HORA/AULA DE DANÇA E ATIVIDADES RECREATIVAS, MINISTRADA POR PROFISSIONAL QUE ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.	H	850	491	38,00	36,50	736,50

Valor Total da Supressão: R$ 736,50 (Setecentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 30 de julho de 2019

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALESSANDRA BERTOL NORONHA
Representante Legal
CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA -ME
Contratada

1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 194/2019, fica prorrogado o prazo de Vigência e Execução do Contrato nº 207/2017 para mais 12 (doze) meses a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 1.293.408,00 (Hum milhão, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 26 de julho de 2019

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

PORTARIA N° 7.450, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 069/2019.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº 069/2019, objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTESANATO(PINTURA), MÚSICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ACUPUNTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DE APOIO PSICOSSOCIAL – CAPS-I, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por Item;

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ULISSES RICARDO ROEHRS	1	HORA/AULA COM PROFESSOR DE ARTESANATO (PINTURA) PARA MINISTRAR AULAS NO CAPS-I (CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL) PARA UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS. EXCLUSIVO ME/EPP	IDESENVOLVIMENTO	1.000,00	23,90
ROSANGELA PAULA OCHEM	2	HORA/AULA COM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, HABILITADO NA ÁREA, PARA MINISTRAR AULAS NO CAPS-I (CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL) PARA UMA CARGA HORÁRIAA MÍNIMA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. AMPLA CONCORRÊNCIA.	ROSANGELA PAULA JOCHEM	1.500,00	23,00
ROSANGELA PAULA OCHEM	3	HORA/AULA COM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, HABILITADO NA ÁREA, PARA MINISTRAR AULAS NO CAPS-I (CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL) PARA UMA CARGA HORÁRIAA MÍNIMA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS. COTA RESERVADA ME/EPP	ROSANGELA PAULA JOCHEM	500,00	23,00
ROSANGELA PAULA OCHEM	4	HORA/AULA COM PROFESSOR DE MÚSICA PARA MINISTRAR AULAS NO CAPS-I (CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL) PARA UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS. EXCLUSIVO ME/EPP	ROSANGELA PAULA JOCHEM	500,00	28,20
CURSOS PROFISSIONALIZANTES OMEGA LTDA -ME	5	HORA/AULA COM PROFISSIONAL ACUNPUNTURISTA, HABILITADO NA ÁREA, PARA REALIZAR ACUNPUNTURA EM PACIENTES DO CAPS-I (CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL), PARA UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS. EXCLUSIVO ME/EPP	OMEGA	1.000,00	35,00

1261

1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 194/2019, fica prorrogado o prazo de Vigência e Execução do Contrato nº 207/2017 para mais 12 (doze) meses a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 1.293.408,00 (Hum milhão, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 26 de julho de 2019

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865
CENTRO
CEP 85810-010
CASCAVEL - PARANÁ

CAPANEMA
Correios

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

DATA DE POSTAGEM

UNIDADE DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME
RUA PARANA 2865
TERREO SALA 01 CENTRO
85810-010 - CASCAVEL - PR

JU 590134765 BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
PREFEITURA MUNICIPAL CAPANEMA-PR
AV GOV PEDRO V PARIGOT DE SOUZA 1080
PRÉDIO CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD CASCAVEL
09. 08. 2019
SF/PR

(ÁREA DE COLA NO VERSO)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h
2ª ____/____/____ ____:____h
3ª ____/____/____ ____:____h

OBSERVAÇÃO
1º Aditivo PP 53/17

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Outros
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
A96338962

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
9/8/2019

NOME LEGÍVEL OO RECEBEDDR
Maria F. R. Silva

Nº DOC. OE IDENTIOADE
X13533185-4

0002621

De: coordenacao@anie.com.br
Enviado em: terça-feira, 28 de abril de 2020 14:58
Para: adm@capanema.pr.gov.br
Assunto: RES: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO

Boa tarde!
Prezado Secretário,

Devido a atual situação e conforme nossa reunião em 27 de Abril, formalizamos por meio deste a suspensão temporária por prazo indeterminado dos estagiários do setor de Educação visto que as atividades da Rede Pública Municipal e os Centro de Educação Materno Infantil estão suspensas por prazo indeterminado, para atender a finalidade de contenção de despesas do município bem como as orientações do Ministério da Saúde quanto ao isolamento social dos grupos de risco.

Esclarecendo que a suspensão dos contratos junto aos estagiários, não significa a rescisão do mesmo, visto que os mesmos estarão com o seguro e contrato ativos, logo, estarão disponíveis ao seu retorno imediato assim que a suspensão for encerrada.

Alex Rossi
Coordenador Geral – Pr / Sc
Rua Paraná – n.º 2865 – centro, cep: 85.810.010
Fone: 45 3039-3491 – Cascavel – Paraná
alexrossicvel@hotmail.com
coordenacao@anie.com.br
www.anie.com.br

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS

De: adm@capanema.pr.gov.br <adm@capanema.pr.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 27 de abril de 2020 10:23
Para: coordenacao@anie.com.br
RH - Prefeitura <drh@capanema.pr.gov.br>; procuradoria.romanti@capanema.pr.gov.br
Assunto: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO

Bom dia!
Prezado Alex Rossi,

Diante da situação atual da pandemia do COVID-19, que acarretou a suspensão por prazo indeterminado das atividades nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino e nos Centros de Educação Materno infantil, desde meados de março/2020 e a imprevisibilidade do retorno as aulas a Administração vem solicitar a suspensão temporária por prazo indeterminado do Contrato 207/2017.
Tendo em vista a necessidade de contenção de despesas em virtude da queda na arrecadação do município e falta de perspectiva de melhora no cenário atual, somos obrigados a rever todos os contratos administrativos em vigência em respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal.
Aguardamos a sua manifestação diante do exposto.
Att.

Valdeci Alves do Santos
Secretário de Administração
Decreto 6263/2017
adm@capanema.pr.gov.br

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3481 | Cascavel - PR

Para:
Prefeitura Municipal de Capanema.
Para departamento de Licitações.
A/C: Sra. Rosélia

Comunicado

Viemos por meio deste comunicar que conforme Processo Licitatório - *Pregão Presencial n.º 53/2017* - *Contrato Administrativo n.º 207/2017* e aditivos - entre **PREFEITURA** MUNICIPAL DE CAPANEMA CNPJ: 75.972.760/0001-60 e **LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME** - CNPJ: 12.622.708/0001-63, que a *vigência* do mesmo vai até 27 de Julho de 2020.

Na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - *Das Alterações* Diz em seu item 11.1.2: Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, da Lei 8.666/93, o reajuste será convencionado pelas partes no respectivo aditamento, respeitando-se o índice INCPS/IBGE.

Orientamos através deste Comunicado que seja feito um **TERMO ADITIVO** de VIGENCIA, prologando por igual período, este que se faz necessário uma vez que existem ***TCE - Termos de compromisso de Estágio vigentes*** *e a renovação deste contrato de prestação de serviço não estará gerando transtornos ao setor responsável "RH" e possíveis atrasos nos pagamentos dos* atuais estagiários.

Por estes motivos pedimos deferimento da solicitação acima.

Atenciosamente.

Cascavel 19/06/2020

Alexandre Zornitta Rossi
Coordenador Geral Paraná / Santa Catarina

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865
CENTRO - CEP 85810-010
CASCAVEL - PARANÁ

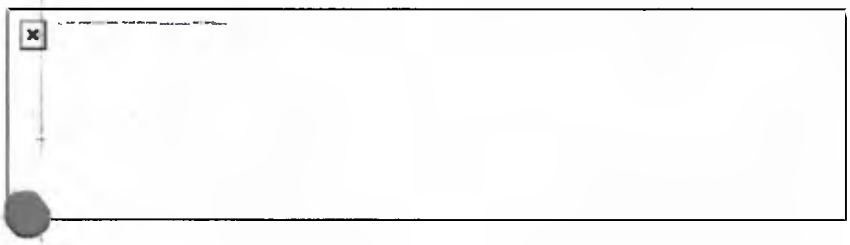
Data:
Processo: **1548/2020**
19/06/2020 Hora: 05:25
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Requerente:
LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ES

080265

licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Isabela ANIE Estágios <agenteanieestagios@gmail.com>
Enviado em: sexta-feira, 19 de junho de 2020 11:36
Para: licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Termo Aditivo
Anexos: Termo Aditivo de Capanema.pdf

Bom dia, segue Termo assinado. Aguardamos retorno.
Atenciosamente,
Isabela Orelli dos Santos.



Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

D E S P A C H O

Com relação ao Pregão Presencial, nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência.

Capanema, 22 de junho de 2020

Jeandra Wilmsen
Setor de Licitações

00267

PARECER JURÍDICO Nº 263/2020

INTERESSADO: Setor de Licitações.

ASSUNTO: Contrato Administrativo nº 207/2017. Pregão Presencial nº 53/2017. Análise ao Pedido de prorrogação de vigência de contrato, de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e de reajuste previsto no instrumento contratual.

EMENTA: *PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL. REAJUSTE DE VALOR PREVISTO NO CONTRATO. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE REALIZADA PELA EMPRESA CONTRATADA. SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO SUBSEQUENTE. POSSIBILIDADE DE NOVA PACTUAÇÃO* ***CONDICIONADA AO CUMPRIMENTO DO PARCER****.*

1. CONSULTA:

O Setor de Licitações encaminha para análise dessa Procuradoria Jurídica o presente PA, contendo o Protocolo nº 1.548/2020, acostado a fl. 264, apresentado pela empresa contratada, no qual manifesta interesse na prorrogação da vigência e execução do contrato nº 207/2017, da manutenção do respectivo equilíbrio econômico-financeiro, bem como o reajuste previsto no contrato, para possibilitar a continuidade da prestação dos serviços pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de vencimento.

Não há manifestação de interesse por parte da Secretaria Municipal de Administração na continuidade da prestação dos serviços.

O PA foi encaminhado a Procuradoria.

É a síntese do necessário.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos ou serviços entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Da Prorrogação do prazo de vigência e da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro:

A Lei nº 8.666/1993 admite a prorrogação de contratos, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

> ***Art. 57.*** *A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
>
> *(...)*
>
> *II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (destaquei)*

Analisando o Contrato Administrativo nº 207/2017, acostado às fls. 227/234, nota-se que a empresa LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA -ME foi contratada através do presente certame licitatório para prestação de serviços de agente de integração de estágios, para viabilização de contratação de estagiários, pelo prazo de 24 meses, pela taxa administrativa de 8% do valor de cada contrato celebrado com os estagiários.

Constata-se do PA que o contrato em questão foi sendo prorrogado e seus valores reajustados no decorrer do ano de 2019, com justificativa de que os serviços prestados pela empresa contratada seriam de natureza contínua.

Em sendo serviço de natureza contínua, a prorrogação do contrato administrativo encontra respaldo legal no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

Todavia, no presente momento, há algumas peculiaridades a serem observadas para possibilitar a prorrogação pleiteada.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

269

Primeiramente, constata-se a ausência de manifestação de interesse na prorrogação do contrato pela Secretaria Municipal de Administração, o que deve ser suprido, justificando a necessidade de prorrogação do contrato.

Caso haja a manifestação de interesse e justificada a necessidade de prorrogação do contrato, manifestamo-nos pela possibilidade da prorrogação contratual.

2.2. Do prazo

A empresa pleiteia a prorrogação contratual pelo prazo de doze meses. Todavia, nesta oportunidade, vislumbra-se a impossibilidade de prorrogação do contrato pelo prazo indicado, considerando se tratar, o presente exercício financeiro, de ano de eleições municipais, incidindo as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente o disposto no seu art. 42, nos seguintes termos:

> *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*
>
> *Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.*

Com efeito, salvo se houver demonstrativo analítico, indicando a existência de disponibilidade de caixa até o final do exercício de 2020, para cumprir a obrigação até o fim da vigência do contrato, não vislumbro a possibilidade de a prorrogação contratual ultrapassar o atual exercício financeiro.

Em outros termos, o novo termo *ad quem* da vigência do contrato será, no máximo, o dia **31 de dezembro de 2020.**

2.3. Do reajuste

Outrossim, convém ponderar que nos casos de prorrogação contratual, o valor inicial deve ser reajustado pelo indexador eleito no contrato, que é o INPC, conforme consta do item 11.2 do Contrato Administrativo em análise, bem como autorizado pelo § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Todavia, o presente contrato possui peculiaridades, no sentido de que a remuneração da empresa contratada se dá pelo percentual de 8% sobre o valor da bolsa ofertada para cada estagiário contratado, que é definida pelo valor do salário mínimo nacional.

Dessa forma, **não há possibilidade de reajuste** do valor do contrato na forma do item 11.2 do contrato administrativo.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

2.4. Recomendações

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos agentes públicos e privados envolvidos.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal em caso de malversação da verba pública e/ou em razão de descumprimento das obrigações legais, contratuais e editalícias, possibilitando a configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou outros tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tomar mais efetivos os princípio constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta **CONDICIONALMENTE** pela **possibilidade** da celebração do termo de prorrogação contratual até 31 de dezembro de 2020, **desde que sejam providenciados:**

Primeiramente:

a) manifestação de interesse pela Secretaria Municipal de Administração, contendo a justificativa da necessidade de prorrogação do contrato em questão.

Após:

b) seja juntada aos autos toda a documentação de regularidade fiscal prevista no art. 29 da Lei 8.666/93, de modo a comprovar que a contratada ainda satisfaz os requisitos de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados na sessão pública esteja espirada;

Após, seja encaminhado os autos para a Contabilidade para:

c) emitir as declarações necessárias, de acordo com o art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Após:

d) sejam encaminhados os autos para o Gabinete do Excelentíssimo Prefeito Municipal, para expedição da decisão administrativa;

Após, em caso de determinação da realização do novo ajuste pelo Prefeito:

e) o encaminhamento à Procuradoria da minuta do termo de prorrogação de prazo, para aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

Após:

f) seja colhida a assinatura do Prefeito e do representante legal da empresa contratada;

g) seja realizada a publicação do extrato do termo aditivo em análise na imprensa oficial (art. 61, parágrafo único, Lei 8.666/93), com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em razão do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos.

É o parecer.

Capanema/PR, 17 de julho de 2020.

Álvaro Skiba Jr.
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
de Capanema - PR
Dec. Nº 5588/2014
OAB/PR 68.807

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

0000272

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, Contrato nº 207/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº 263/2020 pelo aditivo de Prazo de Vigência Valor.
Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, 20 de julho de2020

Americo Bellé
Prefeito Municipal

fl. 273

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	440	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2020	1160	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2020	1170	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, 20 de julho de2020

Cleomar Walter
Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2
CPF 723.903.959-53

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

00274

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022272105-64

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 17/11/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (20/07/2020 09:02:41)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:56:03 do dia 02/07/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/12/2020.
Código de controle da certidão: **8027.7CD3.17C6.1E72**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 57558/2020

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**1773208**	
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**	
CNPJ/CPF:	**12.622.708/0001-63**	
Endereço:	**RUA PARANA - CASCAVEL, 2865**	
Complemento:	**TERREO SALA 01**	
Bairro:	**CENTRO**	**CEP:** 85.810-010
Cidade:	**Cascavel - PR**	

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 20 de julho de 2020.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-EMGZAVOMNZXJVY-1

fls. 277

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/07/2020 a 07/08/2020

Certificação Número: 2020070904234253256360

Informação obtida em 20/07/2020 09:05:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer
Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz
Secretária da Familia e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti
Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso
Secretário de Saúde: Jonas Welter
Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber
Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329
Fax: (46) 3552-3217
E-mail: capanemacamara@gmail.com
Capanema - Paraná
Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente
Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Airton Marcelo Barth
Vereador: Gilmar Pontin
Vereador: Ginésio J. Pinheiro
Vereador: Paulo C. Lothermann
Vereadora: Izolete Ap. Walker

ATOS LICITATÓRIOS

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2020

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Dispensa de Licitação para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA PARA CADEIRANTE , conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensavel a licitação:
I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

VALOR TOTAL: R$ 19.331,81(Dezenove Mil, Trezentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos)

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 289/2020
Processo dispensa Nº 034/2020
Data da Assinatura: 20/07/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: MICEMETAL MULLER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA PARA CADEIRANTE A SER INSTALADA NA CASA DA CULTURA DO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR.
Valor total: R$19.331,81 (Dezenove Mil, Trezentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos).
Américo Bellé
Prefeito Municipal

2.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 5(cinco) meses e 5 (cinco) dias a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário,

não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO
ATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº53/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES RADIOLÓGICOS COM LAUDOS, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. R$ 65.000,00 Sessenta e Cinco Mil Reais). Abertura das propostas: Horas do dia . Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br , demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 20/07/2020
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
ATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2020
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº54/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS ATRAVÉS DO CONVÊNIO 096/2020 ENTRE O MUNICIPIO E A SEAB – SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.. R$ 274.355,00 Duzentos e Setenta e Quatro Mil, Trezentos e Cinqüenta e Cinco Reais). Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 10/08/2020. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br , demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 20/07/2020
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
ATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº55/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto
Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS RICOS EM PROTEÍNAS PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIAS EM ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS ATRAVÉS DO RECURSO FEDERAL DE ACÕES DO COVID NOS SUAS PARA ALIMENTOS PORTARIA 369 CONTA N 31605-9.. R$ 45.852,00 Quarenta e Cinco Mil, Oitocentos e Cinqüenta e Dois Reais). Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 11/08/2020. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br , demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 20/07/2020
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº290/2020
Pregão Eletrônico Nº 047/2020
Data da Assinatura: 20/07/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: DSC AUTO PECAS EIRELI
Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS, NOVAS, PARA O VEÍCULO VAN, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 515CD, CHASSI L. 2.2 DIESEL, NÚMERO DE FROTA 132, PLACA AYW1392, CHASSI 8AC906657EE097172, PERTENCENTE À FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA MERCEDES-BENZ PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO..
Valor total: R$ 37.753,96 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Cinqüenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.665, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico nº 47/2020.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 47/2020, objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS, NOVAS, PARA O VEÍCULO VAN, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 515CD, CHASSI L. 2.2 DIESEL, NÚMERO DE FROTA 132, PLACA AYW1392, CHASSI 8AC906657EE097172, PERTENCENTE À FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA MERCEDES-BENZ PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO.
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por lote;

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	1	ANEIS DE VEDAÇÃO	ORIGINAL MERCEDES BENZ	4,00	9,775
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	2	ANEIS DE VEDAÇÃO DO TUBO DE ADMISSÃO	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	54,40
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	3	ANEIS DE VEDAÇÃO TUBO DE AR DE CARGA	ORIGINAL MERCEDES BENZ	2,00	62,90
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	4	BRAÇADEIRAS DE PLÁSTICO	ORIGINAL MERCEDES BENZ	20,00	1,975
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	5	CJ FILTRO DE ÓLEO COM TROCADOR DE C	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	1.388,80
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	6	COLA	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	50,16
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	7	CORRENTE DE ROLOS SIMPLES	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	1.797,40
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	8	ENGRENAGEM DO EIXO DE COMANDO	ORIGINAL MERCEDES BENZ	2,00	496,00
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	9	ESTICADOR DA CORRENTE DO MOTOR	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	1.424,90
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	10	FLUIDO EMBREAGEM/FREIO DOT.5	ORIGINAL MERCEDES BENZ	2,00	101,25
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	11	FLUIDO RADIADOR MB325.0 12X11	ORIGINAL MERCEDES BENZ	4,00	313,25
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	12	JUNTA DA TUBULAÇÃO DE ÓLEO	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	28,90
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	13	JUNTA DE VEDAÇÃO DA TAMPA DO CABEÇOTE	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	90,00
DSC AUTO PECAS EIRELI	1	14	JUNTA DO CABEÇOTE;	ORIGINAL MERCEDES BENZ	1,00	748,30

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA DO DIA 21/07/2020, EDIÇÃO 533, PÁGINA 2 E 3

ONDE LIA-SE:

2.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **5(cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

LEIA-SE:

2.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **5(cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: O contratado anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art.57 da lei nº 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou supressão dos contratados em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

Município de Capanema - PR

Capanema, 21 de julho de 2020

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer
Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz
Secretária da Familia e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti
Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso
Secretário de Saúde: Jonas Welter
Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber
Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329
Fax: (46) 3552-3217
E-mail: capanemacamara@gmail.com
Capanema - Paraná
Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente
Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Airton Marcelo Barth
Vereador: Gilmar Pontin
Vereador: Ginésio J. Pinheiro
Vereador: Paulo C. Lothermann
Vereadora: Izolete Ap. Walker

ATOS LICITATÓRIOS

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA DO DIA 21/07/2020, EDIÇÃO 533, PÁGINA 2 E 3

ONDE LIA-SE:
2.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 5(cinco) meses e 5 (cinco) dias a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

LEIA-SE:
2.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 5(cinco) meses e 5 (cinco) dias a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: O contratado anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art.57 da lei nº 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou supressão dos contratados em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não [r]egidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

Capanema, 21 de julho de 2020

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Dispensa de Licitação para o AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO CONTÍNUO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR, PARA USO JUNTO A SECRETARIA DE AG[R]ICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAPANE[M]A PR, , conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
VALOR TOTAL: R$ 17.290,00(Dezessete mil, duzentos e noventa reais)

Capanema - PR, 21 de julho de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2020
Processo dispensa Nº 032/2020
Data da Assinatura: 21/07/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: INFOCRIATIVA COMERCIO DE IMPRESSOS E SERVICOS LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO CONTÍNUO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR, PARA USO JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR,.
Valor total: R$17.290,00 (Dezessete Mil, Duzentos e Noventa Reais).
Américo Bellé
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICACÃO

NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DE 21/07/2020, EDIÇÃO 533, PÁGINA 3

ONDE LIA-SE:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº290/2020
Pregão Eletrônico Nº 047/2020
Data da Assinatura: 20/07/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: DSC AUTO PECAS EIRELI
Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS, NOVAS, PARA O VEÍCULO VAN, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 515CD, CHASSI L. 2.2 DIESEL, NÚMERO DE FROTA 132, PLACA AYW1392, CHASSI 8AC906657EE097172, PERTENCENTE À FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA MERCEDES-BENZ PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO..
Valor total: R$ 37.753,96 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Cinqüenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

LEIA-SE

EXTRATO DE CONTRATO Nº290/2020
Pregão Eletrônico Nº 047/2020
Data da Assinatura: 20/07/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: DSC AUTO PECAS EIRELI
Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS, NOVAS, PARA O VEÍCULO VAN, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 515CD, CHASSI L. 2.2 DIESEL, NÚMERO DE FROTA 132, PLACA AYW1392, CHASSI 8AC906657EE097172, PERTENCENTE À FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA MERCEDES-BENZ PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO..
Valor total: R$ 37.753,96 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Cinqüenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

Capanema, 21 de julho DE 2020

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

2.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF nº 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art. 57 da lei nº 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou suspensão dos contratos em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: No período de suspensão dos contratos de estágio, em razão da pandemia, o Contratante somente irá pagar o percentual da taxa administrativa à Contratada mediante a comprovação dos valores efetivamente despendidos na manutenção dos contratos suspensos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Eventuais valores pagos a maior à Contratada, entre os meses de maio, junho e julho de 2020, referente às taxas administrativas dos contratos de estágio suspensos, serão compensados nos meses subsequentes a este ajuste.

CLÁUSUA QUARTA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

APROVAÇAO DE MINUTA DE ADITIVO

(X)Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

( )Não Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

Alvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

0287

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO DIA 22/07/2020, EDIÇÃO 534, PÁGINA 2.

ONDE LIA-SE:

2.° Termo Aditivo ao Contrato n° 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF n° 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis n° 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico n° 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato n° 207/2017 para mais **5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

LEIA-SE:

2.° Termo Aditivo ao Contrato n° 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF n° 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA,

estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art. 57 da lei nº 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou suspensão dos contratos em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: No período de suspensão dos contratos de estágio, em razão da pandemia, o Contratante somente irá pagar o percentual da taxa administrativa à Contratada mediante a comprovação dos valores efetivamente despendidos na manutenção dos contratos suspensos.
PARÁGRAFO ÚNICO. Eventuais valores pagos a maior à Contratada, entre os meses de maio, junho e julho de 2020, referente às taxas administrativas dos contratos de estágio suspensos, serão compensados nos meses subsequentes a este ajuste.

CLÁUSUA QUARTA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Capanema, 27 de julho de 2020

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 49/2020, objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM PARTE ELÉTRICA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E REPAROS NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE RESGITRO DE PREÇOS
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por lote;

Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA- ME	1	1	DESLOCAMENTO ATÉ O LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA RESPONSÁVEL.	AR FASOLO ENGENHARIA LTDA	3.000,00	0,64
A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA- ME	1	2	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM REPAROS, SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DE LÂMPADAS, DISJUNTORES, INTERRUPTORES, FIAÇÃO E TODAS AS DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS À PARTE ELÉTRICA QUE POSSAM NECESSITAR DE REPAROS. DEVENDO ESTAR INCLUSAS AS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	SOUZA BELO INSTAÇÕES ELETRICA LTDA	1.500,00	58,95

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 49/2020, é de R$ 90.345,00 (Noventa Mil, Trezentos e Quarenta e Cinco Reais).
Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná vinte e sete dias de julho de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO DIA 22/07/2020, EDIÇÃO 534, PÁGINA 2.

ONDE LIA-SE:
2.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF nº 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTAGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

LEIA-SE:
2.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF nº 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art. 57 da lei nº 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou suspensão dos contratos em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: No período de suspensão dos contratos de estágio, em razão da pandemia, o Contratante somente irá pagar o percentual da taxa administrativa à Contratada mediante a comprovação dos valores efetivamente despendidos na manutenção dos contratos suspensos. PARÁGRAFO ÚNICO. Eventuais valores pagos a maior à Contratada, entre os meses de maio, junho e julho de 2020, referente às taxas administrativas dos contratos de estágio suspensos, serão compensados nos

meses subsequentes a este ajuste.

CLÁUSUA QUARTA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Capanema, 27 de julho de 2020

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

OUTRAS PUBLICAÇÕES

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, o Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta notificar o recebimento dos Recursos Federais, conforme segue:

RECEITA	DATA	VALOR
Fundo Nacional de Saúde - Bloco CUSTEIO - 624060-1	24/07/20	1.000,00
	24/07/20	4.460,00
	24/07/20	1.000,00
	24/07/20	1.000,00
	27/07/20	30.000,00
Capanema Criança Feliz - CC 31348-3	24/07/20	6.000,00

Américo Bellé
Prefeito Municipal

AGENTE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS
LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622 708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

Descriminação das despesas geradas durante o período de suspensão:

Seguro Estagiário: consiste no seguro obrigatório previsto em Lei do Estágio 11.788 25 de setembro de 2008, e fixado no edital da licitação item 6 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 6.3 "Para cada estagiário contratado, a proponente vencedora deverá fazer seguro de vida por invalidez e acidentes pessoais, com indenização."

Taxa Instituição de Ensino: consiste na **CI** (Contribuição Institucional) em que cada instituição de ensino recebe um valor percentual sobre a bolsa auxílio, auxílio transporte e recesso remunerado de cada estagiando daquela instituição de ensino.

Despesas Bancárias: são todas as custas bancárias para a realização do pagamento do estagiário, emissão do boleto, custas de transferências, taxa de administração da conta.

Despesas Fixas: São os valores destinados a manutenção do escritório regional, tais como: aluguel da sala comercial, despesas com luz, internet e telefone, salários de colaboradores, assessoria contábil e jurídica, contribuições municipais, estaduais e federais, viagens e reunião com os estagiários.

Mês de Referência: 06/2020 - Taxa Administrativa **Despesas Contratos Suspensos**	**R$ 5.852,00** **R$ 4.245,50**
Despesas	
Seguro Estagiário	R$ 19,00
Taxa Instituição de Ensino	R$ 24,00
Despesas Bancárias	R$ 1,65
Despesas Fixas (por estagiário)	R$ 16,00
	R$ 60,65

Mês de Referência: 05/2020 - Taxa Administrativa **Despesas Contratos Suspensos**	**R$ 6.270,00** **R$ 4.548,75**
Despesas	
Seguro Estagiário	R$ 19,00
Taxa Instituição de Ensino	R$ 24,00
Despesas Bancárias	R$ 1,65
Despesas Fixas (por estagiário)	R$ 16,00
	R$ 60,65

2.° Termo Aditivo ao Contrato n° 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento público que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no CNPJ sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Paraná, 2865 Térreo - Sala 01 - CEP: 85810010 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 12.622.708/0001-63, representada neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF n° 474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis n° 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Aditivo do Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico n° 263/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato n° 207/2017 para mais **5 (cinco) meses e 5 (cinco) dias** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R$ 539.916,00 (Quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais), ficando seu prazo de novo prazo de vencimento para o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada anui antecipadamente à supressão do quantitativo e valor acima de 25% do previsto no art. 57 da lei n° 8.666/93, em caso de não contratação de estagiários ou suspensão dos contratos em razão da pandemia.

CLÁUSUA TERCEIRA: No período de suspensão dos contratos de estágio, em razão da pandemia, o Contratante somente irá pagar o percentual da taxa administrativa à Contratada mediante a comprovação dos valores efetivamente despendidos na manutenção dos contratos suspensos.
PARÁGRAFO ÚNICO. Eventuais valores pagos a maior à Contratada, entre os meses de maio, junho e julho de 2020, referente às taxas administrativas dos contratos de estágio suspensos, serão compensados nos meses subsequentes a este ajuste.

CLÁUSUA QUARTA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 20 de julho de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

12.622.708/0001-63
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA.
RUA PARANÁ, 2865
CENTRO - CEP 85810-010
CAPANEMA - PARANÁ

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Fls. 293

Correios **SIGEP** AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912320186

Cole aqui

DESTINATÁRIO:
LP - SERV. DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA-ME
Rua Paraná, 2865
TERREO SALA 01 Centro
85810010 Cascavel-PR

BO513779265BR

REMETENTE: MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
AVENIDA GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080
PAÇO MUNICIPAL CENTRO
85760000 Capanema-PR

AG CAPANEMA 30 JUL 2020 PR

OBSERVAÇÃO PP 53/2017 2 AD.CONT.207/2017

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1	Mudou-se	5	Recusado
2	Endereço Insuficiente	6	Não Procurado
3	Não Existe o Número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros_____		

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD-CASCAVEL 05. 08. 2020 PR

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
8564069

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Bianca Jess

DATA DE ENTREGA
050820

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Cole aqui

000294

LP - Serviços de Integração de Estágios Ltda-ME
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Rua Paraná, 2865 - CEP 85810-010
www.anie.com.br | coordenacao@anie.com.br
Fone: 45 3039-3491 | Cascavel - PR

Para:
Prefeitura Municipal de Capanema.
Departamento de Licitação/Compras.

Comunicado

Viemos por meio deste comunicar que conforme Processo Licitatório - Pregão Presencial n. 0 53/2017 Contrato Administrativo n. 0 207/2017 e termo aditivo - entre PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA CNPJ: 75.972.760/0001-60 e LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO LTDA - ME - CNPJ: 12.622.708/000163, que a vigência do mesmo vai até 31 de Dezembro de 2020.

Sendo o mesmo na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Diz em seu item 1 1.1.2: Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, da Lei 8.666/93.

Sugerimos que o mesmo seja aditivado pelo mesmo período, tendo em vista a existência de TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO ativos, não ocasionando assim, possíveis transtornos ao setor de RH, ou até mesmo desencontros de informações na folha de pagamento dos atuais estagiários

Atenciosamente.

Cascavel 20 de Novembro de 2020

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
2020.11.20 10:03:55 -03'00'

Alexandre Zornitta Rossi

Data:
Processo: 3267/2020
20/11/2020 Hora: 10:41
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Requerente:
LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ES

000295

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

De: adm@capanema.pr.gov.br
Enviado em: sexta-feira, 20 de novembro de 2020 10:19
Para: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: ENC: REN. CONVENIO
Anexos: RENOVAÇAO CAPANEMA 1.pdf

Para aditivo.

Andréa M W Paeze
Secretaria de Administração
Decreto 6.778/2020
adm@capanema.pr.gov.br

De: ANIE Estágios <agenteanieestagios@gmail.com>
Enviada em: sexta-feira, 20 de novembro de 2020 10:05
Para: adm@capanema.pr.gov.br
Assunto: REN. CONVENIO

segue em anexo.

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

D E S P A C H O

Com relação ao Pregão Eletrônico Presencial, nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência.

Capanema, 20 de novembro de 2020

Jeandra Wilmsen
Setor de Licitações

Tramitação do Processo

Processo: **3267/2020** Data: **20/11/2020 10:41** Situação: **Encaminhado**

Requerente: **LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA -**

Documento: **12.622.708/0001-63** 000297

Contato: **LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME**

Assunto: **SOLICITAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÃO - Versão: 4**

Descrição: REF ADITIVO DE PREÇO

Ocorrência: 4 | Data: 04/12/2020 11:11:00 | Previsão: 25/12/2020

De: ROMANTI EZER BARBOSA | Para: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Etapa: LICITAÇÃO | Confirmação: não

Descrição:

Senhora Pregoeira,

Preliminarmente, solicito seja instada a Secretaria Municipal de Administração para que manifeste interesse na prorrogação contratual requerida pela empresa Contratada, na forma apresentada no Protocolo nº 3.267/2020.

Com a manifestação, retorne o PA à PGM para análise conclusiva.

Atenciosamente.

Romanti Barbosa
Procurador Jurídico

Ocorrência: 3 | Data: 20/11/2020 10:48:00 | Previsão: 03/12/2020

De: JEANDRA WILMSEN | Para: ROMANTI EZER BARBOSA

Etapa: PROCURADORIA | Confirmação: não

Descrição: Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência.

Ocorrência: 2 | Data: 20/11/2020 10:41:00 | Previsão: 11/12/2020

De: SIMONE MARIA STACH | Para: JEANDRA WILMSEN

Etapa: LICITAÇÃO | Confirmação: não

Descrição: REF ADITIVO DE PREÇO

Ocorrência: 1 | Data: 20/11/2020 10:41:17 | Previsão: 11/12/2020

De: SIMONE MARIA STACH | Para: EDINA LUCIANE ESCHER SOTT

Etapa: ETAPA INICIAL | Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo.

Município de Capanema - PR

Ofício nº 381/2020

Capanema,08 de dezembro de 2020.

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL 53/2017
ADITIVO DE PRAZO

Sra. Pregoeira,

O contrato 207/2017 e termo de aditivo referente ao Pregão 53/2017 da empresa **L P Serviços de Integração de Estágios Ltda – ANIE,** tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SIPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR, tem prazo de validade até 31/12/2020.

Considerando a prévia manifestação da contratada na continuação dos serviços e considerando que há interesse da administração em manter a mesma fornecedora visto que existem termos de compromisso de estágio ativos, minimizaria custos e treinamentos com os operadores pois nossos servidores já estão familiarizados com a dinâmica de trabalho, bem como evitaria transtornos ao RH e desencontros com folha de pagamento dos atuais estagiários.

Solicitamos a Vossa Senhoria, para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada, que autorize o aditivo de prazo contratual em 12 (doze) meses.

Atenciosamente,

Andréa Marize W. Paeze
Secretaria Municipal de Administração

Data:
Processo: 3440/2020
08/12/2020 Hora: 02:49
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Req uerente:
ANDREA MARIZE WESCHENFELDER P

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial, nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Após receber a solicitação da Secretária da Pasta encaminho esse PA para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência e valor.

Capanema, 08 de dezembro de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações

Município de Capanema - PR

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº 440/2020 pelo aditivo de Prazo de Vigência, Execução e Valor.

Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, 10 de dezembro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Município de Capanema - PR

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	440	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2020	1160	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2020	1170	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, 10 de dezembro de 2020

Cleomar Walter
Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2
CPF 723.903.959-53

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/12/2020 a 06/01/2021

Certificação Número: 2020120803443177797027

Informação obtida em 10/12/2020 13:24:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023143347-78

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/04/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (10/12/2020 13:20:57)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 115618/2020

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**1773208**
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**12.622.708/0001-63**
Endereço:	**RUA PARANA, 2865**
Complemento:	**TERREO SALA 01**
Bairro:	**CENTRO** **CEP: 85.810-010**
Cidade:	**Cascavel - PR**

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 10 de dezembro de 2020.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-ZTHYTBLGLJYVHD-6

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:43:20 do dia 09/12/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/06/2021.
Código de controle da certidão: **42FA.49B7.3D10.F2C1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Município de Capanema - PR

Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO Nº 440/2020

INTERESSADO: Setor de Licitações.
ASSUNTO: Análise ao Pedido de Aditivo de Prazo e Valor. Contrato nº 207/2017. Pregão Presencial nº 53/2017.

EMENTA: ADITIVO DE PRAZO E VALOR. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE REALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PELA EMPRESA CONTRATADA. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PRETENSÃO DE ADITIVO EM 12 MESES. SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA. DEMONSTRADA A VANTAJOSIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

O Setor de Licitações encaminha para análise dessa Procuradoria Jurídica ao presente PA, contendo o Protocolo nº 3.267/2020, acostado à fl. 294, apresentado pela empresa contratada, na qual pugna pelo interesse em prorrogar contrato em 12 meses.

Instada, a Secretaria Municipal de Administração, através do Protocolo nº 3.440/2020, manifestou interesse na prorrogação da vigência, execução e o valor do contrato nº 207/2017, mantendo a continuidade do serviço pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de vencimento.

Por força do despacho de fl. 299, o PA foi encaminhado a Procuradoria. É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos objetos do aditivo de prazo e valor pretendido pela Administração Municipal não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição ou na justificativa.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Do Aditivo de Prazo e de Valor:

A Lei nº 8.666/1993 admite a prorrogação de contratos, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

> **Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
> (...)
> II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
> (...)
> § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (destaquei)

Analisando o Contrato Administrativo nº 207/2017, acostado as fls. 227/234, nota-se que a empresa LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda. - ME foi contratada através do presente certame licitatório para prestação de serviços de agente integrador de estágios a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no Município de Capanema/Pr, pelo prazo de 12 meses, tendo como preço, a taxa de administração no valor de 8% sobre o valor dos contratos de estágio.

Consoante se verifica da Cláusula Sétima do referido Contrato, prazo inicial de vigência era de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 28/07/2017. Portanto, a vigência inicial do contrato compreendia o período de 28/07/2017 a 27/07/2019. Por força do 1º e 2º termo aditivo a vigência e execução contratual foi elastecida até 31/12/2020.

Analisando os Protocolos nº 3.267/2020 e 3.440/2020, observa-se que além de se tratar de serviço de natureza continuada, há interesse na continuidade da prestação de serviços pela empresa contratada, bem como há satisfação dos usuários pelos serviços prestados.

Não obstante, considerando as razões expostas pela Secretaria Municipal de Administração colhe-se a vantajosidade ao Poder Público em realizar aditivo de prazo para vigência e execução.

A prorrogação do contrato administrativo nos serviços de natureza contínua encontra respaldo legal no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

A nosso ver, a dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada, e, pelo que consta do PA, não traz quaisquer outros ônus à Administração Pública, além dos originariamente previstos. Não obstante, tem-se que a prorrogação contratual decorre da contínua necessidade dos serviços, situação autorizada pelo fundamento legal supracitado.

Outrossim, convém ponderar que nos casos de prorrogação contratual, o valor inicial deve ser reajustado pelo indexador eleito no contrato, que é o INPC, conforme consta da Cláusula 11.2 do Contrato Administrativo em análise.

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos contraentes.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública,** decorrentes de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou outros tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tomar mais efetivos os princípio constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta pela **possibilidade** da celebração do termo aditivo pelo prazo de 12 (doze) meses, **desde que sejam providenciados:**

a) o encaminhamento a Procuradoria da minuta de aditivo de prazo e valor, para aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

b) seja aplicado indexador previsto na Cláusula 11.2 do Contrato Administrativo 207/2017 para reajuste do valor contratado originalmente;

c) Juntada aos autos de toda a documentação de regularidade fiscal prevista no art. 29 da Lei 8.666/93, de modo a comprovar que a contratada ainda satisfaz os requisitos de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados na sessão pública esteja espirada;

d) Juntada das declarações do art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) A publicação do extrato do termo aditivo em análise na imprensa oficial (art. 61, parágrafo único, Lei 8666), com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em razão do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos.

É o parecer.

Capanema, de 10 de dezembro de 2020.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

minuta
3.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 440/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **12(Doze) meses** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado o valor em R$ 479.345,81 (Quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta cinco reais e oitenta e um centavos) esse valor refere-se a 34 contratações.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 11 de dezembro de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

APROVAÇAO DE MINUTA DE ADITIVO

(X)Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

( )Não Aprovo a presente minuta de aditivo na forma que se encontra redigida.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: sexta-feira, 11 de dezembro de 2020 11:20
Para: 'coordenacao@anie.com.br'
Assunto: ADITIVO DO CONTRATO 53/2017- CAPANEMA PR
Anexos: 3º aditivo ao contrato 53.pdf

BOM DIA
SEGUE EM ANEXO CÓPIA DO 3º ADITIVO PARA VOSSO CONHECIMENTO.
A VIA ORIGINAL SEGUE VIA CORREIO COM A ASSINATURA DO PREFEITO.

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

3.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 440/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais **12(Doze) meses** a partir da data de término do contrato, fica também aditivado o valor em R$ 479.345,81 (Quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta cinco reais e oitenta e um centavos) esse valor refere-se a 34 contratações.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 11 de dezembro de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

EXPEDIENTE

OORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer
Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz
Secretária da Familia e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti
Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso
Secretário de Saúde: Jonas Welter
Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber
Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329
Fax: (46) 3552-3217
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente
Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Airton Marcelo Barth
Vereador: Gilmar Pontin
Vereador: Ginésio J. Pinheiro
Vereador: Paulo C. Lothermann
Vereadora: Izolete Ap. Walker

ATOS LICITATÓRIOS

3.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 440/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 para mais 12(Doze) meses a partir da data de término do contrato, fica também aditivado o valor em R$ 479.345,81 (Quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta cinco reais e oitenta e um centavos) esse valor refere-se a 34 contratações.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 11 de dezembro de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2020, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa CAW SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CAW SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a ESTV CHACARA PEDREIRA, KM 48 - CEP: 85750000 - BAIRRO: PRÓXIMO A CIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.726.528/0001-01, neste ato por seu representante legal, SILVIA LETICIA STEFFENS DA ROSA, CPF:836.693.539-68 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Tomada de Preços nº 20/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 06/02/2020, objeto do Edital de licitação, Modalidade Tomada de Preços nº 20/2020, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA CARIRIS, COM ÁREA DE 2.438,02M², EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 867404/2018/MDR/CAIXA., em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 04/12/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 39/2020 até a data de

000315

Correios **SIGEP** AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA ACESSO 17 DEZ 2020 PR

DESTINATÁRIO:
LP SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA ME
Rua Paraná, 2865
TERREO SALA 01 Centro
85810010 Cascavel-PR

BO882352873BR

REMETENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PR
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080
PRÉDIO CENTRO
85760000 Capanema-PR

OBSERVAÇÃO 3 AD CONT 207/2017 PP 53/2017

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1º 24/12/20 10:13 h
2º __/__/__ __:__ h
3º __/__/__ __:__ h

ME 11 JAN 2021 CDD CASCAVEL

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:
1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD CASCAVEL 29. 12. 2020 SE/PR

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Ilegível 25640069

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Bruna Bridi

DATA DE ENTREGA
29/12/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
BRUNA OLIVEIRA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Município de Capanema - PR

NOTIFICAÇÃO

A Senhora
Luciana Zanon
Secretária Municipal de Administração

Notifico a Sra. Luciana Zanon, Secretária Municipal de Administração do vencimento de alguns Contratos/Atas no mês de ***DEZEMBRO DE 2021 e JANEIRO DE 2022*** conforme relação em anexo:

Solicito que nos encaminhe com antecedência as licitações que precisam ser feitas novamente, e também as solicitações de aditivo nos contratos que podem ser aditivados.

Segue abaixo a lista de Licitações que irão vencer, as demais informações como objeto do Licitação.

DEZEMBRO

NÚMERO/ANO /MODALIDADE	OBJETO	VENCIMENTO
DISPENSA nº 58/2020	AQUISIÇÃODE UNIFORMES/FARDAMENTO PARA AGENTES DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR	01/12/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO NO QUE TANGE A RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DECORRENTES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS REFERENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS PREVIDENCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, NOS TERMOS DA LEI Nº 13.485, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017	12/12/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2017	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR	30/12/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL TAIS COMO DECRETOS, PORTARIAS, LEIS, RESUMOS DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, EDITAIS, LEILÕES, TERMOS DE	30/12/2021

	INEXIGIBILIDADE E DE DISPENSA DE LICITAÇÕES, RESUMO DE ATAS, ATOS, RESOLUÇÕES, RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E RESUMIDO DE EXECUÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR	
DISPENSA Nº 45/2021	CONTRATAÇÃO DE SISTEMA ESTRUTURANTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SOFTWARE) PARA ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E O SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS CONTÁBIL E FINANCEIRA. EQUIPLANO	31/12/2021

JANEIRO DE 2022

NÚMERO/ANO /MODALIDADE	OBJETO	VENCIMENTO
DISPENSA Nº 61/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E AQUISIÇÃO DE CADEIRAS EXECUTIVAS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR	10/01/2022
DISPENSA Nº 02/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONCURSO PÚBLICO.	21/01/2022
DISPENSA Nº 02/2021	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL, CONTEMPLANDO CERTIFICADO DIGITAL PADRÃO SSL-EV PARA SERVIDOR DE PÁGINA DE INTERNET, SERVIDOR DE E-MAIL E PORTAL DA TRANSPARENCIA	25/01/2022
DISPENSA Nº 04/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO E IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU PARA DISTRIBUIÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR	27/01/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO PÓR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO	29/01/2022

	DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR	
INEXIGIBILIDADE nº 03/2022	'LOCAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA " SISTEMA AUDATEX" COM TREINAMENTO..	31/01/2022

Lembrando que os que são Processados pelo Sistema Registro de Preços não podem ser aditivados, deverão ser feitas licitações novas.

Capanema, 04 de novembro de 2021

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/ Membro da Comissão Permanente de
Abertura e Julgamento de Licitações

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	sexta-feira, 5 de novembro de 2021 09:43
Para:	'adm@capanema.pr.gov.br'
Assunto:	CONTRATOS QUE VENCERÃO EM DEZEMBRO E JANEIRO
Anexos:	NOTIFICAÇÃO LUCIANA.pdf

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

000320

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: sexta-feira, 5 de novembro de 2021 09:43
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Return receipt
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00030.txt

The original message was received at Fri, 5 Nov 2021 09:43:22 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <adm@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox)

----- Transcript of session follows ----- <adm@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered

000321

Ofício nº 456/2021

Capanema, 08 de novembro de 2021.

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL 53/2017
ADITIVO DE PRAZO

Sra. Pregoeira,

O contrato 207/2017 e termo de aditivo referente ao Pregão 53/2017 da empresa **L P Serviços de Integração de Estágios Ltda – ANIE,** tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SIPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR, tem prazo de validade até 30/12/2021.

Considerando a prévia manifestação da contratada na continuação dos serviços e considerando que há interesse da administração em manter a mesma fornecedora visto que existem termos de compromisso de estágio ativos, minimizaria custos e treinamentos com os operadores pois nossos servidores já estão familiarizados com a dinâmica de trabalho, bem como evitaria transtornos ao RH e desencontros com folha de pagamento dos atuais estagiários.

Solicitamos a Vossa Senhoria, para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada, que autorize o aditivo de prazo contratual em 06 (seis) meses.

Atenciosamente,

LUCIANA ZANON:01607077906
Assinado de forma digital por LUCIANA ZANON:01607077906
Dados: 2021.11.08 18:13:28 -03'00'

Luciana Zanon
Secretaria de Administração

000322

DESPACHO

Com relação ao Pregão Eletrônico Presencial, nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito de aditivo de prazo contratual.

Capanema, 17 de novembro de 2021

Amanda Machado
Amanda Machado
Setor de Licitações

000323

Senhora Progesa,

Em atenção ao ofício nº 456/2021, a PGM não se opõe a redação do pretendido aditivo de prazo, no contrato administrativo nº 207/2017, por 06 (seis) meses.

É o parecer.

Capanema, 03/12/2021.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, Contrato Administrativo nº 207/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato a Manifestação Jurídica datada de 03/12/2021 pelo aditivo de mais 6 meses.

Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, 07 de dezembro de 2021

Américo Bellé
Prefeito Municipal

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, Contrato Administrativo nº 207/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	440	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2021	1240	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2021	1250	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, 07 de dezembro de 2021

Cleomar Walter
Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2
CPF 723.903.959-53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

000326

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 174385/2021

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**1773208**		
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**		
CNPJ/CPF:	**12.622.708/0001-63**		
Endereço:	**RUA PARANA, 2865**		
Complemento:	**TERREO SALA 01**		
Bairro:	**CENTRO**	**CEP:** 85.810-010	
Cidade:	**Cascavel - PR**		

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 6 de dezembro de 2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-RVMOPVDHWTDOGI-2

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000327

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025613374-00

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/04/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (06/12/2021 09:06:03)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:28:44 do dia 26/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/05/2022.
Código de controle da certidão: **74C3.3D28.88B4.4F66**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000329

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/11/2021 a 28/12/2021

Certificação Número: 2021112901275883673409

Informação obtida em 06/12/2021 09:07:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.622.708/0001-63
Certidão nº: 55963744/2021
Expedição: 06/12/2021, às 09:08:39
Validade: 03/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.622.708/0001-63, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PODER 360 Diretor Fernando Rodrigues

(https://www.poder360.com.br)

(/ gin)

A00331

Salário mínimo em 2022 pode subir para R$ 1.210 com alta da inflação

Governo revisou para cima projeção do INPC, utilizado para reajustar o salário mínimo

Compartilhe



Atualmente, salário mínimo é de R$ 1.100

DOUGLAS RODRIGUES (HTTPS://WWW.PODER360.COM.BR/AUTHOR/DOUGLAS-RODRIGUES/)
17.nov.2021 (quarta-feira) - 12h26

O salário mínimo deve ser de R$ 1.210 em 2022, se confirmada a projeção do governo do presidente Jair Bolsonaro para a inflação deste ano. Atualmente, o mínimo está em R$ 1.100.

A diferença de R$ 110 é porque o Ministério da Economia calcula que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) encerre o ano em 10,04%.

> O INPC é a base da correção anual do salário mínimo. Mas o valor do indicador ainda pode mudar até o fim do ano caso as projeções não se confirmem.

Concordo com os termos da LGPD

A projeção foi apresentada nesta 4ª feira (17.nov.2021) pela Secretaria de Política Econômica em entrevista a jornalistas. Eis a integra (https://static.poder360.com.br/2021/11/Boletim-Macrofiscal-Novembro-2021.pdf) da apresentação (1 MB).

estimativas do Boletim Macro
em novembro de 2021

projeções	2021	2022
PIB real (%)	5,1	2,1
PIB nominal (R$ bilhões)	8.665,7	9.539,0
IPCA acumulado (%)	9,7	4,7
INPC acumulado (%)	10,0	4,2
IGP-DI acumulado (%)	18,6	5,4

fonte: Secretaria de Política Econômica

PODER 360

O Poder360 integra o (https://thetrustproject.org/)

Saiba mais (https://www.poder360.com.br/somos/)

Autores

DOUGLAS RODRIGUES (HTTPS://WWW.PODER360.COM.BR/AUTHOR/DOUGLAS-RODRIGUES/)

REPÓRTER (https://twitter.com/douglaas_rg)

Gostou? Envie seu comentário.

Apontar erros neste texto

economia (https://www.poder360.com.br/tag/economia/)

governo Bolsonaro (https://www.poder360.com.br/tag/governo-bolsonaro/)

inflação (https://www.poder360.com.br/tag/inflacao/)

INPC (https://www.poder360.com.br/tag/inpc/)

IPCA (https://www.poder360.com.br/tag/ipca/)

salário mínimo (https://www.poder360.com.br/tag/salario-minimo/)

secretaria de Política Econômica (https://www.poder360.com.br/tag/secretaria-de-politica-economica/)

A00333

Recomendadas

Petrobras vende 3 usinas termelétricas localizadas na Bahia (https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-vende-3-usinas-termeletricas-localizadas-na-bahia/)

PEC dos Precatórios: promulgação pode levar 45 dias para entrar em vigor (https://www.poder360.com.br/congresso/pec-dos-precatorios-promulgacao-pode-levar-45-dias-para-entrar-em-vigor/)

Logística deve ter R$ 124,3 bilhões de investimento privado até 2026 (https://www.poder360.com.br/economia/logistica-deve-ter-r-1243-bilhoes-de-investimento-privado-ate-2026/)

Guedes é um desastre e virou "frentista do corporativismo", diz Felipe d'Avila (https://www.poder360.com.br/eleicoes/guedes-e-um-desastre-e-virou-frentista-do-corporativismo-diz-felipe-davila/)

Bolsonaro retira Casa da Moeda de programa de privatização (https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-retira-casa-da-moeda-de-programa-de-privatizacao/)

Mais populares em Economia (https://www.poder360.com.br/economia/)

(https://www.poder360.com.br/governo anunciara-reducao-no-preco-do-combustivel-diz-bolsonaro/)

Petrobras anunciará redução no preço do combustível, diz Bolsonaro

(https://www.poder360.com.br/economia brasil-de-r-400-deve-comecar-a-ser-pago-em-10-de-dezembro/)

Auxílio Brasil de R$ 400 deve começar a ser pago em 10 de dezembro

(https://www.poder360.com.br/economia abre-processo-contra-petrobras-apos-bolsonaro-falar-em-queda-de-precos/)

CVM abre processo contra Petrobras após Bolsonaro falar em queda de preços

O Poder360 utiliza cookies para garantir a melhor experiência a seus usuários.

Estou ciente Saiba mais (https://www.poder360.com.br/politica-de-privacidade/)

000334

VOLTAR AO TOPO

Leia todas as notícias do Poder360 (https://www.poder360.com.br/todas-noticias/)

PODER 360
editado por Fernando Rodrigues
(https://www.poder360.com.br)

Compartilhe o Poder360

(https://www.linkedin.com/company/poder360)

Coronavírus (https://www.poder360.com.br/coronavirus/)

Congresso (https://www.poder360.com.br/congresso/)

Economia (https://www.poder360.com.br/economia/)

Governo (https://www.poder360.com.br/governo/)

Justiça (https://www.poder360.com.br/justica/)

PoderEleitoral (https://www.poder360.com.br/poder-eleitoral/)

Eleições (https://www.poder360.com.br/eleicoes/)

Pesquisas (https://www.poder360.com.br/pesquisas/)

Agregador de Pesquisas (https://www.poder360.com.br/pesquisas-de-opiniao/)

Políticos do Brasil (https://www.poder360.com.br/politicos-do-brasil/)

Poder em Foco (https://www.poder360.com.br/poder-em-foco/)

Análise (https://www.poder360.com.br/analise/)

Opinião (https://www.poder360.com.br/opiniao/)

Futuro Indicativo (https://www.poder360.com.br/futuro-indicativo/)

Boletins de Humanas (https://www.poder360.com.br/tag/boletins-de-humanas/)

Conteúdo Patrocinado (https://www.poder360.com.br/conteudo-patrocinado/)

O custo do contrabando (https://www.poder360.com.br/o-custo-do-contrabando/)

Internacional (https://www.poder360.com.br/internacional/)

Mídia (https://www.poder360.com.br/midia/)

Tecnologia (https://www.poder360.com.br/tecnologia/)

Nieman (https://www.poder360.com.br/nieman/)

Infográficos (https://www.poder360.com.br/infograficos/)

PoderData (https://www.poder360.com.br/poderdata/)

Seminários (https://eventos.poder360.com.br/)

Quem somos (https://www.poder360.com.br/quem-somos/)

Equipe (https://www.poder360.com.br/equipe/)

Articulistas (https://www.poder360.com.br/articulistas/)

Drive (https://www.poder360.com.br/drive-premium/)

PoderIdeias (https://www.poder360.com.br/poderideias/)

PoderData (https://www.poder360.com.br/poderdata-institucional/)

Poder Conteúdo Patrocinado (https://www.poder360.com.br/conteudo-patrocinado/)

Trabalhe no Poder360 (https://www.poder360.com.br/trabalhe-no-poder360/)

Contato (https://www.poder360.com.br/contato/)

Princípios Editoriais (https://www.poder360.com.br/editorial/)

Código de Conduta (https://www.poder360.com.br/

Política de Compliance (https://www.poder360.com.br/

Política de Privacidade (https://www.poder360.com.br/de-privacidade/)

Termos de uso (https://www.poder360.com.br/de-uso/)

Reprodução de material (https://www.poder360.com.br/de-material/)

(https://www.poder360.com.br/

Arquivo Blog Fernando Rodrigues ↗ (http://fernandorodrigues

Poder360 Ideias Jornalismo e Comunicação Ltda - CNPJ: 26.744.737/0001-02

O Poder360 utiliza cookies para garantir a melhor experiência à seus usuários.

Entendi e aceito Saber mais (https://www.poder360.com.br/politica-de-privacidade/)

2021 © Todos os direitos Poder360.

000335

(http://www.elav.com.br/?source=poder360)

CÁLCULO:

1.210,00(SALÁRIO) X 120 ESTAGIÁRIOS= 145.200,00 MENSAL

145.200,00 X 6= 871.200,00

871.200,00 X 8%= 69.696,00

871.200,00 + 69.696,00= **940.896,00**

000339

A00337

MINUTA
4.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/20170, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 03/12/2021, fica aditivado a vigência do Contrato nº 207/2017 até **28/06/2022** e também aditivado seu valor em **R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais)** conforme abaixo:

Item	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade aditivada	Nº de Estagiários	Projeção do Salário Mínimo 2022	Taxa de Administração ANIE
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	Mês	6 meses	120	1.210,00	8%

Valor Total do Aditivo: R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: Caso o Salário Mínimo tenha alteração para maior ou menor, será feito um aditivo para correção conforme o caso.

CLAUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 07 de dezembro de 2021

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

00339

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: terça-feira, 7 de dezembro de 2021 09:24
Para: 'coordenacao@anie.com.br'
Assunto: 4º aditivo para assinatura
Anexos: 4º ADITIVO.pdf

BOM DIA
ESTAMOS ENCAMINHANDO O ADITIVO PARA ASSINATURA,
CASO VOCÊ TENHA ASSINATURA DIGITAL É SÓ ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER VIA E-MAIL.
SE VOCÊS NÃO TIVEREM ASSINATURA DIGITAL TERÃO QUEM IMPRIMIR EM DUAS VIAS O CONTRATO
ASSINAR E NOS DEVOLVER NO ENDEREÇO ABAIXO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
A/C SETOR DE LICITAÇÕES
AV. GOV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1.080
CAPANEMA PR- CEP 85760-000

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

00340

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: terça-feira, 7 de dezembro de 2021 09:25
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Return receipt
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00017.txt

The original message was received at Tue, 7 Dec 2021 09:24:16 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <coordenacao@anie.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <coordenacao@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications

000341

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 01**

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Marechal Deodoro nº 3025 apartamento 405, Bairro Centro, CEP 85810-200, nascido em 02/08/1965, natural de Santa Maria-RS, portador do RG nº 1033510189 expedida pela Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania – Instituto de Identificação do Estado do Rio Grande do Sul em 15/09/1994 e CPF nº 474.353.720-72 e **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Prestes Maia nº 188, Bairro São Cristóvão, CEP 85816-120, nascido em 08/05/1981, natural de Cascavel-PR, portador do RG nº 5.846.070-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná em 07/08/2000 e CPF nº 027.484.009-09, **MARIA IZABEL PAGNONCELLI RODRIGUES**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de Mafra, Estado de Santa Catarina, à Rua Tenente Ary Rauen nº 1405, apartamento 24, Bairro Alto de Mafra, CEP 89300-000, nascida em 03/08/1977, natural de Pato Branco-Pr, portadora do RG nº 7.013.318-0 expedido pela SESP-PR em 19/12/2017 e CPF nº 019.517.759-29 e **BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Caioba nº 99, Bairro Periolo, CEP 85817-060, nascida em 17/04/1992, natural de Braganey-PR, portadora do RG nº 10.993.816-5 expedido pela SESP-PR em 01/11/2006 e CPF nº 074.667.789-84, sócios componentes da sociedade limitada com o nome empresarial de **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA,** com sede e foro na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Paraná, nº 2865 – Térreo, Sala 01, Centro, CEP 85.810-010 com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41206885532, por despacho em sessão de 01 de outubro de 2010 e CNPJ Nº 12.622.708/0001-63, **RESOLVEM** por este instrumento particular modificar seu contrato social primitivo pelas clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade neste ato o sócio **JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL,** que possui na sociedade o capital social na importância de 4.000 (quatro mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo que vende e transfere neste ato sem ágio e pelo valor original a sócia **BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA,** a quantia de 3.000 (tres mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 3.000,00 (tres mil reais), sendo que esta possui na

000342

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 02**

sociedade a quantia de 3.800 (três mil e oitocentas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), aumentando assim seu capital social para a quantia de 6.800 (seis mil e oitocentas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), também o sócio retirante **JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL,** vende e transfere neste ato sem ágio e pelo valor original ao sócio **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI,** o restante de suas quotas na quantia de 1.000 (mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), sendo que este possui na sociedade a quantia de 6.200 (seis mil e duzentas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), aumentando assim seu capital social para a quantia de 7.200 (sete mil e duzentas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, totalizando a quantia de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

PARAGRAFO ÚNICO: O sócio retirante Sr **JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL,** que ora vende e transfere a totalidade de suas quotas aos sócios **BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA e ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI**, da por este instrumento, plena, geral e irrevogável quitação, quer aos sócios e ou a sociedade referente a totalidade das suas quotas transferidas neste ato.

CLAUSULA SEGUNDA: De conformidade com a clausula anterior o capital social totalmente integralizado na importância supra de R$20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R$1,00 (um real) cada, integralizados na forma do artigo 1.081 e parágrafos do código civil, está assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI	**7.200**	**R$ 7.200,00**
MARIA IZABEL PAGNONCELLI RODRIGUES	**6.000**	**R$ 6.000,00**
BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA	**6.800**	**R$ 6.800,00**
T O T A I S	**20.000**	**R$20.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **(art. 1.052 CC/2002).**

CLAUSULA QUARTA: A administração da sociedade caberá aos sócios **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI e BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA,** aos quais competem o uso da firma individualmente e a representação do ativo e passivo, judicial e extra-judicial da sociedade, com os poderes e atribuições de

000343

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 03**

administradores, sendo-lhes entretanto vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto ou interesse social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios. **(artigos 997, VI, 1.013, 1.015 e 1.064 CC/2002).**

CLÁUSULA QUINTA: Os administradores declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**Art. 1.011, inciso 1º, CC/2002)**

CLÁUSULA SEXTA: Fica alterado a partir desta data o objeto social da empresa para o ramo de Prestação de serviços de integração de estágios (empresa-escola) através de cadastro, seleção e encaminhamento de estagiários ou não estagiários para o mercado de trabalho em todo o território nacional, prestação de serviços de intermediação e agenciamentos de serviços e negócios, exceto imobiliários, serviços de escritório combinado e de apoio administrativo e serviços de conteúdo e informações na internet.

CLÁUSULA SETIMA: A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/2002, os sócios **RESOLVEM,** por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado as disposições da referida Lei nº 10.406/2002, aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
CONSOLIDAÇÃO CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532– 01/10/2010

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Prestes Maia nº 188, Bairro São Cristóvão, CEP 85816-120, nascido em 08/05/1981, natural de Cascavel-PR, portador do RG nº 5.846.070-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Estado do Paraná em 07/08/2000 e CPF nº 027.484.009-09, **MARIA IZABEL PAGNONCELLI RODRIGUES**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de

000341

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **Fl 04**

Mafra, Estado de Santa Catarina, à Rua Tenente Ary Rauen nº 1405, apartamento 24, Bairro Alto de Mafra, CEP 89300-000, nascida em 03/08/1977, natural de Pato Branco-Pr, portadora do RG nº 7.013.318-0 expedido pela SESP-PR em 19/12/2017 e CPF nº 019.517.759-29 e **BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Caioba nº 99, Bairro Periolo, CEP 85817-060, nascida em 17/04/1992, natural de Braganey-PR, portadora do RG nº 10.993.816-5 expedido pela SESP-PR em 01/11/2006 e CPF nº 074.667.789-84 sócios componentes da sociedade limitada com o nome empresarial de **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA,** com sede e foro na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Paraná, nº 2865 – Térreo, Sala 01, Centro, CEP 85.810-010 com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41206885532, por despacho em sessão de 01 de outubro de 2010 e CNPJ Nº 12.622.708/0001-63, **RESOLVEM** consolidar:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de: **LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**, com sede e foro à Rua Paraná, nº 2865 – Térreo, Sala 01, Centro, CEP 85.810-010, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná.**(art. 997, II, CC/2002).**

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de: Prestação de serviços de integração de estágios (empresa-escola) através de cadastro, seleção e encaminhamento de estagiários ou não estagiários para o mercado de trabalho em todo o território nacional, prestação de serviços de intermediação e agenciamentos de serviços e negócios, exceto imobiliários, serviços de escritório combinado e de apoio administrativo e serviços de conteúdo e informações na internet.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades à partir de 04 de outubro de 2010.

CLAUSULA QUARTA: O capital social totalmente integralizado na importância supra de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R$1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI	7.200	R$ 7.200,00
MARIA IZABEL PAGNONCELLI RODRIGUES	6.000	R$ 6.000,00
BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA	6.800	R$ 6.800,00
TOTAIS	20.000	R$20.000,00

A00345

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 05**

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é solidária e limitada a importância total do capital social integralizado, nos termos do art. 1.052 CC/2002.

PARAGRAFO PRIMEIRO – sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas, vendidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios a quem ficam assegurados, em igualdade de condições, preço, direito e preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SETIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar por escrito os sócios remanescentes discriminando o preço, prazo e forma de pagamento para que estas exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverá ser feito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem este direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirir mediante rateio, as quotas disponíveis. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá aos sócios **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI e BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA,** aos quais competem o uso da firma individualmente e a representação do ativo e passivo, judicial e extra-judicial da sociedade, com os poderes e atribuições de administradores, sendo-lhes entretanto vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto ou interesse social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios. **(artigos 997, VI, 1.013, 1.015 e 1.064 CC/2002).**

PARAGRAFO PRIMEIRO – Faculta-se aos administradores, nos limites de seus poderes, constituírem procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandado judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

PARAGRAFO SEGUNDO – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, ou seja, a

000346

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 06**

designação deles dependera de aprovação por unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização. A investidura de administrador não sócio designado em ato separado deverá obedecer as formalidades da legislação vigente.

PARAGRAFO TERCEIRO – O uso da denominação social é privativo dos administradores, os quais respondem solidaria e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato ou determinações da Lei.

CLÁUSULA NONA: Os administradores declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**Art. 1.011, inciso 1º, CC/2002)**

CLÁUSULA DÉCIMA: A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Na hipótese da clausula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes estes deverão levantar balanço especifico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancaria aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos artigos 1027, 1028 e 1032 da Lei nº 10.406/2002.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Será excluída da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for decretada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observando o comando legal do artigo 1.030 da Lei 10.406 de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Ressalvado o disposto no artigo 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração de contrato social.

000347

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 07**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocados para este fim. O acusado deverá estar ciente em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado em balanço levantado especialmente para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao termino de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sociedade deliberará em reunião de sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "pro-labore".

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de remuneração "Pro-labore," observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: Os sócios declaram para todos os efeitos legais que não estão impedidos, nos termos da Lei e da cláusula nona deste contrato, de exercerem a atividade que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: Os sócios declaram sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na condição de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/2006.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente contrato serão dirimidos pelas Leis e regulamentos pertinentes, ficando

A00348

LP – SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA
NONA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ – 12.622.708/0001-63
NIRE 41206885532 – 01/10/2010 **FI 08**

eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem assim justos, certos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento somente em uma via, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel (Pr), 10 de setembro de 2.021

João Batista Rodrigues Leal

Alexandre Zornitta Rossi

Maria Izabel Pagnoncelli Rodrigues

Bruna Crislaine de Oliveira

A00349

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01951775929	MARIA IZABEL PAGNONCELLI RODRIGUES
02748400909	ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
07466778984	BRUNA CRISLAINE DE OLIVEIRA
47435372072	JOAO BATISTA RODRIGUES LEAL

JUCEPAR

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/09/2021 11:29 SOB Nº 20216162203.
PROTOCOLO: 216162203 DE 13/09/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12106739997. CNPJ DA SEDE: 12622708000163.
NIRE: 41206885532. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/09/2021.
LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇAO PENITENCIARIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.846.070-2



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **5.846.070-2** DATA DE EXPEDIÇÃO: 11/01/2018

NOME: **ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI**

FILIAÇÃO: IVO PEDRO ROSSI
LUCIA ZORNITTA ROSSI

NATURALIDADE: CASCAVEL/PR DATA DE NASCIMENTO: 08/05/1981

DOC. ORIGEM: COMARCA=CASCAVEL/PR, DA SEDE
C.NASC=29032, LIVRO=101A, FOLHA=514

CPF: 027.484.009-09

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0003350

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Alex Rossi Rossi <alexrossicvel@hotmail.com>
Enviado em: terça-feira, 7 de dezembro de 2021 10:49
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: 4° ADITIVO - ESTAGIÁRIOS
Anexos: Contrato Social - 9° alteração - LP Serviços de Intergação de Estágio.pdf; RG - Alexandre.jpg

Bom dia Roselia.

Favor alterar o nome do Representante Legal do termo aditivo, visto que o sr. Joao batista nao faz mais parte do quadro societário.

segue em anexo contrato social atualizado.

favor colocar meu nome: ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF: 027.484.009-09

Alex Rossi
Skype/E-mail: alexrossicvel@hotmail.com
45 3039-3491 - 9 9974-7794
Cascavel - Paraná

Esse e o correto

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br <roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 7 de dezembro de 2021 09:29
Para: 'coordenacao@anie.com.br' <coordenacao@anie.com.br>
Assunto: RES: 4º aditivo para assinatura

DESCONSIDERE ESTÁ ERRADO JÁ ENVIO O CORRETO

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br <roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 7 de dezembro de 2021 09:24

00352

01	12	LARANJA PERA DE PRIMEIRA QUALIDADE, OU SEJA, FRESCA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, NÃO DEVE CEDER À PRESSÃO COM OS DEDOS, GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO (NÃO DEVE ESTAR VERDE), SABOR ADOCICADO. TAMANHO MÉDIO. ENTREGA DEVERÁ SER FEITA EM CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS LIMPAS.	KG	10.000	2,49	7.182	2,86	17.657,31
01	13	MAÇÃ FUJI, FRUTA IN NATURA, ESPÉCIE VERMELHA. TAMANHO MÉDIO, PRIMEIRA LINHA, NACIONAL, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO OU EM CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS LIMPAS.	KG	10.000	3,20	6.740	4,75	10.447,00
02	28	ÓLEO DE SOJA REFINADO, TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE E NÃO VIOLADA, CONTENDO OS DADOS DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE DE SOJA LIVRE DE TRANSGÊNICO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 8 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. FORNECIMENTO: FRASCOS DE 900ML.	UN	3000	7,59	2.468	8,37	1.925,04

Valor total do Aditivo: R$ 15.745,48 (Quinze mil, setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, 07 de dezembro de 2021

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

ELCIO MAFIOLETTI
Representante Legal
ELCIO MAFIOLETTI
Detentora da Ata/Contratado

4.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/20170, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 03/12/2021, fica aditivado a vigência do Contrato nº 207/2017 até 28/06/2022 e também aditivado seu valor em R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais) conforme abaixo:

Item	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade aditivada	Nº de Estagiários	Projeção do Salário Mínimo 2022	Taxa de Administração ANTE
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	Mês	6 meses	120	1.210,00	8%

Valor Total do Aditivo: R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: Caso o Salário Mínimo tenha alteração para maior ou menor, será feito um aditivo para correção conforme o caso.

CLAUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 07 de dezembro de 2021

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

OUTRAS PUBLICAÇÕES

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, o Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta notificar o recebimento dos Recursos Federais, conforme segue:

RECEITA	DATA	VALOR
Dep. Nac. Prod. Mineral – 25.301-4	08/12/21	127,85
Fundo Nacional de Saúde – Bloco CUSTEIO – 32561-3	06/12/21	22.575,00
	06/12/21	4.906,00
	06/12/21	10.000,00
FNDE – Merenda Escolar – 21.453-1	06/12/21	11.876,20
	06/12/21	212,00
	06/12/21	11.406,20
	06/12/21	576,00
	06/12/21	5.364,20
PM Capanema-Brasil Carinhoso FNDE – 26717-1	07/12/21	14.321,29
	08/12/21	72.897,48

Américo Bellé
Prefeito Municipal

4.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/20170, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 03/12/2021, fica aditivado a vigência do Contrato nº 207/2017 até **28/06/2022** e também aditivado seu valor em **R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais)** conforme abaixo:

Item	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade aditivada	Nº de Estagiários	Projeção do Salário Mínimo 2022	Taxa de Administração ANIE
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/ PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, COM TAXA ADMINISTRATIVA PARA APROXIMADAMENTE 80 ESTAGIÁRIOS, SENDO QUE A BOLSA ESTÁGIO SERÁ BASEADA NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E EM UMA JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS.	Mês	6 meses	120	1.210,00	8%

Valor Total do Aditivo: R$ 940.896,00 (Novecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: Caso o Salário Mínimo tenha alteração para maior ou menor, será feito um aditivo para correção conforme o caso.

CLAUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 07 de dezembro de 2021

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909

Assinado de forma digital por ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=VALID, ou=AR SENHA DIGITAL, ou=Presencial, ou=19520630000115, cn=ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
Dados: 2021.12.08 09:07:18 -03'00'

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

Ofício nº 257/2022

Capanema, Cidade da Rodovia
Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono,
aos 27 dias do mês de junho de 2022.

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL 53/2017
ADITIVO DE PRAZO

Sra. Pregoeira,

O contrato 207/2017 e referente ao Pregão 53/2017 da empresa **L P Serviços de Integração de Estágios Ltda – ANIE,** tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR, tem prazo de validade até 28/06/2022.

Considerando a nova licitação sob número 44/2022 está em processo e depende de prazo para os pedidos de recurso.

Considerando que os estagiários são fundamentais para o processo laborativo em diversas secretarias e sem esses muitas poderiam sessar seus trabalhos.

Considerando que nos próximos dias será homologado o novo certame e que ainda podemos usufruir dos trabalhos dos estagiários antes que comecem os novos contratos.

Solicitamos a Vossa Senhoria, para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada, que autorize o aditivo de prazo contratual em 29 (vinte e nove) dias.

Atenciosamente,

LUCIANA ZANON:01607077906 Assinado de forma digital por LUCIANA ZANON:01607077906 Dados: 2022.06.27 18:53:45 -03'00'

Luciana Zanon
Secretária Municipal de Administração

000356

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 1755 / 2022

Requerente: **LUCIANA ZANON** CPF: **016.070.779-06**

Contato: **LUCIANA ZANON - luciana_zanon@hotmail.com**

Telefone: **46999140535**

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 2**

Descrição: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE TEMPO - ANIE

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Junho de 2022.

LUCIANA ZANON
Protocolista

STP 500.2068l rptProcessoProtocolo 01607077906, 27/06/2022 18:57:10

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 1755 / 2022

Requerente: **LUCIANA ZANON** CPF: **016.070.779-06**

Contato: **LUCIANA ZANON - luciana_zanon@hotmail.com**

Telefone: **46999140535**

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 2**

Descrição: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE TEMPO - ANIE

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Junho de 2022.

LUCIANA ZANON
Requerente

STP 500.2068l rptProcessoProtocolo 01607077906, 27/06/2022 18:57:10

adm@capanema.pr.gov.br

De: coordenacao@anie.com.br
Enviado em: terça-feira, 28 de junho de 2022 09:18
Para: adm@capanema.pr.gov.br
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO POR 29 DIAS

Prioridade: Alta

Bom dia Sec. Luciana.

É do nosso interesse pelo aditivo até a data de 27/07/2022.

Ficamos no aguardo do mesmo para assinatura.

Att.

ALEX ROSSI
ANIE/PR/SC

Em 2022-06-27 16:55, adm@capanema.pr.gov.br escreveu:
> Boa tarde
>
> Haveria possibilidade de aditivar o contrato dos estagiários até
> 27/07/2022?
>
> Fico no aguardo.
>
> Grata
>
> Luciana Zanon
>
> Secretária Municipal de Administração.
>
> Dec. 6.930/2021
>
> (46) 3552-1321 (46) 99914-0535

D E S P A C H O

Com relação ao Pregão Eletrônico /Presencial, nº 53/2017, objeto: **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito de aditivo de prazo de vigência.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 28 dia(s) do mês de Junho de 2022.

Fabiana Schulz Padilha
Setor de Licitações

PARECER JURÍDICO Nº 94/2022/2ª PGM

PREGÃO PRESENCIAL 53/2017

Senhora Pregoeira e Equipe de Apoio,

01. Trata-se de solicitação apresentada pela Secretaria de Administração, através do Ofício nº 257/2022, Protocolo nº 1755/2022, que pugna a realização de aditivo de prazo de vigência e execução no contrato administrativo nº 207/2017, em mais 29 dias.

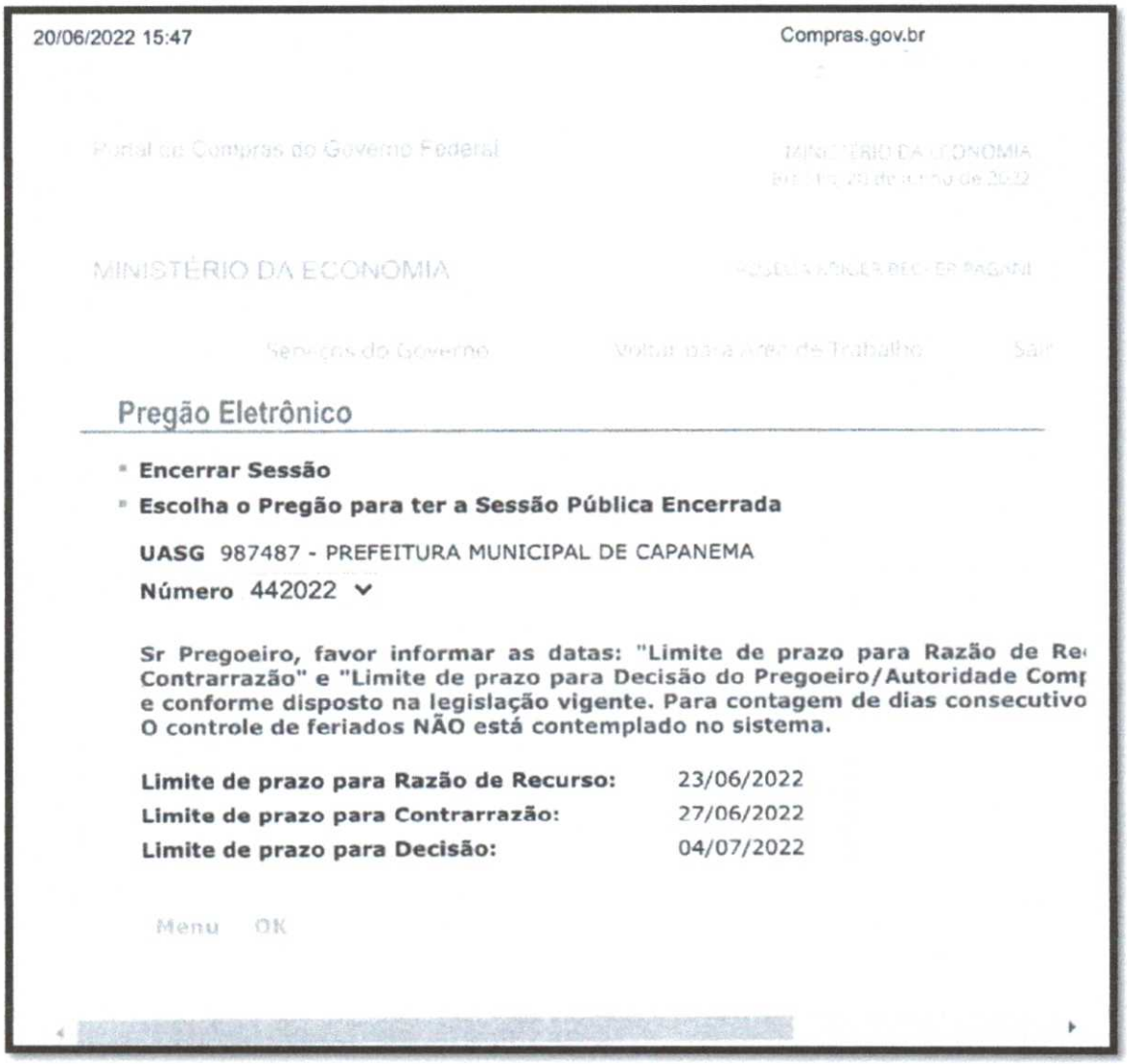
Em resumo, a Secretaria justifica a necessidade de aditivação, tendo em vista que a nova licitação está finalizando (fase de recursos após sessão pública). Portanto, o aditivo pretendido se faz necessário para manutenção dos estagiários utilizados em toda estrutura administrativa até que a próxima licitação esteja apta para irradiar efeitos.

É o relatório.

02. Analisando o objeto licitado, conclui se tratar de serviço de natureza continuada, portanto, possível de que sua execução seja elastecida até 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o art. 57, II da Lei 8.666/1993.

Analisando o caderno processual, observa-se que o contrato administrativo nº 207/2017 (fls. 227/234), datado em 23/06/2017, teve o termo inicial de sua vigência e execução em 28/07/2017, conforme consta na Cláusula Sétima.

Desse modo, considerando que o 4º termo aditivo (fl. 353) limita a vigência contratual em 28/06/2022; bem como considerando a consistência da informação do andamento atual do Pregão Eletrônico nº 44/2022, que aponta que a licitação está em fase avançada (recursos pós sessão pública), conforme comprova tela extraída do comprasnet (imagem abaixo), a PGM se manifesta favorável a realização de aditivo de vigência e execução do contrato nº 257/2017, até 27/07/2022, atingindo, assim, o limite de 60 (sessenta) meses.



20/06/2022 15:47 Compras.gov.br

Portal de Compras do Governo Federal MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Serviços do Governo Voltar para a Área de Trabalho Sair

Pregão Eletrônico

- **Encerrar Sessão**
- **Escolha o Pregão para ter a Sessão Pública Encerrada**

UASG 987487 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Número 442022

Sr Pregoeiro, favor informar as datas: "Limite de prazo para Razão de Re Contrarrazão" e "Limite de prazo para Decisão do Pregoeiro/Autoridade Comp e conforme disposto na legislação vigente. Para contagem de dias consecutivo O controle de feriados NÃO está contemplado no sistema.

Limite de prazo para Razão de Recurso:	23/06/2022
Limite de prazo para Contrarrazão:	27/06/2022
Limite de prazo para Decisão:	04/07/2022

Menu OK

Ante ao exposto, a PGM manifesta-se pelo acolhimento do pedido de aditivo de prazo de vigência e execução ao contrato nº 257/2017, pelo prazo de mais 29 dias, na forma requerida no protocolo em exame.

É o parecer.

Capanema, de 29 de junho de 2022.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº 94/2022 pelo aditivo de Prazo de Vigência e valor.
Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de Junho de 2022

Américo Bellé
Prefeito Municipal

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	430	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1260	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1270	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	5190	13 001.04 1210402 2022	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	2420	09 001 10.3011001 2081	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	4830	11 004.08244 0801 2042	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2022

Cleomar Walter

Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2

CPF 723.903.959-53

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**12.622.708/0001-63**	DUNS®:	**900570901**
Razão Social:	**LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/07/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**14/11/2022**
FGTS	Validade:	**11/07/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**17/12/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**27/08/2022**
Receita Municipal	Validade:	**28/07/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

000364

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Nº 97055/2022

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Nome :	**1773208 - LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**		
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63		
Endereço:	RUA PARANA, 2865		
Complemento:	TERREO SALA 01		
Bairro:	CENTRO	CEP: 85.810-010	
Cidade:	Cascavel	Estado: Paraná	

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data EXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado, ainda não vencidos, com exigibilidade suspensa ou garantidos através de penhora.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Conforme disposto no art. 108 do Código Tributário Municipal e no art. 206 do Código Tributário Nacional, esta certidão possui os mesmos efeitos da certidão negativa. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 29 de junho de 2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT221202-000-PBTOJHCHJZNIXZ-0

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:32:45 do dia 28/06/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/12/2022.
Código de controle da certidão: **CCBA.6533.71BE.6BB0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000366

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/06/2022 a 11/07/2022

Certificação Número: 2022061201082113888772

Informação obtida em 29/06/2022 10:39:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

minuta
5.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 94/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/07/2022, fica também aditivado seu valor em R$ 170.164,80 (Cento e setenta mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2022

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	quarta-feira, 29 de junho de 2022 13:26
Para:	'agenteanieestagios@gmail.com'
Assunto:	ADITIVO PARA ASSINATURA
Anexos:	5º ADITIVO AO CONTRATO 207.pdf

BOA TARDE
FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER.

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

000369

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: quarta-feira, 29 de junho de 2022 13:26
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Return receipt
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00074.txt

The original message was received at Wed, 29 Jun 2022 13:25:51 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <agenteanieestagios@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <agenteanieestagios@gmail.com>... relayed; expect no further notifications

MA – PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. R$ 172.896,70 Cento e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Setenta Centavos). Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 15/07/2022. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br, demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 29/06/2022
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

5.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis n° 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 94/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/07/2022, fica também aditivado seu valor em R$ 170.164,80 (Cen-to e setenta mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2022

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

NIVALDO BRAUN
Representante Legal
VIACAO IGUACU LTDA
Contratado

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2022
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº53/2022. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto

Objeto: AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS A PACIENTES DA REDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.. R$ 551.493,00 Quinhentos e Cinqüenta e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais). Abertura das propostas: 13:30 Horas do dia 15/07/2022. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br, demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 29/06/2022
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

7.º Termo Aditivo ao Contrato nº 358/2018, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA- ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA- ME, pessoa juridica de direito privado, situada a AV DAS MISSÕES, 374 FRENTE - CEP: 85640000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 17.553.685/0001-04, neste ato por seu representante legal, ADRIANO RAUL FASOLO, CPF:045.132.099-92 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Eletrônico n° 106/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 17/09/2018, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Eletrônico n° 106/2018, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 27/06/2022 fica aditivado o contrato nº 358/2018 em R$ 16.309,32 (Dezesseis mil, trezentos e nove reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2022

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

ADRIANO RAUL FASOLO
Representante Legal
A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA - ME
Contratada

LEIS

LEI Nº 1.814, DE 29 DE JUNHO DE 2022.

Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município

5.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL, CPF:474.353.720-72 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 94/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/07/2022, fica também aditivado seu valor em R$ 170.164,80 (Cento e setenta mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de junho de 2022

LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA:12622708000163

Assinado de forma digital por LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA:12622708000163
Dados: 2022.06.29 17:21:37 -03'00'

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA RODRIGUES LEAL
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

O certame fora homologado à Empresa CIEE/PR. No entanto, conforme Mandado de Segurança (Processo: 0001523-71.2022.8.16.0061) fora anulada a licitação, com os fundamentos elencados neste. Desta forma, demonstra-se que a prorrogação do presente contrato em discussão é EXCEPCIONAL, pois o certame que visava substituí-lo fora anulado por **fator superveniente, estranho a vontade da Administração Municipal.**

DA NECESSIDADE

À administração direta do Município incorporam-se aproximadamente 130 (cento e trinta) estagiários que atuam em suas mais diversas áreas.

Na Educação Infantil os estudantes em formação de nível médio técnico e superior desempenham singular papel no dia a dia escolar, com funções de grande responsabilidade frente às instituições de educação e seus discentes.

O estágio na área de Educação é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por um conjunto de atividades por um conjunto de atividades referentes à prática pré-profissional, exercido pelo meio acadêmico em ambiente real de trabalho, sobre supervisão, o que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, o desenvolvimento de experiências e habilidades especificas a formação docente, e, ainda o aperfeiçoamento cultural e humanitário.

Os CMEI's são assistidos por estes pré-profissionais como sendo protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. O funcionamento de todos estes estabelecimentos de ensino sem a atuação dos estagiários é impensável, uma vez que para isso, dependeriam dias de planejamento para compor roteiro de escalonamento de Educadores Infantis a cobrirem as onze horas em que a modalidade de educação infantil é ofertada aos contribuintes do Município.

Sem mencionar a importância do desempenho das atividades destes aprendizes nas demais áreas da Administração.

Evidencia-se, conclusivamente, a necessidade da continuidade dos serviços públicos. Tal princípio constitucional é comentado por Georges Vedel[4]:

> *"[...] se uma atividade foi elevada à categoria de serviço público apresenta uma* ***característica particularmente imperiosa*** *para a vida nacional ou* ***para a vida local****, de modo que se impõe que o serviço funcione a qualquer preço. O professor francês ainda enumerou algumas aplicações deste princípio tais como:*
> ***"1ª. A continuidade do serviço público supõe, em primeiro lugar, o funcionamento pontual e regular do serviço;***
> *2ª. Quando a Administração assegura ela própria a gestão do serviço como regra, é ilegal que interrompa o serviço, exceto por força maior;*
> *3ª. [...]"*

CONCLUSÃO

Com fundamento nas razões acima postas em que se demonstrou a necessidade da prorrogação do contrato 207/2017 com expiração nesta data pelo prazo de 60 (sessenta dias).

Pedimos gentilmente que seja apreciado o presente em regime de urgência.

Município de Capanema, Estado do Paraná, Cidade da Rodovia Ecológica Estrada Parque Caminho do Colono, **aos 27 dias do mês de julho de 2022**.

Alecxandre Noll
Secretário Municipal de Contratações Públicas
Decreto 7.088/2022

ALECXANDRO NOLL
Dec. 7.088/22
Secretário Municipal
de Contratações Públicas

4 VEDEL, Georges. Droit administratif, pp. 814-815.

Município de Capanema - PR
Procuradoria Municipal

PARECER JURÍDICO Nº 113/2022/2ª PGM

INTERESSADO: Setor de Licitações.
ASSUNTO: Análise do Pedido de Aditivo de Prazo e Valor, apresentado no Pregão Presencial nº 53/2017.

EMENTA: PEDIDO DE ADITIVO DE PRAZO E VALOR. SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA. NECESSIDADE EXCEPCIONAL DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL POR MAIS 2 MESES ALÉM DO LIMITE DE 60 MESES. RESPALDO FÁTICO JUSTIFICADO E EMBASADO NO § 4º, DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666/1993. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

O Setor de Licitações encaminha para análise dessa Procuradoria o "Memorando Interno 03/2022/SECOP" (fls. 373/374) no qual pugna pela prorrogação excepcional por 02 meses da prestação dos serviços de agente de integração para possibilitar estágio a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no Município de Capanema.

Em seguida, o PA retornou a PGM para análise conclusiva. É o relatório.

2. PARECER

2.1. Do Aditivo de Prazo e Valor / Serviços Continuados:

A Lei nº 8.666/1993 admite a prorrogação de contratos, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

> **Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
> (...)
> **II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;**
> (...)
> § 2o Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
>
> § 3o É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

> **§ 4o Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.** (destaquei)

Analisando os Contratos Administrativos nº. 207/2017, acostado as fls. 227/234, nota-se que houve a contratação da empresa LP – Serviços de Integração de Estágios Ltda. - ME foi contratada para prestação dos serviços de agente integrador de estágios a estudantes regularmente matriculados em cursos de nível superior e/ou técnico/profissionalizante em ensino médio no Município de Capanema, com vigência de 24 (vinte quatro) meses, tendo como preço, a taxa de administração no valor de 8% sobre o valor dos contratos de estágio, compreendendo a vigência inicial o período de 28/07/2017 a 27/07/2019.

Por força do 1º, 2, 3º, 4º e 5º Termos aditivos, a vigência e execução contratual foi elastecida até 27/07/2022.

Analisando o Memorando Interno 03/2022/SECOP, observa-se que além de se tratar de serviço de natureza continuada, há excepcional justificativa para prorrogação do prazo de vigência e execução contratual para além dos 60 (sessenta) meses, conforme reproduz-se abaixo:

> "(...)
>
> COMPROVAÇÃO DA EXCEPCIONALIDADE
>
> O Tribunal de Contas da União recomenda que seja "evitada a prorrogação dos contratos de execução continuada além dos 60 meses previstos na Lei de Licitações, uma vez que a prorrogação contida no § 4º do art. 57 da norma é **excepcional**. Para tanto, deve ser realizado, a tempo, o processo licitatório para tais serviços[1]".
>
> Conforme o término da vigência do contrato firmado em 2017 e atingido o limite máximo de prorrogação prevista no inciso II do art. 57, a Secretaria Municipal de Administração, em tempo hábil, cumpriu com todos os trâmites internos para os fins de iniciar o processo administrativo de contratação com vistas a Contratação de Agência de Integração de Estágios.
>
> Na edição nº 0979 do Diário Oficial do Município de 06/06/2022 foi publicado o aviso de licitação Pregão Eletrônico nº 44/2022 com previsão da data do certame em 20/06/2022.
>
> O certame fora homologado à Empresa CIEE/PR. No entanto, conforme Mandado de Segurança (Processo: 0001523-71.2022.8.16.0061) fora anulada a licitação, com os fundamentos elencados neste. Desta forma, demonstra-se que a prorrogação do presente contrato em discussão é EXCEPCIONAL, pois o certame que visava substituí-lo fora anulado por **fator superveniente, estranho a vontade da Administração Municipal.**
>
> DA NECESSIDADE

1 TCU; Acórdão 1938/2007-Plenário; relator Ubiratan Aguiar; sessão de 19.09.2007.

> À administração direta do Município incorporam-se aproximadamente 130 (cento e trinta) estagiários que atuam em suas mais diversas áreas.
>
> Na Educação Infantil os estudantes em formação de nível médio técnico e superior desempenham singular papel no dia a dia escolar, com funções de grande responsabilidade frente às instituições de educação e seus discentes.
>
> O estágio na área de Educação é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por um conjunto de atividades por um conjunto de atividades referentes à prática pré-profissional, exercido pelo meio acadêmico em ambiente real de trabalho, sobre supervisão, o que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, o desenvolvimento de experiências e habilidades especificas a formação docente, e, ainda o aperfeiçoamento cultural e humanitário.
>
> Os CMEI's são assistidos por estes pré-profissionais como sendo protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. O funcionamento de todos estes estabelecimentos de ensino sem a atuação dos estagiários é impensável, uma vez que para isso, dependeriam dias de planejamento para compor roteiro de escalonamento de Educadores Infantis a cobrirem as onze horas em que a modalidade de educação infantil é ofertada aos contribuintes do Município.
>
> Sem mencionar a importância do desempenho das atividades destes aprendizes nas demais áreas da Administração."

Conforme destacado acima, o Município deflagrou processo licitatório próprio para nova contratação dos serviços de integração de estágios (Pregão Eletrônico nº 44/2022), todavia em virtude de falha insanável no cadastramento da licitação na plataforma "compras.gov.br", critério de julgamento, observância dos benefícios das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LC 123/2006), houve a revogação da licitação via decisão administrativa, com fundamento no Princípio da Autotutela (Súmula 473/STF).

De igual forma, os vícios reconhecidos na decisão administrativa de revogação também são objeto de questionamento nos autos nº 0001523-71.2022.8.16.0061, de Mandado de Segurança, que tramita perante a Vara da Fazenda Pública de Capanema/Pr.

Ademais, extrai-se do Memorando 03/2022/SECOP que o prazo pretendido de aditivação contratual é estritamente o necessário para conclusão de novo processo licitatório.

A prorrogação do contrato administrativo nos serviços de natureza contínua encontra respaldo legal no art. 57, II e § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

A nosso ver, a dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada, inclusive, sua excepcionalidade, e, pelo que consta do PA, não traz quaisquer outros ônus à Administração Pública, além dos originariamente previstos. Não obstante, tem-se que a prorrogação contratual decorre da

contínua necessidade dos serviços, situação autorizada pelo fundamento legal supracitado.

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos contraentes.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública,** decorrentes de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou outros tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tomar mais efetivos os princípio constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Procuradoria manifesta:

a) pela possibilidade da celebração do termo aditivo de prazo de vigência e execução, na forma pretendida no Memorando Interno 03/2022/SECOP, prorrogando a contratação dos serviços de integração de estágios por mais 02 (dois) meses, visando garantir a continuidade dos serviços públicos, **desde que sejam providenciados:** a) juntada aos autos de toda a documentação de regularidade fiscal prevista no art. 29 da Lei 8.666/93, de modo a comprovar que as contratadas ainda satisfazem os requisitos de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados na sessão pública esteja expirada; ii) Juntada das declarações do art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal; iii) A publicação do extrato do termo aditivo em análise na imprensa oficial (art. 61, parágrafo único, Lei 8666), com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em razão do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos; e,

b) pelo prévio encaminhamento da minuta de aditivo contratual, para aprovação deste Órgão, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. É o parecer.

Capanema, de 27 de julho de 2022.

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Municipal
OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa
Procurador Jurídico de
Capanema - PR
Dec. nº 6001/2015
OAB/PR 56.675

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000
Fone:46-3552-1321 – ramal 222 – Fax:46-3552-1122
procuradoria.romanti@capanema.pr.gov.br
CAPANEMA - PR

090379

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº113/2022/2ª PGM pelo aditivo de Prazo de Vigência de mais 2 meses.

Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de julho de 2022

Américo Bellé
Prefeito Municipal

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	430	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1260	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1270	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	5190	13 001.04 1210402 2022	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	2420	09 001 10.3011001 2081	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	4830	11 004.08244 0801 2042	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de julho de 2022

Cleomar Walter
Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2
CPF 723.903.959-53

050331

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 112715/2022

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**1773208**		
Nome/Razão:	**LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA**		
CNPJ/CPF:	**12.622.708/0001-63**		
Endereço:	**RUA PARANA, 2865**		
Complemento:	**TERREO SALA 01**		
Bairro:	**CENTRO**	**CEP:** 85.810-010	
Cidade:	**Cascavel - PR**		

[REQUERENTE]

Código:	1773208
Nome/Razão:	LP - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ/CPF:	12.622.708/0001-63

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 27 de julho de 2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-DVRVDYEMVJPAGQ-9

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000332

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 027385162-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.622.708/0001-63**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2022 15:45:11)

000333

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA
CNPJ: 12.622.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:45:12 do dia 22/07/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/01/2023.
Código de controle da certidão: **FB4C.EE72.73F9.36EB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000334

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.622.708/0001-63
Razão Social: LP SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LT
Endereço: RUA PARANA 3035 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85810-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/07/2022 a 18/08/2022

Certificação Número: 2022072001433930176890

Informação obtida em 27/07/2022 15:46:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINUTA
6.° Termo Aditivo ao Contrato n° 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o n° 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis n° 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico n° 113/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato n° 207/2017 até 27/09/2022 e fica acrescido R$ **340.329,60 (Trezentos e quarenta mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de Julho de 2022

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	quarta-feira, 27 de julho de 2022 16:26
Para:	'coordenacao@anie.com.br'
Assunto:	ADITIVO PARA ASSINATURA
Anexos:	6° aditivo ao contrato 207.pdf

BOA TARDE
FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em:	quarta-feira, 27 de julho de 2022 16:27
Para:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Return receipt
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00027.txt

The original message was received at Wed, 27 Jul 2022 16:25:57 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <coordenacao@anie.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <coordenacao@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications

090378

LOTE: 019 - Lote 019	2	62487	FORNECIMENTO DE PEÇAS -MAQUINA TRATOR ESCAVO CARREGADOR CASE W20-E – FROTA 18 – ANO 1995		UN	1.00	50.000,00	50.000,00	50%
TOTAL									399.155,30

CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR
O Valor da Rescisão da Ata de Registro de Preços é de R$ 399.155,30 (Trezentos e Noventa e Nove Mil, Cento e Cinqüenta e Cinco Reais e Trinta Centavos)

Assim, por estarem em pleno acordo, assinam o presente termo, os representantes dos contraentes, em duas vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, aos 26 dias do mês de julho de 2022

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Contratante

ALDANIR OSMAR STUM
Representante Legal
CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - EPP
Contratada

EXTRATO DO CONTRATO N° 274/2022
PregãoNº 47/2022
Data da Assinatura: 26/07/2022.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.
Valor total: R$399.155,30 (Trezentos e Noventa e Nove Mil, Cento e Cinqüenta e Cinco Reais e Trinta Centavos).
Américo Bellé
Prefeito Municipal

6.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e n° 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial n° 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial n° 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 113/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/09/2022 e fica acrescido R$ 340.329,60 (Trezentos e quarenta mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, aos 27 dias do mês de Julho de 2022

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência
3º BIMESTRE DE 2022
CAPANEMA - PARANÁ

Rede de Assistência Social

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e CRAS – Centro de Referência
de Assistência Social

EXECUTORA	SERVIÇOS	ATENDIMENTO
CRAS	Famílias em acompanhamento pelo PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias	550 Famílias
CRAS	Atendimentos individualizados realizados mensalmente	800
CRAS	Palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	200 Pessoas/mês
Secretaria Estadual Educação e CRAS	Leite das Crianças	120 Crianças

6.° Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 113/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/09/2022 e fica acrescido R$ **340.329,60 (Trezentos e quarenta mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de Julho de 2022

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909

Assinado de forma digital por ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=00000101082787 2, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=AC SERASA RFB, ou=27083365000183, ou=PRESENCIAL, cn=ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
Dados: 2022.07.28 11:00:15 -03'00'

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

Município de Capanema - 2022

Contratos a vencer

Seq.	Nº Contrato	SIM-AM	Início vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor	Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
4713	412-1/2021	5236	02/09/2021	01/09/2022	02/09/2021	01/09/2022	29.800,00	54894 - ANGELI ENGENHARIA E ASSESORIA AMBIENTAL LTDA - ME	Processo dispensa	000065
Viação e obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED para adesão ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA – 01/2021 PROJETOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – LED PROCEL RELUZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR									
4716	415-1/2021	5239	02/09/2021	01/09/2022	02/09/2021	01/09/2022	193.971,60	79857 - AR - SAUDE GINASTICA LABORAL LTDA	Pregão	000066
ESPORTE E LAZER	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA AS COMPETIÇÕES REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
4714	413-2/2021	5237	03/09/2021	02/09/2022	03/09/2021	02/09/2022	302.656,50	49442 - CLINICA DE PSIQUIATRIA DR RENATO UCHOA LTDA - ME	Pregão	000060
SAÚDE	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA, POR MEIO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA, COM REGISTRO NO ÓRGÃO REGULADOR DA CATEGORIA, PARA ATENDIMENTO JUNTO AO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS-I, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, PROCESSADA PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
4930	65-1/2022	5454	04/03/2022	03/09/2022	04/03/2022	03/09/2022	3.130,00	86531 - NEW ADAPT TECNOLOGIA ASSISTIVA LTDA	Processo dispensa	000011
EDUCAÇÃO	AQUISIÇÃO DE CADEIRA ADAPTADA PARA ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA USO NA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE CAPANEMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR.									
4938	73-1/2022	5462	07/03/2022	06/09/2022	07/03/2022	06/09/2022	9.118,00	4 - A G KIENEN & CIA LTDA - EPP	Processo dispensa	000009
SAÚDE	: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LINHA COMPLEMENTAR PARA FORNECIMENTO JUNTO ÀS FARMACIAS DA UBS CENTRAL E DOS DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	74-2/2022	5463	07/03/2022	06/09/2022	07/03/2022	06/09/2022	1.196,00	56810 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Processo dispensa	000009
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LINHA COMPLEMENTAR PARA FORNECIMENTO JUNTO ÀS FARMACIAS DA UBS CENTRAL E DOS DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	75-2/2022	5464	07/03/2022	06/09/2022	07/03/2022	06/09/2022	2.860,00	83153 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	Processo dispensa	000009
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LINHA COMPLEMENTAR PARA FORNECIMENTO JUNTO ÀS FARMACIAS DA UBS CENTRAL E DOS DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
5044	179-2/2022	5568	10/06/2022	07/09/2022	10/06/2022	07/09/2022	36.125,00	48533 - EUNICE VENDRUSCOLO POTRICH E CIA LTDA	Processo dispensa	000040
ADMINSTRAÇÃO	AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO -GLP- PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CAPANEMA – PR									
5045	180-2/2022	5569	10/06/2022	07/09/2022	10/06/2022	07/09/2022	13.570,00	76937 - NEI SCHUSTER - BELGAS	Processo dispensa	000040
ADMINSTRAÇÃ	AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO -GLP- PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CAPANEMA - PR.									
4719	418-1/2021	5242	08/09/2021	07/09/2022	08/09/2021	07/09/2022	1.140.000,00	47 - COPEL DISTRIBUICAO S.A.	Processo inexigibilidade	000008
Viação e obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM CESSÃO DE POSTES PARA FIXAÇÃO DO CONJUNTO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR									
4720	419-1/2021	5243	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	8.160,00	66988 - JEVERSON IVAN PAESE - PITTY SPORTS - ME	Processo dispensa	000069
ESPORTE E LAZER	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA COMPETIÇÕES NOS JOGOS ABERTOS PELOS ATLETAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR									
4721	420-1/2021	5244	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	37.035,00	71696 - METALURGICA PERETTI & PERETTI LTDA - ME	Processo dispensa	000068
EDUCAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EXAUSTORES, CHAPAS, CANOS E CHAPÉUS EM TODAS AS COZINHAS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR									
4722	421-1/2021	5245	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	11.500,80	75990 - ELISANDRO ROCHA DE PAULA 01813294097	Processo dispensa	000070
ESPORTE E LAZER	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA E APLICAÇÃO DE RESINA MULTIUSO ECO INCOLOR NA QUADRA ESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTES ARNALDO FAIVRO BUSATO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE									
4725	424-2/2021	5248	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	3.000,00	1026 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Pregão	000067
SAÚDE	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR,									

Seq.	Nº Contrato	SIM-AM	Início vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor	Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
	PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
4726	425-2/2021	5249	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	3.912,05	68713 - BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP	Pregão	000067
SAÚDE	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	426-2/2021	5250	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	5.782,50	82296 - C. PARRA VIEIRA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	427-2/2021	5251	09/09/2021	08/09/2022	09/09/2021	08/09/2022	3.607,50	83168 - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	447-2/2021	5271	13/09/2021	08/09/2022	13/09/2021	08/09/2022	3.659,99	84305 - ANTIBIOTIKA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	78-1/2022	5467	10/03/2022	09/09/2022	10/03/2022	09/09/2022	6.290,00	77802 - LMDS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI	Processo dispensa	000015
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO E IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNÍCIPES, PELO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO									
	428-2/2021	5252	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	5.314,25	84275 - DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	429-2/2021	5253	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	5.644,60	84262 - DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	430-2/2021	5254	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	26.488,28	68046 - DENTAL OESTE EIRELI - EPP	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	431-2/2021	5255	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	462,55	84276 - DENTAL UNIVERSO EIRELI	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	432-2/2021	5256	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	2.650,50	84311 - ELLOMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	433-2/2021	5257	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	470,00	78449 - FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	434-2/2021	5258	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	5.840,23	54122 - FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA -	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	435-2/2021	5259	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	2.880,00	79725 - J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR,									

Município de Capanema - 2022

Contratos a vencer

Seq.	Nº Contrato	SIM-AM	Início vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor	Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
	PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
4737	436-2/2021	5260	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	4.295,00	84312 - LICITA SAUDE COMERCIO DE ODONTOLOGICOS LTDA	Pregão	000067
SAÚDE	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	437-2/2021	5261	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	51.745,25	83194 - MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	438-2/2021	5262	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	25.090,58	84282 - MAXIMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	439-2/2021	5263	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	7.430,00	84308 - MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	440-2/2021	5264	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	14.460,00	84279 - MORIMED COMERCIAL EIRELI	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	441-2/2021	5265	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	1.283,70	84254 - ODONTOMED CANAA EIRELI	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
	442-2/2021	5266	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	7.436,77	2528 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	Pregão	000067
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA– PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
4744	443-2/2021	5267	10/09/2021	09/09/2022	10/09/2021	09/09/2022	24.000,00	84333 - DEDETIZADORA NAVARINI LTDA	Pregão	000072
ADMINISTRAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS E VETORES NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
4749	448-1/2021	5272	13/09/2021	12/09/2022	13/09/2021	12/09/2022	425.800,00	67175 - YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI	Pregão	000046
Viação e	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR DE SOLO VIBRATÓRIO, PARA USO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE CAPANEMA - PR									
4948	83-1/2022	5472	14/03/2022	13/09/2022	14/03/2022	13/09/2022	2.000,00	81033 - ROGERIO SPOHR	Processo dispensa	000012
Viação e	AQUISIÇÃO DE UM CORTADOR DE GRAMA PARA USO NA LIMPEZA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CAPANEMA – PR									
4752	451-1/2021	5275	17/09/2021	16/09/2022	17/09/2021	16/09/2022	1.850,00	39665 - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA	Processo dispensa	000072
SAÚDE	AQUISIÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR									
4952	87-1/2022	5476	24/03/2022	23/09/2022	24/03/2022	23/09/2022	16.906,70	69149 - SUELIN KELM - DOCES E SALGADOS	Processo dispensa	000014
FAMÍLIA E DES.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTOS DE ALIMENTOS PARA CAFÉ COLONIAL PARA EVENTO EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER QUE ACONTECERÁ NO DIA 01 DE ABRIL, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR									
4782	461-1/2021	5285	24/09/2021	23/09/2022	24/09/2021	23/09/2022	25.633,22	66054 - ROBERTA MALDANER BELLE - CLINICA VETERINARIA	Pregão	000077
AGRICULTURA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM CÃES E GATOS, ALÉM DE FORNECIMENTO DE MEDICAÇÕES DIVERSAS E RAÇÕES COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO MÉDICO VETERINÁRIO, PARA UTILIZAÇÃO NOS PROJETOS DE CONTROLE DE ZOONOSES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CAPANEMA – APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CAPANEMA), PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									
4953	88-1/2022	5477	25/03/2022	24/09/2022	25/03/2022	24/09/2022	7.515,40	77747 - GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	Processo dispensa	000017

Seq.	Nº Contrato	SIM-AM	Início vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor	Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
AGRICULTURA	AQUISIÇÃO DE TELHAS ONDULADAS PARA REPARO NA COBERTURA DE UMA AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE CANA-DE-AÇUCAR, NA LINHA SANTA MARIA									
4753	452-2/2021	5276	27/09/2021	26/09/2022	27/09/2021	26/09/2022	7.769,53	84545 - ARGOS LTDA	Pregão	000079
ADMINISTRAÇÃO	o: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
	453-2/2021	5277	27/09/2021	26/09/2022	27/09/2021	26/09/2022	105.330,00	82410 - E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	Pregão	000079
	o: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
	454-2/2021	5278	27/09/2021	26/09/2022	27/09/2021	26/09/2022	65.600,00	84539 - ECOFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	Pregão	000079
	o: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
	455-2/2021	5279	27/09/2021	26/09/2022	27/09/2021	26/09/2022	91.274,65	84537 - GERVASIO MARQUES NETO EIRELI	Pregão	000079
	o: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
	456-2/2021	5280	27/09/2021	26/09/2022	27/09/2021	26/09/2022	16.484,58	80974 - MAB EQUIPAMENTOS EIRELI	Pregão	000079
	Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR- PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS									
5059	194-1/2022	5583	27/06/2022	27/09/2022	27/06/2022	25/08/2022	33.506,06	1699 - FACHINELLO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA - ME	Processo dispensa	000044
EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO	do CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA NA ESCOLA RURAL MUNICIPAL AFONSO ARINOS-EIEF, NO DISTRITO DE SÃO LUIZ, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR									
2415	207-1/2017	2738	28/07/2017	27/09/2022	28/07/2017	27/09/2022	192,00	39723 - LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME	Pregão	000053
ADMINISTRAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR									
4759	458-2/2021	5282	29/09/2021	28/09/2022	29/09/2021	28/09/2022	267.300,00	2321 - JOSE ROBERTO WOLF MECANICA - ME	Pregão	000078
Viação e obras	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MÁQUINAS PESADAS, PERTENCENTES A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS									

117

Término vigência atual De: 01/09/2022
Término vigência atual Até: 30/09/2022
Imprimir o objeto do contrato
Ordenador por: Final vigência

09.393

000394

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: segunda-feira, 15 de agosto de 2022 13:36
Para: 'adm@capanema.pr.gov.br'; 'admsaude@capanema.pr.gov.br'; 'acaosocial@capanema.pr.gov.br'; 'educacao'; 'Lucian Pilati'; 'noll.alecxandro@gmail.com'; 'industriaecomercio@capanema.pr.gov.br'; 'esportes@capanema.pr.gov.br'
Assunto: CONTRATOS QUE VENCERÃO NO MÊS DE SETEMBRO DE 2022
Anexos: Contratos a vencer.pdf

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

000395

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: segunda-feira, 15 de agosto de 2022 13:36
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Return receipt
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00015.txt

The original message was received at Mon, 15 Aug 2022 13:35:36 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <acaosocial@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <adm@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <admsaude@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <educacao@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <esportes@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <industriaecomercio@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox) <gerenciademaquinas@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer) <noll.alecxandro@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <acaosocial@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <adm@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <admsaude@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <educacao@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <esportes@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <industriaecomercio@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered <noll.alecxandro@gmail.com>... relayed; expect no further notifications <gerenciademaquinas@gmail.com>... relayed; expect no further notifications

Município de Capanema
Estado do Paraná

000397 000346

000396

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial, nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de prazo de vigência.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/Chefe do Dpto de Contratações Públicas do
Município de Capanema

Av. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, CEP 85760-000
Fone:(46)3552-1321 CNPJ nº 75.972.760/0001-60 www.capanem.pr.gov.br
E-mail: smcp@capanema.pr.gov.br / licitacao@capanema.pr.gov.br

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 2651 / 2022

Requerente: **LUCIANA ZANON** CPF: **016.070.779-06**

Contato: **LUCIANA ZANON - luciana_zanon@hotmail.com**

Telefone: **46999140535**

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 3**

Descrição: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE TEMPO ANIE

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Setembro de 2022.

LUCIANA ZANON
Protocolista

STP 500.2069c rptProcessoProtocolo 01607077906, 27/09/2022 15:35:40

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 2651 / 2022

Requerente: **LUCIANA ZANON** CPF: **016.070.779-06**

Contato: **LUCIANA ZANON - luciana_zanon@hotmail.com**

Telefone: **46999140535**

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 3**

Descrição: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE TEMPO ANIE

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Setembro de 2022.

LUCIANA ZANON
Requerente

STP 500.2069c rptProcessoProtocolo 01607077906, 27/09/2022 15:35:40

Oficio nº 395/2022

Capanema, Cidade da Rodovia
Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono,
aos 27 dias do mês de setembro de 2022.

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL 53/2017
ADITIVO DE PRAZO

Sra. Pregoeira,

O contrato 207/2017 e referente ao Pregão 53/2017 da empresa **L P Serviços de Integração de Estágios Ltda – ANIE,** tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR, tem prazo de validade até 27/09/2022.

Considerando a nova licitação sob número 88/2022 está em processo e depende de prazo para os pedidos de recurso.

Considerando que os estagiários são fundamentais para o processo laborativo em diversas secretarias e sem esses muitas poderiam sessar seus trabalhos.

Considerando que nos próximos dias será homologado o novo certame e que ainda podemos usufruir dos trabalhos dos estagiários antes que comecem os novos contratos.

Solicitamos a Vossa Senhoria, para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada, que autorize o aditivo de prazo contratual em 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,

Luciana Zanon
Secretária Municipal de Administração

000349

000399

PARECER JURÍDICO N° 96/2022

REQUERENTE: Departamento de Contratações Públicas
ÁREA ADMINISTRATIVA: Licitações e Contratos Administrativos
ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: Análise de prorrogação do contrato nº 207/2017, derivado do Pregão Presencial nº 53/2017.

EMENTA: PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO. PRORROGAÇÃO EMERGENCIAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

O Departamento de Contratações Públicas encaminha à Procuradoria-Geral requerimento para a prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 30 dias, com a respectiva contraprestação do Município, sem nenhum reajuste, em razão da necessidade de encerramento da licitação para a contratação do mesmo objeto, a qual se encontra em fase recursal.

Consta no PA, para ser analisado na presente oportunidade, o requerimento com a justificativa apresentada pela Secretária da Pasta.

É o relatório.

2. PARECER:

Importante asseverar, inicialmente, que esta Procuradoria se atém, tão-somente, a questões relativas à legalidade do procedimento e à presença das peças essenciais e condições para a realização da prorrogação contratual, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e o subscritor da justificativa quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos serviços ou bens entendidos como necessários.

2.1. Da prorrogação contratual:

A prorrogação da presente contratação deve ser analisada sob os fundamentos legais previstos na Lei nº 8.666/1993. Vejamos.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000 - Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br - Dr. Álvaro Skiba Júnior

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *(...)*
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*
> *(...)*
> *§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.*

Nesse rumo, considerando os pareceres jurídicos encartados no processo, especialmente quanto ao reconhecimento de que o objeto desta contratação se constitui em um serviço contínuo, bem como havendo justificativa razoável acerca da excepcionalidade da prorrogação contratual, qual seja, a finalização da nova licitação para a contratação do mesmo objeto, a Procuradoria-Geral entende configurada a hipótese do § 4° do art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

2.1.1 Da vantajosidade da prorrogação contratual:

No que tange à comprovação de que os valores indicados no contrato original permanecem vantajosos para a Administração Municipal, vislumbra-se que não há qualquer reajustamento ou repactuação.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Procuradoria-Geral se manifesta pela **possibilidade** da celebração do termo prorrogação do contrato n° 207/2017, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo de vigência original, com a respectiva contraprestação **desde que sejam providenciados:**

a) Juntada das declarações do art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **pelo Departamento de Contabilidade do Município;**

b) a decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal;

c) Juntada aos autos da documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista, prevista na Lei n° 8.666/1993, de modo a comprovar que a contratada ainda satisfaz os requisitos de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados esteja espirada;

d) a assinatura do Termo Aditivo pelas partes;

e) a publicação do extrato do termo aditivo no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da sua

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000 - Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br - Dr. Álvaro Skiba Júnior

000401
000351

assinatura, com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em razão do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos.

Município de Capanema, Estado do Paraná - **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 27 dias do mês de setembro de 2022.

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
de Capanema - PR
Dec. Nº 5588/2014
OAB/PR 68.807

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000 - Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br - Dr. Álvaro Skiba Júnior

000352

000402

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Acato o Parecer Jurídico nº 93/2022 pelo aditivo de Prazo de Vigência.

Solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Av. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, CEP 85760-000
Fone:(46)3552-1321 CNPJ nº 75.972.760/0001-60 www.capanem.pr.gov.br
E-mail: smcp@capanema.pr.gov.br / licitacao@capanema.pr.gov.br

060353

060493

A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial nº 53/2017, objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	430	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1260	07.001.12.365.1202.2118	000	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2022	1270	07.001.12.365.1202.2118	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

Cleomar Walter
Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2
CPF 723.903.959-53

060354

051404

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**12.622.708/0001-63**	DUNS®:	**900570901**
Razão Social:	**LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/02/2023**
FGTS	Validade:	**14/10/2022**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/03/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**29/11/2022**
Receita Municipal	Validade:	**31/10/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 632.258.249-68 Nome: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
Ass: _____

minuta
7.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 96/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/10/2022 e fica acrescido R$ **170.172,50 (Cento e setenta mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

010406 010356

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em: terça-feira, 27 de setembro de 2022 16:14
Para: 'administrativo@anie.com.br'; 'coordenacao@anie.com.br'
Assunto: ADITIVO PARA ASSINATURA
Anexos: 7° aditivo ao contrato 207.pdf

BOA TARDE
FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas
Pregoeira
Portaria 8.022 de 12 de Dezembro de 2021

Prefeitura Municipal de Capanema-PR
Cidade da Rodovia Ecológica
Estrada Parque Caminho do Colono
(46) 3552-1321 E-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

0008407 0000357

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em:	terça-feira, 27 de setembro de 2022 16:15
Para:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Return receipt
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00048.txt

The original message was received at Tue, 27 Sep 2022 16:14:04 -0300 from 51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <administrativo@anie.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer) <coordenacao@anie.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <coordenacao@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications <administrativo@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications

008408 ~~000358~~

ELCIO MAFIO-LETTI	6	15	PEITO DE FRANGO CONGELADO, SEM OSSO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PRÓPRIO PARA ALIMENTOS, ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE,QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. NÃO PODERÁ APRESENTAR SINAIS DE RECONGELAMENTO NO MOMENTO DA ENTREGA, COMO GELO AVERMELHADO OU LÍQUIDOS PEGAJOSOS NA EMBALAGEM. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU EM CAIXAS TÉRMICAS QUE MANTENHAM SUA TEMPERATURA DESDE A SAÍDA DO MERCADO ATÉ A ENTREGA NO ESTABELECIMENTO. ESTA DEVERÁ APRESENTAR-SE EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS IDEAIS AO TRANSPORTE. EXCLUSIVO ME/EPP	COOPAVEL	387,00	21,88
ELCIO MAFIO-LETTI	6	16	PRESUNTO COZIDO (NÃO APRESUNTADO), SEM CAPA DE GORDURA. FATIADO NO DIA DA ENTREGA PEÇA, A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PESANDO APROXIMADAMENTE FATIAS DE 30G. EXCLUSIVO ME/EPP	FRIMESA	125,00	43,88
ELCIO MAFIO-LETTI	6	17	QUEIJO COLONIAL/ MUSSARELA: DEVE SER PREPARADO COM LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO (INTEGRAL), SEMI-DESNATADO, DESNATADO E/OU SORO LÁCTEO, PASTEURIZADOS, E COAGULANTE APROPRIADO (DE NATUREZA FÍSICA E/OU QUÍMICA E/OU BACTERIANA E/OU ENZIMÁTICA). DEVERÃO SER PRODUZIDOS DE ACORDO COM O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJOS (PORTARIA Nº 146 DE 07 DE MARÇO DE 1996), ESTAREM REGISTRADOS, NO MÍNIMO, NO ÓRGÃO MUNICIPAL DE INSPEÇÃO COMPETENTE. OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DEVEM POSSUIR O CARIMBO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO PARANÁ (SIP) OU SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM), E ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. NÃO PODE CONTER: ÓLEO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AMIDOS OU FARINHAS. 2.1 ESPECIFICAÇÕES DE EMBALAGENS DE ACORDO COM AS NORMAS DA CONTRATANTE . EXCLUSIVO ME/EPP	AURORA	125,00	45,88
ELCIO MAFIO-LETTI	6	18	SALSICHA TIPO HOT DOG, PESANDO 40 GRAMAS CADA, EM PACOTES DE 3 QUILOS , CONGELADA (A TEMPERATURA QUE GARANTA QUE O PRODUTO ATINJA - 18º C). DEVERÁ APRESENTAR TEXTURA, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO SERÁ ACEITO PRODUTO QUE APRESENTE SUPERFÍCIE ÚMIDA E/OU PEGAJOSA, EXSUDATO LIQUIDO OU PARTES FLÁCIDAS OU DE CONSISTÊNCIA ANORMAL, COM INDÍCIOS DE FERMENTAÇÃO PÚTRIDA. NÃO SERÁ TOLERADA A PRESENÇA DE MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS OU COLORAÇÃO SEM UNIFORMIDADE EXCLUSIVO ME/EPP	COOPAVEL	500,00	13,48

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 68/2022, é de R$ 3.277.940,58 (Três Milhões, Duzentos e Setenta e Sete Mil, Novecentos e Quarenta Reais e Cinqüenta e Oito Centavos).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono vinte e sete dias de setembro de 2022

Américo Bellé
Prefeito Municipal

7.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 96/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/10/2022 e fica acrescido R$ 170.172,50 (Cento e setenta mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

PORTARIAS

PORTARIA Nº 8.248, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

Nomeia Comissão Organizadora do Processo Seletivo para a contratação de servidores por prazo determinado.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a presidência da primeira, para comporem a Comissão Organizadora dos Processos Seletivos a serem realizados no ano de dois mil e vinte e dois na Secretaria Municipal de Saúde para contratação de servidores por prazo determinado, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital:

Jonas WelterNomeia;
Ani Tais Witt;
Jessica Tainá Rech Faistel;
Ênio Perette;
Marisa Pontin;
Priscila Aparecida Ebert;
Tânia Maria Bueno.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

000469

~~000359~~

7.º Termo Aditivo ao Contrato nº 207/2017, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R PARANÁ, 2865 TERREO SALA 01 - CEP: 85810010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 12.622.708/0001-63, neste ato por seu representante legal, ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI, CPF:027.484.009-09 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão Presencial nº 53/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 28/07/2017, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão Presencial nº 53/2017, entre as partes acima identificadas, para **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR ESTÁGIO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR E/OU TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE EM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR**, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 96/2022, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 207/2017 até 27/10/2022 e fica acrescido R$ **170.172,50 (Cento e setenta mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2022

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909

Assinado de forma digital por ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=00000101082787 2, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=AC SERASA RFB, ou=27083365000183, ou=PRESENCIAL, cn=ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI:02748400909
Dados: 2022.09.27 17:07:05 -03'00'

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE ZORNITTA ROSSI
Representante Legal
LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA - ME
Contratada

Assunto: Via assinada Aditivo
De: "apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br" <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>
Data: 03/10/2022 08:18
Para: administrativo@anie.com.br, coordenacao@anie.com.br

090360

Bom dia;

Segue em anexo sua via do aditivo ao Contrato assinada por ambas as partes.

--

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Samara Leticia Martins Luft
Estagiária
Departamento de Contratações Públicas

Prefeitura Municipal de Capanema-PR
Cidade da Rodovia Ecológica
Estrada Parque Caminho do Colono

(46) 3552-1321 E-mail: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

Anexos:

Aditivo LP -PP 53-2017.pdf 256KB

00419
00361

Assunto: Return receipt
De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Data: 03/10/2022 08:19
Para: <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>

```
The original message was received at Mon, 3 Oct 2022 08:18:15 -0300
from 51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51] (may be forged)

   ----- The following addresses had successful delivery notifications -----
<administrativo@anie.com.br>  (relayed to non-DSN-aware mailer)
<coordenacao@anie.com.br>  (relayed to non-DSN-aware mailer)

   ----- Transcript of session follows -----
<coordenacao@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications
<administrativo@anie.com.br>... relayed; expect no further notifications
```

```
Original-Envelope-Id: <edc25980-9381-eff7-0556-c284eadecbaf@capanema.pr.gov.br>
Reporting-MTA: dns; mailserver2.softsul.net
Received-From-MTA: DNS; 51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br
Arrival-Date: Mon, 3 Oct 2022 08:18:15 -0300

Final-Recipient: RFC822; administrativo@anie.com.br
Action: relayed (to non-DSN-aware mailer)
Status: 2.0.0
Remote-MTA: DNS; anie.com.br
Diagnostic-Code: SMTP; 250 Accepted
Last-Attempt-Date: Mon, 3 Oct 2022 08:19:17 -0300

Final-Recipient: RFC822; coordenacao@anie.com.br
Action: relayed (to non-DSN-aware mailer)
Status: 2.0.0
Remote-MTA: DNS; anie.com.br
Diagnostic-Code: SMTP; 250 Accepted
Last-Attempt-Date: Mon, 3 Oct 2022 08:19:17 -0300
```

```
Return-Path: <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>
Received: from [192.168.0.53] (51.130.101.177.dynamic.ampernet.com.br [177.101.130.51]
(may be forged))
        (authenticated bits=0)
        by mailserver2.softsul.net (8.14.4/8.14.4) with ESMTP id 293BIF7c022947;
        Mon, 3 Oct 2022 08:18:15 -0300
Content-Type: multipart/mixed; boundary="------------wN0ZNAz08wkXOhx0W0xBUxr0"
Message-ID: <edc25980-9381-eff7-0556-c284eadecbaf@capanema.pr.gov.br>
Date: Mon, 3 Oct 2022 08:18:15 -0300
MIME-Version: 1.0
User-Agent: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64; rv:102.0) Gecko/20100101
 Thunderbird/102.3.0
Content-Language: pt-BR
To: administrativo@anie.com.br, coordenacao@anie.com.br
From: "apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br"
 <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>
Subject: Via assinada Aditivo
Disposition-Notification-To: "apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br"
 <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>
```